UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em
Estruturas Ambientais Urbanas

OS LUGARES DA URBANIZAÇÃO
o caso do interior fluminense

advertência inicial:

em virtude de mudanças de software de edição e processamento houve uma ligeira alteração na numeração original das páginas, sem que haja sido modificado o conteúdo original desta tese, que se encontra depositada na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Ester Limonad

Orientador: Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do Grau de Doutor

São Paulo - 1996

L734 LIMONAD, Ester

Os Lugares da Urbanização: O caso do interior fluminense /
Ester Limonad. _São Paulo: [s.n.], 1996

xi, 247 p.: il.; 30 cm

Tese (Doutorado) - FAUUSP, 1996

Bibliografia: p. 237 - 245

1. Urbanização 2. Espaço 3. Lugar 4. Rio de Janeiro
(Estado) 5. Rio de Janeiro, Norte (Estado) 6. Análise Regional
I. Lamparelli, Celso Monteiro, Orientador. II. Título

CDU 711.4

AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese de doutorado tem por traço o aprendizado e a solidão. Neste percurso foram decisivos a orientação firme e o apoio do Professor Dr. Celso Monteiro Lamparelli, que com seu entusiasmo e tranquilidade orientou minha reflexão através das dúvidas e incertezas que se colocaram. Também foram importantes o apoio e suporte de meu marido Rainer Randolph, por suas revisões e comentários, que junto com nossa filha não me deixaram esmorecer e me acompanharam a diversas excursões de campo.

Este trabalho não teria sido possível sem os dados censitários de 1991 relativos a tabulações especiais do IBGE, gentilmente cedidos pelo Laboratório de Gestão do Território (LAGET) do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na pessoa do Professor Dr. Cláudio A. G. Egler e da Professora Dra. Bertha K. Becker. Neste sentido também foram importantes as publicações doadas pelo CIDE (Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro). Muitos dos mapas neste trabalho contaram com a colaboração do Professor Dr. Jorge Xavier da Silva e sua equipe que permitiram a utilização dos equipamentos do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Além disso este trabalho se inspirou e tem uma dívida para com a obra da Professora Lísia Bernardes, precocemente falecida, pioneira nos estudos urbanos e regionais sobre o interior do Estado do Rio de Janeiro.

Foram também fundamentais as contribuições, observações e solidariedades de todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para sua produção, entre eles os professores da banca de qualificação Professores Dr. Philip Gunn e Dra. Suzana P. Taschner, os meus colegas e alunos do departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, a geógrafa Fany R. Davidovich e à Ana Lúcia F. Gonçalves, bibliotecária do IPPUR- UFRJ, que localizou e conseguiu diversas publicações.

Enfim meus agradecimentos a todos aqueles que entrecruzaram a elaboração deste trabalho e que com suas críticas e observações me ajudaram a levá-lo a termo, bem como à mestrandia em geografia Cláudia A. L. Pinto que fez a revisão e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) que me apoiou com uma bolsa de doutorado.

RESUMO

A preocupação central deste trabalho é estudar os processos atuais de urbanização no interior fluminense à luz da compreensão da urbanização enquanto um fator crucial para a estruturação do território, que na atual etapa transcende os limites físicos da aglomeração.

Com base em uma recuperação do conceito de urbanização, através de um recorte epistemológico; de um resgate da conformação histórica e desenvolvimento deste objeto procedemos a uma análise em três escalas articuladas (regional, municipal e distrital), das tendências recentes da urbanização no interior fluminense.

Conseguimos delinear dois grandes padrões, em que se inserem outros mais específicos; que estão de distintas maneiras relacionados a processos de exclusão social e espacial em escala regional:

- um primeiro, difuso, nas áreas mais dinâmicas, que se caracteriza pela ocupação intersticial do espaço com a formação de nodalidades dispostas estrategicamente entre diversos lugares com diferentes especializações, que apresenta uma configuração multipolarizada, que põe por terra as hierarquias urbanas;
- e um segundo, em que se mantém a tendência à concentração em poucos lugares, nas áreas com atividades econômicas pouco diversificadas e com baixo dinamismo, que se caracteriza pelo acúmulo e concentração crescente de atividades e população em uma reduzida quantidade de sedes municipais.

As tendências que se descortinam sinalizam para uma crescente dissolução da velha dicotomia rural-urbano e para a necessidade de se relativizar a onipresença metropolitana no território.

ABSTRACT

The main concern of this work is to study the present urbanization processes in Rio de Janeiro's hinterland, conceiving urbanization as a crucial factor for territorial structuring, which transcends at the present time the agglomeration physical boundaries.

We analyzed Rio de Janeiro's hinterland recent urbanization trends through the combination of three scales (regional, municipal and local). We did so based on two master lines: first the urbanization concept retrieval, through an epistemological approach; and second through the historical construction of the object.

Two major patterns have been drawn from such analysis, which comprehend other more specific ones. Both of them are related, in distinctive ways, to social and spatial exclusion processes at the regional level:

- a first one, diffuse, in the more dynamic areas, characterized by the interstitial occupation of space, forming multiple nodalities strategically scattered between places with distinctive specializations; that assumes a multipolar configuration, which goes against the traditional models of urban hierarchies.
- and a second one, in areas with low development and less economical diversification, marked by the maintenance of the concentration tendency in few places, with an increasing accumulation of activities and population in the municipality's center.

These trends signalize to a crescent dissolution of the rural-urban antagonism as for to the need of lessening the metropolis omnipresence in the territory.

SUMÁRIO

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Sumário	iv
Lista de Tabelas	viii
Lista de Quadros e Matrizes	x
Lista de gráficos	x
Lista de mapas (Cartogramas)	xi
INTRODUÇÃO	2
1. DA REGIÃO METROPOLITANA AO INTERIOR	8
1.1 Rio de Janeiro X Guanabara: a falsa questão do esvaziamento	11
1.2 uma mudança de inflexão	13
1.3 traços da dinâmica espacial da população fluminense	16
1.3.1 principais características entre 1940 e 1980	16
1.3.2 inversões nos fluxos migratórios	18
1.3.3 mudanças delineadas para os anos 90	20
1.4 novos padrões de urbanização ?	25
2. O ESPAÇO, A CIDADE E A URBANIZAÇÃO	28
2.1 para uma concepção ampliada da urbanização	28
2.1.1 urbanização e espaço social - uma primeira localização	28
2.1.2 contra uma teoria geral do espaço e da urbanização	32
2.2 abordagens positivistas do espaço social	34
2.3 a vertente crítica	39
2.3.1 trajetória e principais contribuições	40

2.3.2 balanço do debate da vertente crítica.....	48
2.4 urbanização e estruturação do território.....	50
3. A ESCALA TERRITORIAL DA URBANIZAÇÃO	53
3.1 as transformações em curso e seus desdobramentos para a análise urbana.....	53
3.2 condicionantes da estruturação territorial.....	54
3.2.1 três lógicas	54
3.2.2 mobilidades do capital e do trabalho na estruturação territorial.....	57
a) a mobilidade do capital.....	56
b) a mobilidade da força de trabalho	57
3.2.3 esferas de (re)produção e urbanização.....	59
3.3 os lugares da urbanização	61
3.4 as escalas da urbanização.....	62
3.5 padrões de urbanização.....	64
3.6 urbanização e história	66
3.7 procedimentos gerais e delimitações	69
4. ORIGENS, OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO ATÉ O FIM DO SÉCULO XIX	74
4.1 divisão territorial do trabalho durante o período colonial	75
4.2 antecedentes.....	76
4.3 de fortificação defensiva à Capital da República	78
4.3.1 ciclo do ouro	86
4.3.2 ciclo do açúcar no Norte e Noroeste fluminenses	88
4.3.3 transformações políticas, sociais e econômicas.....	90
4.3.4 substituição do açúcar pelo café	92
4.3.5 ciclo do café	93
a) o papel dos escravos e a abolição	93
b) o papel das ferrovias	95
4.3.6 proclamação da república.....	100
a) perda da hegemonia cafeeira.....	103
b) novas funções da cidade do Rio de Janeiro.....	104
c) decadência das cidades cafeeiras e da agricultura fluminense	105
4.4 o Estado do Rio de Janeiro no fim do século XIX	110

5.	ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO	113
5.1	industrialização e urbanização no início do século XX.....	113
5.1.1	primórdios do desenvolvimento industrial.....	113
5.1.2	novo caráter da urbanização	116
5.2	mudança do eixo de acumulação (1920/40)	118
5.2.1	a dinâmica da industrialização.....	118
5.2.2	a situação da agricultura	119
5.3	a ocupação da Baixada Fluminense	121
5.3.1	a ocupação urbana.....	121
5.3.2	a substituição dos laranjais pelos loteamentos.....	122
5.4	a indústria como setor chave após a 2ª Guerra Mundial	126
5.4.1	substituição de importações; bens não duráveis	127
5.4.2	substituição de importações; bens duráveis	128
5.4.3	consolidação industrial e perda da hegemonia política	133
5.4.4	o desenvolvimento do terciário e a transferência da capital	134
5.4.5	o papel do setor agrícola	136
5.4.6	fusão e política rodoviária.....	138
5.5	O Estado do Rio de Janeiro no fim do século XX	146
6.	PADRÕES DE URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO	152
6.1	tendências empíricas e caminhos analíticos	152
6.2	características da urbanização.....	155
6.2.1	região Baía da Ilha Grande.....	156
6.2.2	região das Baixadas Litorâneas	161
6.2.3	região Centro Sul Fluminense	169
6.2.4	região do Médio Paraíba	175
6.2.5	região Norte Fluminense	184
6.2.6	região Noroeste Fluminense.....	193
6.2.7	região Serrana.....	199
6.3	padrões da urbanização.....	209
6.3.1	padrões de urbanização a nível regional.....	210
6.3.2	padrões de urbanização a nível municipal.....	212
6.3.3	padrões de urbanização a nível distrital	216
7.	OS LUGARES DA URBANIZAÇÃO	221

7.1 interpretação dos movimentos de redistribuição	223
7.2 hierarquia urbana x multipolaridade de lugares.....	226
7.3 troca de lugares.....	229
7.4 involução metropolitana e “evolução” do interior ?	231
7.5 perspectivas de estudo	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237
Glossário	246

LISTA DE TABELAS

1.1 a	Varição do PIB a custo de fatores, Estado do Rio de Janeiro e Brasil (1970-1991)	12
1.1 b	Crescimento Percentual Acumulado da Produção Industrial - 1970-89	13
1.2	Participação no PIB do Atual Estado do Rio de Janeiro.....	15
1.3.2	Volume Migratório Interno da Região e Saldo das Migrações Intra-Estaduais por Região de Governo 1970/80 (Estado do Rio de Janeiro)	19
1.3.3 a	Estado do Rio de Janeiro - Distribuição da População Total nºs absolutos (1940/1991).....	22
1.3.3 b	Estado do Rio de Janeiro - Distribuição da População Total nºs relativos.....	22
1.3.3 c	Estado do Rio de Janeiro - População Total - taxa de crescimento líquida a.a	22
1.3.3 d	Estado do Rio de Janeiro - Taxas de Urbanização	22
1.3.3 e	Estado do Rio de Janeiro - População Recenseada e Estimada e Variação da Estimativa.....	22
1.3.3 f	Estado do Rio de Janeiro - Distribuição da População Urbana nºs absolutos.....	23
1.3.3 g	Estado do Rio de Janeiro - Distribuição da População Urbana nºs relativos	23
1.3.3 h	Estado do Rio de Janeiro - População Urbana - taxa de crescimento líquida a.a	23
1.3.3 i	Estado do Rio de Janeiro - Variação Percentual da Participação na População Total e Urbana do Estado (1980/91)	23
1.3.3 j	Estado do Rio de Janeiro - Participação no Crescimento da População Total	23
4.2	Cidades, vilas e povoados conforme a capitania a que pertenciam na época de sua fundação de 1500 a 1720 nos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais	77
4.3	Origem dos municípios fluminenses.....	81
5.3.2a	Lotes aprovados por localização e década de aprovação.....	124
5.3.2b	Variação do Crescimento Urbano devido à migração (%).....	126
5.3.2c	Transformação de uso do solo em Nova Iguaçu (1950-70).....	126
5.4.2a	População Economicamente Ativa (PEA), Industrial e Total (1940-80).....	132
5.4.2b	Variação Relativa da PEA Industrial e Total (1940-80).....	132
5.4.5 a	Dados Gerais dos Censos Agropecuários no Estado do Rio de Janeiro (IBGE)	137
5.4.5 b	Pessoal ocupado no setor agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1985-1989)	137

6.2.1.1	Região da Baía da Ilha Grande - PIB e PEA em 1980.....	159
6.2.1.2	Região da Baía da Ilha Grande - Dados Municipais (1980/91) (1980/91).....	159
6.2.1.3	Região da Baía da Ilha Grande - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91).....	160
6.2.2.1	Região das Baixadas Litorâneas - PIB e PEA em 1980.....	165
6.2.2.2	Região das Baixadas Litorâneas - Dados Municipais (1980/91).....	166
6.2.2.3	Região das Baixadas Litorâneas - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91).....	167
6.2.3.1	Região Centro Sul Fluminense - PIB e PEA em 1980	171
6.2.3.2	Região Centro Sul Fluminense - Dados Municipais (1980/91)	172
6.2.3.3	Região Centro Sul Fluminense - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91).....	173
6.2.4.1	Região do Médio Paraíba - PIB e PEA em 1980	178
6.2.4.2	Região do Médio Paraíba - Dados Municipais (1980/91)	179
6.2.4.3	Região do Médio Paraíba - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91).....	180
6.2.5.1	Região Norte Fluminense - PIB e PEA em 1980	187
6.2.5.2	Região Norte Fluminense - Dados Municipais (1980/91)	187
6.2.5.3	Região Norte Fluminense - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91).....	189
6.2.6.1	Região Noroeste Fluminense - PIB e PEA em 1980.....	195
6.2.6.2	Região Noroeste Fluminense - Dados Municipais (1980/91).....	196
6.2.6.3	Região Noroeste Fluminense - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91).....	197
6.2.7.1	Região Serrana - PIB e PEA em 1980.....	203
6.2.7.2	Região Serrana - Dados Municipais (1980/91).....	204
6.2.7.3	Região Serrana - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91)	205

LISTA DE QUADROS E MATRIZES

I.1	Transformações na Distribuição dos Distritos e Divisões Municipais entre 1980/ 91 consideradas na aglomeração dos dados demográficos para 1980 e 1991.....	7
1	Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro e Microrregiões Homogêneas do IBGE	9
6.3.1	Características da Urbanização a nível regional	211
6.3.2	Características da Urbanização a nível municipal	213
6.3.3	Deslocamentos de Trabalho a nível distrital	218

LISTA DE GRÁFICOS

1.1	Variação do PIB a custo de fatores, Estado do Rio de Janeiro e Brasil (1970 -1991)	12-13
1.3.2	Volume Migratório Interno da Região e Saldo das Migrações Intra-Estaduais por Região de Governo (1970 / 80)	19
5.3.2	Lotes aprovados por localização e década de aprovação	124
5.4.2a	Variação da PEA Total (1940-80)	132
5.4.2b	Variação da PEA Industrial.....	132
5.4.5	Dados dos Censos Agropecuários (lavouras, estabelecimentos e pessoal ocupado)	137

LISTA DE MAPAS (CARTOGRAMAS)

1	Estado do Rio de Janeiro - Situação, Divisão Político- Administrativa	10
4.3	Brasil - capitâneas hereditárias.....	79
4.3.6 a	Município Neutro e municípios da Província do Rio de Janeiro - 1840	102
4.3.6 b	Município Neutro e municípios da Província do Rio de Janeiro - 1872	103
4.3.6 c	Distrito Federal e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 1892	104
5.4.6 a	Rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro - 1952.....	141
5.4.6 b	Rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro - 1961	142
5.4.6 c	Rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro - 1974.....	143
5.4.6 d	Estado do Rio de Janeiro - Malha Viária, Portos e Aeroportos - 1991	144
6.1	Região Baía da Ilha Grande	159
6.2	Região das Baixadas Litorâneas	165
6.3	Região Centro Sul Fluminense.....	171
6.4	Região do Médio Paraíba.....	178
6.5	Região Norte Fluminense.....	188
6.6	Região Noroeste Fluminense	195
6.7	Região Serrana	203

Informações Adicionais

Compuseram a Banca Examinadora os Professores Doutores Celso Monteiro Lamparelli (orientador) (FAUUSP), Suzana Taschner Pasternak (FAUUSP), Philip Gunn (FAUUSP), Carlos Bernardo Vainer (IPPUR-UFRJ) e Cláudio Antônio Gonçalves Egler (Geografia – UFRJ).

A defesa ocorreu em 06 de novembro de 1996 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Na versão original a tabela 1.1^a foi inserida por equívoco sem paginação entre as páginas 12 e 13, uma vez que os recursos de computador da época não comportavam a tese em único arquivo. A tabela foi mantida nesta versão, também sem paginação entre as páginas 12 e 13 como na versão original. Porém a articulação de todos os arquivos em um único arquivo e sua transformação no formato PDF (picture document file), somadas a mudanças nos softwares de processamento de texto, resultaram em mudanças na paginação original, alheias a nossa vontade, sem que haja sido modificado o conteúdo original deste trabalho.

“normalmente, os cientistas sociais contentam-se em deixar que os historiadores sejam os especialistas em tempo e os geógrafos, especialistas em espaço, enquanto que eles mantêm sua própria identidade disciplinar distinta, a qual, se não é uma preocupação exclusiva com a coerção estrutural, está estreitamente ligada a um enfoque conceptual sobre a ‘sociedade’. Historiadores e geógrafos, por sua parte, mostraram-se bastante solícitos em consentir nessa dissecação disciplinar da ciência social. Os praticantes de uma disciplina, segundo parece, só se sentem seguros se puderem apontar uma nítida delimitação conceptual entre seus interesses e os dos outros”. (GIDDENS, 1989 :233)

INTRODUÇÃO

Por que os lugares da urbanização ? Apesar deste trabalho não ser geográfico, e de não pretendemos enveredar por tal discussão, não podemos deixar de nos remeter a Vidal de la Blache, um dos mentores da escola francesa de geografia no século XIX, que entendia que *“a Geografia é uma ciência dos lugares, não dos homens”* (MORAES, 1993 :67).

Esta afirmação suscita um interessante problema, na medida em que são os homens que fazem os lugares e não vice-versa. Conforme Santos, *“o lugar é o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas”* (1994 :44 - grifo do autor). De certa forma, podemos adiantar provisoriamente, que os homens fazem os lugares ao se relacionarem entre si e a natureza para garantir sua sobrevivência material. Tais relações são mediadas pelo desenvolvimento da técnica e, mais tarde, da ciência e tecnologia, e têm como resultado a transformação do meio natural. No decorrer da história as ações dos homens, as interações e encontros sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos que se desenrolam nestes locais propiciam o surgimento de pontos de concentração e encontro de condições gerais e particulares, que marcam e caracterizam estes locais como particulares, específicos. Estes locais tornam-se, assim, lugares.

A cidade, historicamente, constitui-se por excelência no lugar do urbano, por assim dizer. É a manifestação material da urbanização, do processo de tornar urbano, através da ação dos homens, o que não era urbano (LIMONAD, 1991 :113), ela nasce, primeiro, da produção do excedente; como lugar da troca e, mais tarde, no feudalismo, como lugar do trabalho livre (SANTOS, 1991 :52-53). A cidade, por si só, pressupõe a existência de uma aglomeração física, de pessoas, equipamentos, ou de fixos e fluxos (SANTOS, 1991 :77-78).

Concordamos com a proposição de Souza de que falaremos, portanto, de lugares da urbanização na medida em que *“ser urbano, hoje, não significa necessariamente viver no espaço físico da cidade”* (SOUZA, 1993 :65) e por partirmos da hipótese de que a urbanização hoje extrapola e se estende além das fronteiras físicas da aglomeração e ganha uma amplitude maior, como explicitaremos no decorrer deste trabalho.

A título de melhor situar o leitor começaremos pela história deste trabalho. Inicialmente, tínhamos por objeto de estudo a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana

com a meta de detectar e compreender as diferenças e não-interações entre o núcleo e a área metropolitana; perceptíveis ao nível dos sentimentos de pertencimento (regionalismos) e das práticas e políticas urbanas. Tornava-se necessário, para precisar o problema, situar primeiro como a cidade do Rio de Janeiro se inseria e interagia com a rede urbana estadual.

Realizamos, neste sentido, uma pesquisa que contribuiu tanto para nos equipar com uma carga de conhecimento sobre a história e formação territorial da área; quanto para confrontar-nos com uma diversidade e multiplicidade de processos e com desigualdades e disparidades na distribuição das atividades produtivas e da população no território estadual. Defrontamo-nos, também, com uma desarticulação de identidades e práticas, a qual é prejudicial tanto para a capital quanto para o interior, e é reforçada por uma representação da população com relação ao território.

Não que tenha sido sempre assim. Desde o nascedouro houve momentos de distanciamento e aproximação. Os momentos de aproximação, todavia, foram aparentemente insuficientes para superar a articulação deficiente. Não chegou a se concretizar, espacialmente, no estado uma articulação entre a capital e o interior do estado como ocorreu no estado de São Paulo. Desde o século XVI tais momentos se sucedem; porém a década de 70/80 parece-nos um marco na tentativa de aproximação, e constitui-se no início do período que pretendemos privilegiar na análise que faremos.

Durante a pesquisa cresceu minha identificação e interesse pelo interior em detrimento da capital. O trabalho, assim, começou a apontar para outro esquema de polarização e complementaridade e para a percepção de processos e práticas alheios à metrópole; na medida em que a desarticulação, acima referida, propicia enfoques privilegiados sobre a capital e sua região metropolitana, e obscurece a diversidade de processos em curso no interior do estado. Optamos, assim, por trabalhar em uma perspectiva invertida em que privilegiaremos o estudo do interior e relegaremos, analiticamente, a região metropolitana a um segundo plano.

O simultâneo avanço tanto na acumulação de informações sobre a realidade concreta como sua reflexão à luz de diferentes conceitos teórico-metodológicos impuseram ao presente trabalho uma abordagem que nem é genuinamente teórico-explicativa, nem histórico-descritiva, se pudermos usar em uma primeira aproximação uma diferenciação, ainda que seja ela própria questionável. Neste quadro o trabalho nutre-se de diversas teorias enquanto aparato para compreender um objeto empírico. Ademais, apresenta

uma parte histórica, por partir de uma compreensão de que a organização presente resulta de um entrelaçamento de processos e práticas pretéritas.

Parece-nos importante ter consciência da necessidade de compreender os processos particulares para entender o todo em sua diversidade. Reconhecemos, outrossim, que dadas as dimensões do objeto a serem analisadas serão privilegiados aspectos particulares em detrimento de outros de não menor importância. Trata-se, outrossim, de construir uma visão de complementaridade à realidade do estado do Rio de Janeiro e de abrir novos veios de estudo.

Nesta perspectiva realizamos este trabalho com o objetivo de entender os processos de urbanização em curso no interior do estado do Rio de Janeiro. Limitações de duas ordens obrigaram-nos a fazer cortes analíticos. Primeiro, por parecer-nos a teoria insuficiente para dar conta dos diversos processos levantados na pesquisa; segundo, por temos limitações para abarcar todos os aspectos da diversidade da realidade. Neste sentido trabalhamos principalmente com a distribuição da população, com a distribuição das atividades produtivas e as lógicas dos agentes produtores do espaço enquanto pano de fundo.

Diversos fatores, ligados à distribuição das atividades produtivas e às tendências do crescimento demográfico, verificados na última década, abordados de forma sintética no primeiro capítulo, apontam para uma reorganização territorial com base em uma redistribuição da população e das atividades produtivas no interior do estado. Na compreensão de que tal reorganização teria por base “novos” padrões de distribuição da população e das atividades produtivas procedemos no segundo capítulo a uma recuperação do conceito de urbanização nas duas principais vertentes epistemológicas que tem orientado a produção científica nas últimas décadas, com ênfase na vertente crítica mediante um resgate de seus principais interlocutores internacionais.

Dado o caráter do trabalho, no terceiro capítulo procuramos delinear uma concepção instrumental de urbanização que subsidiasse nosso estudo e subseqüentemente expomos os procedimentos gerais adotados. No quarto capítulo procedemos, a partir das proposições estabelecidas no terceiro, a uma breve recuperação da ocupação e formação do território do atual estado do Rio de Janeiro, do século XVI ao final do século XIX, com vistas a subsidiar sua compreensão atual. E, ainda nesta perspectiva, no quinto capítulo, resgatamos as linhas gerais do desenvolvimento industrial no território do atual estado.

No sexto capítulo expomos em diversas escalas os padrões de distribuição da população no interior do estado do Rio de Janeiro entre 1980 e 1991. Enfim, no sétimo capítulo apontamos as conclusões a que chegamos e as perspectivas de estudo que se descortinam.

Cabe, antes de iniciarmos, esclarecer que este trabalho não se insere necessariamente no corpo de conhecimento de uma disciplina específica, na medida em que compreendemos que as divisões disciplinares, além de cercear o pensamento crítico, “são expressões concretas da repressão de tempo e espaço em teoria social” (GIDDENS, 1989 :287). Este trabalho apoia-se, assim, na produção teórica de diversas disciplinas para a análise da conformação, estruturação e urbanização do território do atual estado do Rio de Janeiro. O método analítico construiu-se no caminho. Não se tratou de construir um modelo ideal, nem uma teoria explicativa de uma realidade dada, nem um receituário, e sequer tivemos alguma pretensão neste sentido.

Vale ressaltar, ainda, que em razão da constituição relativamente recente (1975) do atual estado do Rio de Janeiro, enquanto unidade político-administrativa, e o caráter anterior de sua capital, que a maioria dos estudos existentes tem por característica privilegiar a capital e sua região metropolitana em detrimento do interior. Muitos trabalhos tendem a enfatizar as interações interestaduais entre a capital do estado e outros centros e a relegar as interações intraestaduais (entre o interior e a região metropolitana) a um plano secundário. Muitos têm por preocupação exclusiva a capital e/ou sua região metropolitana, quando não se voltam apenas para o antigo estado da Guanabara, como um trabalho recente de Santos (1992) dedicado à análise dos limites do planejamento estadual a partir da experiência do referido estado.

No âmbito da urbanização do interior do estado, propriamente dita, há uma produção teórica limitada a aspectos específicos (como por exemplo os trabalhos de BERNARDES, 1964; DAVIDOVICH, 1986; FERNANDES, 1983 e SOARES, 1987) e diversos estudos técnicos (FAPERJ, 1983 CODERJ, 1970 e vários perfis municipais elaborados pelo CIDE).

Há ainda diversos trabalhos sobre algumas regiões de governo (como por exemplo BERNARDES, 1987; PIQUET, 1986; RANDOLPH, 1986) e várias dissertações de mestrado acerca de questões estaduais específicas ou relativas ao estudo de cidades (entre outros BERTONCELLO, 1992; COELHO, 1986; DUARTE, 1979; EGLER, 1979; GUANZIROLI, 1983; LACORTE, 1976).

Dada a singularidade deste estado e o caráter setorial e fracionado da maioria dos estudos, em razão dos objetivos a que se propõem, inexistiu uma história da conformação e ocupação urbana do território do atual estado, mas histórias isoladas. O conjunto destes estudos, funcionou enquanto peças de um quebra-cabeça, para cuja montagem tivemos de recorrer a algumas abordagens histórico-econômicas gerais e particulares.

Antes de finalizarmos esta introdução, gostaríamos de salientar que, para melhor avaliar as transformações havidas, tivemos que proceder a reaglomerações dos dados demográficos, e por vezes econômicos com base nas divisões por regiões de governo e municípios existente em 1991. Adotamos tal procedimento em razão das diversas emancipações, desanexações e anexações distritais e regionais ocorridas entre 1980 e 1991. No Quadro I.1 expomos as modificações que serviram de base para aglomerarmos os dados distritais, municipais e regionais, a partir dos dados distritais contidos na Sinopse Preliminar de 1980 e de tabulações especiais do censo de 1991.

QUADRO I.1 - Transformações na Distribuição dos Distritos e Divisões Municipais entre 1980/91 consideradas na aglomeração dos dados demográficos para 1980 e 199

Região Metropolitana

Município	Distrito	situação em 1991
Magé	Guapimirim	emancipado
Nova Iguaçu	Belford Roxo	emancipado
Nova Iguaçu	Japeri	emancipado
Nova Iguaçu	Queimados	emancipado

Interior

Município	Distrito	situação em 1991
Barra Mansa	Quatis, Falcão e Ribeirão São Joaquim	deformaram o município de Quatis
Cabo Frio	Arraial do Cabo	emancipado
Campos	Italva	emancipado - passou para o Noroeste Fluminense
Campos	Cardoso Moreira e Joaquim	Sãoformaram o município de Cardoso Moreira
Casimiro de Abreu	Rio das Ostras	emancipado
Miguel Pereira	Conrado	anexado
Natividade	Varre-Sai	emancipado
Natividade	Ourânia	desmembrado em Ourânia e Bom Jesus do Querendo
Nova Friburgo	Lumiar	desmembrado em Lumiar e S. Pedro da Serra
Petrópolis	São José do Vale do Rio Preto	emancipado de Petrópolis
Petrópolis	Pedro do Rio	desmembrado em Pedro do Rio e Posse
Resende	Pirangaí	extinto entre 1980/91, por não apresentar aglomeração urbana foi anexado ao distrito de Eng. Passos
Resende	Itatiaia	emancipado
S. Sebastião do Alto	Valão do Barro	desmembrado em Ipituna e Valão do Barro
Sto Antônio de Pádua	Aperibé	emancipado
Três Rios	Areal	emancipado
Três Rios	Comendador Levy Gasparian Afonso Arinos	eformaram o município de Cdor Levy Gasparian
Vassouras	Conrado	anexado ao município de Miguel Pereira
Vassouras	Paty do Alferes e Avelar	formaram o município de Paty do Alferes

Municípios que mudaram de Região de Governo

Município	região até 1980	região em 1991
Petrópolis	Metropolitana	Serrana
S. José do Vale do Rio Preto	Metropolitana	Serrana
Macaé	Baixas Litorâneas	Norte Fluminense
Conceição de Macabu	Baixas Litorâneas	Norte Fluminense

Regiões de Governo criadas em 1984

região criada	região de origem	municípios em 1991
Centro Sul Fluminense	Médio Paraíba	Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras
Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai

1. DA REGIÃO METROPOLITANA AO INTERIOR

O objetivo deste capítulo é reunir elementos para problematizar nosso objeto de estudo. Diversos pontos aqui abordados serão retomados nos capítulos posteriores conforme expusemos na introdução.

O estado do Rio de Janeiro, segunda unidade mais importante do Brasil até 1990 foi criado em 15 de março de 1975 através da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Este último, correspondente ao território da atual capital do estado - município do Rio de Janeiro, foi criado em 21 de abril de 1960 com a transferência do Distrito Federal para Brasília; e que por haver sido sede político-administrativa nacional por quase dois séculos, beneficiou-se com a implantação de uma razoável infraestrutura de serviços públicos e concentração de investimentos.

Até meados da década de 80 o estado contava com 64 municípios. Entre 1980 e 1991 foram criados 17 novos municípios¹. A partir de uma reformulação administrativa, em 1984, o estado passou a contar com oito regiões de governo (vide Quadro 1 e Mapa 1) as quais tendem a corresponder ao agrupamento de uma ou várias microrregiões homogêneas do IBGE, com algumas discrepâncias.

Nos últimos quinze anos, nas áreas mais articuladas aos fluxos produtivos era possível perceber a ampliação dos espaços urbanos e um desenvolvimento econômico nas cidades médias e em algumas de pequeno porte.

Parece-nos conveniente, dado o caráter relativamente recente da fusão, iniciarmos nossa abordagem pela relação entre o atual município do Rio de Janeiro (antiga Guanabara) e o antigo estado do Rio de Janeiro, a partir da tão falada questão do “*esvaziamento econômico*”.

¹ Arraial do Cabo e Rio das Ostras (Região das Baixadas Litorâneas); Areal, Comendador Levy Gasparian e Paty do Alferes (Região Centro-Sul Fluminense); Itatiaia e Quatis (Região do Médio Paraíba); Belford Roxo, Guapimirim, Japeri e Queimados (Região Metropolitana); Aperibé, Italva e Varre-Sai (Região Noroeste Fluminense); Cardoso Moreira e Quissamã (Região Norte Fluminense) e São José do Vale do Rio Preto (Região Serrana).

QUADRO 1 - Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro e Microrregiões Homogêneas do IBGE

Região	microrregião homogênea	municípios
Metropolitana		Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Japeri, Queimados, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba, Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí
Baía da Ilha Grande	Baía da Ilha Grande (223)	Parati e Angra dos Reis
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense (217);	Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende, Rio das Flores, Valença, Volta Redonda, <i>Quatis e Itatiaia</i>
	Vassouras e Piraí (219);	Piraí e Rio Claro
Centro Sul Fluminense	Vassouras e Piraí (219);	Eng.º Paulo de Frontin, Mendes, Vassouras, Miguel Pereira e <i>Paty do Alferes</i>
	Três Rios (215);	Paraíba do Sul, Sapucaia, Três Rios, <i>Areal e Cdr Levy Gasparian</i>
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio (222);	Araruama, Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia, Saquarema e <i>Arraial do Cabo</i>
	São João e Macacu (220);	Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Silva Jardim e <i>Rio das Ostras</i>
Serrana	Serrana Fluminense (218);	Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo
	Cordeiro (216)	Bom Jardim, Cordeiro, Sta. Mª Madalena, S. Sebastião do Alto e Trajano de Moraes
	Cantagalo (214);	Cantagalo, Carmo, Duas Barras e Sumidouro
Noroeste Fluminense	Cantagalo (214);	Itaocara
	Itaperuna (211)	Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, <i>Varre-Sai e Italva</i>
	Miracema (212)	Cambuci, Miracema, Sto. Antônio de Padua e Aperibé
Norte Fluminense	Campos (213);	Campos, Conceição de Macabu, Macaé, S. Fidélis, São João da Barra, <i>Cardoso Moreira e Quissamã</i>

Obs: os municípios em itálico foram criados entre 1980 e 1991(vide tabela 2, capítulo 4)

1.1 Rio de Janeiro X Guanabara: a falsa questão do esvaziamento

Após a transferência da capital para Brasília e da fusão, conforme diversos analistas (Singer, Geiger, Davidovich, etc.), o estado do Rio de Janeiro passou a crescer a taxas inferiores a de outros estados do território nacional, com uma diminuição da participação do município do Rio de Janeiro no PIB nacional. A esse fenômeno convencionou-se chamar de “*esvaziamento econômico*” do estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto de Planejamento Municipal do Rio de Janeiro “*é inegável que, até 1980 - data dos últimos dados censitários disponíveis - o Município (do Rio de Janeiro), assim como o Estado sofreu uma perda incessante de importância relativa ao nível nacional. O fenômeno ficou conhecido como ‘esvaziamento econômico do Rio de Janeiro’ (IPLANRIO, 1986 :8).*

É este discurso que estabelece as bases ideológicas para um regionalismo, no sentido estrito, que visa desfazer a fusão e recriar o estado da Guanabara, através de um plebiscito, além de tentativas, “*infrutíferas*”, do “*Poder Público*” para o município do Rio de Janeiro retomar sua proeminência¹ e voltar a ser Distrito Federal². As administrações estaduais ainda não perderam o ranço de privilegiá-lo e relegar ao ostracismo outras áreas do estado. Patente na tendência ao desaparecimento de diversos municípios como Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Laje do Muriaé entre outros³.

Iremos nos situar, rapidamente, frente ao “*esvaziamento*” do estado do Rio de Janeiro para mostrar que sua maior contribuição à compreensão da problemática estadual é “*esvaziar*” a complexidade das transformações que ocorreram e ocorrem no atual território do estado, que não estariam limitadas à capital e sua região metropolitana.

¹ um exemplo é o discurso de posse do Prefeito César Maia em 1º de Janeiro de 1992, onde declara ser necessário o Rio de Janeiro recuperar seu papel passado. Chegou-se a aventar a possibilidade de transferir novamente o distrito federal para o Rio de Janeiro, conforme notícia publicada no Jornal do Brasil em 1992. Além dos pronunciamentos de diversos candidatos à governador nos programas eleitorais da TV, onde muitos identificavam o Estado à capital, esquecendo-se de que existe um interior.

² este sentimento de regionalismo pauta-se também no sentimento de que é a cidade do Rio de Janeiro quem sustenta o resto do Estado, como mostra claramente a seguinte passagem: “*E o resultado da simbiose da cidade rica com um estado falido desde o início do século foi o desastre econômico conhecido como ‘esvaziamento’.*” (JB, Editorial, 13/11/94 :10)

³ conforme uma série de reportagens publicadas no Jornal do Brasil entre 1991/92 e corroborado pelos dados estatísticos do IBGE e pelos Fóruns Regionais de Desenvolvimento promovidos durante o ano de 1992 no Estado do Rio de Janeiro com o patrocínio do Jornal do Brasil e de outras instituições governamentais.

O esvaziamento segundo diferentes abordagens é atribuído:

- à transferência do Distrito Federal para Brasília que resultou na perda de serviços administrativos e da arrecadação tributária, que haveria acarretado uma redução do mercado local e a tornado menos atraente para a implantação industrial¹.
- à fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, interpretada como a instalação de uma relação parasitária, do interior em relação à capital, através de um ato arbitrário do Governo Militar.
- ao descaso do Governo Federal ao privilegiar investimentos em outros estados em detrimento do Rio de Janeiro - como por exemplo no caso do Pólo Petroquímico (instalado no Rio Grande do Sul) e de Informática (instalado em Campinas - São Paulo) e dos investimentos realizados em Minas Gerais.
- a estagnação e/ou não crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, nos mesmos níveis do PIB nacional, conforme o Instituto de Planejamento Municipal "*o declínio da participação da renda municipal na renda nacional, entre 1949 e 1970, comprova estatisticamente o 'esvaziamento' referido*" (IPLANRIO, 1986 :13).

Estas causas estão inter-relacionadas e podem ser avaliadas concretamente através da análise da variação do PIB do estado do Rio de Janeiro em relação às variações do PIB nacional a partir de 1970. Tal análise (vide tabela 1.1.a e gráfico 1.1) indica, entre 1970/80 um crescimento real de 99,16% do PIB estadual, inferior ao do PIB nacional (135,12%). Na década seguinte (80/91), o PIB estadual cresceu 11,12%, porém o PIB nacional também apresentou um desempenho inferior (16,98%) (vide tabela 1.1.a e gráfico 1.1). Mesmo assim e apesar da recessão e da escalada inflacionária, a participação do PIB estadual no PIB nacional passou de 9% em 1980 para 10,89% em 1990. Esta década, poderia ser caracterizada como uma etapa de relativa estagnação econômica, devido às oscilações apresentadas pelo PIB estadual (de 1980 a 88 cresceu 22,03%, e caiu 9,85% de 1989 a 1990), que estariam relacionadas à conjuntura econômica nacional e ao fato da indústria fluminense estar baseada na construção civil,

¹ "*Embora a Guanabara tenha excelentes possibilidades de compensar a perda sofrida com a transferência de órgãos da alta administração federal para Brasília, a curto prazo seu potencial econômico deve ter sido afetado de modo negativo*". SINGER, 1978 :143-144.

indústria naval e no turismo, além de se concentrarem aqui grande número de estatais¹.

¹ *“Outro problema para o Estado do Rio de Janeiro foi a crise dos anos 80, que atingiu profundamente o país, suas finanças e suas empresas. O estado, enquanto sede de várias dessas estatais sofreu mais do que outros com o impacto deste processo”.* CIDE, 1993a :27.

TABELA 1.1.a - Variação do PIB a custo de fatores, Estado do Rio de Janeiro e Brasil (1970-1991)

variação	Estado do Rio de Janeiro (1)		Brasil (2)	
	acumulada	% ao ano	acumulada	% ao ano
1970	100,00		100,00	
1971	104,70	4,70	113,30	13,30
1972	115,80	10,60	126,56	11,70
1973	132,13	14,10	144,27	14,00
1974	139,52	5,60	158,41	9,80
1975	149,57	7,20	167,28	5,60
1976	166,32	11,20	182,34	9,00
1977	177,80	6,90	190,91	4,70
1978	188,64	6,10	202,36	6,00
1979	194,12	2,90	215,32	6,40
1980	199,16	2,60	235,12	9,20
1981	199,28	0,06	224,78	-4,40
1982	203,09	1,91	226,13	0,60
1983	201,44	-0,81	218,44	-3,40
1984	203,22	0,88	230,02	5,30
1985	208,84	2,77	248,19	7,90
1986	239,48	14,67	267,05	7,60
1987	234,72	-1,99	276,66	3,60
1988	234,36	-0,15	276,39	-0,10
1989	243,04	3,70	285,51	3,30
1990	219,10	-9,85	274,09	-4,00
1991	221,31	1,01	275,05	0,35

(1) 1970/80 - FAPERJ, 1981; 1980/91- CIDE- Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 1992. série revista
deflator implícito = PIB Brasil - IBGE

(2) 1971/79 - IBGE; 1980/90 - IBGE

**GRÁFICO 1.1 - Variação do PIB a custo de fatores
Estado do Rio de Janeiro e Brasil (1970-1991)**

O não acompanhamento da taxa de crescimento do PIB nacional pode ser atribuído, em parte, ao ingresso em sua composição de novas fontes de recursos. Mormente se lembramos que as décadas de 70/80 caracterizaram-se pelo desenvolvimento de grandes projetos na Amazônia, desenvolvimento do complexo agro-industrial no Centro Oeste, investimentos em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, entre outros.

É notório que o crescimento relativo da produção em um ano, ou em uma década, em espaços recém-integrados, onde nada havia tende a apresentar taxas elevadas. Novas áreas de outros estados ao se integrarem e se desenvolverem produtivamente, passam a integrar a composição do PIB nacional, que passa a crescer a taxas superiores às de áreas com produção pretérita, mesmo que aumente a produção nestas áreas. Tende a diminuir, assim, a participação relativa das áreas antes empenhadas em atividades produtivas, como é o caso não só do estado do Rio de Janeiro, mas de São Paulo e Rio Grande do Sul, sem condições de acompanhar o ritmo das áreas recém-integradas. Ver o “*esvaziamento*” sob esta ótica significa interpretá-lo à luz do desenvolvimento desigual e combinado na escala do território-nação.

Em que pese a hipótese de um crescimento mais lento¹ da economia este não pode ser identificado com um “*esvaziamento econômico*”. pois mesmo a produção industrial de São Paulo cresceu em ritmo inferior ao do Brasil (vide tabela 1.1 b).

TABELA 1.1 b - crescimento percentual acumulado da produção industrial - 1970-89

	1970-80	1980-89
BRASIL	13,35	7,80
Rio de Janeiro	9,34	8,30
São Paulo	12,83	1,60
Minas Gerais	14,86	17,30

Fonte -- IBGE censos econômicos

1. 2 uma mudança de inflexão

Mesmo aqueles que tentam justificar o “*esvaziamento*” tendem a admitir uma mudança de inflexão no crescimento do estado do Rio de Janeiro a partir de 1984; e a perceber que o estado de São Paulo, também, apresentou uma redução em sua participação no PIB nacional, inclusive mais acentuada do que a do Rio de Janeiro (vide MÉSSENTIER, 1993 :43). Apesar de sua aparente dificuldade em renunciar à idéia do esvaziamento e tendência a estendê-lo a São Paulo, Mesentier conclui que “o problema do

¹ “O Estado do Rio de Janeiro tem demonstrado crescimento econômico, muito mais lento porém do que o observado nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, e mesmo no Brasil, na evolução da renda interna, na do pessoal ocupado na indústria, no do valor da produção industrial e na da PEA”. DAVIDOVICH, 1986 :356.

esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, assim como o de São Paulo, é determinado principalmente pelo padrão de desenvolvimento global da economia, que, por suas características, destina a cada região uma posição relativa na organização das atividades no espaço nacional” (MESENTIER, 1993 :47) o que de certa forma converge com nossa proposição.

O discurso do “*esvaziamento*” persiste até hoje¹ e constitui-se, de certa forma, em uma bandeira política com forte comprometimento ideológico. Isto é interessante para as elites da capital do estado que projetam os problemas desta como se fosse uma característica da totalidade do estado. O “*esvaziamento*”, assim, é utilizado como síntese da complexa realidade estadual para atender a interesses políticos diversos, em uma tentativa de tornar o Rio de Janeiro, principalmente o município e a região metropolitana, uma prioridade nacional. E com isso deixou-se de observar a complexa diversidade no interior do estado e as transformações ocorridas nos últimos vinte anos, em parte devidas à articulação tardia da região metropolitana com o interior.

Os projetos onde o estado do Rio de Janeiro foi preterido pelo governo Federal em favor de outros estados, em sua maior parte estavam orientados para o município do Rio de Janeiro e sua região metropolitana, entre eles o projeto de instalação de um núcleo de indústrias de alta tecnologia e o desenvolvimento de biotecnologia, ambos no município do Rio de Janeiro, e direcionados pelo governo federal para o interior do estado de São Paulo (Campinas e Lorena); a instalação de um complexo petroquímico em Itaguaí, município da região metropolitana vizinho à capital direcionado para o Rio Grande do Sul, e atualmente em disputa pelos estados do Maranhão e Ceará, entre outras. E esta tendência se mantém com a intenção de transformar o Porto de Sepetiba, situado na capital, no maior porto da América do Sul.

Se há um “*esvaziamento econômico*”, não é generalizado, e está restrito à cidade do Rio de Janeiro, na medida em que é definido com base no decréscimo da participação do município do Rio de Janeiro na produção nacional e estadual (vide tabela 1.2) sem considerar o crescimento do estado, conforme apontamos.

¹ a este respeito temos artigos de Carlos Lessa e pronunciamentos de Aspásia Camargo, então presidente do IPEA entre 1994 e 1995 na Folha de São Paulo.

TABELA 1.2 - Participação no PIB do Atual Estado do Rio de Janeiro

	1939	1949	1959	1968	1980
Antigo Estado do Rio de Janeiro	19,73	24,05	28,07	29,68	36,80
Município do Rio de Janeiro (Antigo Estado da Guanabara)	80,27	75,95	71,93	70,32	63,20

Fonte - IBGE censos econômicos e CIDE, 1992

O estado do Rio de Janeiro, a partir de 1984, apresentou um crescimento constante da produção industrial (vide tabela 1.1.b), inclusive acima da média nacional devido ao avanço da indústria de transformação e à extração de petróleo (vide MESENTIER, 1993 :44). Este avanço frente à redução da participação do setor industrial no município do Rio de Janeiro aponta para um crescimento da participação deste setor não só no entorno metropolitano¹ mas em outras áreas do interior, que em 1980 respondiam respectivamente por 21,11% e 23,51% do PIB industrial do estado, correspondentes a 16,78% e 24,30% do Valor de Transformação Industrial (VTI) do estado (CIDE, 1989b :60-61).

Em que pese a concentração industrial na região metropolitana (58,92% do VTI estadual), em 1980, entre os dezesseis municípios responsáveis por 95,19% do VTI estadual, dez pertenciam ao interior do estado (por ordem de importância econômica, Volta Redonda, Petrópolis, Resende, Barra Mansa, Nova Friburgo, Campos, Angra dos Reis, Cabo Frio, Três Rios e Macaé), e eram responsáveis por 20,58 % do VTI do estado, concentrado principalmente nos setores de extração mineral, metalúrgica, química, minerais não metálicos, produtos alimentares e material de transportes.

Apesar da perda do 2º posto na composição do PIB nacional para Minas Gerais, cujo PIB alcançou 12,49% em 1990, o estado do Rio de Janeiro já apresentava sinais de recuperação. Em 1994 aumentou sua participação para 12,52% do PIB nacional, 0,01% a menos do que Minas Gerais, enquanto a participação de São Paulo passou para 35,61% (Folha de São Paulo, 18/02/95 :4). A despeito de nos primeiros cinco meses de 1990 haver caído o desempenho da indústria fluminense em 5,4%, esta queda foi inferior à “de São Paulo (-6,9%), Minas (-5,8%) e Rio Grande do Sul (-9,1%)” (*Economia Fluminense*, 1990 :1). Esta retomada estaria relacionada, em parte, ao aumento da utilização da capacidade industrial instalada e ao crescimento dos investimentos no setor secundário fora do município do Rio de Janeiro.

¹ utilizaremos este termo ao nos referirmos à Região Metropolitana sem a capital.

O avanço da extração mineral, na década de 80, com a descoberta de novos mananciais petrolíferos na Bacia de Campos, o crescimento do turismo no interior e das atividades de construção civil, a retomada de crescimento da Companhia Siderúrgica Nacional, a fusão dos estaleiros Verolme com a Ishibrás em Angra dos Reis, a construção de um novo terminal de reparos da Petrobrás em Cabo Frio, e mais recentemente na década de 90 a implantação da fábrica de caminhões da Volkswagen em Resende sinalizam para um crescimento da atividade econômica no interior do estado.

1.3 traços da dinâmica espacial da população fluminense

De certa forma conjugadas a este redirecionamento no crescimento econômico fora do núcleo metropolitano os resultados do censo demográfico de 1991 apontam para a emergência de novos padrões de distribuição da população no território do estado do Rio de Janeiro.

Em 1991, 95,25% da população fluminense residia em áreas urbanas (cidades e vilas) o que fazia do estado do Rio de Janeiro um dos mais urbanizados do país (vide tabela 1.3.3.d). Apesar da expressiva concentração populacional na região metropolitana (vide tabela 1.3.3.b e g), podia-se notar desde 1970 um aumento da participação do interior no crescimento populacional do estado frente ao núcleo e região metropolitana (vide tabela 1.3.3.j). No sentido de evidenciar as mudanças na distribuição da população a partir de 1980/91 abordaremos inicialmente de forma sintética os traços da urbanização até 1980. Entendemos, por ora e provisoriamente, urbanização como simples relação entre população urbana e população total, calculada normalmente como taxa em percentuais.

1.3.1 principais características entre 1940 e 1980

Entre 1940 e 1980 a dinâmica espacial da população fluminense, seguiu os padrões nacionais (vide a respeito TASCHNER, 1992 :77) e pautou-se pelos seguintes traços:

- a) a região metropolitana era responsável por parcelas crescentes da população total e do incremento demográfico até 1970 (vide tabela 1.3.3.b e j) com taxas elevadas de crescimento, superiores à média nacional, e um crescimento mais acentuado no entorno metropolitano do que no núcleo, apesar da maior concentração demográfica neste, que já apresentava um decréscimo na participação da população estadual desde 1950. (vide tabelas 1.3.4 a, b e c)

- b) uma intensa evasão das áreas rurais para as áreas urbanas do estado, desde a década de 60 com um aumento acentuado das taxas de urbanização (vide tabela 1.3.3 d).
- c) intensas migrações interestaduais e intermunicipais, entre 1940 e 1970, constituíram-se num dos principais fatores para o crescimento demográfico do município do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana; que junto com a região metropolitana de São Paulo aparecem como focos preferenciais de destino de migrantes do Nordeste brasileiro (TASCHNER, 1992 :77).
- d) multiplicação do número de cidades e exponenciação da urbanização (vide tabela 1.3.3 d e h) com a tendência à concentração da população e atividades econômicas no núcleo e na região metropolitana. Entre 1950 e 1980 a concentração e densificação urbana do município do Rio de Janeiro estenderam-se a diversos municípios limítrofes aos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, que passaram a crescer a taxas maiores do que o núcleo metropolitano (vide tabela 1.3.3 c). Tal expansão reduziu a participação do núcleo metropolitano na população estadual (vide tabela 1.3.3 b). Na década seguinte o crescimento da região metropolitana foi acompanhado pelo crescimento das cidades médias a taxas superiores às da região metropolitana (COELHO, 1990 :27 a 29) com o esvaziamento das pequenas cidades e aglomerados.

A urbanização acelerada na região metropolitana e cidades médias do estado contribuiu para aumentar as disparidades entre as regiões de governo e para deteriorar as condições de vida da população, aglomerada nestas cidades ou em suas periferias, carentes de infra-estrutura, saneamento básico, habitação e transportes dada a impossibilidade dos investimentos em infra-estrutura e serviços acompanharem o crescimento da demanda.

Os efeitos da metropolização, medida como taxa da relação entre população residente na área urbana e a população estadual, tornavam-se perceptíveis em áreas além da mancha metropolitana tanto através da geração de atividades complementares - novas indústrias ou equipamentos de lazer, quanto acentuando o êxodo rural e as migrações.

Ao final dos anos 70 a região metropolitana do Rio de Janeiro concentrava 77,69% (vide tabela 1.3.3 b) da população estadual e a maior parte dos investimentos estaduais. Os padrões de distribuição da população e a política estadual direcionada para o núcleo metropolitano (CIDE, 1993b) sinalizavam para um reforço da hegemonia metropolitana, com:

1. uma concentração populacional crescente acompanhada de uma intensificação das disparidades na distribuição estadual das atividades econômicas, oferta de emprego, infra-estrutura e serviços entre os aglomerados que, em ritmo acelerado, tornaram-se cidades médias ou se incorporaram à mancha urbana metropolitana e os aglomerados estagnados.
2. a diminuição da quantidade de localidades receptoras de migrantes e ampliação do número de aglomerados estagnados em virtude das migrações em patamares para centros maiores, com um predomínio das faixas etárias mais produtivas, acompanhadas pela redução do volume de negócios e a oferta de trabalho, dada a retração da demanda.

1.3.2 inversões nos fluxos migratórios

A análise dos fluxos migratórios do estado, entre 1970/80, já esboçava, todavia, algumas mudanças nestas perspectivas. O saldo migratório entre 1970/80 contribuiu para uma variação de 3,84% da população total (345.784 migrantes) correspondente a 15,02% do incremento populacional no período. Em 1990, Coelho assinalava as seguintes inversões (COELHO, 1990 :27-29): **primeiro** as cidades médias cresceram a taxas superiores a região metropolitana na década de 70/80. **Segundo**, os fluxos migratórios intermunicipais predominaram sobre os interestaduais; e **terceiro** houve uma evasão de população da capital do estado para outros municípios da região metropolitana. Além destas, a análise dos dados migratórios entre 1970/80 (vide tabela 1.3.2) indicam que:

1. predominaram as migrações internas em quase todas regiões de governo do estado do Rio de Janeiro (71% dos emigrantes e 56% dos imigrantes), que apresentaram saldo migratório positivo; com exceção do Norte e Noroeste fluminense, com saldo migratório negativo com destino a região metropolitana seguidas por suas migrações internas (vide gráfico 1.3.2).
2. a maior parte das migrações interestaduais, considerando-se as migrações intraestaduais no Rio de Janeiro, foi entre os estados da região Sudeste (86,8% dos emigrantes e 73,23% dos imigrantes) (CIDE, 1989a). Se considerarmos apenas os fluxos interestaduais, a maioria dos migrantes era oriunda do Nordeste¹ e Sudeste² brasileiros.

¹ principalmente Paraíba, Pernambuco e Ceará.

² principalmente Minas Gerais e São Paulo.

TABELA 1.3.2 - Volume Migratório Interno da Região e Saldo das Migrações Intra-Estaduais por Região de Governo 1970/80

Região de Origem	Região de Governo de Destino							
	RM	NOF	NF	Sr	BL	MP	CS	BIG
Metropolitana	532.983	-14.680	-27.004	1.951	-2.308	3.834	-747	4.482
Noroeste Fluminense	NOF	14.680	6.602	390	2.541	2.606	919	85
Norte Fluminense	NF	27.004	-390	8.727	-167	9.614	496	-4
Serrana	Sr	-1.951	-2.541	167	16.559	1.228	808	-1.189
Baixadas Litorâneas	BL	2.308	-2.606	-9.614	-1.228	9.941	12	-34
Médio Paraíba	MP	-3.834	-919	-496	-808	-12	31.878	-2.019
Centro Sul Fluminense	CS	747	-85	4	1.189	34	2.019	5.879
Baía da Ilha Grande	BIG	-4.482	-148	-165	-198	-25	-1.698	-107
Saldo	34.472	-21.369	-36.718	3.280	11.137	6.390	-4.015	6.823

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1989 - CIDE

OBS 1: os dados em **negrito** correspondem ao volume de migrantes interno à própria região.

OBS 2: os dados de Petrópolis estão agregados à Região Serrana.

3. o estado do Rio de Janeiro apresentou saldo migratório negativo em relação à região Centro Oeste (-39.709), notadamente para o Distrito Federal; e em relação ao estado de São Paulo (-29.331) (CIDE, 1989a e IBGE, 1991).
4. apesar da região metropolitana haver apresentado o maior saldo migratório do estado (34.472 pessoas), seguida pelas Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba e Serrana; mais de 80% dos migrantes pertenciam à própria região.
5. em quase todas as regiões os maiores fluxos de migrantes, com exceção da própria, eram provenientes da região metropolitana, seguida pelas regiões vizinhas, exceto na Baía da Ilha Grande onde os afluxos de migrantes da região metropolitana e do Médio Paraíba superaram os movimentos migratórios internos; e a Baía da Ilha Grande, Médio Paraíba e Serrana apresentaram saldo migratório positivo em relação à região metropolitana.

Estas tendências esboçadas nos anos 70 apontavam para uma diminuição da importância das migrações no incremento populacional do estado e para um esvaziamento demográfico do núcleo metropolitano, que apresentou uma das mais baixas taxas de crescimento populacional no país (1,82% a.a vide tabela 1.3.3 c). Mesmo assim em 1994 ainda se considerava que “*continuamos invadidos por levas de migrantes entregues à sua sorte*” (Jornal do Brasil, 13/11/94 :10).

É digno de nota que entre 1980/91, a cidade de São Paulo, também, apresentou saldo migratório negativo (-755.000 pessoas), com migrações pendulares entre as próprias cidades do estado de São Paulo e outros da região Sudeste (segundo uma pesquisa do SEADE Sistema Estadual de Análise e Dados (Jornal do Brasil, 12/02/95 :14)).

1.3.3 mudanças delineadas para os anos 90

Uma análise rápida e sintética dos resultados do censo de 1991 aponta para uma reversão mais concreta das expectativas esboçadas nos anos 70/80, e revelam que:

- a) houve uma diminuição no ritmo de crescimento da população fluminense; os resultados do censo ficaram aquém das estimativas projetadas para 1991: 12.807.706 habitantes contra os 14.116.900 (vide tabela 1.3.3 e) estimados com base na queda da fecundidade detectada pelas PNADs em 1985.
- b) Esta diminuição não foi uniforme em todo o estado. Enquanto os resultados do censo de 1991 para o Interior ficaram 1,30% abaixo das estimativas projetadas (vide tabela 1.3.3 e); a região metropolitana, o núcleo e os outros municípios da região

metropolitana ficaram 11,46%; 10,15% e 13,06% abaixo das estimativas. Chama a atenção o fato da região metropolitana sem o núcleo haver apresentado o maior desvio (-13,06%) em relação às estimativas.

- c) a taxa anual de crescimento do estado do Rio de Janeiro apresentou uma redução de 51% entre 1980/91 (passou de 2,31% para 1,15% ao ano vide tabela 1.3.3 c). Pode-se dizer que esta redução acompanhou uma tendência nacional que se apresentou mais acentuada no Sudeste Brasileiro e em seus núcleos metropolitanos (vide TASCHNER, 1992 :78 ss) relacionada ao maior desenvolvimento desta região e à queda das taxas de natalidade e mortalidade. No estado do Rio de Janeiro as taxas de natalidade e mortalidade decresceram entre 1980 e 1987¹ e, em 1987, a taxa de crescimento natural (natalidade-mortalidade) (SAUVY, 1979 :136-137) era de 1,15 % ao ano.
- d) Em relação ao cômputo estadual a queda na taxa de crescimento entre 1970/80 e 1980/91 (vide tabela 1.3.3 c) apresentou-se mais acentuada no núcleo (de 1,82% a.a para 0,67% a.a.) e região metropolitana (de 2,45% a.a para 1,02% a.a). Vale destacar que a taxa de crescimento da região metropolitana sem se considerar o núcleo (1,49% a.a) foi superior a média estadual (1,15% a.a) e à de crescimento natural, porém inferior a do Interior (1,57% a.a), que apresentou a maior taxa de crescimento líquida ao ano do estado no período. De certa forma, pode-se dizer que a taxa de crescimento do interior manteve-se relativamente estável, com uma redução menos acentuada frente às variações da região metropolitana.
- e) apesar da diminuição da concentração populacional na região metropolitana em razão da queda das taxas de crescimento da capital e das grandes cidades da região metropolitana, intensificou-se a periferização. Os municípios da franja da região metropolitana em interação com o interior apresentaram taxas de crescimento superiores à média estadual juntamente com dois municípios-dormitório próximos ao núcleo e em interação com ele (Belford Roxo e São Gonçalo).
- f) a região metropolitana e o núcleo que respondiam por 81,88% do incremento populacional no período 1970/80, vêem sua participação no crescimento reduzida para 68,71% entre 1980/91. Enquanto o interior, a partir de 1970 aumentou sua participação no crescimento estadual, que passou de 11,73% entre 1960/70 para 18,12% na década seguinte e 31,29% entre 1980/91 (vide tabela 1.3.3 j).

¹ a taxa de mortalidade passou de 8,1 por 1.000 habitantes, em 1980, para 7,6 em 1987; e a de natalidade de 25,9 por 1.000 habitantes, em 1980, para 19,1 em 1987. CIDE, 1991.

Tabela 1.3.3

a . Distribuição da População Total n°s absolutos

	1940*	1950*	1960*	1970**	1980**	1991**
Estado	3.611.998	4.674.583	6.709.891	8.994.802	11.297.327	12.807.706
Rio de Janeiro (RJ)	1.764.141	2.377.451	3.307.163	4.251.918	5.093.232	5.480.768
Região Metropolitana (RM)	2.231.763	3.182.158	4.874.619	6.891.521	8.776.753	9.814.574
Interior	1.380.235	1.492.425	1.835.272	2.103.281	2.520.574	2.993.132
RM-RJ	467.622	804.707	1.567.456	2.639.603	3.683.521	4.333.806

Fonte: IBGE

b . Distribuição da População Total n°s relativos

	1940*	1950*	1960*	1970**	1980**	1991**
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rio de Janeiro (RJ)	48,84	50,86	49,29	47,27	45,08	42,79
Região Metropolitana (RM)	61,79	68,07	72,65	76,62	77,69	76,63
Interior	38,21	31,93	27,35	23,38	22,31	23,37
RM-RJ	12,95	17,21	23,36	29,35	32,61	33,84

c . População Total - taxa de crescimento líquida a.a

	1940*/1950	1950*/1960	1960*/1970	1970**/1980	1980**/1991
Estado	2,61	3,68	2,97	2,31	1,15
Rio de Janeiro (RJ)	3,03	3,36	2,54	1,82	0,67
Região Metropolitana (RM)	3,61	4,36	3,52	2,45	1,02
Interior	0,78	2,09	1,37	1,83	1,57
RM-RJ	5,58	6,89	5,35	3,39	1,49

d . Taxas de Urbanização

(população urbana x 100 / população total)

	1940*	1950*	1960*	1970**	1980**	1991**
Estado	61,25	72,61	79,00	87,90	91,82	95,25
Rio de Janeiro (RJ)	86,10	96,87	97,47	100,00	100,00	100,00
Região Metropolitana (RM)	83,02	90,81	90,89	96,99	98,26	99,18
Interior	26,04	33,82	47,40	58,12	69,40	82,37
RM-RJ	71,37	72,89	77,02	92,13	95,85	98,15

e. População Recenseada e Estimada e Variação da Estimativa

	população recenseada		população estimada (x 1.000)***			variação da estimativa
	1980**	1991**	1989	1990	1991****	
Estado	11.297.327	12.807.706	13.642,9	13.877,9	14.116,9	-9,27
Rio de Janeiro (RJ)	5.093.232	5.480.768	5.934,6	6.016,7	6.099,9	-10,15
Região Metropolitana (RM)	8.776.753	9.814.574	10.694,4	10.887,6	11.084,3	-11,46
Interior	2.520.574	2.993.132	2.948,5	2.990,3	3.032,7	-1,30
RM-RJ	3.683.521	4.333.806	4.759,8	4.870,9	4.984,6	-13,06

* população presente

** população residente

*** IBGE e CIDE

**** calculado com base na taxa média geométrica de crescimento por município 1985 = ano base

Obs: em 1984 Petrópolis deixou de integrar a região metropolitana, para avaliar as mudanças na distribuição da população recalculamos os dados da região metropolitana e do interior a partir de 1940

f . Distribuição da População Urbana nºs absolutos

	1940*	1950*	1960*	1970**	1980**	1991**
Estado	2.212.211	3.394.360	5.300.629	7.906.146	10.373.300	12.199.641
Rio de Janeiro (RJ)	1.519.010	2.303.063	3.223.408	4.251.918	5.093.232	5.480.768
Região Metropolitana (RM)	1.852.767	2.889.648	4.430.693	6.683.751	8.624.038	9.734.325
Interior	359.444	504.712	869.936	1.222.395	1.749.262	2.465.316
RM-RJ	333.757	586.585	1.207.285	2.431.833	3.530.806	4.253.557

Fonte: IBGE

g . Distribuição da População Urbana nºs relativos

	1940*	1950*	1960*	1970**	1980**	1991**
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rio de Janeiro (RJ)	68,66	67,85	60,81	53,78	49,10	44,93
Região Metropolitana (RM)	83,75	85,13	83,59	84,54	83,14	79,79
Interior	16,25	14,87	16,41	15,46	16,86	20,21
RM-RJ	15,09	17,28	22,78	30,76	34,04	34,87

h . População Urbana - taxa de crescimento líquida a.a

	1940*/1950	1950*/1960	1960*/1970	1970**/1980	1980**/1991
Estado	4,37	4,56	4,08	2,75	1,49
Rio de Janeiro (RJ)	4,25	3,42	2,81	1,82	0,67
Região Metropolitana (RM)	4,54	4,37	4,20	2,58	1,11
Interior	3,45	5,60	3,46	3,65	3,17
RM-RJ	5,80	7,49	7,25	3,80	1,71

i . Variação Percentual da Participação na População Total e Urbana do Estado (1980/91)

	população total	população urbana
Rio de Janeiro (RJ)	-5,08	-8,50
Região Metropolitana (RM)	-1,36	-4,02
Interior	4,74	19,84
RM-RJ	3,78	2,43

j . Participação no Crescimento da População Total

	1940*/1950	1950*/1960	1960*/1970	1970**/1980	1980**/1991
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rio de Janeiro (RJ)	57,72	45,68	41,35	36,54	25,66
Região Metropolitana (RM)	89,44	83,16	88,27	81,88	68,71
Interior	10,56	16,84	11,73	18,12	31,29
RM-RJ	31,72	37,48	46,92	45,34	43,05

* população presente

** população residente

*** IBGE e CIDE

**** calculado com base na taxa média geométrica de crescimento por município 1985 = ano base

Obs: em 1984 Petrópolis deixou de integrar a região metropolitana, para avaliar as mudanças na distribuição da população recalculamos os dados da região metropolitana e do interior a partir de 1940

- g) estas mudanças no crescimento nas diferentes áreas do estado entre 1980/91 refletiram-se na distribuição da população o que fez com que aumentassem em 4,74% a participação do interior na população total e 19,84 % na população urbana do estado (vide tabela 1.3.3 i).
- h) o crescimento demográfico no interior não foi uniforme, conforme os resultados do censo de 1991. Aumentou a quantidade de cidades médias (mais de 50.000 habitantes) e de pequeno porte na faixa de 10.000 a 50.000 habitantes. Um número significativo de cidades de pequeno porte e de cidades médias apresentou as maiores taxas de crescimento líquido ao ano no cômputo estadual.
- i) o aumento da taxa de urbanização no interior não se deu de forma homogênea, apesar da tendência no estado haver sido o incremento destas taxas o que configura um aumento da evasão rural em direção às áreas urbanas.

A partir do exposto e considerando as tendências migratórias entre 1970/80 (CIDE, 1989a), os resultados do censo de 1991 e as estimativas de crescimento do IBGE para o período apesar de não se encontrarem disponíveis as tabulações migratórias para o período 1980/91 levam-nos a inferir que:

- a) a baixa taxa de crescimento do núcleo metropolitano (0,67% a.a entre 1980/91), com 42,79% da população estadual, em relação às taxas de crescimento do entorno metropolitano e do interior, aponta para uma evasão de sua população com destino a outros municípios metropolitanos e mesmo para o Interior (vide tabelas 1.3.4 b e c), bem como para outros estados da região Sudeste; em consonância com uma tendência que se esboçava na década de 70/80.
- b) se a região metropolitana permanece como um pólo de atração de migrantes, pode ter se tornado também um foco de emigração ou patamar migratório para outras áreas do estado e outros estados da região Sudeste; tendência assinalada por alguns autores com base nos dados preliminares do censo de 1991 e nas PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) (RIBEIRO e LAGO, 1995: 25 e TASCHNER, 1992 :82).

Enfim, as mudanças assinaladas na redistribuição da população e na distribuição das atividades produtivas apontam para a conformação de novos padrões de urbanização no interior fluminense e sugerem um novo padrão de reorganização urbana que nos levou a privilegiar o interior fluminense e as tendências que se colocam como objeto de estudo.

1.4 novos padrões de urbanização ?

As breves análises nos itens anteriores demonstraram - pelo menos tendencialmente - que, no interior do estado do Rio de Janeiro, defrontamo-nos, hoje, com uma ampla gama de situações, onde os agentes intervenientes são múltiplos e distintos.

Apenas para citar alguns exemplos que serão retomados oportunamente, temos a atuação de diferentes lógicas em espaços concomitantes como a lógica estatal (Usina Nuclear de Angra dos Reis, Programas do Açúcar e do Alcool, financiamento de projetos agrícolas pelo Banerj, etc...); a lógica das autarquias estatais (Petrobrás e Furnas); a lógica do grande capital (Volkswagen, Verolme e Ishikawagima); a lógica dos estabelecimentos agrícolas (industrialização e mecanização da produção agricultura em moldes intensivos); a lógica do capital imobiliário (turismo e atividades produtivas); e finalmente a lógica dos trabalhadores rurais e urbanos, que procuram se situar em face da reestruturação do território em curso.

A articulação e interação entre tais lógicas e a reorganização da produção gera distintas distribuições espaciais das atividades produtivas e da população que assumem um novo formato e configuram “novos” padrões de urbanização no bojo da reestruturação do território, e conferem ao urbano uma amplitude maior.

Tais processos não podem ser vistos como particulares como tentaremos mostrar posteriormente. De certa forma são resultantes da transformação territorial em curso ao nível global, que apresenta-se de forma específica e particular em cada lugar, seja na escala regional, seja na escala local.

Nosso objetivo neste trabalho é detectar mudanças nos padrões de urbanização no interior fluminense, em função de sua tardia articulação física com a região metropolitana. E mostrar através da análise em diferentes escalas espaciais que os processos de ocupação e transformação do território do atual estado são por demais complexos para serem simplificados e reduzidos a uma palavra de ordem que é o “*esvaziamento do estado*” e que não há um processo homogêneo que atinge e afeta de forma igual todas as partes do estado.

É nossa hipótese que, para detectar e compreender as mudanças ocorridas nos padrões de urbanização no interior do estado, é necessário entender a urbanização enquanto parte de um processo de estruturação do território. Neste sentido, a urbanização não se atém à cidade propriamente dita e extrapola as fronteiras e limites físicos da aglomeração. As formas de aglomeração e distribuição da população

apresentam-se por vezes como estratégias da mobilidade espacial do trabalho frente à mobilidade do capital (Scherer, Nestor, Soja, Harvey, Souza).

Os estudos existentes dedicam-se geralmente à análise da redistribuição e reestruturação das atividades produtivas (processos de terceirização, formação de complexos agro-industriais, novas formas de localização industrial). Paralelo e concomitante a estes processos temos a redistribuição da população no território. Sua articulação conforma novos padrões de urbanização e reestruturação territorial.

Portanto, tomamos como pressupostos do presente trabalho que

1. não é mais possível limitar a análise ao fato urbano propriamente dito - ou seja o estudo do urbano deve deixar de ser localizado ao nível da cidade e deve ser entendido em uma escala maior / regional ou territorial, conforme for o caso.
2. existem hoje processos que passam por fora da metrópole tanto ao nível das atividades produtivas quanto no concernente à distribuição da população no território.

Não vem ao caso aprofundar, no âmbito da nossa investigação, que as metrópoles ("cidades globais") tendem a se relacionar com maior intensidade diretamente entre si. Isto não constitui novidade e acontece há algum tempo nos países avançados.

Deixa, assim, de haver interação direta de dependência metrópole-hinterland e ao mesmo tempo o hinterland se descola de sua metrópole. Passa-se a ter distintas interações não necessariamente complementares, com diversas combinações, entre metrópoles e hinterlands: entre metrópoles (cidades globais); entre metrópoles e diversos hinterlands; entre diversos hinterlands sem necessariamente passar pelas metrópoles.

A concepção de sociedade urbana, todavia, deve ser relativizada em termos de qualidades e intensidades. A uma década da passagem para o século XXI, 75% da população brasileira vive em cidades. Porém, afirmar que o Brasil transformou-se em um território onde as pessoas vivem eminentemente em cidades é forçar uma imagem de uma totalidade homogênea. Não que tal homogeneização não exista. Trata-se sim, de perceber que internamente a esta homogeneização há uma heterogeneidade qualitativa.

Se a metrópole encontra-se presente em todas as partes isto não equipara uma cidade no interior do estado do Rio de Janeiro, dormitório para um distrito de um município vizinho, a uma cidade no sertão. Aonde apesar da chegada do "*progresso*" vive-se ainda em condições pré-capitalistas, e o cotidiano e o espaço de vida de seus habitantes

difere qualitativamente do dia a dia dos habitantes de uma grande cidade. Onde a inter-relação campo e cidade expressa-se de maneira distinta em termos de intensidade, velocidade e qualidade, de necessidades materiais e de meios para suprir a reprodução social e a sobrevivência cotidiana.

Os estudos dos processos urbanos passam por fora da cidade e na cidade. Os processos gerais de acumulação, circulação e distribuição das atividades produtivas configuram diferentes estratégias verticais (especializações e hierarquizações) e horizontais em termos de expansão e amplitude destes movimentos que geram hoje novos padrões de distribuição da população e das atividades produtivas.

O urbano extravasa as fronteiras da cidade através das diversas práticas, táticas e estratégias dos distintos capitais e do trabalho para maximizar suas respectivas mobilidades.

É nossa hipótese geral, portanto, que o urbano tende a extravasar os limites da aglomeração física (cidade) e da concentração e ganhar uma abrangência territorial com a aglomeração disposta em múltiplos núcleos com uma grande diversidade. As práticas e relações urbanas ultrapassam os limites físicos da aglomeração e o modo de vida urbano os limites físicos da aglomeração. A urbanização ganha um "novo" significado mais abrangente em termos de seu papel na estruturação do território. Neste sentido torna-se necessário recuperar o conceito de urbanização tanto para a reflexão como para a instrumentalização da análise específica do (interior do) estado do Rio de Janeiro.

2. O ESPAÇO, A CIDADE E A URBANIZAÇÃO

uma recuperação

A questão central deste capítulo consiste em discutir se é suficiente trabalhar a urbanização como uma mera manifestação fenomênica ou construção mental conforme propõem diversos autores das mais diversas correntes teóricas. Ou se a urbanização precisa ser compreendida como parte integrante do processo geral de estruturação da sociedade e do território.

Procura-se entender a urbanização enquanto um processo espaço temporal de estruturação de um território e simultaneamente como resultante deste mesmo processo que transcende as concepções da arquitetura, do urbanismo e da economia entre outros. Um processo onde as desigualdades geográficas, econômicas, sociais etc... conjugadas à mobilidade espacial e setorial do trabalho contribuem para alterar o território, subordinadas às necessidades gerais de reprodução geral das relações sociais e espaciais de produção e ao desenvolvimento do meio técnico-científico. Este processo que cria fixos e fluxos tem uma resultante que se expressa espacialmente em duas escalas: a cidade, na escala dos lugares; e a rede urbana, enquanto a manifestação espacial da cooperação entre lugares (LOJIKINE, 1977 :152-162), na escala territorial. Isto não significa dizer que a urbanização em si é um determinante maior ou menor, e sim um elemento que interage com outros na construção do espaço, que tende a ir além das cidades.

Trataremos, portanto, da estruturação do território sob um olhar particular, específico, mas, ao mesmo tempo, amplo, concernente à urbanização enquanto necessidade histórica para a reprodução das relações sociais de produção numa formação social e econômica específica.

2.1 para uma concepção ampliada da urbanização

2.1.1 urbanização e espaço social - uma primeira localização

A negligência com o espaço, enquanto categoria de análise, por parte da teoria social em geral, e pelas ciências sociais em particular, (exceto por raras exceções das contribuições dos leninistas, de Gramsci¹; e da Escola de Chicago) e o desinteresse da

¹ Gramsci, ao questionar o crescente economicismo e produtivismo do partido comunista italiano, em particular em sua análise da questão meridional e em seus cadernos de cárcere, contribuiu para uma certa compreensão da dialética sócio-espacial, em particular seus trabalhos sobre o papel do estado na vida cotidiana e na especificidade das formações econômicas e sociais e as relações entre as estruturas ocupacionais e territoriais. GRAMSCI, 1976.

Geografia para com as relações sociais de produção e com a análise dos fenômenos sociais e econômicos, até a década de 60, deveu-se em boa parte à herança positivista de estanquização do conhecimento em diferentes competências. Portanto, se as ciências sociais, a economia e outros ramos do conhecimento não se preocuparam com a espacialidade das relações sociais de produção; se os geógrafos por sua vez se dedicaram a classificar e descrever minuciosamente o que havia no território sem se incomodar com os determinantes não geográficos de tais disposições, foi porque não fazia parte das atribuições destes campos de conhecimento.

Algumas correntes de análise, todavia, não deixaram o espaço completamente de lado (SOJA, 1993 :49-50). Entre elas a ecologia urbana da Escola de Chicago; as proposições de planejamento urbano e regional que despontaram entre 1930/50; a historiografia regional e a produção dos *Annales* (Fèbvre, Vidal-Naquet, Vernant, Léveque, Braudel, Mandrou, Le Goff), que deu continuidade às tradições de Vidal de La Blache; as teorias marxistas do imperialismo e os trabalhos de Gramsci sobre a questão regional. Segundo Poulantzas as análises da Ecole des Annales “se situam freqüentemente na linha designada como **história das mentalidades**. A produção social do espaço e do tempo é apreendida como simples transformação dos ‘quadros mentais’, da ‘visão do mundo’, das ‘estruturas mentais’, e é colocada no mesmo plano que as coordenadas culturais, como por exemplo a religião. Algumas dessas análises aparentam-se assim à corrente culturalista e àquelas, famosas, de M. Weber sobre o capitalismo e a ética protestante” (POULANTZAS, 1978 :111-112, grifo do autor).

As abordagens que tentavam articular as categorias espaço-tempo questionavam as análises historicistas e economicistas vigentes. Como será apresentado mais adiante, estas abordagens encaravam o espaço apenas como um elemento cultural, e portanto integrante da superestrutura de uma sociedade e o urbano enquanto um mero somatório de elementos ou um espaço marginal à produção. Destacam-se entre os articuladores do tempo/espaço Lefèbvre e Mandel, os quais apesar de trabalhar em diferentes escalas de análise entendiam que o espaço não se resumiria a um reflexo das relações sociais de produção.

No âmbito da análise regional, Mandel concluía que “o desenvolvimento desigual entre as regiões e as nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão-de-obra pelo capital” (MANDEL, 1976 :43 apud SOJA,1993 :103).

Apesar da importância de Mandel para a análise regional, privilegiaremos neste prisma da articulação das categorias espaço-tempo a obra de Lefèbvre, por estar mais voltada

para a problemática da urbanização. Para Lefèbvre a urbanização, enquanto processo de disseminação do urbano, ampliava-se e generalizava-se em escala mundial. E deveria ser entendida enquanto expressão das relações sociais ao mesmo tempo em que incidiria sobre elas (LEFÈBVRE, 1970 :21).

O significado dos termos urbano e urbanização para Lefèbvre ia além dos limites das cidades. Em seu entender a urbanização seria uma condensação dos processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção e a própria sobrevivência do capitalismo estaria baseada na criação de um espaço social crescentemente abrangente, instrumental e mistificado (LEFÈBVRE, 1974 :358 e SOJA, 1993 :65), na compreensão de que

“É neste espaço dialectizado (conflitual) que se realiza a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nela contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFÈBVRE, 1973 :19).

Tanto Mandel quanto Lefèbvre colocavam num mesmo plano o espaço social e as relações sociais de produção, e muitos interpretaram isto, principalmente no caso de Lefèbvre, como uma tentativa de se atribuir um papel transformador ao espaço.

Lefèbvre, todavia, não confere ao espaço um papel transformador, mas condicionador, regulador como fica claro na seguinte passagem:

“Spatial practice regulates life - it does not create it. Space has no power ‘in itself’, nor does space as such determine spatial contradictions. These are contradictions of society - contradictions between one thing and another within society, as for example between the forces and relations of production - that simply emerge in space, at the level of space, and so engender the contradictions of space” (LEFÈBVRE, 1974 :358).

Para ele, assim, *“La realidad urbana **modifica** las relaciones de producción, **sin**, por otra parte, **llegar a transformarlas**”* (LEFÈBVRE, 1970 :21), o espaço socialmente produzido assume um papel interativo com as relações sociais de produção¹. E a que relações sociais de produção Lefèbvre se refere?

“se debe tomar como referencia no la producción en el sentido restringido de los economistas - es decir, el proceso de la producción de las cosas e de su consumo -, sino la reproducción de las relaciones de producción. En esta amplia acepción, el espacio

¹ *“Del espacio no se puede decir que sea un producto como cualquier otro, un objeto o una suma de objetos, una cosa o una colección de cosas, una mercadería o un conjunto de mercaderías. No se puede decir que sea simplemente un instrumento, el más importante de todos los instrumentos, el presupuesto de toda producción e de todo intercambio. estaría esencialmente vinculado con la reproducción de las relaciones (sociales) de producción.”* LEFÈBVRE, 1972 :34.

de la producción implicaría, por tanto, y encerraría en su seno la finalidad general, la orientación común a todas las actividades dentro de la sociedad neocapitalista... Se trata de la producción en el más amplio sentido de la palabra: producción de las relaciones sociales y reproducción de determinadas relaciones (LEFÈBVRE, 1972 :34 - grifo nosso).

Com isso sua proposição conquista uma amplitude maior do que a hipótese que reduziu o urbano a uma ideologização ao nível do consumo, enquanto um espaço marginal à produção¹.

A vinculação do espaço em geral e do espaço urbano em particular apenas à produção, segundo Lefèbvre, implicaria apenas na reprodução dos meios de produção concernentes à força de trabalho e seria adequada a uma análise do capitalismo competitivo do século XIX e não à atual etapa. Por outro lado, desde então as condições gerais se transformaram, e hoje o sistema capitalista deve garantir sempre além da reprodução dos meios de produção a reprodução das relações sociais de produção, efetivada através da totalidade do espaço, na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, perpassados por diferentes tempos históricos - simultaneidades (LEFÈBVRE, 1972 :33).

Para Lefèbvre a reprodução ampliada e as novas condições materiais do capitalismo estariam intimamente relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência através da manutenção e disseminação sócio-espacial de suas estruturas. Tanto ao nível da reprodução do cotidiano, da reprodução da força de trabalho e dos meios de produção quanto ao nível da reprodução das condições gerais e das relações gerais sociais de produção, onde a organização do espaço passa a desempenhar um papel fundamental. Seria no espaço socialmente produzido, o espaço urbano do capitalismo mesmo no campo, onde se reproduziriam as relações dominantes de produção através de um espaço social

¹ *"En esta hipótesis (la tercera), repetámoslo una vez más, el espacio a la par funcional e instrumental queda vinculado a la reproducción de la fuerza de trabajo a través del consumo... Las ciudades no vendrían a ser más que unidades de consumo correlativas de las grandes unidades de producción... En cualquier caso, en esta hipótesis, el espacio no sería una mera representación inocente, sino que 'vehicularia' las normas y los valores de la sociedad burguesa... En el punto límite, ya no es exactamente la ideología que impera, sino únicamente una suerte de falsa conciencia con los discursos, que ella misma engendra". LEFEBVRE, 1972 :33.*

concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades da produção e do capitalismo¹.

2.1.2 contra uma teoria geral do espaço e da urbanização

Acreditamos não ser a intenção de Lefèbvre, e muito menos a nossa, defender uma teoria geral do espaço. Isto significaria admitir que este enquanto objeto teórico possuiria leis e determinações próprias, como assinala Poulantzas (1976 e 1978) ao se deparar com as mesmas dificuldades:

“o espaço e o lugar da economia, o espaço das relações de produção, de exploração e de extração do excesso de trabalho (espaço de reprodução e de acumulação do capital e de extração de mais-valia no modo de produção capitalista) jamais constituiu, nem nos outros modos de produção (pré-capitalistas), nem no capitalismo, um nível hermético e enclausurado, auto-reproduzível e depositário de suas próprias ‘leis’ de funcionamento interno” (POULANTZAS, 1978 :20).

Não é admissível, assim, que conceitos tenham uma mesma extensão, sentido e significado em diferentes modos de produção, o que implicaria em uma concepção invariante das coisas pelo que elas são. E nem enquanto partes com identidades próprias integrantes de uma combinação, própria da concepção dualista e evolucionista².

Entendemos, como Poulantzas, haverem imbricações entre os diversos elementos que se organizam num arcabouço dialético constitutivo da totalidade, através do processo dialético de união-dissolução, concentração-fragmentação, onde a transformação das

¹ “A sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado - obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo estado), da diferenciação entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana”. SOJA, 1993 :115 e LEFÈBVRE, 1974 :354 - 355.

² “... tanto os conceitos de economia como os de Estado não têm e nem podem ter a mesma extensão, o mesmo campo e o mesmo sentido nos diversos modos de produção, mesmo num nível abstrato - assim como não podem ser tomados como formas puramente econômicas resultantes de uma combinação sempre diferencial de elementos econômicos em si invariantes, movendo-se num espaço fechado e de limites intrínsecos - também não formam combinações entre estes elementos e elementos invariantes de outras instâncias (do estado), concebidas também como substâncias imutáveis”. POULANTZAS, 1978 :21.

relações de produção e o desenvolvimento do meio técnico-científico *“traça os novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia”*¹.

Há que se considerar a coexistência, simultaneidade de diferentes modos de produção e diferentes formações sociais (articulações num momento histórico dado de vários modos de produção num mesmo espaço), que não devem ser tomadas como simples somatórios, combinações e concretizações espaciais de modos de produção abstratos. Elas são o lugar real de existência e reprodução que não podem ser deduzidas ou reduzidas a um modelo formal-ideal.

Nossa intenção de trabalhar a compreensão do espaço conjugada à urbanização sugere um corte analítico onde a tradicional distinção entre abordagens disciplinares será absorvida por uma diferenciação epistemológica. Esta última é mais genérica e fundamental e abriga uma discussão que ultrapassa o recorte disciplinar; pois se a discussão sobre a urbanização é teórica; o debate sobre o espaço situa-se no campo epistemológico, por este não se constituir em um conceito, mas em uma categoria do conhecimento.

Procederemos a esta recuperação em duas vertentes por partilharmos a idéia de Bachelard (1988 e 1993) de que nenhuma corrente filosófica é suficiente em si para dar conta da complexidade de um conceito ou da realidade, e que diferentes veios filosóficos contribuem para a construção do objeto de análise no processo de construção do conhecimento² e por vezes confluem para concepções similares.

A recuperação na vertente positivista será breve e deverá servir de contraste à recuperação das proposições da vertente crítica, a qual daremos maior ênfase por propiciar um enfoque mais abrangente e com maior força explicativa.

Não é nossa intenção, todavia, proceder a uma discussão exaustiva e aprofundada. Isto já foi feito de diferentes maneiras, com distintos recortes por diversos autores (Castells, Harvey, Soja e Lefèbvre entre outros). Iremos, outrossim, selecionar exemplos representativos das diversas concepções para explicitar porque entendemos a

¹ *“Em suma, um modo de produção não é o produto de uma combinação entre diversas instâncias em que cada uma possuita previamente, ao se relacionar, uma estrutura intangível. É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma. Isto se faz em cada modo de produção segundo o papel determinante das relações de produção. Esta determinação, porém, só existe no interior da unidade de um modo de produção”*. POULANTZAS, 1978 :22.

² *“Do início do século XX até hoje, vão se sucedendo as explicações ecologistas, morfologistas, neoclássicas, economicistas, neomarxistas, neopolíticas, que formam escolas, campos de interpretação autolegitimados que se respondem uns aos outros”*. SANTOS, 1988 :35

urbanização enquanto parte do processo de estruturação do território, enquanto um processo histórico-espacial com desdobramentos sócio-econômicos, e para alcançar um conceito explicativo que fundamente nossa análise.

2.2 abordagens positivistas do espaço social

A vertente positivista do pensamento sobre a urbanização pode ser dividida em dois veios principais que inspiraram a geografia clássica, a economia neoclássica e a sociologia de Durkheim e Parsons. No primeiro destes veios o espaço é compreendido como dado *a priori*, invariante, e o tempo histórico é suprimido. No segundo é concebido como um somatório de partes decomponíveis onde a classificação e estudo minucioso de seus elementos levariam ao todo; e a história é retomada numa perspectiva evolutiva onde os eventos possuiriam vida própria. Ambos vêem o espaço social como neutro e dado. É esta

"concepção empirista que faz do 'espaço e do tempo' realidades neutras, dados, onde vêm se confrontar outras realidades (relações, quantidades, acontecimentos) para aí se inscreverem ou desenrolarem; é a concepção empirista que faz da história, da geografia, ou da economia espacial a arte de extrair do dado temporal ou espacial pedaços escolhidos" (LIPIETZ, 1977 :18).

O veio empirista tem por base a afirmação dos elementos e fatos mais simples, estes existem e emergem por si só na realidade, o que lhes confere um caráter fenomênico, e torna a realidade exterior ao entendimento. Os conceitos se concatenam, assim como os objetos, os grupos e os indivíduos. Tal construção possibilita a redução da realidade e do espaço a modelos determinados¹.

O espaço é concebido como um conjunto de lugares, o que conduz a uma topologia geral construída a partir de um inventário descritivo e classificatório de lugares concretos. Nesta concepção o espaço existe em si, puro, sem passado, presente ou futuro. É um espaço possível de ser pensado sem seus elementos, e estes de serem pensados sem o espaço e sem o tempo.

O problema desta concepção reside na liquidação do tempo histórico e vivido o que conduz *"hacia el saber 'absoluto' constituido por un inventario del pasado (filosofia, ideologías, literatura, etc.) e inserido en el espacio actual"* (LEFÈBVRE, 1972 :29). Além disso seu holismo antepõe-se a seu reducionismo, pois o determinismo interno

¹ *"Las matemáticas por una parte y, por otra, la filosofía (la fenomenología y, sobre todo la epistemología) ponen de manifiesto esa esencialidad o, para hablar con mayor propiedad, la establecen y la constituyen. La coherencia del discurso se despliega en el espacio mental que la garantiza"*. LEFÈBVRE, 1972 :28.

intrínseco a cada parte se perde no todo que é menos que a composição das partes que o compõe (MORIN, 1977 :120).

A possibilidade de reduzir a realidade a modelos analíticos ideais ou médios, através da sistematização e classificação de seus componentes, característica das ciências exatas, mostrou-se historicamente atraente no campo da produção do conhecimento de diversas disciplinas das ciências humanas. Entre elas temos as análises neoclássicas da localização industrial, as morfologias urbanas, as classificações e tipificações sociológicas e as tipologias geográficas.

A economia neoclássica, consolidada na virada do século, bem como a ciência social positivista e funcionalista, dedicou-se a elaborar uma economia despolitizada num mundo desprovido de dimensão espacial e temporal. O tempo era considerado em termos de mudanças causais e seqüenciais. *“numa estática comparada que se enraizou nos modelos de causa antecedente-efeito subsequente da ciência natural e na busca de variáveis libertariamente independentes. Isso poderia ser descrito como um temporalismo mecanicista, e não como um historicismo da construção teórica, mas tendeu, da mesma forma, a expelir a espacialidade”* (SOJA, 1993 :43). E o espaço econômico apresentava-se *“como um conjunto discreto de pontos com uma ‘distância’ entre eles”* (LIPIETZ, 1977 :17) o que leva a teoria da localização, a dos círculos de von Thünen, as isodapáneas de Weber, aos polígonos de Christaller, etc....

Alain Lipietz realizou uma análise crítica a este respeito. Segundo este autor, os partidários das idéias de von Thünen, Lösch e Alonso, apreendiam a dimensão espacial dos problemas econômicos a partir de uma concepção matemática e abstrata do espaço, enquanto espaços euclidianos (planos bidimensionais, superfícies¹) ou como espaços discretos formados por um número finito de pontos, onde o espaço é visto como distâncias ou fluxos, passíveis de mensurações e enquadráveis em explicações e equacionamentos matemático-estatísticos (LIPIETZ, 1977 :17).

Apesar das diferenças de formulação estes modelos partilham a concepção de um espaço isotópico, entendido como um conjunto de lugares existentes onde se inscrevem as coisas (LIPIETZ, 1977 :16 e MANZAGOL, 1985 :25-36 e 198) e se dariam os fatos; e quase todos, à exceção de Alfred Weber, buscam a adequação de seu objeto ao modelo explicativo.

¹ *“...considerando o espaço euclidiano com duas dimensões, como um bem em si; a ‘superfície’ que se consome, mas que não se produz. É a ótica da formação da renda espacial (caso de Alonso)”* LIPIETZ, 1977 :17 e MANZAGOL, 1985 :198 e ss.

Além disso, estes modelos apresentam uma certa rigidez em relação à mobilidade do trabalho. Nas abordagens de von Thünen e Ricardo as culturas deslizam num espaço homogêneo segundo rendas diferenciais e densidades de valor por unidades de superfície. Seus modelos abstraem o deslocamento espacial - geográfico da força de trabalho, enquanto no modelo de Alfred Weber a força de trabalho possui uma localização pré-fixada relacionada à redução dos custos de transporte. Para Lösch a mobilidade do fator trabalho constitui-se em um mecanismo de equilíbrio espacial de mercados que tende a equalizar a taxas de salário. Os modelos neoclássicos e da dependência por sua vez tendem a tratar a mobilidade da força de trabalho como transferência.

Um dos maiores problemas destes modelos é não considerarem a (re) produção, utilização e circulação da força de trabalho (BAUMFELD, 1984 :146) e ignorar o que lhe antecede e segue: a expropriação, expulsão, e a transformação dos que ficam e da natureza de seu produto em excedente para o mercado ampliado pelos que foram e perderam a condição de produtores de sua subsistência; que se consubstancia espacialmente em mudanças na distribuição da população e das atividades produtivas, que se cristaliza em uma reestruturação do território com um aumento da sub urbanização e dos contingentes de trabalhadores que sazonalmente se dedicam a atividades rurais e/ou urbanas.

O segundo veio empirista, ao conceber o todo como o somatório das partes, formaliza o todo e afirma sua predominância e prioridade sobre as partes.

Esta concepção tem por mérito reconhecer as diferenças, porém contrapõe-se ao reducionismo da concepção holística - corológica ao partir para a generalização onde a exceção pode se tornar a regra, porém suas análises apesar de descreverem os fenômenos não chegam a explicá-los. Deste veio decorrem as formulações da Escola de Chicago e os modelos analógicos urbanísticos dos CIAM¹.

A sociologia é de certa forma a precursora da reflexão sobre os fatos sociais no espaço, com os estudos de Max Weber sobre a cidade e os trabalhos da Escola de Chicago, estes influenciados pelas proposições de Talcott Parsons. Weber, todavia, prioriza a história, e não chega a encarar a cidade apenas como o lugar da ação social.

Pode-se dizer, que a Escola de Chicago, ao procurar estudar as causalidades e efeitos da cidade e do urbano, foi a primeira a colocar o estudo da cidade em evidência. Definem-na como um fenômeno, uma manifestação natural, enquanto um elemento da

totalidade que evolui por si só, e para entendê-la utilizam elementos da biologia com uma constante transposição direta das manifestações para conceitos, através de uma abordagem onde imperam as antinomias, dicotomias e dualismos (cidade-campo, moderno-tradicional, normal-patológico, etc.).

A cidade, assim, não seria um fato físico mas uma construção artificial, cultural, um estado de espírito, um corpo de atitudes mentais, com uma evolução semelhante à de um organismo vivo. O espaço, o urbano, a cidade aparecem como objetivação do mental e do social, como uma projeção da sociedade no espaço.

O estudo da cidade enquanto fenômeno natural e a busca de suas causalidades conduziram a várias interpretações onde a cidade era concebida como um meio cultural², uma expressão de um modo de vida, uma manifestação mental³ e definida na maior parte das vezes (à exceção de Wirth) por seu tamanho, densidade e proporções.

Estas proposições da Escola de Chicago contribuíram para os urbanistas criarem supostas teorias do urbano e elaborar analogias da cidade seja com um organismo vivo⁴, um ecossistema humanizado com ciclos energéticos e espécies ecoculturais⁵, com uma máquina cibernética ou com sistemas de sistemas de atividades e fluxos¹. Assim, na prática de planejamento urbano tais noções analógicas assimilam o urbano, como assinala Lamparelli:

“a outros conjuntos e modelos criados em outras práticas, com o objetivo de substituir as relações sociais concretas e complexas - por relações simples, imediatas e aparentemente reais.” (LAMPARELLI, 1978 :111).

Estes modelos partilham uma mesma concepção do espaço social como superfície ou um continente a ser preenchido, e a despeito de suas diferenças, incorrem no mesmo

¹ Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

² *“Finalmente, a cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar”.* PARK, 1916 :31.

³ *“A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essas tradições. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana”.* PARK, 1916 :29.

⁴ *“...analogia desenvolvida em torno dos CIAM fornece, com riqueza de detalhes, uma suposta teoria do urbano, especializando a sociedade como um conjunto de órgãos e funções, o que as convencionou chamar de funcionalismo e organismo na arquitetura e no urbanismo”.* LAMPARELLI, 1978 :111.

⁵ *“A cidade vista como um ecossistema humanizado, seus ciclos energéticos e suas espécies ecoculturais, se constitui numa nova analogia originada da teoria ecológica, especialmente quando ela procura incorporar a cidade como objeto de investigação”.* LAMPARELLI, 1978 :111.

equivoco, todas procuraram adequar a realidade às ordenações por elas estabelecidas por não perceberem a irredutibilidade da complexidade da realidade a modelos e fórmulas preestabelecidos (SANTOS, 1988 :25). Ademais na perspectiva evolutiva as cidades crescem, expandem-se, multiplicam-se, mas perde-se a visão de processo, de um todo que se transforma e constrói.

O problema de muitos destes estudos reside em sua generalização dos fatos, onde a exceção pode se tornar a regra, e as análises apesar de descritivas não chegam a explicar os fenômenos e alcançar um patamar teórico-analítico. Devido à perspectiva epistemológica-metodológica destes trabalhos as diferenças são reconhecidas, a interação entre os fatos dá-se ao nível da seqüencialidade de causa e efeito e através de uma sobreposição dual onde cada elemento teria vida própria e os contrários seriam vistos como patológicos ou desvios a ser corrigidos.

No entanto, apesar das limitações das proposições da Escola de Chicago e seu estigma culturalista não se pode negar, com as devidas reservas metodológicas, a atualidade de Louis Wirth na seguinte passagem:

“O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de ‘urbano’ não é medido inteira ou precisamente pela proporção total que habita as cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que poderia indicar a proporção da população urbana, pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo...”

... Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, ..., acentuaram o papel das cidades ... e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade” (WIRTH, 1938 :98-100).

Tais colocações de Wirth inseridas em uma outra concepção metodológica, ganham um novo significado e tornam-se extremamente contemporâneas, em particular no atual momento de globalização cultural, social e econômica.

¹ “A cidade vista como máquina cibernética, ou um sistema complexo de atividades e fluxos agrupados e estruturados em sub-sistemas especiais, permitindo a construção de modelos lógico-matemáticos que simulariam a problemática urbana, possibilitando o conhecimento, a previsão e mesmo o controle de sua evolução.” LAMPARELLI, 1978 :112.

2.3 a vertente crítica

Elaborada desde o século XIX a partir da obra de Marx, a abordagem crítica viu-se perante um desafio na medida em que a ampliação do capitalismo resultou no surgimento de novas condições de reprodução das sociedades capitalistas no século XX. A cidade e a urbanização tornaram-se um enigma a ser desvendado e um desafio para o "paradigma" crítico de filiação marxista; tratava-se de encontrar uma resposta política apropriada a uma urbanização crescente da economia e da vida social e política em todos os aspectos e escalas.

Até a década de 70 pouca atenção se deu, no âmbito da teoria crítica, à questão do espaço propriamente dito. O espaço era visto como um continente ou um reflexo externo da dinâmica social, que seria neutralizado em termos de sua interação com os processos sociais e históricos. A análise marxista atinha-se a *“pressupostos simplificadores de uma economia nacional fechada, de um capitalismo essencialmente desprovido de espaço e sistematicamente estruturado quase como se existisse na cabeça de um alfinete”* (SOJA, 1993 :108).

A produção teórica a partir da década de 70, sobre o espaço e a urbanização, tanto a estruturalista quanto a de reação ao positivismo estruturalista, é passível de ser dividida em duas escalas: uma especificamente urbana, expressa nos trabalhos de Castells, Harvey, Lojikine, Topalov entre outros; e uma outra regional / internacional elaborada por obras de Frank, Amin, Immanuel Wallerstein, etc.. Tal produção corporificou-se em uma economia política da urbanização e do desenvolvimento com estudiosos de diversas disciplinas (economia, sociologia, geografia, teoria política e planejamento urbano e regional). A interdisciplinaridade epistemológica levou a diferentes conceituações e definições do espaço e do urbano e à percepção das mudanças da urbanização conforme o capitalismo se ampliava e avançava, num constante processo de reestruturação e globalização (BERMAN, 1986).

A cidade foi descoberta, inicialmente, como *lócus*, espaço, de reprodução da força de trabalho, da troca e do consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como instrumento de coerção e normatização do espaço pelo Estado. A atenção dos analistas transferiu-se dos locais de trabalho (fábricas) para os conflitos nos locais de reprodução e sobrevivência da força de trabalho (meio urbano, habitação e equipamentos coletivos e serviços de infra-estrutura) que se consolidaram em diversos estudos sobre os movimentos sociais urbanos reificados como a nova forma de luta política por diversos estudiosos. Isto contribuiu para ampliar o campo da análise urbana

em diversos segmentos preocupados principalmente com a reprodução da força de trabalho e o consumo coletivo.

2.3.1 trajetória e principais contribuições

O historicismo na ciência social tradicional assumiu muitas versões distintas¹ e em todas a questão do espaço permanecia como um apêndice ou complicação. A postura historicista tendia a bloquear o papel do espaço social na reestruturação do território e a transformá-lo no lugar do processo histórico.

Igualmente, na vertente crítica, os trabalhos de cunho historicista centraram-se na dinâmica temporal e ignoraram a dinâmica espacial da modernização e do modernismo. Apesar das contribuições de Lênin (1913-1916), Luxemburgo (1972), Trotski (1978) para uma teoria do desenvolvimento histórico e geograficamente desigual e combinado *“o marxismo do fin de siècle continuou solidamente engastado no historicismo”* (SOJA, 1993 :43). O motor do desenvolvimento desigual e combinado era a construção da história através da luta de classes, o espaço era aniquilado pelo tempo nestas elaborações.

Os trabalhos de cunho economicista contribuíram para minimizar tanto a reificação espacial fascista, inspirada no determinismo geográfico de Ratzel, quanto a reificação do espaço proposta por Le Corbusier. Propiciaram, também, que toda formulação que procurasse associar a dimensão espacial à teoria social crítica fosse descartada enquanto um fetichismo do espaço e privilegiamento de uma falsa consciência, própria do idealismo hegeliano (LEFÈVRE, 1974 :29 e SOJA, 1993 :110), postura que se manteve até os anos 70.

As raízes da postura a-espacial na teoria crítica podem ser localizadas na conjugação dos seguintes fatores:

- a publicação tardia dos Grundrisse e não concretização dos volumes subsequentes do capital onde Marx se propunha a realizar *“uma análise do desenvolvimento desigual e combinado dos setores produtivos, das regiões e das nações”* (SOJA, 1993 :108) apesar de haver enfatizado a unicidade dos lugares ao tratar da renda fundiária e adotado uma postura mais espacial do que a adotada posteriormente pelos teóricos neoclássicos.

¹ *“...no individualismo metodológico de Max Weber, na sociologia da consciência coletiva de Émile Durkheim, no ceticismo neokantiano de Georg Simmel e na fenomenologia intencional de Edmund Husserl.”* SOJA, 1993 :44.

- na resposta de Marx as proposições de Hegel, que solidificou e fixou o tempo dentro da racionalidade imanente do espaço¹, entendido enquanto *“an immobile space which is the locus and environment of realized Reason”* (LEFÈBVRE, 1974 :21). Ao inverter a dialética de Hegel, através da crítica ao seu idealismo (MARX & ENGELS, 1976), Marx restabelece o primado do tempo histórico (*Zeitgeist*), enquanto tempo revolucionário, sobre o espírito territorial (*Raumgeist*) e coloca o espaço como uma complicação necessária. Isto gerou terreno para diversas correntes subseqüentes reduzirem seu método a um determinismo histórico-social e a suprimirem o espaço social em suas formulações².
- nas controvérsias da III Internacional sepultadas com a proposição de Stalin do socialismo em um só país, em 1928, que relegou a um segundo plano a questão do desenvolvimento desigual e combinado³.

O problema do marxismo, conforme Poulantzas, foi *“o dogmatismo escatológico e profético que nos deu durante muito tempo um sistema teórico semelhante com o nome de ‘teoria marxista-leninista’ do Estado”* (POULANTZAS, 1978 :26) gerado neste século na III Internacional.

De certa forma a recuperação neste século da discussão do espaço na teoria crítica deve-se em parte às contribuições do existencialismo marxista de Sartre⁴ e do estruturalismo de Althusser⁵, ambas abertas para a questão do espaço e que por seu antagonismo no concernente a relação estrutura-sujeito contribuíram para cindir o marxismo francês após 1945.

¹ *“Time is thus solidified and fixed within the rationality immanent to space.”* LEFÈBVRE, 1974, p.21.

² *“A possibilidade de uma ‘negação da negação’, de uma recombinação priorizada da história com a geografia, do tempo com o espaço, foi enterrada sob as codificações subseqüentes da teoria marxista do fetichismo. Acolheu-se uma dialética materialista histórica, à medida que os seres humanos foram contextualizados na construção da história, mas **uma dialética espacial, ainda que materialista, com os seres humanos produzindo suas geografias e sendo cerceados pelo que produziram, mostrou-se inaceitável**”* SOJA, 1993 :109 - grifo nosso.

³ De certa forma devido à conjuntura internacional após o acordo de Yalta e às lutas e dissensões internas do partido comunista russo, vide DEUTSCHER, 1957 :115-116.

“O marxismo foi transformado num cientificismo positivista sob a orientação de Stalin, enfatizando a crença no pensamento tecnocrático e na causalidade estritamente econômica das ligações entre a base e a super-estrutura. A cultura, a política, a consciência, a ideologia e, juntamente com elas, a produção do espaço foram reduzidas a simples reflexos da base econômica. A espacialidade foi absorvida no economicismo, à medida que se rompeu sua relação dialética com outros elementos da existência material”. SOJA, 1993 :110.

⁴ Cujas ontologia fenomenológica *“representou uma hermenêutica centrada na subjetividade, na intencionalidade e na consciência de agentes humanos cognoscíveis, empenhados não somente em fazer a história, mas também em moldar a cultura política da vida cotidiana na moderna sociedade capitalista”* SOJA, 1993 :53.

⁵ Althusser em contraposição ao individualismo de Sartre deu uma maior ênfase às *“condições e às forças sociais mais objetivas, que moldam a lógica subjacente do desenvolvimento e da modernização capitalistas”.* SOJA, 1993 :53.

A abordagem estruturalista inspirou diversos estudos sobre o espaço no âmbito de vários corpos disciplinares, por fornecer um corpo epistemológico que lhes permitia discutir as raízes dos fenômenos e efeitos espaciais nas relações sociais de produção.

Esta concepção, segundo Poulantzas, ao reatar *“com o economicismo tradicional, oculta as lutas travadas no cerne mesmo das relações de produção e de exploração. Considera igualmente o espaço ou o campo do econômico (e, em contrapartida, o do político, do Estado) como imutável, possuindo limites intrínsecos, traçados de uma vez por todas por sua pretensa auto-reprodução, através de todos os modos de produção”* (POULANTZAS, 1978 :18).

O estruturalismo althusseriano, em particular, por seu instrumental, por seus ataques ao historicismo e por sua abertura para a questão espacial contribuiu para as formulações de Castells; para a geografia marxista nascente se contrapor aos estudos positivistas e para abrir brechas no arcabouço antiespacial elaborado pelos adeptos do historicismo e do economicismo.

Após analisar a produção teórica relativa a urbanização¹ Castells define-a enquanto uma noção ideológica²; por partir da proposição que esta refere-se tanto a formas espaciais quanto a um sistema cultural específico¹, de onde conseqüentemente não haveria uma problemática especificamente urbana. Descarta-a, assim, enquanto objeto de estudo e propõe que *“más que hablar de **urbanización**, trataremos del tema de la **producción social de formas espaciales**”* (CASTELLS, 1972 :26), e reduz o urbano ao espaço funcional onde se concentra uma população.

Atribuir uma especificidade ao urbano, em seu entender, equivaleria a recair na ideologia da escola de Chicago, base de sua crítica a Lefèbvre. Pois isto significaria tanto *“establecer la correspondencia entre formas ecológicas y contenido cultural”* quanto *“sugerir una ideología de la producción de valores sociales a partir de un fenómeno ‘natural’ de densificación y heterogeneidad sociales”* (CASTELLS, 1972 :26).

Ao reduzir a análise da cidade à esfera do consumo concentrou-se na política urbana do consumo coletivo e na mobilização dos movimentos sociais urbanos, para tanto situa em

¹ Proposições da Escola de Chicago (Wirth, Park e Simmel), Lefèbvre, Ledrut e no âmbito da geografia, de Pierre George. Vide CASTELLS, 1972, parte I, capítulo 1 e 2.

² *“...la noción ideológica de **urbanización** se refiere al proceso a través del cual una proporción significativamente importante de la población de una sociedad se concentra en un cierto espacio, en el cual se constituyen aglomeraciones funcional y socialmente interdependientes desde el punto de vista interno, y en relación de articulación jerarquizada (red urbana).”* CASTELLS, 1972 :26.

uma linha comum desde o ideo-eco-logismo da Escola de Chicago até a obra de Lefèbvre (CASTELLS, 1972 :107 e ss.), a quem equipara aos culturalistas.

Para Castells admitir o urbano como um “*estilo de vida*” seria admitir o papel da cultura, da superestrutura, na conformação das relações sociais e obscureceria os problemas sociais que se manifestavam nas cidades. Ao fazê-lo, no entanto, deixou de lado a possibilidade de considerar a existência do urbano no não-urbano. Por outra parte admitir o papel da cultura iria contra as posturas epistemológicas do marxismo ortodoxo e do estruturalismo althusseriano, pois o econômico seria o determinante em última instância, ou seja em última análise isto representaria um embate contra o primado do economicismo e do historicismo, tão criticados por Lefèbvre. Anos mais tarde Touraine (1980 :114 e ss.) destacaria o papel da cultura na sociedade contemporânea ao contestar o primado do econômico.

Após a publicação da “*Questão Urbana*” de Manuel Castells (1972), Jean Lojikine (1977) define, em contraposição a Castells, o urbano enquanto o lugar da produção e da circulação necessário para a reprodução das relações sociais de produção onde interviriam diversos agentes, em particular o Estado. As definições de ambos, todavia a partir de um certo ponto de vista pode ser vistas como complementares, além de partilharem a perspectiva economicista.

Nesta perspectiva não haveria relações sociais urbanas propriamente ditas, mas apenas relações de classe determinadas pela contradição capital-trabalho, por ser a questão urbana fruto do modo de produção capitalista, apesar de se admitir haver problemas específicos à cidade. Na seqüência deste raciocínio perde-se de vista a especificidade espaço-temporal das práticas e relações sociais e todas as manifestações e fenômenos tendem a ser reduzidos à contradição básica capital-trabalho. Além de se perder de vista, também, o papel da assim chamada superestrutura (ideologia, cultura, etc...).

Em decorrência das proposições destes dois autores o urbano passou a ser visto enquanto o produto do capital que requer uma organização espacial¹ e o lugar onde os fatores de reprodução e demanda se concentram. Nesta perspectiva o espaço foi reduzido a mero suporte da circulação de capital, mercadorias e informação enquanto o

¹ “*tanto a la constitución de formas espaciales específicas de las sociedades humanas, caracterizadas por la significativa concentración de las actividades y poblaciones en un espacio restringido, como la existencia y difusión de un particular sistema cultural, la cultura urbana*” CASTELLS, 1972 :26.

desenvolvimento das cidades estaria subordinado às necessidades da circulação e à subordinação do trabalho ao capital.²

A redução da análise marxista à afirmação das determinações estruturais últimas pode ser interpretada como a eliminação de toda especificidade histórica e geográfica, o que conduz à supressão da cidade e dos processos espaciais, entre eles a urbanização, como objeto de análise. Muitos analistas chegaram a esta conclusão nos anos 70. Nem teórica, nem empiricamente, a cidade era considerada um objeto, mas a expressão de estruturas societárias mais amplas e profundas.

Observa-se um certo número de autores que, apesar de se aproximar das formulações de Lefèbvre no campo do espaço urbano ou de Mandel no concernente a análise regional, não chegaram a admitir a mesma relevância, atribuída por estes, das estruturas espaciais para o desenvolvimento e sobrevivência do capitalismo. O próprio Castells, por exemplo, coloca que:

*“El espacio es un producto material en relación con otros elementos materiales, entre ellos los hombres, los cuales **contraen determinadas relaciones sociales**, que dan al espacio (y a los otros elementos de la combinación) una forma, una función, una significación social”* (CASTELLS, 1972 :142 grifo do autor).

Esta visão dialética do espaço de Castells diferencia-se da sua visão da cidade como lugar do consumo, e mostra que apesar de sua crítica a Lefèbvre, não deixou de incorporar, ainda que em parte, a postura deste (SOJA, 1993 :106) ao admitir com ressalvas que *“el considerar a la ciudad como la proyección de la sociedad en el espacio es, al mismo tiempo, um punto de partida indispensable y una afirmación demasiado elemental”* (CASTELLS, 1972 :142). E que *“El espacio urbano está estructurado, o sea, no se organiza al azar, y los procesos sociales que se refieren a él expresan, especificándolos, los determinismos de cada tipo y de cada período de la organización social”* (CASTELLS, 1972 :142).

¹ “The urban question is first and foremost the product of the capitalist mode of production, which requires a spatial organization which facilitates the circulation of capital, commodities, information, etc. Even if certain problems exist which are specific to the city as such, at the economic level there is no specifically urban social relation. There are only class relations determined by the contradictions between capital and labour” LAMARCHE, 1977 :86.

² “In industrial and capitalist societies, the cities develops according to the requirements of the circulation of capital and commodities, and according to the subordination of labour to capital. It presents itself as the place in which the factors of reproduction and demand are concentrated. **In such a context**, as has been stated clearly by Freitag, **it is difficult to speak of urban social relations**” LAMARCHE, 1977 :85 grifo nosso.

Tal concepção, porém, ainda estava imbuída do espírito althusseriano. Se para Castells o espaço era um produto material que emergia da interação entre a cultura e a natureza não seria um mero reflexo da estrutura social mas a *“expressão concreta de uma combinação de instâncias”* (SOJA, 1993 :106), e para compreendê-lo seria necessário *“establecer, al igual que para cualquier otro objeto real, las leyes estructurales y coyunturales que rigen su existencia y su transformación, así como su específica articulación con otros elementos de una realidad histórica”* (CASTELLS, 1972 :142).

O que distancia Castells de Lefèbvre, foi não haver qualificado quais *“relações sociais”* especificariam e dariam forma, função e importância à estrutura espacial e a todos os outros elementos da combinação. Ou seja, Castells atribuiu a uma *“estrutura”* - as relações de produção, em princípio a-espaciais, um papel determinante. E foi este o ponto que Lefèbvre tentou ampliar através da associação da formação de classes às relações sociais e espaciais de produção conjugadas a uma divisão social e espacial do trabalho em sua obra *“The Production of Space”* (1974), em meados da década de 70.

Enfim, Castells chega a colocar que *“hay que reemplazar la dicotomia rural/urbana por una diversidad discontinua de formas espaciales y por una pluralidad diferenciada de unidades de reproducción de la fuerza de trabajo”* (CASTELLS, 1972 :489). Porém permanece sua identificação com o urbano enquanto local de reprodução da força de trabalho, por relacionar e identificar o modo de vida a uma instância cultural e não ao quadro e condição de vida dos trabalhadores, definidos por sua inserção no processo produtivo (LIMONAD, 1991 :113-115).

Apesar de Castells, na década de 70, não ver no urbano um objeto teórico específico¹, não deixou de captar a nova problemática urbana que emergia. Foi Harvey, todavia, quem contribuiu para abrir uma nova fase na análise da interação entre o espaço, o urbano e o processo de produção.

Primeiro, ao entrelaçar o trabalhar e o viver e apontar que *“o capital domina o trabalho não só no local de trabalho, mas também no espaço de viver, através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho”* (HARVEY, 1982 :20), ou seja a luta entre capital e trabalho extrapola os locais de trabalho, sem que as lutas nos locais de viver extrapolem as lutas nos locais de trabalho, elas ocorrem simultaneamente.

Segundo, ao propor, com base nos Grundrisse de Marx, que a criação de novas estruturas espaciais não seria um processo isento de contradições. Para Marx, o capital no intuito de superar barreiras espaciais impostas pela propriedade fundiária e para suprimir o espaço pelo tempo, procura criar graças ao avanço tecnológico novas estruturas móveis e fixas, meios de transportes, instalações, meios de produção, as quais acabam por atuar, elas mesmas, como barreiras a serem superadas num momento posterior. De onde Harvey conclui que:

“El capital así llega a representarse a sí mismo en forma de un paisaje físico creado a su misma imagen, creado como valores de uso para aumentar la progresiva acumulación de capital en una escala creciente. El paisaje geográfico que abarca el capital fijo y inmóvil es a la vez la gloria final del desarrollo pasado del capital y una prisión que inhibe el avance posterior de la acumulación, porque la construcción misma de este paisaje es antitética de ‘la destrucción de las barreras espaciales’ y finalmente incluso de la eliminación del factor espacio por el factor tiempo” (HARVEY, 1978 :120-121).

Ao inserir o meio urbano na paisagem geográfica do capital como parte integrante do processo geral de reprodução das relações sociais e condições gerais de produção em escala ampliada, Harvey aponta para a constante construção e dissolução de estruturas móveis e fixas, de espaços socialmente construídos, e confere-lhes uma espacialidade complexa e contraditória - uma dimensão espacial em perpétua transformação num processo dialético e contraditório, onde, apesar de necessários, novos espaços tornam-se obstáculos para espaços futuros.

Terceiro, ao situar a importância da mobilidade espacial do capital e do trabalho na conformação do território (HARVEY, 1985 :144-150) não reduz a formação da paisagem apenas ao capital mas aos movimentos do trabalho em sua luta contra os avanços do capital. O fato de o capital criar uma paisagem não pressupõe que o trabalho a aceite passivamente, isto portanto *“não significa dizer que o trabalho não pode vencer em aspectos particulares, nem implica a existência de uma e apenas uma definição de valores de uso para o trabalho, que se adapte aos interesses da acumulação”* (HARVEY, 1982 :20).

¹ *“la noción de urbano (oposta ao rural) pertenece a dicotomía ideológica sociedad tradicional/sociedad moderna, y se refiere a cierta heterogeneidad social y funcional, sin poderla definir más que por su alejamiento, mayor o menor, de la sociedad moderna. ... Por otra parte, la imposibilidad de encontrar un criterio empírico de definición de lo urbano no es más que la expresión de una vaguedad teórica. Esta imprecisión es ideológicamente necesaria para connotar, a traves de una organización material, el mito de la modernidad” CASTELLS, 1972 :26.*

A cidade, o espaço urbano, assim passa a integrar a paisagem geográfica do capital enquanto parte necessária de um espaço social complexo e pleno de contradições que simultaneamente estimula e obstaculariza o desenvolvimento e reprodução das relações sociais de produção a nível geral num movimento de construção de novos espaços e destruição / apropriação de espaços pretéritos.

A ampliação da temática urbana, entre 1970/80, com ênfase, ainda que limitada nas relações espaciais, constituiu uma ameaça ao primado do econômico e da produção em si, conjugada ao receio de se resvalar para o determinismo espacial.

Em consequência em uma parte dos estudos urbanos e regionais da década de 70 manifestou-se uma reafirmação do historicismo e economicismo onde o espaço passou a ser considerado como *“um produto das relações sociais mais fundamentais de produção e das ‘leis de movimento’ a-espaciais (mas, mesmo assim, histórica) do capital”*, e um apêndice interessante a ser considerado na análise (SOJA, 1993 :73)

Analistas de diferentes matizes e campos disciplinares, em particular os sociólogos, detentores de uma tradição de estudos sobre o espaço, iniciada com a Escola de Chicago, procuraram colocar o espaço em seu devido lugar. Tratava-se de voltar a considerá-lo em um segundo plano frente às relações de classe e a organização da produção, retirando a especificidade teórica do espaço. Tal postura fica clara na proposição de Saunders de que:

“What is important, by contrast, is that the crucial theoretical concerns of recent urban sociology should be freed from the anachronistic, restrictive and ultimately futile preoccupation with spatial forms which has hitherto always reappeared to choke new theoretical initiatives whenever they have appeared. It is for this reason that I view with dismay the possibility of a new orthodoxy merging which seeks to establish a concern with space at the centre of sociological discourse” (SAUNDERS, 1985 :86).

Muitos estudiosos reviram mais tarde suas posições e retornaram do historicismo à teorização do espaço como Massey, Harvey e Smith. E *“embora o historicismo seja protegido de uma crítica rigorosa e sistemática, há uma nova confiança no tocante à significação teórica e política do espaço”* (SOJA, 1993 :85). Se a defesa da perspectiva espacial não teve êxito ao menos a análise espacial marxista prosperou como um adendo e ênfase metodológica.

2.3.2 balanço do debate da vertente crítica

A controvérsia entre geógrafos, sociólogos, economistas políticos e teóricos do planejamento mobilizados para elaborar uma análise crítica da urbanização capitalista, sobre a possibilidade das formas sociais e espaciais urbanas constituírem-se num objeto adequado de teorização e análise alimentou diversas discussões nas duas últimas décadas. Parece-nos que este debate tem sua raiz exatamente no confronto disciplinar com distintos vieses analíticos de um mesmo objeto, a partir de uma mesma base teórica, que procuravam enfatizar e privilegiar o que lhes parecia crucial.

O althusserianismo de Castells levou-o a rechaçar Lefèbvre e atribuir-lhe uma fetichização do urbano. Porém, parece-nos que Lefèbvre ao invés de fetichizar o urbano desenvolvia uma tese mais geral, não compreendida então por Castells, de que as lutas contemporâneas, sociais ou não, eram intrinsecamente disputas pela produção social do espaço, ao propor que

“Se o espaço se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro” (LEFÈBVRE, 1973 :97-98).

Esta contestação, conforme Lefèbvre, estaria ligada às necessidades de *“ocupação do mundo pelo crescimento econômico, pelo mercado e pelo Estado (capitalista ou socialista)”* (LEFÈBVRE, 1973 :98). Nesta perspectiva os movimentos sociais urbanos, definidos por Castells como uma nova forma de luta política, constituíam apenas uma parte da problemática espacial mais ampla de Lefèbvre, que manteve-se como a única voz discordante ao salientar a necessidade de uma problemática espacial no marxismo contemporâneo, por considerar que transformação do capitalismo estaria relacionada a uma luta simultaneamente espacial e social, numa dialética horizontal e vertical, sem se poder aceitar a priorização ou determinância de uma sobre a outra.

Algumas destas análises tendiam a reduzir a urbanização a um fenômeno do modo de produção capitalista, e esqueciam que antes do surgimento do capitalismo já havia cidades e urbanização, desde que existe uma divisão social e territorial do trabalho. Não se trata, obviamente sempre da mesma urbanização. No decorrer do processo histórico ela muda de qualidade e significado conforme se transforma o meio técnico científico. Ou seja a estruturação do território, da qual a urbanização é parte integrante, não é estática, mas muda de caráter em termos de peso e significado/qualidade.

O que não se percebia é que a urbanização longe de ser um processo autônomo era parte integrante e essencial da produção do espaço pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que obstaculizava seu desenvolvimento num movimento dialético.

Se, durante o capitalismo competitivo, pouca importância foi atribuída ao contexto urbano, isto mudou de figura com a reprodução ampliada, globalização da economia e desenvolvimento do meio técnico-científico (SANTOS, 1994), que intensificaram a concentração de capital nos centros industriais e criaram uma pressão crescente por parte do capital e da força de trabalho por investimentos em infra-estrutura, melhoria da habitação, serviços, etc... Era necessário reorganizar o espaço urbano e tornar os sistemas urbanos eficazes tanto para implementar a acumulação de capital quanto para apaziguar a inquietação social. Neste sentido o Estado desempenhou um papel chave no (re) planejamento das cidades e em sua adequação às novas necessidades que se antepunham ao desenvolvimento do capitalismo.

A discussão da propriedade da inserção do espaço na teoria social crítica prosseguiu com novas contribuições de geógrafos (Harvey, Soja, Santos e outros), a despeito da controvérsia gerada por Castells, criticado por Lojike e outros autores. O espaço enquanto categoria de análise acabou por ser incorporado, ainda que parcialmente por alguns sociólogos como Giddens, Urry e mesmo Castells. O qual no seu trabalho sobre a cidade e os movimentos de base (*grassroots*) quase acolhe as proposições de Lefèbvre, ao colocar que *“o espaço não é um ‘reflexo da sociedade’, ele é a sociedade”*; e a ação social sobre o espaço *“será exercida numa forma espacial já herdada, produto da história anterior e sustentáculo de novos interesses, projetos e sonhos”* (CASTELLS, 1983 :4

Harvey e Castells convergem em sua crítica a Lefèbvre e ao procurarem delimitar a análise espacial enquanto uma reação a aparente excessiva centralidade e autonomia conferida por Lefèbvre a problemática do espaço urbano, a qual lhes parecia relegar a um segundo plano as relações sociais de produção (produção e circulação, reprodução) e do capital industrial, submersas pelas relações sociais espaciais da produção e do capital financeiro. Ambos, todavia, reconhecem a contribuição de Lefèbvre para a compreensão da organização do espaço como produto material e do conteúdo ideológico do espaço social. Ou seja conforme Soja

“em sua conceituação do urbanismo, Lefèbvre lhes parecia estar substituindo o conflito de classes pelo conflito espacial / territorial como força motivadora da transformação social radical” (SOJA, 1993 :98).

Lefèbvre em sua obra sobre a produção do espaço, entretanto, não coloca a luta de classes e as relações de produção num plano secundário em relação às relações espaciais de produção, mas num mesmo plano, e não limita a reprodução geral das relações sociais de produção apenas a uma esfera (da produção, da circulação ou do consumo). Para Gottdiener (1993 :127) o problema residiria no fato de Harvey e Castells haverem trabalhado com os trabalhos de Lefèbvre anteriores à *“The Production of Space”*, onde Lefèbvre delineia melhor suas proposições. A raiz do equívoco segundo Soja estaria

“na incapacidade dos analistas marxistas de avaliarem o caráter essencialmente dialético das relações sociais e espaciais, bem como de outras esferas estruturalmente ligadas, como a produção e o consumo” (SOJA, 1993 :98).

A discussão, assim, ao invés de trabalhar ao nível de uma dialética sócio-espacial, através da oposição, unidade, contradição e complementaridade, voltou-se para um debate de categorias relativas a primazia do social sobre o espaço. Neste sentido a dialética sócio-espacial, conforme Soja, não se enquadraria nem na alternativa da organização do espaço (no contexto do urbanismo) ser *“uma estrutura separada, com suas leis próprias de transformação interna e construção”* nem *“a expressão de um conjunto de relações inserido numa estrutura mais ampla (como as relações de produção)”* ambas propostas por Harvey (1973) (SOJA, 1993:98).

2.4 urbanização e estruturação do território

A partir da trajetória examinada podemos reafirmar que as relações sociais de produção não se processam no vazio, mas em espaços determinados e assumem um caráter espacial; as relações espaciais de produção (horizontais) são vazias de significado sem relações sociais de produção (verticais) que as qualifiquem. Há que se perceber o caráter dialético destas relações onde uma pressupõe a outra, ambas dialeticamente inseparáveis interdependentes e contraditórias.

Para superar a tendência da postura historicista, em bloquear o papel do espaço social no território e reduzi-lo ao papel do lugar do processo histórico, há que se considerar uma série de premissas levantadas por Soja, nas quais operamos algumas modificações.

Primeiro, Soja atribui uma dualidade ao espaço produzido, da qual decorreriam as contradições. Em nosso entender, parece-nos que o espaço produzido ao invés de um caráter dual possuiria um caráter dialético (da simultaneidade da união e contradição, de

necessidade e antagonismo, de suporte e obstáculo), apesar da dualidade embutir uma compreensão dialética, o termo reporta-nos a uma idéia de falsa complementaridade.

Segundo, para este autor *“a estruturação espaço-temporal da vida cotidiana define o modo como a ação e a relação sociais ... são materialmente constituídas”* (SOJA, 1993 :158). O termo *definir*, remete-nos à idéia de *determinar*. Parece-nos, assim, mais adequado o uso do termo interferir ou condicionar que remete-nos a idéia de contingência e não de determinação.

Destarte as premissas a serem consideradas são:

1. O espaço social é produto de uma sociedade; como tal é ao mesmo tempo meio e resultado das ações e relações sociais, o que lhe confere um caráter dialético. A estruturação espaço-temporal da vida cotidiana interfere e condiciona a concretização e constituição das ações e relações sociais.
2. A constituição do espaço socialmente produzido é plena de contradições e lutas, muitas rotinizadas no cotidiano, decorrentes do caráter dialético de sua produção, através da atividade social e econômica, por ser simultaneamente suporte, meio, produto e expressão da reprodução das relações sociais de produção em escala ampliada, o que confere a estas relações um caráter espacial necessário.
3. O espaço socialmente produzido é simultaneamente fruto das tensões entre capital e trabalho e de estratégias de luta pela reprodução do capital e do trabalho, bem como de práticas sociais organizadas que visam antagonicamente quer a manutenção do espaço social existente, quer uma transformação radical deste espaço.
4. O espaço socialmente produzido condensa em si desde a quotidianidade do viver até a história, nele se mesclam marcas de tempos passados e persistem e coexistem, conforme o caso, formas capitalistas e pré-capitalistas de produção. Neste sentido não há como realizar uma interpretação materialista da história sem uma concomitante interpretação do espaço social e vice-versa.

A produção do espaço social e os processos históricos e sociais, não se desenrolariam alheios entre si, mas num jogo de interação, oposição, contradição. Por conseguinte, a estruturação do território poderia ser definida dialeticamente como um elemento substantivo das relações gerais de produção, simultaneamente sociais e espaciais, necessária para o próprio processo de produção no arranjo dos territórios e na distribuição desigual e hierarquizada das classes sociais e das atividades produtivas no

espaço, que levam a uma diferenciação social e espacial que contribui para um desenvolvimento desigual e combinado em diferentes escalas; ao nível espacial e das relações de dominação. O desenvolvimento desigual pautado não só pela história, mas também pela geografia, graças às contribuições de diversos autores¹ (Wallerstein, Frank, Amin, Habermas, Offe outros).

Neste sentido a urbanização seria uma forma de estruturação do território, onde o peso dos lugares varia historicamente em função dos condicionantes e processos sociais, econômicos, políticos, e por vezes culturais que tomam corpo. E, a rede urbana seria a expressão cristalizada de diferentes estruturas do espaço em diferentes tempos históricos.

O que nos leva a adotar a concepção ampliada de urbanização, proposta por Giddens (1989 :297), que a partir da compreensão de que o espaço não deve ser entendido apenas como algo (um continente) a ser preenchido por populações organizadas social, econômica e politicamente; define a urbanização enquanto o processo social de maior significância na estruturação do território. Soja amplia esta proposição ao afirmar que

“A urbanização pode ser vista como uma de várias grandes acelerações do distanciamento espaço-tempo ... A especificidade do urbano é definida, pois, não como uma realidade separada, com suas próprias regras sociais e espaciais de formação e transformação, ou meramente como um reflexo e uma imposição da ordem social. O urbano é uma parte integrante e uma particularização da generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social... Em sua...especificidade social, o urbano é permeado por relações de poder, relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual, e as rotinas e revoluções, em muitas escalas diferentes” (SOJA, 1993 :186).

A qual vai ao encontro das proposições de Lefèbvre (*A Re-Produção das Relações de Produção* e *The Production of Space*), e que desenvolveremos de modo instrumental para nosso trabalho no próximo capítulo.

¹ Wallerstein sobre a estrutura do sistema mundial capitalista, com centros, periferias e semi-periferias; de Frank e dos estruturalistas latino-americanos sobre o subdesenvolvimento e a dependência; de Amin sobre a acumulação de capital e as características do capitalismo central e periférico; de Emmanuel sobre as trocas desiguais e as transferências de valor; de Habermas sobre a esfera pública e a esfera privada; de Offe e outros mais sobre as relações entre diferentes estados a nível internacional.

3. A ESCALA TERRITORIAL DA URBANIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é delimitar e instrumentalizar a concepção de urbanização que adotaremos nas discussões futuras com base no resgate que efetuamos no capítulo anterior. A maioria das concepções de urbano e urbanização enfocadas no capítulo anterior converge para duas visões polares: o urbano enquanto lugar da reprodução da força de trabalho e das relações sociais no cotidiano que se expressam através do consumo; e o urbano enquanto lugar da reprodução das relações sociais de produção na perspectiva da reprodução dos bens de produção.

Lefèbvre, por sua vez, chama a atenção para o fato de que o urbano é o espaço onde se processam estas duas esferas de reprodução, que historicamente se concatenam em diferentes graus e intensidades conforme o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, concernente principalmente ao desenvolvimento do meio-técnico-científico (SANTOS, 1991 e 1994). O território, todavia, não é apenas o continente destas relações; para Lefèbvre o caráter espacial destas relações cria historicamente um espaço social que condiciona o desenvolvimento futuro destas relações.

Durante o capitalismo competitivo o espaço urbano condensou e concentrou estas duas esferas de reprodução dadas as limitações do meio-técnico científico em termos de transportes e comunicações. Hoje, entretanto, pode-se observar a tendência à separação crescente entre as localizações espaciais destas duas esferas de reprodução¹.

3.1 as transformações em curso e seus desdobramentos para a análise urbana

O problema que se impõe no presente é o teor das transformações na matriz espacial - temporal da organização social, empresarial e territorial decorrentes das revoluções informacional, genética e energética, que tendem a tornar nosso instrumental analítico obsoleto e contribuem para gerar um novo paradigma que nos leva a considerar o urbano em escala territorial.

A resultante fragmentação espacial de empresas e de grupos sociais articulados mediante a formação de novas redes dá margem ao surgimento de novas solidariedades e territorialidades (RANDOLPH, 1994); as quais incidem diretamente sobre a distribuição das atividades produtivas e da população no território.

No âmbito da distribuição das atividades produtivas, conduzem a uma reestruturação horizontal e vertical da produção que resulta em uma reestruturação territorial, com uma abrangência da escala global a local.

No âmbito da distribuição da população, contribuem para alterar substancialmente as condições de vida de diferentes assentamentos em diversos pontos do território, em função seja de sua localização estratégica frente às novas redes de comunicação e transportes, seja pela integração e/ou não integração aos fluxos empresariais e da produção.

Pode-se dizer, que as transformações em curso representam novas estratégias para a acumulação, criam novas condições para a mobilidade do capital e novos obstáculos à mobilidade espacial da força de trabalho.

Análises recentes (Storper, Walker, Scott, Lipietz entre outros) caracterizam a nova distribuição das atividades produtivas enquanto um dos fatores da reestruturação territorial. Seu recorte analítico leva-as a privilegiar os aspectos e efeitos da reestruturação vertical (escala hierárquica de produção) e horizontal (amplitude espacial) da produção nas empresas, nas relações de trabalho e seus desdobramentos espaciais (territoriais) através da terceirização, da formação de novas redes empresariais e das novas localizações. Dada sua ênfase na esfera da produção e circulação, a maior parte destes trabalhos desconsidera o que acontece em termos da distribuição da população (trabalhadores urbanos, agrícolas, empresários, etc...).

3.2 condicionantes da estruturação territorial

As transformações sócio-espaciais na distribuição das atividades produtivas e da população, materializadas espacialmente enquanto formas de desenvolvimento urbano, em diferentes níveis e escalas, seriam resultantes tanto da lógica da ação do Estado e de distintos capitais (empresas), entre eles o industrial, agro-industrial e em particular o imobiliário; quanto das estratégias de localização e distribuição da força de trabalho.

3.2.1 três lógicas

Há que se considerar que na estruturação territorial - distribuição das atividades produtivas e da população (diferentes classes sociais) - interferem, além da ação das

¹ Vide CASTELLS, BENKO, TAVARES a respeito das novas localizações industriais relativas aos pólos de alta tecnologia.

empresas e das diferentes classes sociais, de distintas maneiras três lógicas ligadas à ação:

- **do Estado**, não enquanto sujeito e ou entidade, mas como um conjunto de frações de classe em luta pela hegemonia (POULANTZAS, 1978). Embora sejam distintos, os determinantes das ações estatais nos diferentes níveis e esferas¹, e nem todos estejam voltados diretamente para a organização do espaço, não deixam de ter um desdobramento espacial, pois não pode se admitir que se dêem em lugar nenhum. Ou seja a ação do Estado em diversas escalas e alcances tem desdobramentos diretos e/ou indiretos previstos ou imprevistos na organização do espaço e nos padrões de assentamento das diversas frações do trabalho e também do capital.
- **do setor imobiliário** - composto por distintas frações de classe em concorrência e conflito entre si², em defesa de seus interesses (TOPALOV, 1980), inclusive o Estado, enquanto promotor e financiador imobiliário, e a fração do capital financeiro voltada para investimentos fundiários - integra a vanguarda da produção do espaço e da estruturação territorial. Somado ao fato da propriedade privada e da especulação imobiliária constituírem-se em entraves seja para outras frações de capital e para o assentamento de trabalhadores, quando não mesmo para o próprio capital imobiliário. Como assinala Gottdiener

“ a forma que o espaço de assentamento assume não é necessariamente benéfica a qualquer um, com exceção dos que lucram no setor imobiliário. Tanto o capital quanto o trabalho são obrigados a viver num meio ambiente difícil de controlar, mas cujos efeitos negativos sempre podem ser mais bem transcendidos pelo rico e pelo poderoso” (GOTTDIENER, 1993 :268).

- **da capitalização da agricultura** com a formação de complexos agro-industriais, favorecida pela persistência de relações tradicionais de produção, de uma estrutura fundiária concentrada no campo, associada por vezes a programas governamentais de modernização agrícola; abre lugar, em áreas com potencial de desenvolvimento econômico, tanto para complexos agro-industriais quanto para a penetração do capital imobiliário, com a dissolução de relações tradicionais de produção.

¹ Nacional - orientação de investimentos e prioridades, política de subsídios e financiamentos, legislação tributária, taxas e tributos interestaduais, etc...;

Regional (a nível da unidade federada) - definição das diretrizes e áreas de desenvolvimento, política viária que acaba por ficar a cargo da federação, estímulos a incorporações e empreendimentos imobiliários, definição de implantação de infra-estruturas de porte que viabilizem a ocupação do espaço,

Local - redes locais entre empreendedores fundiários e políticos, zoneamentos urbanos etc...

² Vide KLEIMAN (1985) a respeito dos pequenos e médios incorporadores imobiliários na cidade do Rio de Janeiro.

Sem querer menosprezar sua relevância, não pretendemos enveredar no âmbito da análise de seu papel na estruturação territorial, em que pese a farta produção teórica existente¹. Serão consideradas, todavia, de forma subjacente na análise.

A ação destas três lógicas isoladas ou combinadas, conforme a conjuntura e as especificidades de cada lugar, tendem a gerar um novo padrão de liberação da força de trabalho, que foge ao esquema clássico de proletarização total, característico das etapas anteriores do capitalismo.

Os pequenos proprietários e trabalhadores “*liberados*” das relações tradicionais de produção ao invés de se dirigir, conforme o processo clássico, para as cidades e se assalariar em atividades urbanas; tendem a se ocupar em atividades rurais e urbanas e tornar-se uma força de trabalho sazonal dedicada tanto a atividades urbanas quanto primárias. Contribuem, assim, para alterar o padrão de assentamento nas pequenas, médias e grandes aglomerações urbanas seja ao manter suas pequenas propriedades seja ao tender a se localizar nas periferias urbanas ou em pequenos aglomerados (SANTOS, 1993 :52).

A lógica do setor imobiliário acirra estes movimentos. A perspectiva de usos potenciais propicia a valorização do solo em áreas urbanas e rurais o que leva a uma expulsão dos trabalhadores urbanos das cidades e dos trabalhadores rurais das áreas agrícolas. Resulta daí tanto um aumento da população rural em áreas urbanas situadas em áreas onde a produção agrícola se capitaliza (vide vários in PIQUET, 1986), quanto uma tendência a trabalhadores urbanos se radicarem em áreas rurais².

Tais movimentos estariam ligados a estratégias de sobrevivência e a mobilidade espacial da força de trabalho. Isto vai ao encontro da hipótese alternativa ao modelo clássico marxista de proletarização total e liberação repentina dos meios de produção e conformação de um exército industrial de reserva tipicamente urbano proposta por Becker (1988) a partir da análise dos processos espaciais na fronteira. Na atual etapa do capitalismo e de conformação de complexos agroindustriais (BARLETT, 1991) a mobilidade espacial e setorial do trabalho passaria a ser uma condição necessária para

¹ Com relação ao Estado vide BECKER e EGLER (1993); CINTRA e HADDAD (1978); EVERS (1979); IANNI (1977); LAMPARELLI (1982); LOJIKINE (1977); MESQUITA (1992); OFFE (1984); OLIVEIRA (1981 e 1987); PIQUET (1986); POULANTZAS (1978), etc...

Com relação ao setor imobiliário vide trabalhos de CAMPOS F^o (1989); CAMPOS (1989a); EGLER (1982 e 1983); LAMARCHE (1977); SMOLKA (1987, 1989 e 1992); TOPALOV (1980), etc..

Com relação a capitalização da agricultura vide BARLETT (1991); FERNANDES (1988); MÜLLER (1982) e SORJ (1988).

² Processos descritos por BECKER (1982 :109-122) e MACHADO (1982 :182-183) para áreas de fronteira e por SANTOS (1993) com relação às agrovilas.

a constituição de um mercado de trabalho regional na fronteira. Oliveira (1977) já assinalara a tendência a fluidez do exército industrial de reserva entre as atividades rurais e urbanas.

O estudo da urbanização no atual momento, portanto, deve contemplar o papel da mobilidade do capital e do trabalho, na medida em que sua intensificação contribui para alterar a distribuição das atividades produtivas e das diversas classes sociais no território.

3.2.2 mobilidades do capital e do trabalho na estruturação territorial

Os modelos tradicionais relativos à localização das atividades produtivas apresentam uma certa rigidez e pouca agilidade em relação à mobilidade do trabalho, como vimos no segundo capítulo. Estes modelos tendem a se aproximar da abordagem geográfica tradicional e tratar a mobilidade da força de trabalho como transferência. Ignoram, assim, o que lhe antecede e segue: a expropriação, expulsão, transformação dos que ficam e da natureza de seu produto em excedente para o mercado ampliado pelos que foram e perderam a condição de produtores de sua subsistência.

A existência de infra-estruturas sociais e físicas, imóveis e estáveis é necessária para garantir a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho, e para dar condições para ambos se moverem rápido e a baixo custo. Porém, conforme deixa de haver um comprometimento da produção e/ou dos trabalhadores com as infra-estruturas existentes sua viabilidade é posta em risco. Em consequência, segundo Harvey, as mudanças geográficas na circulação do capital e na disponibilidade da força de trabalho geradas pela acumulação, pelas mudanças tecnológicas e pela luta de classes tendem a minar a coerência regional da circulação do capital e da força de trabalho. Resulta daí uma instabilidade crônica das configurações espaciais e regionais.

Configura-se, assim uma tensão entre a livre mobilidade espacial da força de trabalho e a organização da produção num território confinado, tanto para o capital quanto para o trabalho.

a) a mobilidade do capital

A mobilidade do capital não pode ser analisada *in totum*. Sua análise deve envolver sua decomposição na mobilidade de diferentes capitais. A produção e a efetivação da mobilidade espacial de cada capital, conforme Harvey (1985 :145-153) em quem nos apoiaremos nesta parte, exige infraestruturas fixas e uma complexa matriz de serviços

sociais e físicos disponível *in situ* que se configura espacialmente em um sistema de transportes estável, infra-estruturas de abastecimento e de serviços e na existência de sistemas eficientes de telecomunicações, crédito, finanças e instituições legais.

Os custos de investimento e a dependência de infra-estruturas físicas interferem com a mobilidade do capital. Nos últimos vinte anos, todavia, os diferentes capitais conseguiram maximizar suas mobilidades, por um lado, através da redução dos custos e tempos do fluxo de investimento e da circulação de mercadorias propriamente dita, conforme outros agentes (entre eles o Estado) assumiram maiores parcelas dos custos de infra-estrutura física. Por outro lado, se a dependência do capital de equipamentos fixos de longa duração (infra-estruturas) diminuía sua capacidade de se mover sem desvalorização, isto tende a ser superado através dos atuais processos de reengenharia industrial que resultam na terceirização da produção; que tende a diminuir os custos de investimento e a necessidade de estruturas fixas e maximiza a mobilidade dos capitais em questão (BENKO, 1993).

Os diversos capitais, segundo Harvey, possuem diferentes capacidades de circulação e mobilidade espacial. Estes diferenciais introduzem tensões no processo de circulação no espaço, com um deslocamento diferenciado de firmas e indústrias que afeta a mobilidade do trabalho.

b) a mobilidade da força de trabalho

A mobilidade do trabalho constitui-se, segundo Gaudemar (1976), em condição necessária, senão suficiente da gênese do capital e indício de seu crescimento; expressa na (re) produção da força de trabalho, em sua utilização no processo produtivo, em sua circulação espacial e ocupacional, e em sua liberação que compreenderia tanto a transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos quanto a constituição de camadas intermediárias. Configura-se, portanto, como fruto das estratégias de diversos agentes sociais, entre eles o Estado¹ e as companhias privadas para moldar mercados de trabalho regionais.

A livre mobilidade espacial da força de trabalho e sua fácil adequação constitui-se em condição necessária à circulação do capital no espaço. Paradoxalmente por preferirem uma parcela da força de trabalho estável num território delimitado os capitalistas

¹ A estratégia do Estado para aumentar a mobilidade social e espacial da população está contida em todas as suas políticas. Ao promover atração em massa de migrantes através de programas oficiais de colonização o Estado condiciona os fluxos migratórios.

individuais tendem a apoiar ações estatais que restrinjam a livre mobilidade da força de trabalho (HARVEY, 1985 : 148).

As transformações recentes da reengenharia industrial acompanhada da modernização da agricultura aumentaram a mobilidade setorial e espacial do trabalho e fragmentaram a estrutura de classes com uma ampliação da margem de pobreza.

Na atual conjuntura a existência de uma força de trabalho polivalente coloca um limite a proletarianização total e torna-se condição necessária para a organização de um mercado de trabalho regional. A mobilidade espacial e setorial da força de trabalho, concretizada em ocupações sazonais possibilita a complementação da renda dos trabalhadores e permite compatibilizar a contradição entre a necessidade de atrair força de trabalho sem lhe dar legalmente a terra e a necessidade de dar a terra para produção de alimentos (subsistência) e diminuir as tensões sociais (BECKER, 1982 :109-122 e MACHADO, 1982 :182-183).

Os trabalhadores para melhorar seus salários e condições de vida e trabalho podem se organizar coletivamente, construir suas próprias infraestruturas sociais e físicas, lutar pelo controle do aparato de estado; e conforme obtenham sucesso vêem-se em condições de suportar restrições a livre mobilidade geográfica da força de trabalho. Caso contrário tenderão a buscar maximizar sua mobilidade espacial através de migrações. Em caso de sucesso das reivindicações dos trabalhadores em espaços delimitados, o capital tende a se evadir gradativamente e migrar para outras áreas.

Em síntese, frente às novas condições espaciais da produção os diversos capitais buscam maximizar suas respectivas mobilidades e tornar-se quase que independentes do espaço; enquanto os trabalhadores procuram maximizar sua mobilidade espacial através de diferentes estratégias no âmbito das relações de trabalho e de sobrevivência no cotidiano. Temos, assim, movimentos antagônicos, entre capital e trabalho e entre diferentes capitais, para maximizar suas respectivas mobilidades, mediados pela ação do Estado em dotar o espaço de infra-estrutura (meios de abastecimento e comunicação) (HARVEY, 1985).

3.2.3 esferas de (re)produção e urbanização

Essas mobilidades traduzem-se em duas esferas de (re) produção voltadas para a satisfação das necessidades respectivamente do capital e da força de trabalho, ambos com diversas frações com distintas lógicas e movimentos, que se concretizam

especialmente na produção de distintos espaços de trabalho e vida, que atravessam a esfera de reprodução social no cotidiano¹.

A urbanização, assim, hoje, poderia ser compreendida como a concatenação e concretização espacial destes movimentos, de reprodução e distribuição das atividades produtivas e da população, em disputa pelo espaço, que sob o capitalismo traduzem-se nas estratégias do capital e do trabalho para garantir suas respectivas reproduções. As diferenças de intensidade e de articulação entre estes processos variam historicamente e conformam a estruturação da produção e do território.

A urbanização, via de regra, é enfocada como resultante de um destes processos de reprodução, preferencialmente o da reprodução das relações de produção, que são hegemônicas. Se estas esferas de (re) produção caminharam combinada e antagonicamente em um espaço comum durante o capitalismo competitivo hoje há uma tendência a maximizar sua separação. O desenvolvimento do meio técnico científico propicia que deixe de haver necessariamente uma coincidência espacial no território destas duas esferas, que tendem a se tornar independentes da aglomeração.

Estes movimentos conjugados às três lógicas abordadas (do Estado, do capital imobiliário e agro-industrial) e o desenvolvimento do meio técnico científico, tendem a gerar uma exclusão social e espacial dos trabalhadores e uma fragmentação do espaço que se expressa em uma diferenciação e especialização dos lugares a nível territorial, com cidades voltadas ou para a produção, o consumo ou a moradia. Parece-nos, portanto, que a conjugação destes dois movimentos (do capital e do trabalho) resulta em uma estruturação do território que atinge as velhas formas de urbanização.

A disseminação no território de relações espaciais e sociais de produção de caráter urbano - enquanto relações que o capital (entendido aqui enquanto um conjunto de diferentes capitais em disputa pela hegemonia) e o trabalho (entendido aqui enquanto um corpo de diferentes categorias sociais) travam com o meio (o espaço) para garantir suas respectivas reproduções e necessidades - tendem a conferir ao urbano uma amplitude territorial; isto é, uma amplitude que transcende (ultrapassa) aquilo que percebemos como "*perímetro urbano*". O urbano poderia, assim, ser considerado não-

¹ Para Lefèbvre no capitalismo deve ser considerada a interação entre o espaço social e três níveis de reprodução conforme a seguinte passagem "*Here three interrelated levels must be taken in account : (1) **biological reproduction** (the family); (2) the **reproduction of labour power** (the working class **per se**); and (3) the **reproduction of the social relations of production** - that is, of those relations, which are constitutive of capitalism and which are increasingly (and increasingly effectively) sought and imposed as such*" (grifos do autor) LEFÈBVRE, 1974 :32.

simultaneamente tanto o lugar da reprodução das relações de produção, referentes aos bens e meios de produção, quanto o lugar da reprodução da força de trabalho.

O confronto entre estas esferas é antigo, não se trata de resolvê-lo aqui. Para sua análise ser completa, deveria abranger estes dois movimentos. Tomar em conta apenas o lado da produção significaria reduzir a urbanização a uma determinação do econômico e atribuir a estruturação do território apenas à esfera da produção. O mesmo vale em contrapartida se considerarmos apenas os aspectos ligados a população. Entretanto não podemos desconsiderar a farta produção teórica sobre a estruturação territorial do ponto de vista da produção.

Ao nível do capital o urbano se espraia como novas formas de apropriação e ocupação do espaço, que resulta em uma estruturação territorial da produção. Ao nível da força de trabalho o urbano dissemina-se como um modo de vida, que tem por base o quadro de vida dos trabalhadores e sua efetiva inserção na produção; que conduz a uma redistribuição territorial da população. A combinação desta estruturação e distribuição transforma a face do território e engendra (nov) os padrões de urbanização.

3.3 os lugares da urbanização

O entrelaçamento e encontro espacial das diferentes lógicas apontadas e dos movimentos das esferas de reprodução (de diversos capitais, por vezes em conflito, e de diversas classes e frações de classe sociais com interesses distintos) em confronto pelo espaço propiciam o surgimento, em diferentes escalas, de pontos (lugares) no território, o que vai ao encontro da proposição de Santos de que

“Cada lugar ... é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, ...” (SANTOS, 1994 :18-19 e 32).

Estes pontos (lugares) - através de suas interações ou não-interações e de seus desenvolvimentos variáveis, em uma rede espacial de pontos especializados hierárquicos e multiestratificados - contribuem para a regionalização do território e da sociedade. Esta regionalização, segundo Giddens, *“constituir-se-ia em torno das conexões, tanto de interdependência quanto de antagonismo, entre a cidade e o campo”* (GIDDENS, 1989 :116) conforme se configuram o que caracteriza como contextos de co-presença (GIDDENS, 1985 :293 e 1989 :115), definidos por modos variáveis de intersecção de presença e ausência de integração social.

Consoante com esta perspectiva, os lugares poderiam ser considerados uma manifestação espacial da apropriação do espaço e da natureza pelo homem, que é inseparável da transformação da sociedade no tempo e no espaço, enfim poderiam ser entendidos como pontos de concentração de condições gerais. Neste sentido a definição de Pred, de que

“As such, place is characterised by the uninterrupted flux of human practice - and experience thereof - in time and space. It is not only what is fleetingly scene as place, a ‘locale’ or setting for activity and social interaction. It is also what takes place ceaselessly, what contributes to history in a specific context through the creation and utilisation of what is scene as place.” (PRED, 1985 :337).

coloca-o na mesma perspectiva de Giddens e Soja, e contribui para espacializar o lugar e extrapolar sua dimensão material.

Estes pontos tornam-se lugares ao permitirem que haja um entrelaçamento e aglomeração de atividades permanentes e estáveis que os tornem centrais (LEFÈVRE, 1974 :331), nodais, estratégicos, para as interações intraterritoriais e para as diferentes lógicas que estruturam o território em tempos históricos delimitados. Na escala intra-urbana, historicamente, os pontos predominantes da co-presença social (Giddens) seriam os lugares de residência e de trabalho. Se em contextos menos modernos esses locais são concentrados em contextos mais avançados ou em transformação, tendem a se distanciar e se separar, em escalas que vão do local ao territorial. Neste sentido estas localidades constituiriam a base da urbanização, assim,

“As vilas e cidades podem ser descritas como localidades que abrangem contextos, recintos e concentrações nodais da interação humana, ligados à integração social e dos sistemas e, por conseguinte, a redes múltiplas de poder social. No contexto do mundo contemporâneo, a localidade pode ir desde os menores povoados ou bairros até as maiores conurbações” (SOJA, 1993 :185).

Estes lugares, pontos nodais, todavia, podem não se converter em aglomerações urbanas, e isto irá depender necessariamente dos graus e tipos de interações que estabeleçam entre si e outras áreas do território, em diferentes níveis e escalas.

3.4 as escalas da urbanização

Giddens relaciona o espaço e a urbanização ao afirmar que *“o espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação”* (GIDDENS, 1989 :297). O espaço se transforma conforme se desenvolve o

meio técnico científico e modificam-se as formas de apropriação da natureza pelo homem. Em um determinado momento histórico temos a cidade limitada à aglomeração física, e com uma identidade comum ao urbano, todavia, concordamos com Giddens que

“Such cities, we could say, do not yet exist in commodified time and space. The buying and selling of time - as labour-time - is surely one of the most distinctive features of modern capitalism... The commodification of time, geared to the mechanisms of industrial production, breaks down the differentiation of city and countryside characteristic of class-divided societies... Together with the transformation of time, the commodification of space establishes a ‘created environment’ of a very distinctive character - expressing new forms of institutional articulation. Such new forms of institutional order alter the conditions of social and system integration, and thereby change the nature of the connections between the proximate and the remote in time and space” (GIDDENS, 1985 :294-295).

As transformações presentes do meio técnico científico, dos novos meios de comunicação e transporte, ao vencer o espaço pelo tempo favorecem uma crescente desaglutinação espacial de atividades e permitem uma separação de locais de trabalho, residência e consumo em uma escala mais ampla do que a cidade propriamente dita. Tende a diminuir a necessidade de diversas pessoas trabalharem num mesmo local para uma empresa funcionar, e o mesmo no concernente às suas moradias. E tende a aumentar a dissolução entre rural e urbano.

Ocorre uma especialização (separação) de lugares na escala do território com a multiplicação de núcleos dormitório, centros de consumo e centros de produção não necessariamente coincidentes e aglutinados.

A urbanização, assim, tende a deixar de estar relacionada apenas a urbe, ao urbano, à cidade, à aglomeração de pessoas, equipamentos e infra-estruturas. A urbanização tende a assumir uma forma pulverizada em segmentos dispersos e conquista desta maneira fragmentada a escala do território - e passa a se referir também a processos gerais e sócio-econômicos no meio rural (se é que ainda hoje podemos falar de uma dicotomia rural-urbano).

O urbano torna-se *“uma parte integrante e uma particularização da generalização mais contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social, a de que ocupamos uma matriz espacial multiestratificada de locais nodais”* (SOJA, 1993 :186) e passa a estar relacionado a um modo de vida, enquanto quadro e condição de vida (inserção no processo produtivo), não na acepção restrita de Wirth, e sim numa acepção mais ampla, onde não só a cultura mas outros fatores sociais, econômicos, políticos e espaciais

interferem nas relações que os homens travam entre si e o meio em que vivem. A aglomeração não deixa de ser importante, porém, sua permanência dependerá do desenvolvimento do meio técnico-científico e das transformações das relações de trabalho e de vida.

As cidades seriam, neste contexto, mais que um meio físico, aglomerações nodais especializadas, socialmente criadas, parte de um sistema multiestratificado de pontos nodais e de uma configuração raras vezes hierárquica de locais diferenciados, cujas formas e funções variam tanto no tempo quanto nos lugares.

Se as cidades como as conhecemos tendem a desaparecer, se a distribuição da população e das atividades produtivas está em transformação em todas as escalas em diversos pontos, isto resultaria no surgimento de novos padrões de assentamento e distribuição da população e das atividades produtivas, ou seja de novos padrões de urbanização. O que nos obriga a estudar os padrões de urbanização em diversas escalas articuladas.

3.5 padrões de urbanização

Os padrões de assentamento espacial da população e das atividades produtivas, a partir do que foi dito até aqui, podem ser compreendidos como fruto do sistema de organização social, estruturado vertical e horizontalmente, em termos das hierarquias sociais e funcionais e de sua distribuição e amplitude espacial, bem como das mobilidades espaciais do capital e do trabalho - movimentações de firmas e pessoas. Em um processo que envolve *“forças econômicas, políticas e culturais ligadas dialeticamente e entendidas, não em termos de três práticas distintas, como na abordagem estruturalista marxista, mas através da teoria contemporânea da estruturação, que une forças sistêmicas estruturais com modos voluntarísticos de comportamento”* (GOTTDIENER, 1993 :267).

A organização social, política, econômica e cultural e a organização espacial estariam dialeticamente inter-relacionadas, em uma amplitude que transcenderia uma possível ligação mecânica causa social - efeito espacial (GOTTDIENER, 1993 :268); na medida em que as mudanças na organização social, econômica e cultural, vistas não como instâncias aparte umas das outras mas que se interpenetram e interagem entre si, geram uma constante (dis) solução e (re) construção do espaço social. Vale ressaltar, porém, que as bases da produção do espaço não podem ser atribuídas apenas ao capitalismo, e as relações capitalistas não necessariamente refletem-se diretamente no

espaço social (GOTTDIENER, 1993 :266). Admiti-lo redundaria em recair em uma causalidade mecânica.

Ao invés é o desenvolvimento contínuo e contraditório das relações sociais de produção e das forças produtivas, em diferentes níveis e escalas, que se materializa no espaço em qualquer tempo de forma desigual e combinada e faz com que aumentem as desigualdades intra e inter regiões em diversas escalas e níveis, em recortes horizontais (em termos da amplitude e extensão) e verticais (em termos das diferenciações-hierarquizações internas e externas) (SOJA, 1993).

Nesta perspectiva os padrões sócio-espaciais podem ser vistos enquanto resultantes de processos contraditórios e dialéticos e não apenas de uma lógica irreduzível e linear do sistema capitalista, considerado enquanto um bloco infracionável e infragmentável. Se assim o fosse, onde ficaria o papel e peso dos trabalhadores na transformação do espaço? Onde poderíamos situar a disputa entre as diversas frações de capital pela hegemonia? E, onde ficaria o papel do Estado?

Neste contexto os padrões de urbanização poderiam ser considerados como as formas com que se processa esta organização, em função de determinantes sociais, econômicos relacionados ao desenvolvimento de atividades produtivas e relações sociais de produção em diferentes pontos do espaço. Formas relativas ao nosso objeto específico de análise que não podem ser generalizadas, e não devem ser interpretadas como modelos, tipos ou padrões fixos, e sim como manifestações espaço-temporais de relações sociais e espaciais de produção concernentes a um objeto específico e a um espaço-tempo delimitado; que não devem ser vistas como estáticas, imutáveis ou em evolução, mas em dissolução / recriação, em permanente transformação, caracterizando um espaço-tempo preciso e a condensação de espaços-tempos passados.

Conferir-lhes um grau de generalidade e retirar-lhes a especificidade significaria cair no empirismo positivista, porém conforme os circunscrevemos em sua especificidade enquanto objeto de análise e estudo tornam-se um elemento a mais para a compreensão da complexidade do processo de estruturação do território e da urbanização enquanto processos não redutíveis a modelos, padrões matriciais, sistemas e/ou fórmulas simples.

Não se trata de criar tipologias, catalogações de tipos de urbanização ou especificidades para tentar conhecer os "impasses" urbanos ou regionais como manifestação localizada, específica, ou elaborar uma tipologia de regiões e/ou cidades, buscando regras empíricas, estatísticas e formais. Mas de tentar superar o empirismo

das análises sobre a problemática urbana e regional, para entender as dimensões espaciais como parte integrante das relações sociais em um período histórico definido, que se manifestam em uso e apropriação do espaço tanto pelo capital quanto pelo trabalho (LIPIETZ, 1977 :5-6).

3.6 urbanização e história

Para conduzir a investigação de nossa hipótese necessitamos conferir concretude a categoria de urbanização, neste sentido, a recuperação teórica, feita até aqui, parece-nos não suficiente, na medida em que compreendemos que a urbanização:

- não é uma categoria invariante historicamente pois assume qualidades e significados distintos no decorrer do processo histórico;
- não pode ser reduzida a produto de um único modo de produção - o capitalismo em particular;
- não é um processo autoctótone, autoreprodutível e nem se dá em espaço virgem, mas em espaços pré-existent, pré-produzidos e pré-organizados a partir das práticas de diversos agentes sociais e econômicos que variam historicamente, e constitui-se em um processo de produção do espaço social;
- é integrante e resultante da constante (re) estruturação do espaço de reprodução das relações sociais de produção, da força de trabalho e da vida cotidiana, através das relações que os homens travam entre si e a natureza;

Torna-se necessário assim recuperar a dimensão temporal (histórica) da urbanização dentro de limites precisos a partir da análise e historicização da urbanização de um objeto específico. Ou conforme Lefèbvre *"If space is produced, if there is a productive process, then we are dealing with **history**"* (LEFÈBVRE, 1974 :46, grifo do autor).

Espaço e história não podem ser dissociados e ambos estão indissoluvelmente ligados à vida social, às condições materiais e ao desenvolvimento das forças produtivas e do meio técnico-científico. As relações de classe e produção, de dominação e hegemonia, não existem por si só e sua reprodução não se dá em um mundo desterritorializado e a-espacial. Elas materializam-se no espaço e o estruturam no decorrer da história enquanto litígios territoriais de caráter político ou desigualdades econômicas e sociais.

Cabe, assim, primeiro assinalar a especificidade da historiografia do espaço. Tal recuperação difere da historiografia tradicional (LEFÈBVRE, 1974 :46). Não pode ser

confundida com uma cadeia causal de eventos históricos¹, nem se limitar a um corte temporal único como se antes e depois fosse o nada. Conforme assinala Lefèbvre:

“The history of space cannot be limited to the study of the special moments constituted by the formation, establishment, decline and dissolution of a given code. It must deal also with the global aspect - with modes of production as generalities covering specific societies with their particular histories and institutions. Furthermore, the history of space may be expected to periodize the development of the productive process in a way that does not correspond exactly to widely accepted periodizations.” (LEFÈBVRE, 1974 :48).

A estimativa das mudanças históricas nas estruturas sociais e a progressão histórica, destarte, ao contrário da ênfase clássica de periodização em estágios distintos, com início e fim temporalmente demarcados, devem compreender uma superposição de fases sem início e fim demarcados, na medida em que um modo de produção não desaparece e é substituído por outro de imediato². Quando uma fase, ou ciclo, se encontra no auge, a seguinte apenas começa a se esboçar, e enquanto a primeira decai a segunda ascende. E, as fases de desenvolvimento não se expressam em formas espaciais únicas e próprias, os períodos históricos mesclam-se em uma mesma forma espacial dando-lhe corpo, pois *“a articulação entre o modo de produção e o espaço é, ela mesma, um processo dialético contingente de duração indistinta e efeito variável”* (GOTTDIENER, 1993). Cada período histórico carrega em sua forma espacial os períodos precedentes e as sementes do período subsequente, ou seja *“space carries within itself the seeds of a new kind of space”* (LEFÈBVRE, 1974 :52).

O espaço presente, assim, condensa em si cristalizações de trabalho social passado, de diferentes momentos históricos, que se configuram no presente em potenciais alavancas ou obstáculos a seu desenvolvimento futuro, em razão da desigualdade histórica e geográfica de desenvolvimento de diferentes espaços e da tensão gerada pela simultaneidade e coexistência espacial de formas produtivas de diferentes tempos históricos. No capitalismo esta tensão torna-se necessária para a própria acumulação e reprodução do capital e o que se torna geograficamente diferenciado são as taxas de lucro, a composição orgânica do capital, a produtividade do trabalho, o custo de reprodução da força de trabalho, a mobilidade do capital e do trabalho, etc...

¹ *“The history of space, of its production **qua** ‘reality’ , and of its forms and representations, is not to be confused either with the causal chain of ‘historical’ (i.e. dated) events, or with a sequence, wether teological or not, of customs and laws, ideals and ideology, and socio-economic structures or institutions (superstructures)”*. LEFÈBVRE, 1974 :46, grifo do autor.

² Conforme Marx um modo de produção não desaparece até haver libertado as forças produtivas e atingido seu pleno potencial.

“Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográfica e setorialmente desiguais dos investimentos de capital e da infraestrutura social, da concentração localizada de centros de controle da mão de obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relações capitalistas e não capitalistas de produção.” (SOJA, 1993 :132).

Ao mesmo tempo, há uma tendência para a homogeneização e redução das diferenças geográficas. A tensão entre diferenciação e homogeneização é subjacente ao próprio desenvolvimento geográfico desigual¹. A crescente incorporação de espaços onde predominavam relações pré-capitalistas e sua articulação aos espaços capitalistas, com a desintegração e reorganização de suas relações de produção aponta para uma tendência crescente de combinações contraditórias onde há uma constante diferenciação / homogeneização, desintegração / preservação e fragmentação / articulação, (SOJA, 1993 :134-135) como ressaltam Palloix, Aglietta e Lipietz. Em contraposição à visão quase estática das teorias do dualismo econômico, dos pólos de desenvolvimento de Perroux e das teorias da localização neoclássicas, que subsidiaram e nutriram diversas práticas de planejamento no sentido de superar as desigualdades inter-regionais, em particular as proposições de Perroux.

Não se pode supor, conforme o ideário neoclássico, uma distribuição homogênea nem da população nem das atividades produtivas em diferentes territórios ou regiões. As desigualdades geográficas constituem-se historicamente e resultam de todos os processos sociais, conforme os homens se apropriam, transformam e estruturam o território através da formação de núcleos urbanos, vilas e cidades para satisfazer necessidades conjunturais e/ou estruturais.

Nem a estruturação territorial, nem a escolha dos sítios são fortuitas. Ou seja a estruturação e desenvolvimento de espaços dados estão intrinsecamente ligados à história e à forma com que o espaço foi apropriado e adequado às necessidades de reprodução e sobrevivência, que variam tanto histórica quanto geograficamente em função do desenvolvimento das forças produtivas, entendidas aqui enquanto potencial de matérias primas, força de trabalho, meios de produção e meio técnico-científico. E isto conforma uma desigualdade espacial e histórica em termos de desenvolvimento, porém tal desigualdade também é necessária e se dá de forma combinada, na medida em que diferentes áreas, espaços o desenvolvimento social e econômico não deverão necessariamente percorrer as mesmas etapas.

Se assim não o fosse, a história de todos lugares seria a mesma e todos apresentariam uma mesma configuração. A base da acumulação está na existência de espaços desiguais (SOJA, 1983), da escala global à local, e em seu desenvolvimento desigual e combinado, através da mescla do atraso das condições sociais e econômicas atrasadas com formas de capitalismo avançado. Em última análise se todos os pontos fossem homogêneos não haveria mais acumulação (MANDEL, 1976 apud SOJA, 1993). A ênfase do local (fragmentação territorial) tem importância, porém deve ser inserida na perspectiva do avanço da globalização.

O espaço social, historicamente produzido, torna-se outrossim uma contingência para a reprodução ampliada de capital e das condições gerais de produção. Referimo-nos ao espaço social em escala regional / territorial que condensa em si trabalho morto (estradas, infra-estruturas, meios de comunicação, obras de dragagem, terraplanagem, drenagem e irrigação) e abriga trabalho vivo (enquanto local onde se distribui a população dividida e organizada em classes sociais). Tais condicionantes remetem diretamente a mobilidade espacial do capital e do trabalho e ao desenvolvimento desigual e combinado histórica e geograficamente, necessários na escala ampliada para a própria reprodução do capitalismo. A existência prévia de infra-estrutura, de núcleos urbanos com força de trabalho disponível, de equipamentos e serviços e sua articulação espacial com os fluxos da produção e circulação tornam-se um elemento a ser considerado no desenvolvimento inter-regional. Concordamos neste sentido com a proposição de Soja, para quem *“a história do capitalismo, da urbanização e da industrialização, da crise e da reestruturação, da acumulação e da luta de classes torna-se, necessária e centralmente, uma **geografia** histórica localizada.”* (SOJA, 1993 :127).

3.7 procedimentos gerais e delimitações

Nossa intenção é partir da hipótese conceitual da urbanização enquanto um processo integrante da estruturação espacial da sociedade para numa aproximação espaço temporal analisar a estruturação de um objeto específico: o interior do estado do Rio de Janeiro e suas interações com a metrópole carioca².

A urbanização, como vimos, concerne as duas esferas da reprodução das relações sociais de produção e da reprodução da força de trabalho, que se manifestam em

¹ A tensão entre a diferenciação e equalização espaciais emergiram na década de 70 nas teorias do imperialismo que trabalhavam na escala regional-internacional. SOJA, 1993 :133.

² composta pela capital, (cidade do Rio de Janeiro, anterior Estado da Guanabara, Distrito Federal , sede do Império e da Colônia) e por um conjunto de cidades, relativamente recentes, em seu entorno, pertencentes antes da fusão, em 1975, ao antigo Estado do Rio de Janeiro.

diferentes níveis e escalas na distribuição das atividades produtivas e da população no território. Não será possível no atual trabalho, contemplar estas duas esferas de forma eqüitativa.

A primeira, relacionada diretamente com o econômico, exigiria uma investigação e análise das interações (redes) e distribuição das empresas de diversos setores no território considerado, no sentido de estabelecer os efeitos das transformações das relações espaciais de produção dada a formação de novas estruturas produtivas (empresariais) horizontais e verticais. Há, neste sentido, diversos trabalhos já finalizados e em andamentos sobre a distribuição espacial das empresas no estado do Rio de Janeiro¹, em particular no Médio Vale do Paraíba; sobre a formação de novas redes empresariais (RANDOLPH, 1994) e de comunicação a nível territorial (RIBEIRO, 1990 e EGLER, 1989 :119-134); sobre as potencialidades da região da Baía da Ilha Grande, entre outros, que futuramente poderão contribuir para o desdobramento deste trabalho em outras análises, a partir das hipóteses aqui levantadas.

É o segundo veio que investigamos com maior profundidade; no seu âmbito existem diversos trabalhos principalmente no concernente a relocação da população rural nas periferias urbanas. Optamos por trabalhar neste âmbito, da distribuição da população no território, para averiguar o comportamento demográfico e das atividades econômicas da escala local (distrito) à escala regional (regiões de governo). Por considerarmos que a análise da distribuição da população e das atividades que desenvolve possa se constituir em um indicador da urbanização na medida em que as lógicas apontadas conjugadas à disputa das mobilidades do capital e do trabalho pelo espaço tendem a excluir social e espacialmente os trabalhadores em pontos específicos do território o que propicia o surgimento de novos padrões de distribuição da população e das atividades produtivas.

Realizaremos, portanto, uma análise da urbanização em um território (estado do Rio de Janeiro) e período (1970 a 1991) limitados que pretende traduzir operacionalmente sua compreensão enquanto integrante e determinante da *estruturação espacial*. Dentro desta visão, a procura pela identificação de *padrões* de urbanização passa necessariamente por uma investigação de distintas formas desta estruturação que se manifestam, articuladamente, em diferentes escalas espaciais - desde estruturas locais (distritais), municipais até regionais (estadual ou regiões de governo). Índices ou taxas de urbanização, como usamos anteriormente, não deixam de ter uma determinada

utilidade (dependendo dos objetivos de cada investigação), mas são por demais simples para retratar um padrão dentro da nossa concepção da urbanização.

Serão necessárias as três escalas que acabamos de mencionar para a identificação de possíveis padrões de urbanização. Em princípio, nenhuma parece, *ex ante*, privilegiada. Não as encaramos, em relação aos dados, como simples níveis diferenciados de sua agregação ou desagregação. Todavia, ao pensar a urbanização como propagação e instalação do "*urbano*" - um "*princípio*" de estruturação espacial - como já assinalamos, a escala municipal parece-nos de importância especial. Esta escala realiza a intermediação - inclusive por causa de sua expressão superestrutural (jurídico-política e ideológica) - entre processos a nível (micro) local e (macro) regional. É esta "*função*" na estruturação espacial que nos faz insistir no município como principal unidade territorial de referência mesmo quando observadas as outras duas escalas (intermunicipal e intramunicipal).

O "*padrão*" - a padronização - da urbanização será construído a partir de uma série de características que dizem respeito à estruturação espacial nas suas múltiplas dimensões como argumentamos nos últimos dois capítulos. Seleccionamos, para as três escalas referidas, alguns critérios ou índices que parecem-nos contribuir para a identificação e posterior discriminação de padrões entre diferentes regiões (de governo) no interior do estado do Rio de Janeiro. Apresentados de uma forma esquemática procuraremos caracterizar os padrões da seguinte maneira:

1. *escala regional (estadual e regiões de governo)*

- participação da população (urbana) das aglomerações populacionais na população (urbana) total da região (concentração ou dispersão entre diferentes centros urbanos);
- alterações desta participação durante o período de investigação (mudanças na concentração);
- participação do PIB municipal no PIB da região (neste caso pode ser interessante observar a relação com o estado);
- movimentos intermunicipais da população (deslocamentos pendulares).

¹ Pesquisas em andamento no Laboratório de Gestão do Território do Instituto de Geociências da UFRJ sob a coordenação do Dr. Cláudio A.G. Egler.

2. *escala municipal*

- distribuição da população economicamente ativa (PEA) entre os diferentes setores econômicos (primário, secundário, terciário);
- distribuição da população entre sede e distritos dentro do município e deslocamentos entre estas áreas;
- mudanças desta distribuição durante o período de investigação;
- forma de ocupação territorial (contigüidade, descontinuidade física);
- infra-estrutura viária existente.

3. *escala distrital (local)*

- distribuição da população entre áreas urbana e rural;
- crescimento populacional (urbana, rural, total);
- funções dominantes (dormitório/residencial, atividades econômicas etc.) e especificidades singulares (presença de grandes empreendimentos industriais, agrícolas etc.; grandes proprietários, por exemplo)

O padrão de urbanização constroi-se, portanto, do abrangente (regional) para o específico (local) como, também, do particular (local) para o geral (regional). Tenta refletir, com este procedimento, a complexidade (pelo menos uma pequena parte) da estruturação espacial da qual a urbanização é componente cada vez mais importante. Com isto, entendemos que a urbanização, nas suas práticas e relações urbanas, extravasa os limites físicos da aglomeração e que o modo de vida urbano, enquanto quadro de vida e modo de inserção os trabalhadores no processo produtivo, extravasa os limites da aglomeração física e da concentração e ganha uma abrangência territorial com a aglomeração disposta em múltiplos núcleos com uma grande diversidade.

Repetimos, a urbanização precisa ser investigada em várias escalas; não se pode mais partir do pressuposto que o "lugar" da urbanização é pura e simplesmente o "urbano" e confundi-lo com a sua manifestação físico-aparente: a cidade. E, muito menos seu padrão ser identificado dentro desta visão. Vale ressaltar que via de regra a população urbana das cidades corresponde à população urbana *municipal* que pode ser distribuída entre diversas vilas (sede e distritos) sem contigüidade física entre elas. Portanto, tais "cidades" são de fato muitas vezes compostas por diversas aglomerações urbanas

dispersas no território do município e, por vezes, inclusive sem articulação física e viária com as respectivas sedes municipais.

Em termos do estudo concreto deste padrão de urbanização, é supérfluo destacar que sempre há uma certa lacuna entre a conceituação e sua operacionalização, por um lado, e entre a operacionalização dos conceitos e a real disponibilidade de dados (uma vez que foi necessário recorrer a dados já disponíveis), por outro. Temos outro problema ainda, como veremos mais adiante, que além de dificuldades com a fidedignidade dos dados existem problemas em relação às datas de seu levantamento (nem sempre coincidentes e/ou compatíveis).

Antes de apresentar a análise e discussão dos padrões de urbanização propriamente ditos (no 6. Capítulo), observamos, no capítulo seguinte, o processo histórico durante o qual se formou e modificou o conjunto dos municípios no interior do estado do Rio de Janeiro que representam, como mencionamos há pouco, a principal unidade territorial de referência para nossa investigação. O que requer que realizemos uma recuperação da ocupação e povoamento deste território.

Procederemos, assim, a um resgate histórico num contexto geral, com ênfase nas particularidades para extrair conclusões ainda que parciais que subsidiem a compreensão de sua situação atual.

Não haverá uma preocupação em estabelecer cortes temporais específicos nem em proceder a uma periodização precisa dada a especificidade da historiografia do espaço, conforme apontamos, que não pode ser confundida com uma cadeia causal de eventos históricos, nem se limitar a um corte temporal único como se antes e depois fosse o nada. Na compreensão de que a recuperação histórica da urbanização de um território específico deve compreender uma superposição de fases sem início e fim demarcados, na medida em que um modo de produção não desaparece e é substituído por outro de imediato.

Após esta recuperação histórica, procuraremos desenhar as grandes linhas de desenvolvimento econômico e setorial que fornecem o pano de fundo para os processos específicos a nível estadual, regional e municipal.

4. ORIGENS, OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO ATÉ O FIM DO SÉCULO XIX

Para compreender a atual organização urbana do estado do Rio de Janeiro não podemos deixar de considerar as características dos processos de urbanização e industrialização, quase concomitantes no século XX, conforme se processaram no Brasil, e em particular no território do atual estado do Rio de Janeiro. Não é nossa intenção, entretanto, tratar nem da formação do capitalismo no Brasil¹, nem das distinções dos padrões de industrialização e urbanização dos países centrais e dos chamados países de capitalismo tardio, diversos autores já o fizeram. Iremos, portanto, apenas levantar alguns pontos relevantes para esta recuperação.

Procuraremos fornecer uma visão sucinta da formação e ocupação urbana do atual estado do Rio de Janeiro, para subsidiar a compreensão dos atuais padrões de urbanização. Por não ser este trabalho de cunho histórico, resgataremos as linhas gerais da evolução da ocupação e organização do território do estado do Rio de Janeiro e de seu entorno regional. Por também não se tratar de um trabalho comparativo não traçaremos um paralelo com o estado de São Paulo, porém faremos algumas indicações a título ilustrativo, para destacar algumas diferenças características.

As etapas de desenvolvimento econômico por se concretizarem no espaço permitem-nos periodizar a história social brasileira. As várias vertentes sobre o desenvolvimento econômico no Brasil coincidem no tocante a duas grandes etapas: a primeira até 1930, com base no setor primário voltado para a exportação; a segunda a partir de 1930, com base na industrialização e direcionada para a consolidação do capitalismo no país. Esta primeira etapa compreende dois momentos distintos; um que vai até o fim do século XVIII, caracterizado pela dependência total da colônia à metrópole colonizadora¹; e um segundo, do século XIX até 1930, marcado pela incorporação do Brasil à divisão internacional do trabalho.

Este capítulo tratará do povoamento até o fim do século XIX, marco da integração do Brasil ao mercado mundial, e pautar-se-á pelos marcos históricos e ciclos hegemônicos de produtos primários - agrícolas ou extrativos - destinados para a exportação, que propiciaram o surgimento, apogeu e declínio de diversas aglomerações e povoados, perceptíveis até hoje no espaço estadual.

¹ A partir de uma postura crítica às interpretações cepalinas, entre eles TAVARES, 1973; CANO, 1977; MELLO, 1975.

A urbanização / industrialização do estado do Rio de Janeiro não pode ser estudada apenas localmente, com riscos de particularizarmos aspectos específicos e perdermos a visão de conjunto dos processos gerais que regeram a ocupação do território. Ao início de cada uma das duas grandes etapas traçaremos, portanto, um quadro geral para contextualizar os fatos concernentes ao estado do Rio de Janeiro.

4.1 divisão territorial do trabalho durante o período colonial

Durante o período colonial o território brasileiro era constituído de um vasto campo voltado para a produção agro-exportadora e exploração de riquezas naturais, onde algumas cidades como Rio de Janeiro e Salvador (cidades reais²) eram as sedes representativas do poder da metrópole (Portugal) na Colônia. As outras cidades e vilas, por sua vez, constituíam-se ou em sedes do capital comercial orientadas para o controle da produção agro-exportadora que serviam de conexão entre a colônia e o circuito internacional de mercadorias, ou em entrepostos para o escoamento da produção.

Este conjunto desarticulado de cidades e vilas configurava um arquipélago mercantil, onde os portos eram de fundamental importância para a centralização da produção e redistribuição de mercadorias. Tal configuração era determinada pelo caráter autárquico da produção agrícola voltada para a exportação (bacias de drenagem) (BECKER e EGLER, 1993 e SANTOS, 1993). O campo não dependia da cidade, que surgia em função das necessidades do capital agro-exportador ou explorador³. Este esquema persistiu após a Independência, com o prosseguimento da agricultura agro-exportadora, até 1930 quando se alterou o eixo de acumulação. A articulação que configurava tais bacias de drenagem foi posteriormente apropriada pelo capital enquanto bacias de abastecimento, com a inversão dos fluxos⁴.

Neste contexto o Rio de Janeiro firmou-se como centro político, administrativo e financeiro de uma sociedade dominada pela Coroa portuguesa. O interior do estado só começou a ser efetivamente ocupado a partir do século XIX com o ciclo do café. As

¹ Neste período "estão presentes dois setores, um exportador e um setor produtor de alimentos. O setor exportador produz, em larga escala, produtos coloniais (açúcar, tabaco, metais preciosos, etc.) destinados ao mercado mundial". MELLO, 1975 :26-27.

² As cidades fundadas às expensas da Coroa portuguesa, como é o caso do Rio de Janeiro e Salvador eram designadas de cidades reais e a elas foi dispensado o mesmo cuidado com o planejamento e regularidade das cidades portuguesas fundadas na Índia. Estas cidades reais eram fundadas pela Coroa em pontos estratégicos das Colônias para controlar a dispersão reinante. vide REIS, 1968 :31, 66-68.

³ caso da mineração que propiciou o surgimento em menos de vinte anos de 8 cidades e vilas nas Minas Gerais: vide REIS, 1968 e AZEVEDO, 1957.

⁴ EGLER faz um interessante estudo neste sentido ao mostrar que as atuais redes de abastecimento de energia elétrica, viárias, etc... superpõe-se às antigas redes de drenagem da produção colonial enquanto redes de abastecimento de bens e serviços. BECKER e EGLER, 1993 e EGLER, 1979.

idades e vilas do território do atual estado configuravam-se como entrepostos de troca de mulas no caminho das Geraes ou como aldeamentos jesuítas, com exceção de Campos que destaca-se no século XVIII e início do XIX devido ao ciclo do açúcar. A fragilidade dos meios de comunicação desta cidade com o Rio de Janeiro tornou-a, então, o centro regional mais importante da província depois da capital.

O café foi o grande impulsionador da urbanização, por necessitar de uma estrutura de comercialização e estocagem distinta da cana de açúcar, porém só se manifestou no século XIX, às vésperas da Independência. Se o café no estado de São Paulo serviu de base para a industrialização (CANO, 1977), no território do atual estado do Rio de Janeiro apesar de haver contribuído para a ocupação do planalto fluminense e para o surgimento de inúmeras vilas e povoados teve conseqüências contraditórias.

4.2 antecedentes

O regime de capitanias hereditárias implantado no Brasil a partir de 1500 e extinto no século XVIII, representou um esforço da Coroa portuguesa em atrair investimentos privados para a colonização, pois seu interesse maior encontrava-se na Índia e em outras colônias ultramarinas. Por este sistema competia à Coroa a fiscalização da colônia através de um feitor, que muitas vezes eram os próprios donatários. A estes e aos colonos cabiam todas responsabilidades, em especial as concernentes à instalação da rede urbana. Neste contexto até 1548 surgiram na costa brasileira cerca de 16 vilas e povoados que exportavam seus produtos para a Metrópole (vide Tabela 4.2) (REIS, 1968:31 e 66).

O território do atual estado do Rio de Janeiro, então, pertencia ao norte à capitania de Paraíba do Sul ou São Tomé, de Pero Goés da Silveira e ao sul à de São Vicente, de Martim Afonso de Souza. Pero Goés tentou colonizar sua capitania com o cultivo da cana-de-açúcar e criação de pequenos aldeamentos e entrepostos, que mais tarde deram origem a Vila da Rainha (Bom Jesus do Itabapoana), São João da Paraíba do Sul¹ e Macaé². Porém, logo retornou a Portugal devido aos ataques dos índios goitacazes e a incursões inglesas e francesas. Em 1621, seu filho Gil de Goés devolveu a capitania à

¹ atual São João da Barra, surgiu como pouso de tropas, foi elevada a cidade em 1850. CIDE, 1989e :11

² Foi elevado a vila em 1813 e a cidade em 1846 com o nome de São João Batista de Macaé. CIDE, 1989 :20 e CIDE, 1989d :12.

TABELA 4.2 Cidades, vilas e povoados conforme a capitania a que pertenciam na época de sua fundação de 1500 a 1720 nos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais

capitania	localidade	XVI	localidade	XVII	localidade	XVIII
de São Tomé ou Paraíba do Sul (Espírito Santo)			Macaé - aldeia jesuíta - Rio de Janeiro	1615		
	Espírito Santo	1535	Guarapari	1689		
	N. Sra. da Vitória	1551	S. João do Paraíba (S. João da Barra) - Rio de Janeiro	1677		
			S. Salvador dos Campos de Goitacazes - Rio de Janeiro	1677		
Rio de Janeiro	São Sebastião do Rio de Janeiro	1565	S Antônio de Macacu (Cachoeira de Macacu)	1697		
de São Vicente (São Paulo)	S. Vicente	1532	Angra dos Santos Reis da Ilha Grande - Rio de Janeiro	1608		
	S. Paulo de Piratininga	1554	Santana de Mogi das Três Cruzes	1611	N. Sra. do Bom Sucesso de Pindamonhangaba	1705
	N. Sra. da Conceição de Itanhaém	1561	N.Sra da Assunção de Cabo Frio cidade - Rio de Janeiro	1615	<i>S. Paulo (elev. a cidade)</i>	1711
	Santos	1545	São Pedro D'Aldeia (aldeia) - Rio de Janeiro	1617		
	N. Sra. das Neves de Iguape	1577	Santana de Parnaíba	1625	Vila de Albuquerque (Mariana) - Minas Gerais	1711
	S. João Batista de Cananéia	1587	S. Sebastião	1636	Vila Real de Sabará - Minas Gerais	1711
			Exaltação de Sta Cruz de Ubatuba	1637	Vila Rica (Ouro Preto) - Minas Gerais	1711
			S. Francisco das Chagas de Taubaté	1645	S. João Del Rei - Minas Gerais	1713
			N. Sra. da Conceição do Rio Paraíba (Jacareí)	1653	Vila do Príncipe (Sêro) - Minas Gerais	1714
			N.S. do Desterro do Campo Alegre de Jundiaí	1655	Vila Nova do Caeté do Mato Dentro- Minas Gerais	1714
			Sto Antônio de Guaratinguetá	1651	Vila Nova do Infante (Pitangui) - Minas Gerais	1715
			N. Sra. da Candelária de Cutú Guaçu (Itú)	1657	São João Del Rei (Tiradentes) - Minas Gerais	1718
			Parati Rio de Janeiro	1660		
			N. Sra. da Ponte de Sorocaba	1661		

Nomes atuais contidos no nome de fundação estão em negrito a parte atual

Nomes atuais diferentes do nome de fundação estão entre parênteses

Fonte: REIS, 1968 e CIDE, 1989

Observações:

1 a cidade real do Rio de Janeiro foi fundada na capitania de São Vicente da qual foi desincorporada, assim como Cabo Frio e a aldeia de São Pedro D'Aldeia, que pertencia a Cabo Frio

2 a parte sul de Minas Gerais até o início do século XVIII pertencia à capitania de São Vicente

3 Campos, São João da Barra e aldeia de Macaé pertenceram até 1832 ao Espírito Santo, quando foram incorporadas ao território do Município Neutro (Rio de Janeiro)

4 Angra dos Reis , Parati , Cabo Frio e a aldeia de São Pedro D'Aldeia por ocasião de sua fundação pertenciam à capitania de São Vicente

Coroa, que a incorporou à do Espírito Santo até 1832 (CIDE, 1989e; MACAÉ, 1989d e CIDE, 1989:12). Entrementes na Capitania de São Vicente, foi fundada, em 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro¹, enquanto cidade real, com um território a ela circunscrito desincorporado da Capitania de São Vicente e subordinado à Coroa Portuguesa.

4.3 de fortificação defensiva à Capital da República

A cidade do Rio de Janeiro, fundada enquanto fortificação destinada a "defender" a costa contra os piratas e inimigos da Coroa Portuguesa, começou a predominar no Recôncavo da Guanabara no século XVII com o ciclo do açúcar e o surgimento de pequenos entrepostos na foz dos rios que desaguavam na Baía de Guanabara, como pontos de embarque do açúcar a ser transportado para o porto do Rio de Janeiro, de onde era exportado para Portugal (SOARES, 1987 :19-20).

Somente no século XVII surgiram nas capitanias de São Vicente e Paraíba do Sul (ou São Tomé) (vide mapa 4.3) as vilas que hoje são cidades pertencentes ao atual estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis (1608)², Parati (1667)³ e Cabo Frio (1615) na Capitania de São Vicente, São João da Barra (1676)⁴ e Campos dos Goytacazes (1677)⁵ na Capitania de Paraíba do Sul e a vila Iguaçu, hoje Duque de Caxias (1699)⁶. Dentre estas povoações, a fortificação de Santa Helena do Cabo Frio foi a única criada com o status de cidade para proteger a área contra os franceses, que ali haviam levantado um forte. A povoação, que contava com um ancoradouro em Araruama, cresceu lentamente até o século XIX dada a proibição de extração de sal na colônia para não prejudicar os comerciantes do Reino⁷. Logo após a implantação de Cabo Frio os jesuítas instalaram um

¹ A fundação do Rio de Janeiro atendeu a observações realizadas pelo Padre Manoel da Nóbrega em 1564 e a recomendações de Tomé de Souza em 1552, para se defender dos ataques franceses REIS, 1968 :66-68 e BARÃO DO RIO BRANCO, s/d :12-13.

² com sede na vila do Abraão na Iha Grande, transferida para atual sede em 1624, elevada a cidade em 1835, conforme CIDE, 1993b :52.

³ desmembrada de Angra dos Reis pela Carta Régia de 28/02/1667, CIDE, 1989 :15; elevada a cidade em 1844, CIDE, 1993b :58.

⁴ Campos dos Goytacazes e São João da Barra foram incorporados pelo Decreto de 01/06/1753 à Capitania do Espírito Santo, retornaram à província do Rio de Janeiro pela lei de 31/08/1832 in CIDE, 1989 :12.

⁵ Campos surge em função da doação pela Coroa portuguesa de algumas glebas a sete capitães das terras devolvidas por Gil de Goês (filho de Pero Goês da Silveira). Foi elevada a cidade em 1835. Foi palco de lutas sangrentas entre agricultores e pecuaristas durante os séculos XVII e XVIII. CIDE, 1990f :11-12.

⁶ Ao lado das condições climáticas, favorecia o desenvolvimento da produção canavieira "a proximidade dos grandes rios aproveitáveis para o transporte relativamente fácil e barato da produção. As mercadorias desciam os rios para a baía de Guanabara, em direção ao Rio de Janeiro. Assim, surgiram pequenas localidades à margem dos cursos d'água, que se salientaram como pontos de embarque". GEIGER e MESQUITA, 1956 :27.

⁷ carta régia de 28/02/1690, CIDE, 1988b :14.

Mapa 4.3 - Brasil - Capitânicas Hereditárias

Fonte: ALBUQUERQUE et alii - Atlas Histórico Escolar. Rio de Janeiro, MEC, 1980
extraído de BECKER & EGLER - 1992

aldeamento indígena em São Pedro D'Aldeia em 1617 (CIDE, 1989c :12). Estas localidades só vieram a se desenvolver no século XIX com o fim de tal interdição.

Desde sua origem a ocupação do estado do Rio de Janeiro esteve integrada ao processo de acumulação primitiva do capital mercantil oriundo da produção açucareira, e num segundo momento da exportação de metais preciosos. A integração do Rio de Janeiro à produção e exportação de açúcar, ocupação econômica preponderante na colônia, foi importante para seu povoamento em espaços reduzidos¹, sem chegar a alcançar a relevância do Nordeste, área de maior dinamismo econômico do Brasil colonial.

A maioria dos aglomerados da Colônia, até o século XVIII, surgiu por iniciativa e às custas dos colonos e donatários. Das trinta e sete povoações fundadas até 1650 na Colônia apenas sete eram cidades reais (vide Tabelas 4.2 e 4.3), entre as quais a de São Sebastião do Rio de Janeiro. Nas capitanias não pertencentes a Coroa houve um povoamento no interior à margem do incentivo da Coroa, que não é o caso do Rio de Janeiro, que a ela pertencia. Apenas a título de ilustração gostaríamos de salientar que de 1610 a 1670 nas capitanias de São Vicente e Santo Amaro levantaram-se dez novas vilas. (vide Tabela 4.2)(REIS, 1968 :79 e 81).

Apesar da prosperidade canavieira, dos atributos do solo e relevo, até o século XVIII não surgiu na Baixada Fluminense outro aglomerado urbano além do Rio de Janeiro, dada a conexão fluvial e proximidade dos diversos engenhos açucareiros ao Rio de Janeiro e por outras razões como veremos adiante. A ocupação territorial, então, caracterizava-se *"pela dispersão dos estabelecimentos facilitada pela existência dos incontáveis pequenos embarcadouros à margem dos rios através dos quais era remetida a produção até a capital"* (SOARES, 1960 :29; BERNARDES, 1964 e SOARES, 1987 entre outros).

Os donatários eram produtores, exportadores, e responsáveis pelo comércio de suas respectivas capitanias. O comércio em si não contribuiu para povoar a Colônia, nos pequenos povoados quase inexistia, mas desenvolveu-se nos principais portos. A obrigatoriedade de comércio direto com a Metrópole e a proibição de negociar com navios estrangeiros, impunham a permanência dos produtos nos principais centros costeiros².

¹ a respeito do papel secundário do Rio de Janeiro na produção de açúcar vide PRADO JR., 1956.

A cultura canavieira *"no período colonial foi o móvel econômico da expansão do povoamento nas baixadas quentes e úmidas que se desenvolveram entre a Serra do Mar e a linha de costa"*, BERNARDES, 1957 :191.

"O Rio de Janeiro seicentista desenvolveu-se graças aos engenhos de açúcar que lhe esboçaram a riqueza" AZEVEDO, 1957 :111.

² obrigado pelas Cartas Régias de 21/07/1661 e de 27/01/1662 REIS, 1968 :51-54.

TABELA 4.3 - Origem dos municípios fluminenses

MUNICÍPIO	Criação	Instalação	Origem
Angra dos Reis	1608	02/10/1624	
Aperibé	Lei Est. 1.985 de 10/04/1992	01/01/1993	Sto Antônio de Pádua
Araruama ³	Dec.Prov.1.128 de 06/02/1859	25/08/1859	Cabo Frio
Areal	Lei Est.1.986 de 10/04/1992	01/1/1993	Três Rios
Arraial do Cabo	Lei Est. 839 de 13/05/1985	01/01/1986	Cabo Frio
Barra do Pirai	Dec. Est. 59 de 10/03/1890	14/04/1890	Pirai, Vassouras e Valença
Barra Mansa	Dec.Prov.de 03/10/1832	10/02/1833	Resende
Belford Roxo	Lei Est. 1.255 de 15/12/1987	01/1/1993	Nova Iguaçu
Bom Jardim ²¹	Lei Est. 37 de 17/12/1892	05/03 ou 06/03/1893	Cantagalo e Nova Friburgo
Bom Jesus do Itabapoana ⁷	Dec Est. 633 de 14/12/1938	01/01/1939	Itaperuna
Cabo Frio	Alvará de 13/11/1615	15/08/1616	
Cachoeiras de Macacu	Alvará de 15/05/1679	²	Rio de Janeiro
Cambuci ⁶	Lei Est. 24 de 05/11/1892	13/04/1893	São Fidélis e Itaperuna
Campos dos Goytacazes ¹	Ato de 02/09/1673	.../05/1676	Cabo Frio
Cantagalo	Alvará de 09/03/1814	²	Cachoeira de Macacu e Campos
Cardoso Moreira	Lei Est. 1.577 de 30/11/1989	25/02/1993	Campos
Carmo	Dec. Prov. 2.577 de 13/10/1881	26/02/1883	Cantagalo
Casimiro de Abreu	Lei Prov. 394 de 19/05/1846	15/09/1859	Macaé
Cdor Levy Gasparian	Lei Est.1.923 de 23/12/1991	01/1/1993	Três Rios
Conceição de Macabu ²³	Lei Est. 1.438 de 15/03/952	04/01/1953	Macaé
Cordeiro ²²	Dec.Lei 1.055 de 31/12/1943	01/01/1944	Cantagalo
Duas Barras	Dec.Est. 233 de 08/05/1891	20/05 ou 20/08/1891	Cantagalo
Duque de Caxias	Dec.Lei 1.055 de 31/12/1943	01/01/1944	Nova Iguaçu
Eng.Paulo de Frontin ¹⁴	Lei Est. 5.224 de 04/10/1963	19/01/1964	Vassouras
Guapimirim	Lei Est.1.772 de 21/12/1990	01/1/1993	Magé
Itaboraí	Dec.de 15/01/1833	22/05/1833	Cach. de Macacu e S.José del Rei ¹⁰
Itaguaí	Alvará de 05/07/1818	11/02/1820	Angra dos Reis e Rio de Janeiro
Italva	Lei Est. 999 de 12/06/1986	31/12/1986	Campos
Itaocara	Dec.Est. 140 de 28/10/1890	²	São Fidélis
Itaperuna	Dec Prov 2.810 de 24/11/1885	04/07/1889	Campos
Itatiaia	Lei Est. 1.330 de 06/07/1988	01/06/1989	Resende
Japeri	Lei Est.1.902 de 02/12/1991	01/1/1993	Nova Iguaçu
Laje do Muriaé	Lei Est. 5.045 de 07/03/1962	31/01/1963	Itaperuna
Macaé	Alvará de 29/06/1813 ou 29/07/1813	25/01/1814	Cabo Frio e Campos
Magé	Ato de 09/06/1789	12/06/1789	Cach. de Macacu e Rio de Janeiro
Mangaratiba ¹⁸	Lei Est. 36 de 17/12/1892	²	Itaguaí
Maricá	Alvará de 26/08/1814	27/05/1815	Rio de Janeiro, Cabo Frio e Cach. de Macacu
Mendes	Lei Est. 1.559 de 11/07/1952	11/01/1953	Barra do Pirai
Miguel Pereira	Lei Est.2.626 de 25/10/1955	26/07/1956	Vassouras
Miracema	Dec.Est.3.401 de 07/11/1935	03/05/1935	Sto Antônio de Pádua
Natividade ⁸	Ato das Disp. Transit. da Const. do ERJ de 20/06/1947	22/08/1947	Itaperuna
Nilópolis	Ato das Disp. Transit. da Const. ERJ de 20/06/1947	22/08/1947	Nova Iguaçu
Niterói	Alvará de 10/05/1819	11/08/1819	Rio de Janeiro
Nova Friburgo	Alvará de 03/01/1820	17/04/1820	Cantagalo
Nova Iguaçu ¹¹	Dec.de 15/01/1833	29/07/1833	Rio de Janeiro
Paracambi	Lei Est. 4.426 de 08/08/1960	13/11/1960	Itaguaí e Vassouras
Paraíba do Sul	Dec.de 15/01/1833	15/01/1833	Paty do Alferes ⁹ e Cantagalo
Parati	Carta Régia de 28/02/1667	1844	Angra dos Reis
Paty do Alferes	Lei Est.1.254 de 15/12/1987	01/1/1989	Vassouras
Petrópolis	Lei 961 de 29/09/1857	27/06/1859	Paraíba do Sul e Estrela ¹²
Pirai	Lei Prov. 96 de 06/12/1837	11/10 ou 11/11/1838	Barra Mansa e S. João Príncipe ¹⁶
Porciúncula	Const. Estadual de 20/06/1947	22/08/1947	Itaperuna

MUNICÍPIO	Criação	Instalação	Origem
Quatis	Lei Est. 1.787 de 09/01/1991	01/01/1993	Barra Mansa
Queimados	Lei Est. 1.773 de 21/12/1990	01/1/1993	Nova Iguaçu
Quissamã	Lei Est. 1.419 de 04/01/1989	01/01/1990	Macaé
Resende	¹⁵ 29/09/1801	29/12/1801	
Rio Bonito	Lei Prov.381 de 07/05/1846	01/10/1846	Silva Jardim e Araruama
Rio Claro	¹⁷ Lei Prov. 481 de 19/05/1849	01/01/1850	S. João do Príncipe ¹⁶
Rio das Flores	Dec. Est. 62 de 17/03/1890	22/04/1890	Valença
Rio das Ostras	Lei Est. 1.984 de 10/04/1992	01/01/1993	Casimiro de Abreu
Rio de Janeiro	01/03/1565	²	
S. José do V. do Rio Preto	Lei Est. 1.255 de 15/12/1987	01/1/1989	Petrópolis
S. Sebastião do Alto ²⁰	Lei Est. 33 de 07/12/1892	²	Traiano de Moraes
Santa Maria Madalena	Dec. Prov. 1.208 de 24/0/1861	08/06/1862	Cantagalo
Santo Antônio de Pádua	Dec Prov 2.597 de 02/01/1882	26/02/1883	São Fidélis
São Fidélis	Lei Prov. 503 de 19/04/1850	05/03/1855	Campos
São Gonçalo ¹³	Lei Est.34 de 17/02/1892	²	Niterói
São João da Barra ¹	Carta de doação de 17/07/1676	²	Cabo Frio
São João de Meriti	Ato das Disp. Transit. da Const. ERJ de 20/06/1947	22/08/1947	Duque de Caxias
São Pedro da Aldeia ⁵	Dec. Est.35 de 17/12/1892	01/02/1892	Cabo Frio
Sapucaia	Dec. Prov. 2.068 de 7/12/1874	28/02/1875	Magé e Paraíba do Sul
Saquarema ⁴	Dec. Prov. 1.180 de 24/07/1860	29/01/1861	Araruama
Silva Jardim	Lei Prov.239 de 08/05/1841	06/01/1843	Cabo Frio
Sumidouro ¹⁹	Lei Est. 23 de 05/11/1892	²	Carmo
Teresópolis	Dec. Est.280 de 6/7/1891	²	Magé
Traiano de Moraes	Dec. Est. 178 de 12/03/1891	25/04/1891	Sta Maria Madalena
Três Rios	Dec. Est. 634 de 14/12/1938	01/01/1939	Paraíba do Sul
Valença	Alvará de 17/10/1823	12/11/1826	Resende
Varre-Sai	Lei Est. 1.790 de 12/01/1991	01/01/1993	Natividade
Vassouras	Dec. de 15/01/1833	²	Paty do Alferes
Volta Redonda	Lei Est. 2.185 de 17/07/1954	06/02/1955	Barra Mansa

Fonte: CIDE, 1989 :12-20

¹ Incorporado pelo Dec de 01/06/1753 à Capitania do Espírito Santo, retornou à Prov. do Rio de Janeiro pela Lei de 31/08/1832.

² Data desconhecida

³ Localidade do termo da Vila de Saquarema, elevada a vila, ao mesmo tempo em que a de Saquarema é extinta.

⁴ Criado pela Lei Provincial 238 de 08/05/1841; extinto e anexado ao município de Araruama pelo Dec Prov. 1128 de 06/02/1859

⁵ Criado pelo Dec. 118 de 10/09/1890; extinto pelo Dec. Est 1 de 08/05/1892

⁶ Criado pelo Dec. Est. 222 de 06/05/1891; extinto pelo Dec. Est. 1 de 08/5/1892

⁷ Criado pelo Dec. Est. 450 de 24/11/1890; extinto pelo Dec. Est. 1 de 08/5/1892.

⁸ Criado pelo Dec. Est. 101 de 27/06/1890; extinto pelo Dec. Est. 1 de 08/5/1892

⁹ Antigo município desanexado do Rio de Janeiro, criado pelo Alvará de 04/09/1820 e extinto pelo Dec. de 15/01/1833, desmembrando-se em dois novos municípios Vassouras e Paraíba do Sul.

¹⁰ Município criado em 1773, desmembrado de Santo Antônio de Sá (Cachoeiras de Macacu); com sua extinção é rebaixado povoação do Distrito de Itambi.

¹¹ Extinto pela Lei Provincial de 14 de 13/04/1835 e desmembrado entre Vassouras e Magé; restaurado pela Lei Prov. 57 de 10/12/1836 com o mesmo território.

¹² Vila criada pela Lei Prov. 397 de 20/05/1846, desanexada de Magé, Paraíba do Sul e Iguassu; extinta pelo Dec. Est. 1 de 08/05/1892 e desmembrada entre Nova Iguaçu e Magé.

¹³ Criado pelo Dec. Est. 124 de 22/09/1890; instalado em 12/10/1890 e extinto pelo Dec. Est. 1 de 08/05/1892.

¹⁴ Criado pela Lei Est. 8.795 de 25/11/1958, anulada pela Resol. 27 de 20/09/1962

¹⁵ Natureza do documento de criação desconhecida

¹⁶ Município criado em 1811 e extinto em 1938, em decorrência da fusão com Rio Claro.

¹⁷ Extinto pelo Dec. Est. 280 de 06/07/1891 e repartido entre São João do Príncipe e Angra dos Reis; anulação da extinção pelo Dec. Est. 283 de 25/07/1891, fusão com São João Marcos (S. João do Príncipe) pelo Dec. Est. 635 de 14/12/1938

¹⁸ Criado pelo Dec. de 11/11/1831, desanexado de Itaguaí extinto pelo Dec Est. 1 de 08/05/1892, distribuindo-se as terras entre Angra dos Reis, Itaguaí e São João Marcos; recriado com o antigo território.

¹⁹ Criado pelo Dec. Est. 90 de 10/06/1890, desanexado de Carmo; extinto pelo Dec. Est. 1A de 03/06/1892 e incorporado a Carmo, Sapucaia e Duas Barras; recriado com o antigo território.

²⁰ Criado pelo Dec. Est. 194 de 17/04/1891, desanexado de Santa Maria Madalena; extinto pelo Dec. Est. 1 de 08/05/1892, anexado a Traiano de Moraes

²¹ Criado pelo Dec. Est. 280 de 06/07/1891, desanexado de Nova Friburgo pelo Dec Est 1 de 08/05/1892, reincorporado a Nova Friburgo

²² Criado pelo Dec. Est. 180 de 24/03/1891, extinto pelo Dec. est. 1 de 08/05/1892

²³ Criado pelo Dec. Est. 205 de 01/5/1891; extinto pelo Dec. Est. 52 de 29/04/1892.

Até fins do século XVII, a cultura de cana-de-açúcar e extração de pau-brasil, baseados no trabalho escravo, constituíram as principais atividades econômicas da Colônia e não chegaram a impulsionar a urbanização, que permaneceu inalterada. A rede de aglomerados, então, atendia tanto às necessidades de exportação para a metrópole quanto às da economia rural imperante (REIS, 1968 :39 e 41).

A expansão da cana de açúcar nas baixadas litorâneas mais distantes propiciou surgirem entre outros portos Angra dos Santos Reis da Ilha Grande, Parati e São José da Paraíba de Sul (atual São João da Barra)¹, responsáveis, pela centralização local da produção açucareira e pela redistribuição dos produtos provenientes da metrópole portuguesa através do porto do Rio de Janeiro.

Além da cana-de-açúcar, atividade econômica de maior relevo no início da colonização, a pecuária desenvolveu-se em áreas contíguas, dada a necessidade de animais de tração pelos engenhos. Com a expansão da cultura canavieira, a pecuária foi relegada para áreas mais distantes (BERNARDES, 1957 :191 e ss.). Iniciou-se, assim em meados do século XVII, a ocupação da Baixada de Campos de Goitacazes, precedida pela devolução da capitania de Paraíba do Sul à Coroa. Em 1627, o rei de Portugal, Felipe II (Felipe III da Espanha), distribuiu sesmarias a sete capitães na área de Campos e Macaé e os currais proliferaram em pequenas glebas (CIDE, 1989d :11-12). Macaé era, então, um insignificante aldeamento jesuíta erigido, em 1615, por ordem real para defender a área contra os ingleses, e como tal permaneceu durante o século XVII.

Durante o século XVII a economia do Rio de Janeiro baseou-se na produção de açúcar e aguardente, com as outras atividades produtivas subordinadas aos interesses dessa produção. A ponto de o açúcar ser utilizado nas transações comerciais para suprir a insuficiência de moeda corrente². Os engenhos também produziam aguardente e farinha de mandioca para serem trocados por escravos, cuja demanda aumentava conforme se expandia a lavoura canavieira. O desenvolvimento açucareiro no século XVII contribuiu

¹ Angra dos Reis, fundada em 1608, surgiu como foco da ocupação agrícola da área da baía da Ilha Grande, FAPERJ, 1983 :97.

Parati fundada, em 1660, como porto de embarque do ouro, proveniente das Minas Gerais, e do açúcar produzido nas planícies vizinhas, posteriormente tornou-se entreposto de café, cultivado no médio Paraíba e no sul mineiro. O abandono da função portuária e isolamento em que permaneceu a cidade preservou o conjunto colonial. (FAPERJ, 1983 :99).

São João do Paraíba (atual São João da Barra) nasceu, em 1677, como porto exportador dos produtos do Norte Fluminense e principalmente da cana-de-açúcar FAPERJ, 1983 :134.

² *"que se havia de vender aos portugueses e estes aos índios: o produto exportavam para o Reino, em gêneros da terra, principalmente em açúcar, o qual era a moeda corrente deste tempo"* MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente Hoje Chamada de São Paulo*, São Paulo, Martins, 1953 :87 apud REIS, 1968 :51 nota 85. Vide também COARACY, Vivaldo. *Açúcar - Moeda in Brasil Açucareiro*, julho de 1958 apud FERNANDES F^o, 1983.

para aumentar o movimento do porto do Rio de Janeiro conectado a Portugal, a Baía do Prata e as demais capitanias (FERNANDES Fº, 1983 :4).

Para Bernardes um dos fatores que contribuiu para o não surgimento de núcleos no planalto fluminense dever-se-ia à *"... barreira da Serra do Mar e ao ... relevo... compartimentado do planalto neste trecho e sua cobertura florestal contínua, ... a inexistência de um curso fluvial navegável e... ausência de trilhas indígenas, que orientassem a penetração dos primeiros exploradores, impediram, por dois séculos, a expansão para o interior a partir do Rio de Janeiro, ao contrário do que se daria em Santos-São Paulo, onde apesar da mesma barreira...as demais condições eram favoráveis"* (BERNARDES, 1964 :58).

A raiz desta questão não parece residir apenas em razões de ordem geográfica ou etnográfica como apontam estudos de diversos autores. Mas na interdição dos Governadores Gerais em concederem autorização para a construção de povoados como era o caso dos donatários. De fato, em 1656, o conde Atouguia, Governador Geral do Brasil, já assinalava que *"a experiencia mostra evidentemente quanto a falta desta jurisdição é causa de não estar mais povoado este Estado, pois na parte onde os Donatários a concedem a seus capitães-móres, se multiplicaram e vão se multiplicando sempre as villas, como se viu na de Pernambuco e se vê com maior excesso na de São Vicente, e pelo contrário nas donde o poder toca ao governo se não acrescenta uma só"*¹.

Esta poderia ser uma das possíveis razões do surgimento de poucas povoações no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. Pois, o Rio de Janeiro, era uma cidade real, sede de uma capitania da Coroa Portuguesa, que não tinha interesse em aqui investir além do necessário para fiscalizar e defender a Colônia. Enquanto, Angra dos Reis, Parati e Cabo Frio pertenciam à capitania de São Vicente e Campos e São João da Barra à de Paraíba do Sul, as duas últimas incorporadas à Capitania do Espírito Santo em 1753 e à Província do Rio de Janeiro apenas em 1832 (CIDE, 1989 :14. vide Tabelas 4.2 e 4.3).

Entre as possíveis razões de o povoamento haver sido mais intenso em São Paulo (antiga capitania de São Vicente) e Pernambuco temos primeiro o fato de seus donatários concederem a seus capitães o direito de erigir povoados², associado à

¹ VARNHAGEN, Francisco A. de. História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal, 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 3º vol. :326 apud REIS, 1968 :73 - grifo nosso

² Estabeleciam os forais que *"... o capitam da dita capitania e seus sobcesores daram e repartyram todas as terras della de sesmarya a quaesquer pessoas de qualquer calydade e condiçam que seyam contanto que seyam christãos lyvrememente sem foro nem direito algum somente o dizimo que seram obrigados a pagar a hordem de mestrado de noso Senhor Jhesu Christo...."* DIAS, Carlos Malheiro e outros. História da Colonização portuguesa no Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1924 apud REIS, 1968 :46, nota 72.

obrigação dos beneficiários em explorar a terra sob pena de perdê-la. Segundo, estes donatários haviam conseguido se financiar independentemente da Coroa e iniciado a colonização em bases mercantis, e supriam outras áreas da Colônia de gêneros alimentícios. Duarte Coelho em Pernambuco havia conseguido financiamento em Portugal para seus empreendimentos (SILVA, 1990 :30). Enquanto Martim Afonso de Souza, donatário de São Vicente, instituiu uma sociedade mercantil responsável por todo o comércio realizado em sua capitania¹.

Além disso o fato dos rios paulistas rumarem para o interior em direção ao Rio Paraná, Paranapanema e Grande, também contribuiu para a penetração em direção ao Mato Grosso, Goiás e as missões jesuíticas no sul, uma vez vencida a serra e a distância até São Paulo.

A partir de meados do século XVII, com a reintegração de diversas capitanias à Coroa, com exceção de São Paulo e Pernambuco², implantou-se na Colônia uma política centralizadora que tornou necessária a ampliação da ação urbanizadora da Metrópole e do Governo Geral. Em fins deste século as atividades urbanizadoras intensificaram-se em vista da autorização concedida por D. João de Lancastre para que os governadores pudessem criar vilas nas capitanias da Coroa.

Diziam as cartas de doação: "Outrosy me praz que o dito capitam e governador e todos seus subçesores posam per sy fazer villas todas e quaesquer povoações que nesa dita terra fizerem e lhe a elles parecer que o deuem ser as quaes se chamaram villas e teram termo e juridicam lyberdades e jinsinjas de villas segundo for e costume de meus Reynos e isto porem se entenderá que se poderã fazer todas as vyllas que quyser~e das povoações que estyuerẽ ao longo da costa da dita terra e dos rios que se navegarẽ por dentro da terra fyrme pelo sertam as nam poderam fazer menos espaço de seys legoas de huã a outra pera que se posam ficar ao menos tres legoas de terra de termo a cada huã das ditas villas e ao mesmo tempo que se fizerem as tais villas ou cada huã dellas lhe lymytaram e asynaram logo termo para ellas e depois nam poderam da terra que asy tiverem dado per termo fazer majs outra villa sem mynha licença " DIAS, Carlos Malheiro e outros. História da Colonização portuguesa no Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1924 apud REIS, 1968 :66-67.

¹ "Para fomentar o comércio instituiu Martim Afonso de Souza uma sociedade mercantil e aos acionistas desta companhia chamavam Armadores do trato. Julgo que nela entravam os senhores o engenho de S. Jorge e que o Donatário era o mais interessado, porque sua mulher, D. Ana Pimentel, no ano de 1542, constituiu Feitor da Fazenda do trato ao Capitão-mor. Cristovão de Aguiar. Estes Armadores importavam as drogas da Europa, que se havia de vender aos portugueses e estes aos índios: o produto exportavam para o Reino, em gêneros da terra, principalmente em açúcar, o qual era a moeda corrente deste tempo" MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. Memórias para a História da Capitania de São Vicente Hoje Chamada de São Paulo, São Paulo, Martins, 1953 :87 apud REIS, 1968 :51, nota 85.

² estas capitanias foram reintegradas à Coroa apenas com a extinção do sistema de capitanias hereditárias no século XVIII, vide REIS, 1968 :74 e 82. "A última a ser extinta será São Vicente em 1791". SILVA in LINHARES, 1990 :41.

Neste sentido, em 1697, foi fundada a vila de Santo Antônio de Sá (atual Cachoeiras de Macacu)¹ pelo governador do Rio de Janeiro em obediência a carta-régia de 1695 que dispunha sobre a necessidade dos governadores fundarem povoações regulares para congregar a população dispersa pelo sertão (REIS, 1968 :73-75 e 87). Pois com a decadência da cana de açúcar a população dispersou-se pelo interior fugindo ao controle do Governo Geral. Se até então a Coroa limitara-se a fundar povoações para controlar as atividades das capitanias e vilas fundadas pelos donatários, a partir daí tomou a si o encargo da urbanização e passou a atuar inclusive nas áreas reservadas aos donatários .

4.3.1 ciclo do ouro

Em fins do século XVII, com a descoberta de jazidas auríferas em Minas Gerais, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se passagem obrigatória de pessoas e mercadorias e começou a apresentar um incremento nas atividades econômicas e um crescimento populacional. Na época o ouro era escoado por Parati (vide Tabelas 4.2 e 4.3)², conectada a Vila Rica (1711), hoje Ouro Preto capital então da Província de Minas Gerais, por uma estrada direta. Porém, a *"comunicação entre Minas e Rio de Janeiro passando pelo porto de Parati, a sudoeste do Rio de Janeiro demonstrou-se pouco satisfatória. Foram então procuradas novas veredas na serra"* (STEIN, 1990 :8).

Em 1725 o *"Caminho Novo de Garcia Rodrigues"* foi concluído e tornou-se a principal ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e as Minas Gerais³. Até então, o único acesso pelo sul para as Minas Gerais partia da cidade de São Paulo, através de Cachoeira Paulista. O fluxo de mercadorias foi, então, direcionado para a cidade do Rio de Janeiro, que prosperou ao se tornar o principal escoadouro da produção de ouro e diamantes para Portugal e centro de abastecimento de escravos, sal, instrumentos de ferro e gêneros alimentícios para uma vasta área (LOBO, 1978:28 e FERNANDES Fº, 1983 :5).

Em meados do século XVIII vastas áreas a oeste e ao sul da colônia dependiam do comércio com o Rio de Janeiro, pois o *"Caminho Novo"* ia até a região de Cuiabá no

¹ *"inicialmente era um núcleo agrícola com o nome de Santo Antônio de Caceribu"* CIDE, 1993b :78. Elevado a condição de vila pelo Alvará de 15/05/1679 CIDE, 1989 :18. *"Teve sua sede deslocada para Santana de Macacu em 1877, em 1898 mudou o nome para Santana de Japuiba, foi elevada a cidade em 1923, e em 1929 a sede foi novamente transferida"* CIDE, 1993b :78.

² *"originada como ponto de embarque do ouro, proveniente das Minas Gerais e do açúcar produzido nas planícies vizinhas"*. FAPERJ, 1983 :99.

³ *"Esse caminho teve seu traçado seguido aproximadamente pela Linha Auxiliar da E.F. Central do Brasil e pela rodovia que liga Miguel Pereira a Paraíba do Sul"*, esta estrada decaiu de importância com as ferrovias e até hoje o trecho entre Avelar, distrito de Paty do Alferes, próximo de Miguel Pereira, e a BR-393 não foi pavimentada. LACORTE, 1976 :25.

Mato Grosso e colocou toda a zona mineradora, que compreendia parte de Minas Gerais e Goiás em contato com o porto do Rio de Janeiro (LOBO, 1978 :40).

A descoberta das lavras mineiras atraiu de Portugal em meio século quase 1 milhão de pessoas e impulsionou o surgimento de vilas e povoados, e fez surgir 8 vilas entre 1711 e 1718 em Minas Gerais, área que mais rápido se transformou (REIS, 1968 :64-65 e 81). Neste período, a imigração portuguesa para o Brasil chegou a causar o despovoamento de algumas regiões em Portugal, para contê-lo o governo português foi obrigado a adotar medidas severas. Por volta de 1720 a Colônia contava com sessenta e três vilas e oito cidades, com uma maior concentração em São Paulo¹, enquanto a rede urbana existente no atual território fluminense resumia-se a seis cidades e vilas além do Rio de Janeiro a saber, Angra dos Santos Reis da Ilha Grande, Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, Parati, São Salvador dos Campos de Goitacazes, São João da Barra e Santo Antônio de Macacu.

O ciclo do ouro, no século XVIII, contribuiu para o surgimento de apenas dois aglomerados urbanos (pousos) no planalto fluminense, ao longo do caminho novo das Minas Gerais, Inconfidência, enquanto posto de troca de mulas² e Paraíba do Sul, que vegetou durante quase um século, *"malgrado o tráfego diário pelo arraial, de tropas e boiadas cada vez mais numerosas com a crescente importância da capital e das cidades mineiras em pleno apogeu da mineração"* (LAMEGO, 1963 :128 e DUARTE, 1979 :86). Além desta não surgiu ao longo deste caminho nenhuma vila ou pousada que viesse a evoluir para cidade. Em uma minuciosa relação de cidades e vilas surgidas no século XVIII, no atual estado do Rio de Janeiro, elaborada por Aroldo de Azevedo só se encontra a vila de Magé, em 1789 (vide Tabela 4.3).

A necessidade de proteger a zona mineradora, de diminuir a evasão fiscal e o desejo de expandir a colônia até a bacia do Prata fez o governo português estender a jurisdição do Rio de Janeiro à região das Minas e ao sul da colônia e, em 1763, propiciou a transferência da Capital da Colônia e das funções político-administrativas de Salvador na Bahia para o Rio de Janeiro. Nessa época a cidade do Rio de Janeiro contava com

¹ A distribuição geográfica das aglomerações já apontava para uma maior concentração em São Paulo com 16 vilas até 1705; na Bahia, com 10 povoações até 1701. A multiplicação de povoados talvez deva-se à autorização dada pelos donatários aos capitães-móres para fundarem vilas e à preocupação de consolidar posições já ocupadas, em relação aos espanhóis. As áreas do Rio de Janeiro e da Bahia registraram um acréscimo de quatro vilas cada uma, devido ao crescimento populacional e às autorizações régias para os governadores fundarem vilas. REIS, 1968 :64-65, 81-82.

² Paraíba do Sul tem sua origem no ponto de travessia do rio Paraíba pelo caminho das Minas Gerais, FAPERJ, 1983 :83. Inconfidência permanece até os dias de hoje como vila do 2º. distrito do Município de Paraíba do Sul. FAPERJ, 1983 :83.

pouco mais de 40.000 habitantes¹. No último quartel do século XVIII a atividade comercial caiu pela metade em função da decadência das minas e das restrições comerciais impostas por Portugal com a instalação do Governo Central da Colônia no Rio de Janeiro.

4.3.2 ciclo do açúcar no Norte e Noroeste fluminenses

Em meados do século XVIII, com o declínio da produção canavieira no recôncavo da Guanabara, iniciou-se a ocupação açucareira da região de Campos no Baixo Paraíba, no Norte-Fluminense, que perdura até hoje. Enquanto a pecuária, afastada para terras impróprias, definhou. Campos, por seu isolamento constituiu-se em centro regional (BERNARDES, 1964 :58 e SOARES, 1987 :20) e tornou-se praça de exportação e importação, através do pequeno porto de São João da Barra e depois de Macaé. Os engenhos de Campos eram modestos devido à ocupação anterior pela pecuária em pequenas glebas e em função da escassez de recursos para implantar *plantations*².

O esgotamento das lavras auríferas, a escassez de açúcar em razão do colapso da produção açucareira do Haiti por um lado, e a revolução industrial e concomitante aumento populacional na Europa, por outro, contribuíram para valorizar os produtos coloniais e propiciaram a recuperação da produção açucareira no Brasil bem como do Rio de Janeiro e da Baixada de Campos de Goytacazes (LOBO, 1978 :40).

No século XVII a Baixada dos Goitacazes já havia sido procurada para o plantio de cana, enquanto os engenhos floresciam na Baixada Fluminense. Mas as disputas de terras entre agricultores e pecuaristas contribuíram para atrasar o desenvolvimento da lavoura canavieira. Nestas lutas entravam em jogo os interesses dos alto-mandatários do governo colonial, das ordens religiosas, principalmente jesuítas proprietários de sesmarias em Macaé, e dos grandes fazendeiros residentes no Rio de Janeiro que aí possuíam currais e sítios (GEIGER, 1963 :88). Arrendatários e posseiros pecuaristas, descendentes dos sete capitães, primeiros sesmeiros e colonizadores, bem como os jesuítas ocupantes da região desde 1632, acabaram sendo expulsos (CIDE, 1990f :12).

Finalmente, em 1752, após um longo período de disputas de terras a atividade açucareira se consolidou e os currais cederam lugar aos engenhos. *"Por essa época, os canaviais se estendiam pelos aluviões"* (CIDE, 1990f :12). Entre a segunda metade do

¹ "Na segunda metade do setecentismo, a cidade de Salvador veio encontrar no Rio de Janeiro sua grande rival, não tendo podido evitar a 'capitis diminutio' que significou a transferência da capital da Colônia, levada a efeito em 1763". AZEVEDO, 1957 :131.

² A respeito da estrutura organizativa e características da plantation tropical, vide BERNARDES, 1964 :194 e ss. e FERNANDES F^O, 1983.

século XVIII e o início do século XIX o número de engenhos em Campos duplicou e a produção de açúcar dobrou. Em fins do século XVIII existiam no Rio de Janeiro 616 engenhos, 324 em Campos (FERNANDES Fº, 1983 :8). As exportações de açúcar do Rio de Janeiro quadruplicaram em volume e sextuplicaram em valor entre 1775 e 1805 (LOBO, 1978) e só o porto do Rio de Janeiro recebia metade dos escravos africanos.

O aumento da produção de açúcar e aguardente na Baixada dos Goitacazes propiciou o crescimento do comércio em Campos. *"A população rural que em 1752 fora estimada em 12.000 habitantes, alcançava 50.000 almas em 1814"* (BERNARDES, 1957 :197). A difusão dos engenhos e canaviais além da Baixada dos Goitacazes propiciou o surgimento de centros de comercialização nesta região como Macaé (1813) e Santa Maria de Maricá (1814) (vide Tabelas 4.2 e 4.3) (AZEVEDO, 1957 :139).

Macaé, originado de um aldeamento defensivo implantado em 1615, sob orientação real, só veio a se desenvolver em fins do século XVIII devido ao açúcar e à disponibilidade das sesmarias abandonadas pelos jesuítas. Abandonadas, devido ao decreto do Marquês de Pombal que expulsou os jesuítas de todo o reino de Portugal e colônias, entre 1759 e 1761 (CIDE, 1989d :12). Enquanto a vila de Maricá foi anexada em 1818 à Povoação de São Domingos da Praia Grande¹ (Niterói), e desmembrada e elevada a cidade apenas em 1889.

Estabeleceu-se, durante o século XIX, uma relação de dependência entre a região produtora e o Rio de Janeiro. Para o Rio de Janeiro convergia o açúcar da região de Campos, dada a precariedade dos meios de transporte e pelas condições de seu porto receber os navios que transportavam o açúcar para a Europa (DUARTE, 1979 :89). Mas, alguns povoados e vilas da Baixada dos Goitacazes beneficiavam-se da comercialização da produção, como São João da Barra, que se desenvolveu por um breve período no século XVIII, graças ao açúcar (CIDE, 1989e :12). Porém, as condições desfavoráveis da bacia do rio Paraíba logo dificultaram a exportação da produção crescente, e refletiram-se no crescimento da cidade (DUARTE, 1979 :89).

No século XIX, a ausência de condições para a instalação de um porto de grande calado no Norte Fluminense e a necessidade de escoar a produção açucareira para o porto do Rio de Janeiro transformou Macaé *"em importante porta de entrada e saída do norte fluminense"* (CIDE, 1989d :12) através do porto de Imbetiba, onde havia ancoradouros profundos. A partir de 1872, a produção passou a ser escoada pelo canal

¹ A povoação de São Domingos da Praia Grande, originada a partir de um aldeamento indígena do século XVI, foi elevada a Vila Real da Praia Grande pelo Alvará Régio de 10/05/1819. FORTE, 1941 :42-43 e 56.

construído entre Campos e Macaé, o que provocou a decadência de São João da Barra. Macaé prosperou por um curto período até a implantação da ferrovia Niterói-Campos.

4.3.3 transformações políticas, sociais e econômicas

a) vinda da família real e abertura dos portos

No decorrer do século XIX ocorreram transformações substantivas na cidade do Rio de Janeiro¹ e no Brasil. A vinda da família real e da corte portuguesa em 1808, em fuga das tropas napoleônicas, impôs ao Rio de Janeiro uma nova classe social e novas demandas materiais para atender aos anseios dessa classe e facilitar o desempenho das novas atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passava a exercer.

A chegada de D. João VI aumentou o poder político em âmbito nacional, em uma época onde aqui prevalecia o poder dos senhores rurais. A abertura dos portos brasileiros às "*nações amigas*" e a transformação do Brasil em sede do Reino Unido de Portugal e Algarves representou o fim do estatuto colonial e possibilitou ao Brasil adquirir sua autonomia de fato (SILVA, 1976 :39). O fim das restrições ao comércio internacional e a liberação de manufaturas², até então privilégio da metrópole reinol, contribuíram para tornar a cidade do Rio de Janeiro um pólo de atração econômica.

No século XIX o ciclo do café, a decadência das lavras mineiras e abolição gradativa da escravidão geraram nova expansão econômica e a Província do Rio de Janeiro apresentou, em vista disso, um crescimento acelerado. Em busca de novas fontes de trabalho a mão de obra ocupada na mineração, os escravos libertos e os egressos da Guerra do Paraguai (SANTOS, 1988) tenderam a migrar para a Província do Rio de Janeiro, onde a produção de café, localizada principalmente nas encostas dos morros da Baía de Guanabara e no vale do Paraíba, aparecia como alternativa tanto para a mão de obra quanto para o capital (BRASILEIRO, 1979 :16).

A decadência da mineração e a ausência de caminhos freqüentados obrigou as áreas mais remotas a subsistir em economia quase fechada ao redor de pequenos centros. O

¹ "No século XIX a cidade do Rio de Janeiro começa a se transformar e a apresentar uma estrutura sócio-espacial estratificada. Até então, ocupava uma área originária da drenagem de brejos e mangues, entre os Morros do Castelo, S. Bento, Santo Antônio e Conceição, com alguns tentáculos para os "sertões" do sul, oeste e norte. ... A diferenciação social fazia-se pela forma aparência das residências e não por sua localização". ABREU, 1987 :2 e BRASILEIRO, 1979 :16.

² No fim do século XVIII a construção naval no Rio de Janeiro era uma atividade significativa devido a disponibilidade de matérias-primas e pela necessidade de embarcações baleeiras e de navios negreiros. Apesar da proibição de existência de manufaturas, desenvolvia-se esta atividade no Rio de Janeiro, além da fabricação de cordas, óleo de baleia e sal, etc. vide LOBO, 1978 e FERNANDES Fº, 1983 :8-9.

gado e as roças garantiam a subsistência, o algodão o vestuário, mas o comércio de sal permaneceu indispensável (BERNARDES, 1964 :60).

Entrementes o sul de Minas estabelecia vínculos diretos de abastecimento com a cidade do Rio de Janeiro, que com o fortalecimento de suas características institucionais despontava como mercado de consumo crescente, suprindo-o de gêneros de subsistência, bois, porcos, laticínios e fumo. Abriram-se, para tanto, novos caminhos entre o Planalto Sul-Mineiro e o Vale do Paraíba como *"a estrada do Picu, que abreviava as ligações com o vale do rio Verde (anteriormente feitas por Cachoeira Paulista) e da estrada do rio Preto, que levava diretamente ao distrito do Rio Grande."* (BERNARDES, 1964 :60).

Entre Campos e o Rio de Janeiro desenvolveram-se em função do açúcar, novas cidades e vilas, entre eles Magé, Macaé e Maricá. Porém, a cidade do Rio de Janeiro já cumpria um importante papel político-administrativo no país, como sede do Governo, além de ser o centro financeiro mais importante, o que fez com que Campos, Vitória e outros centros litorâneos, antes sem vínculos com a cidade do Rio de Janeiro a ela se subordinassem (BERNARDES, 1964 :58 e SOARES, 1987 :20).

b) independência

Com a Independência, em 1822 a cidade do Rio de Janeiro manteve-se como sede do poder central, enquanto Município da Corte. Sob a égide da Constituição de 1824 o Município da Corte compreendia territorialmente a Província do Rio de Janeiro, até ser dividido por decreto, em 15 de janeiro de 1833, em seis comarcas, uma delas englobando a cidade do Rio de Janeiro e a Vila Iguaçu (BRASILEIRO, 1979 :11 e 37).

A separação político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro da Província de mesmo nome deu-se com o Ato Adicional à Constituição do Império de 12/08/1834¹, que substituiu os Conselhos Gerais por Assembléias Legislativas Provinciais. Este Ato Adicional dispunha sobre a organização e funcionamento do município-sede da Corte e deu início a descentralização administrativa da Província do Rio de Janeiro, ao equipará-la às outras províncias através da criação de sua Assembléia. Até então a administração da Província do Rio de Janeiro, de suas cidades e vilas encontrava-se sob a jurisdição direta do cidade do Rio de Janeiro, através do Ministério do Império. Em 1835 a Vila

¹ "Art. 1 - O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercido pelas Câmaras dos distritos e pelas assembléias, que, substituindo os conselhos gerais se estabelecerão em todas as províncias, com o título de assembléias legislativas provinciais. A autoridade da assembléia legislativa da província em que estiver a Corte não compreenderá a mesma Corte, nem o seu Município" Brasil, Constituição, 1824 - Ato Adicional de 12/08/1834 apud BRASILEIRO, 1979 :38.

Real da Praia Grande, zona rural e freguesia da cidade do Rio de Janeiro, foi elevada a cidade com o nome de Niterói e tornou-se capital da Província (Lei nº 2 de 26/03/1835).

A Província do Rio de Janeiro contava, em 1834, com quase 600 mil habitantes, dos quais 130 mil na cidade do Rio de Janeiro. O resto da população distribuía-se pelas grandes fazendas fluminenses ou em vilas e cidades algumas já com certa expressão demográfica. Na Vila Real da Praia Grande (Niterói) moravam cerca de 30 mil habitantes. Segundo o 1º censo oficial do Brasil, em 1/8/1872 o antigo estado do Rio de Janeiro tinha 782.724 habitantes e o Município da Corte 274.972 (BRASILEIRO, 1979 :39).

Após a Independência, durante o século XIX, a economia fluminense permaneceu baseada na "*plantation*" escravista e as atividades comerciais mais importantes eram a exportação de açúcar, algodão e café e importação de escravos (LOBO, 1978 e FERNANDES Fº, 1983 :11). As atividades industriais agrícolas possuíam, ainda, um caráter marginal dadas as limitações do mercado internacional e a ausência de uma política para a produção interna¹. Estas atividades porém não chegavam a alterar o caráter agro-exportador da economia fluminense e apesar de algumas medidas pontuais, protecionismo tarifário em 1844 por exemplo, apenas no fim do século a indústria começou a se destacar na Província do Rio de Janeiro (FERNANDES Fº, 1983 :11-12).

O período entre a Independência e o Estado Novo (1822/1930) marca a efetiva integração do Brasil ao comércio mundial, à divisão internacional do trabalho e a passagem para uma "*forma produtiva superior: a forma capitalista. As instituições primitivas como a escravidão herdadas da antiga colônia, são banidas pelas novas forças produtivas que se vão formando e desenvolvendo no correr do século passado*" (PRADO Jr., 1957 :91).

4.3.4 substituição do açúcar pelo café

Durante a primeira metade do século XIX o sistema monetário expandiu-se e surgiram os primeiros estabelecimentos de crédito e casas comissárias de exportação de café. Em 1809 criou-se o Banco do Brasil com um sistema de crédito que contribuiu para mudar as práticas comerciais. Este sistema atendia a produção agrícola através dos

¹ No entanto, "*em 1830 na cidade do Rio de Janeiro haviam 101 estabelecimentos fabris, tais como fundições de ferro e cobre, fábricas de tecidos, oleados, tapetes, papel, papelão, velas, sabões e chapéus.*" LOBO, 1978 :105.

comissários de café que forneciam empréstimos com base nas previsões das colheitas e na quantidade de escravos do fazendeiro (FERNANDES Fº, 1983 :10).

A partir de 1840 as exportações de algodão e açúcar cederam lugar ao café. E, parte da produção do açúcar do Nordeste passou a suprir o mercado do estado do Rio de Janeiro, cada vez mais dependente do abastecimento externo. O aumento dos preços do café no mercado internacional em relação aos do açúcar, entre 1828 e 1873¹, a concorrência do açúcar de beterraba europeu, a preferência da Inglaterra e França aos produtos de suas colônias, a falta de competitividade do açúcar brasileiro no mercado internacional² e problemas cambiais³ são alguns dos fatores que contribuíram para a decadência açucareira.

Contribuiu para essa mudança a rentabilidade de uma plantação de café rentável mostrar-se mais interessante do ponto de vista econômico: enquanto a cana de açúcar e o algodão exigiam um maior investimento em equipamentos e instalações, o café exigia maior investimento em mão-de-obra. Além disso, por ser a produtividade marginal da mão-de-obra na cafeicultura maior que a do açúcar e do algodão os cafeicultores fluminenses passaram a importar escravos aos milhares (LOBO, 1978 :15, 157 e 263).

4.3.5 ciclo do café

A cafeicultura estimulada pela ampliação dos mercados consumidores e pelo aumento dos preços substituiu o açúcar na pauta de exportações e logo se alastrou do entorno da cidade do Rio de Janeiro para o planalto, onde se adaptou tão bem que estendeu-se em direção aos centros mineradores e ao Vale do Paraíba (FERNANDES Fº, 1983 :12-13). Até então uma área de florestas intocadas atravessadas pelos caminhos por onde eram transportados o ouro e as mercadorias. Com o fim do ciclo minerador e início da cafeicultura colonos oriundos das zonas de mineração afluíram para essa região (STEIN, 1990).

No século XIX, a cafeicultura foi responsável pela urbanização no Médio Paraíba e

¹ "A participação do café nas rendas de exportação do Brasil representava em 1871-73, 50,2% do total, contra 16,6% do algodão e 12,3% do açúcar. Após 1874, a disparidade entre produtos se acentuou mais. Em 1912-14, o café participou com 60,4% e o algodão e o açúcar com 2,9% e 0,3%." LOBO, 1978 :156.

² O atraso tecnológico da produção nordestina de açúcar em comparação a da Luisiana e Cuba dificultava a conquista do mercado norte-americano pelo Brasil. O mesmo no caso do algodão e pelo Tratado de 1810 a Inglaterra excluía de seu mercado o açúcar, o tabaco e café brasileiros. LOBO, 1978 :156-157.

³ O câmbio era estabelecido em função do café e para o açúcar ser rentável, seria necessário uma desvalorização da moeda maior do que a exigida pelo café. LOBO, 1978 :156-157.

trechos serranos¹. Resende, Santo Antônio de Pádua, Vassouras, Barra do Piraí e Cantagalo, centralizadoras das áreas agrícolas em torno, além de inúmeras vilas, povoados e arraiais (BERNARDES, 1964 :61 e SOARES, 1987 :21) despontaram no planalto. São João Marcos², Areias, Barra Mansa e Cantagalo, aglomerados surgidos no início do século, alcançaram a condição urbana. Diversas outras cidades despontaram, com lavouras incipientes de subsistência garantidas pela relativa proximidade do mercado carioca. Surgiram à margem dos caminhos que atravessavam a faixa florestal - que permanecera quase intacta entre o litoral e o planalto minerador - e, em torno de antigos pousos, ou de patrimônios religiosos.

"Além das cidades, por centenas se contam as vilas, povoados e arraiais, nascidos no grande ciclo cafeeiro fluminense, além de muitos outros núcleos que, na Baixada mesmo, não indo além de mediocres ajuntamentos, repentinamente floresceram com o simples trânsito de torrentes de café de serra acima" (LAMEGO, 1963 :7).

Nas baixadas litorâneas, nos arredores de Cabo Frio e São Pedro D'Aldeia, em meados do século XIX, o café tomou o lugar da cana-de-açúcar, que ao início deste século substituíra as culturas de anil e cochonilha destinadas à produção de corantes realizadas desde o século XVII. A cana de açúcar conquistou áreas de mata e preparou o terreno para o café e para o povoamento da região. Além da atividade agrícola haviam na área, desde o século XVIII, aldeias isoladas de pescadores onde o solo arenoso não permitia a lavoura. Se durante duzentos anos a região permanecera sem crescer dadas as restrições à extração de sal, com o açúcar e o café passou a experimentar um pequeno crescimento. Cabo Frio, em particular, só veio a se desenvolver com a instalação da Companhia Nacional de Alcális em meados do século XX, pois seu solo arenoso salino impedia atividades agrícolas (CIDE, 1988b :14).

O surto cafeeiro na área litorânea alcançou Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia e Macaé, todavia foi de curto fôlego e desapareceu tão rápido quanto se expandiu e logo foi substituído pela pecuária (CIDE, 1989c :12-13). Contribuiu, porém, para o surgimento de São Gonçalo, Itaboraí, Silva Jardim, Rio Bonito, Maricá, Saquarema¹, Araruama e Casimiro de Abreu (vide Tabelas 4.2 e 4.3). O intenso desmembramento municipal na região durante o 2º reinado (1833/1889) esteve em parte ligado aos interesses e poder dos grandes fazendeiros locais¹ (CIDE, 1989 :12).

¹ "as torrentes de café levaram os medíocres ajuntamentos, repentinamente, a florescerem como cidades". LAMEGO, 1963 :7 e BERNARDES, 1964 :61.

² Submerso pelas águas da represa de Ribeirão das Lajes em 1903.

Não é exagero afirmar que o período entre meados do século XIX até o início do século XX caracterizou-se pela subordinação da urbanização à dinâmica da economia rural-exportadora regida pelo café; responsável no estado do Rio de Janeiro pelo surgimento de cidades com cartórios, entrepostos de coleta, estocagem e beneficiamento do produto e mercado para a compra de insumos importantes para os agricultores (COELHO, 1987 :43). Se as unidades produtivas de cana de açúcar eram relativamente auto-suficientes, as de café requeriam condições gerais ligadas às cidades.

O transporte fluvial e terrestre do café fez surgir na Baixada em alguns portos fluviais as primeiras aglomerações, vilas-entrepostos, como Iguaçu e Estrela². E, reviveu por curto tempo a prosperidade colonial nas cidades e vilas portuárias: Angra dos Reis tornou-se o segundo porto do sul do Brasil e São João da Barra o mais importante porto fluvial do Norte Fluminense (SOARES, 1987 :21). Parati, Mangaratiba, Itaguaí (simples registro fiscal passou de aldeia indígena a cidade), Maricá, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Macaé, coletoras da produção de inúmeras fazendas esparsas em diferentes galhos serranos, também se revigoraram (LAMEGO, 1963 :7).

Durante o século XIX a produção de café tornou-se o principal sustentáculo da economia brasileira³ e seu rápido crescimento foi acompanhado por um deslocamento das plantações do Vale do Paraíba para os planaltos paulistas. Apesar da importância conferida pelas culturas voltadas para exportação a certas cidades, era na cidade do Rio de Janeiro onde se concentravam os comerciantes ligados às atividades de exportação. O café produzido em terras fluminenses, Zona da Mata mineira, Espírito Santo e nordeste de São Paulo era exportado pelo porto do Rio de Janeiro (FERNANDES Fº, 1983 :14), o que permitiu uma maior participação do Rio de Janeiro nas transações comerciais que passam a comandar as relações internacionais. A função portuária do Rio de Janeiro reafirmou-se com o escoamento da produção cafeeira, que manteve a liderança das exportações até 1890 (DUARTE, 1979 :91).

¹ Saquarema e Araruama por um tempo pertenceram ao mesmo município, primeiro Araruama pertenceu a jurisdição de Saquarema, tão logo Araruama é elevada a vila, Saquarema é extinta, para finalmente dois anos depois serem elevadas separadamente a cidade.

² atuais municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, vide ainda BERNARDES, 1983 :29.

³ Na década de 1880 a produção da Província de São Paulo suplantou a da Província do Rio de Janeiro. De 1852 a 1857 o Porto de Santos escoava apenas 6% da produção nacional de café, enquanto o do Rio de Janeiro era responsável por 92% das exportações. De 1867 a 1872 ainda era o Porto do Rio de Janeiro quem escoava 81% da produção cafeeira brasileira. Mas a partir da década de 1870, a Província de São Paulo passa a ser a principal responsável pela expansão cafeeira: SILVA, 1976 :49-50.

a) o papel dos escravos e a abolição

Durante o século XIX o Rio de Janeiro destacou-se como centro distribuidor de escravos, abastecedor de plantações, importador de produtos manufaturados e pólo do comércio de cabotagem. A expansão cafeeira em meados de 1820 impulsionou o comércio de escravos, importados aos milhares.

Em 1850, devido ao Bill Aberdeen, foi extinto o tráfico de escravos o que provocou o aumento de seu preço e do valor das garantias bancárias, pois a produção cafeeira fluminense apoiava-se no trabalho escravo, não só como força de trabalho, mas como bem de raiz para obtenção de empréstimos¹. O aumento de valor das garantias bancárias assegurou aos grandes proprietários fluminenses, por um certo tempo, um fluxo contínuo de recursos, que resistiram a adotar o trabalho assalariado.

O próprio governo, ao conceder a extinção do tráfico negreiro em 1850, reconheceu sua incapacidade em garantir a reprodução das relações de produção escravistas. Isto permitiu a realização de capitais em mão-de-obra escrava subtilizada, através de sua venda para os cafeicultores. No caso das fazendas do Vale do Paraíba e do Centro Sul Fluminense *"os pequenos proprietários, incapazes de adquirir mão de obra para suas lavouras, vendem suas terras e os próprios escravos aos grandes plantadores"* (STEIN, 1990 :29), o que resultou no desaparecimento do pequeno produtor e no aumento da concentração fundiária.

Enquanto a Província do Rio de Janeiro concentrava os estoques de escravos (LOBO, 1978) comprados das plantações do Nordeste e de outras regiões; as demais províncias iniciaram a substituição dos escravos por assalariados e imigrantes estrangeiros. Não só devido à escassez e aos ideais republicanos e abolicionistas, mas sobretudo em razão do trabalho escravo começar a deixar de ser a forma mais eficiente de valorização do produto, pois o capital imobilizado em sua aquisição não se reproduzia de acordo com as expectativas, nem nas atividades econômicas rurais decadentes, nem na instabilidade da produção urbana (LOBO, 1978 :155).

Em São Paulo os cafeicultores constituíram sociedades de promoção a imigração estrangeira e, entre 1888 e 1900, mais de 60% dos imigrantes que para aí se dirigiram vieram subvencionados por estas sociedades (EGLER, 1979 :97). No estado do Rio de Janeiro, porém, a instalação de imigrantes foi orientada para a instalação de dois

¹ *"Os fazendeiros, ... se sujeitavam cada vez mais aos que dispunham de capital. Era o desenvolvimento progressivo das cidades, com novas classes mais abastadas, que passaram a dominar os proprietários de terra, tornando-se estes dependentes dos comerciantes".* STEIN, 1990. Vide também GEIGER e MESQUITA, 1956 :31.

núcleos em áreas não cafeeiras (de suíços e alemães, em Nova Friburgo e de finlandeses em Penedo) (COELHO, 1987 :41).

A generalização do assalariamento permitiu a permanência de parte do fluxo de renda no mercado interno. Até então o capital empregado na reposição de escravos ia para o comerciante negreiro sem tal inversão se constituir num acréscimo da renda interna. A constituição de uma população livre assalariada contribuiu para parte do capital investido no mercado de trabalho retornar através do consumo e gerar uma maior circulação no mercado interno (LOBO, 1978 :156). Os capitais do comércio escravagista liberados do tráfico foram empregados na cafeicultura, nos bancos, nas empresas de importação e exportação, no financiamento de serviços (STEIN, 1990 :29 e LOBO, 1978 :157) e em outros setores econômicos da província.

O preço dos escravos caiu e se estabilizou no Rio de Janeiro entre 1857 e 1864¹, apesar do fim do tráfico e da elevação de seu valor após 1850, graças ao abastecimento do Nordeste e da expansão e barateamento dos meios de transporte que deixaram de absorver escravos na mesma proporção. Em meados do século XIX o volume de escravos era significativo em muitas cidades cafeeiras, como Vassouras e Resende, onde respectivamente dois terços e metade da população era cativa (LOBO, 1978 :156 e ss.; BARROS, 1967 :63, 420 e ss. e WHATELY, 1987 :10).

Em 1864 um surto de doença do café e a dificuldade dos fazendeiros em obter crédito e empréstimos dando como garantia os escravos, em virtude do receio da abolição da escravatura criaram uma depressão econômica no Vale do Paraíba fluminense. Agravada pela queda do preço dos escravos e a desvalorização das garantias bancárias, coberta em parte pela hipoteca das terras, graças à criação da Lei de Terras em 1850. A cafeicultura paulista menos dependente dos escravos para a obtenção de crédito e as casas comissárias em geral não foram afetadas pela crise, restrita à praça do Rio de Janeiro (LOBO, 1978 :218 e 220).

Em 1888, a abolição da escravatura liberou 800 mil escravos, a maioria na região do Vale do Paraíba. A abolição sem indenização abalou o sistema de crédito agrícola baseado nas colheitas e nos escravos, reduziu em 50% a produção de café nesse ano (LOBO, 1978 :158 e 218), e descapitalizou os fazendeiros fluminenses que viram suas

¹ "Nos últimos livros de contabilidade do Moinho da Luz (antiga Luz Stearica) os preços dos escravos estabilizaram-se de 1857 a 1864, quando foram desvalorizados. Os preços dos escravos vinham se desvalorizando desde 1864 ... o preço dos escravos adultos do sexo masculino, operários da fábrica de Velas Stearica baixou em 1857 de 1:800\$000 para 1:200\$000, mantendo-se nesse nível até 1864)" LOBO, 1978 :157.

garantias bancárias evaporar-se (FERNANDES Fº, 1983 :16-17) e foram obrigados a cobri-las com as hipotecas de suas terras.

b) o papel das ferrovias

A partir de 1850 o comércio mundial cresceu num ritmo sem precedentes e criou condições para países de capitalismo ainda incipiente se desenvolverem. No Brasil as condições foram especialmente favoráveis, as cotações internacionais de café estagnadas ou em baixa desde 1822, subiram a partir de 1850 (FURTADO, 1964 :139). Outro impulso que favoreceu as relações comerciais entre o Brasil e o exterior foi o advento da navegação a vapor no Atlântico Sul (SILVA, 1976 :29).

Sem as ferrovias o desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível, as tropas de mulas não podiam escoar uma produção espalhada por milhares de quilômetros. Segundo Taunay o preço do transporte por trem era seis vezes menor que o das tropas de mulas e a economia realizada, em 1868, graças às ferrovias, chegou a quase 10% do valor total das exportações neste ano, sendo que dos 736 km de estradas de ferro construídas em 1888, 478 eram de café¹.

A Sociedade de Estradas de Ferro D. Pedro II, organizada pelo Governo do Império, foi a primeira ferrovia do café, ao começar a funcionar em 1859 foi buscar o café do Vale do Paraíba até o norte de São Paulo e sudeste de Minas Gerais (SILVA, 1976 :56). A abertura da estrada União e Indústria em 1861, primeiro leito carroçável do país, e a implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1875, tornaram Juiz de Fora (elevada a cidade em 1856) (BERNARDES, 1964 :63) o nó de ligação entre o Rio de Janeiro, o sertão mineiro e as áreas de criação da Bacia do São Francisco e em seu eixo surgiram Três Rios e Areal. No rastro norte-nordeste do café surgiram Itaperuna e Miracema no norte fluminense.

Os caminhos terrestres precários dificultavam a comercialização e as exportações e afetavam os interesses dos fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro. Destarte "*os fazendeiros mais importantes do Vale do Paraíba não tardaram a se empenhar, com dinheiro e prestígio, na progressão dos trilhos que, a princípio pareciam destinados a se deter no sopé do abrupto serrano*" (BERNARDES e AZIZ, 1958 :46). Mais tarde, através do agrupamento de diversas pequenas ferrovias, foi constituída a *Leopoldina Railway Company* que possibilitou à cidade do Rio de Janeiro manter sob sua influência a zona da mata, a parte sul da zona do Rio Doce, o leste fluminense e o Espírito Santo; através

¹ TAUNAY, Affonso d'Escragnoille. História do Café no Brasil, Rio de Janeiro, DNC, 1939-1943 apud SILVA, 1976 :57.

de Cruzeiro e Barra Mansa garantiu as ligações, estabelecidas pelos caminhos de tropas, com o sudeste de Minas (BERNARDES, 1964 :63 e 65).

Em 1858 a *São Paulo Railway Co Ltd.* foi organizada na Grã-Bretanha para construir uma ligação ferroviária entre o planalto paulista e o Porto de Santos. Em 1867, ao entrar em operação a linha principal (Santos-São Paulo) (SINGER, 1968 e SILVA, 1976 :56-57) colocou o interior paulista ao alcance da cafeicultura, sem risco de colheitas impossíveis de escoar. Até então, os fazendeiros paulistas, não ousavam instalar-se a mais de 240 km do Porto de Santos (SILVA, 1976 :57). Porém, o desenvolvimento da cafeicultura paulista só começou a afetar a cidade de São Paulo ao passar para zonas exclusivamente tributárias do sistema São Paulo-Santos. Enquanto, se manteve concentrada no "*norte*" da província era escoada pelo Porto do Rio de Janeiro.

As ferrovias transformaram a feição das cidades fluminenses e comprometeram a continuidade do crescimento das aglomerações na Baixada Fluminense. Algumas cidades graças às operações de estocagem e transbordo do café para o porto do Rio de Janeiro reviveram e se beneficiaram indiretamente. Outras, surgidas devido à própria economia agro-exportadora cafeeira, situadas ao largo dos traçados das ferrovias estagnaram e/ou entraram em decadência (DUARTE, 1979 :93). Vassouras é um exemplo característico: surgida com o ciclo do café no Médio Paraíba no século XIX, por não haver sido beneficiada pela ferrovia, não chegou a assumir uma função regional duradoura, dado o conseqüente declínio das fazendas de café e núcleos a ela ligados, nada restou para garantir-lhe a preeminência (BERNARDES, 1964 :66).

As ferrovias liquidaram o transporte fluvial pelo Rio Paraíba (LACORTE, 1976 :29 e WHATELY, 1987 :20 e 29) e provocaram a decadência de velhos caminhos e dos portos fluviais e marítimos a eles conectados, como Mambucaba em Angra dos Reis, que desde o início do século XIX escoava a produção de café de Resende, no Rio de Janeiro, Bananal e São José do Barreiro em São Paulo; bem como de Macaé¹ e São João da Barra no norte fluminense, responsáveis pela intermediação comercial marítima entre Campos e o Rio de Janeiro.

Em 1875, a criação da linha Macaé-Campos, seguida pela Niterói-Campos provocou a estagnação do porto de Imbetiba (CIDE, 1989d :14). Com o declínio da atividade portuária a economia de Macaé prosseguiu baseada na agroindústria açucareira e só

¹ "*Como no caso de muitos outros portos do litoral brasileiro, em especial os dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a ligação ferroviária com os grandes centros e estabelecendo comunicações mais fáceis, paralelamente ao litoral, provocam uma verdadeira revolução na vida da cidade de Macaé, de uma hora para outra privada de todo seu comércio marítimo*". BERNARDES, 1957 :160.

voltou a crescer após 1950. O porto de São João da Barra - que havia se revigorado na segunda metade do século XIX, com o advento da navegação a vapor e a instalação de seis estaleiros entre 1870 e 90 - decaiu em fins do século XIX, com a ligação ferroviária para Campos. Apenas a instalação de uma fábrica de Conhaque de Alcatrão no início do século XX contribuiu para diminuir seu esvaziamento (CIDE, 1989e :12).

As ferrovias contribuíram, porém, para compor uma malha polarizada pela cidade do Rio de Janeiro ao estreitar seus vínculos com cidades como Campos e Vitória (COELHO, 1987 :43), que haviam permanecido como focos quase isolados; enquanto outras cidades desenvolviam-se ao longo das linhas férreas que ligavam as áreas produtoras ao porto do Rio de Janeiro.

A centralização das funções político-administrativas e a conexão porto-ferrovia, em 1859, colocaram a cidade do Rio de Janeiro em posição estratégica na intermediação entre a produção industrial externa e a produção primário-exportadora. Passaram a convergir para aí a maior percentagem das rendas públicas e privadas, capitais internacionais começaram a atuar no setor comercial e de serviços públicos (ABREU, 1987 :2), mediante concessões obtidas do Estado. e torná-la o mais importante centro administrativo, financeiro, comercial-atacadista e portuário do Brasil - Império (BRASILEIRO, 1979 :16 e 17 e BERNARDES, 1964 :65). Isto refletiu-se em sua população, que entre 1872 e 1890 passou de 275.000 para 522.000 habitantes; enquanto a Província do Rio de Janeiro passou de 783.000 para 877.000 habitantes (DUARTE, 1979 :91-92).

4.3.6 proclamação da república

A Proclamação da República modificou de imediato o estatuto jurídico da cidade do Rio de Janeiro. Um Ato do Governo Provisório de 15/11/1889, menciona pela primeira vez, a expressão "*Município Neutro*" e dispõe que o "*território do Município Neutro fica provisoriamente sob a administração imediata do governo provisório da República e a cidade do Rio de Janeiro constituída também provisoriamente sede do Governo Federal*" (BRASILEIRO, 1979 :39).

Com a Constituição de 1891, o antigo município foi elevado a Distrito Federal¹. Parece-nos ser esse o momento quando a cidade do Rio de Janeiro é efetivamente separada da antiga Província do Rio de Janeiro, que passou a ser o antigo estado do Rio de

¹ "*Cada uma das antigas províncias formará um Estado e o antigo 'Município Neutro' constituirá O Distrito Federal, continuando a ser Capital da União*" Brasil - Constituição de 1891, art. 2., apud BRASILEIRO, 1979 :40.

Janeiro. Esta Constituição previa a mudança da sede do Governo Federal para o planalto central¹ e a formação de um novo estado na sede anterior do Distrito Federal².

Desde o início o sistema político-administrativo brasileiro travou a estruturação de uma rede urbana articulada com a concentração do poder político na capital nacional. O fortalecimento do poder local pelo Ato Adicional, de 12/08/1834, foi aparente dada a subordinação das Câmaras, responsáveis pela administração local, às Províncias (CIDE, 1989 :9). Porém, em 1840, foi aprovada a Lei de Interpretação, por correntes contrárias a descentralização, que impedia as Províncias de legislar sobre os municípios e facultava-lhes a criação de novos municípios. *“Muitos se utilizaram deste meio para atenderem a interesses políticos diversos, criando-se municípios sem renda suficiente para desempenharem suas funções. Assim surgiram, no século XIX, inúmeros municípios fluminenses, ao lado dos que se emanciparam com o progresso decorrente da economia cafeeira”* (CIDE, 1989 :9) (vide mapas 4.3.6 a, b, c e d).

Se durante o Império a autonomia política dos municípios não se consolidou, com a República eles permaneceram subordinados aos interesses políticos dos coronéis³ em disputa pelo governo estadual até 1930. Durante os governos do Mal. Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto em decorrência de acirradas lutas políticas realizaram-se várias emancipações, muitas anuladas em seguida (CIDE, 1989 :9 ,vide Tabela 4.3).

Entre os municípios fundados entre 1890 e 1892, para compor interesses políticos dos coronéis após a decadência da economia local com o fim da cafeicultura (CIDE, 1989 :9), e extintos de uma só penada pelo Decreto Estadual nº 1 de 08/05/1892, à exceção de Conceição de Macabu, Sumidouro e Rio Claro, extintos por outros decretos no mesmo ano, temos os municípios de:

¹ *"Fica pertencendo à União no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal".* Brasil - Constituição de 1891, caput art. 3. apud BRASILEIRO, 1979 :40.

² *"efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado"* Brasil - Constituição de 1891, parágrafo único do art. 3, apud BRASILEIRO, 1979 :40.

³ grandes proprietários rurais monarquistas que durante o Império integravam a Guarda Nacional, chefe político de um ou mais municípios.

**Mapa 4.3.6 a Município Neutro e municípios
da Província do Rio de Janeiro - 1840**

Nota: Mapa elaborado com base na Carta da Província do Rio de Janeiro - 1840 (Lith. do Archivo Militar) e na legislação referente à divisão político-administrativa fluminense da época em questão.
Obs.: Mangaratiba - criado em 11/11/1831; extinto em 08/05/1892; recriado em 17/12/1892.

Fonte: CIDE, 1989

**Mapa 4.3.6 b Município Neutro e municípios
da Província do Rio de Janeiro - 1872**

Fonte: CIDE, 1989

**Mapa 4.3.6 c Distrito Federal e municípios
do Estado do Rio de Janeiro - 1892**

Fonte: CIDE, 1989

- São Sebastião do Paraíso, Macuco¹, Sapaetiba² e Boa Esperança³ que sequer voltaram a se emancipar;
- Cordeiro⁴, Conceição de Macabu, Bom Jesus de Itabapoana e Natividade (CIDE, 1989 :9) que voltaram a se emancipar apenas em meados do século XX;
- Cambuci, São Pedro D'Aldeia, São Gonçalo, Rio Claro, Mangaratiba, Sumidouro, São Sebastião do Alto, Bom Jardim⁵, recriados ainda no mesmo ano.

Apenas alguns dentre eles ganharam alguma preeminência a partir de meados do século XX, por razões diversas. São Gonçalo, graças à indústria pesqueira em Niterói; São Pedro d'Aldeia enquanto núcleo dormitório de Cabo Frio e área de lazer de fim-de-semana e Bom Jardim enquanto núcleo dormitório de Nova Friburgo. Além destes muitos permanecem estagnados até hoje, voltados para atividades de subsistência e dependentes de verbas externas para sua manutenção.

a) perda da hegemonia cafeeira

O café cultivado extensivamente no Vale do Paraíba, sem cuidados no trato esgotava a fertilidade do solo e exigia a constante incorporação de solos virgens. A estrutura produtiva (STEIN, 1990 :223) cafeeira fluminense continha em si os elementos de sua desagregação, que se manifestavam com a flutuação dos preços do café, escassez dos escravos, perda da fertilidade dos solos associadas à ausência de uma capitalização que mantivesse a produtividade elevada.

Na última década do século XIX a queda do preço do café acelerou o fim da agricultura nesta região. A maioria das plantações fluminenses no Vale do Paraíba estavam hipotecadas ou sob o controle das seções hipotecárias dos bancos. Em Resende entre 1865 e 1868 o número de hipotecas triplicou (WHATELY, 1987 :44). Com a crise do mercado de capitais (encilhamento) e abolição da escravatura, sem indenização, os fazendeiros fluminenses tiveram dificuldades em obter novos empréstimos e saldar suas dívidas. Foram obrigados, assim, a transferir suas propriedades a seus credores (FERNANDES F^o, 1983 :18-19). Apesar dos fazendeiros haverem resistido diante da carência de mão de obra, a pecuária substituiu as grandes lavouras (WHATELY, 1987 :69).

¹ São Sebastião do Paraíso e Macuco desmembrados de Cantagalo em 1890, reincorporados em 1892.

² Emancipado de Cabo Frio em 1890, reincorporado em 1891.

³ Emancipado de Araruama em 1891, extinto e anexado a Rio Bonito em 1892.

⁴ Emancipado de Cantagalo em 1891, reanexado em 1892, voltou a se emancipar em 1943.

⁵ São José do Ribeirão desmembrado de Nova Friburgo em 1891, foi reintegrado em 1892 e emancipado em 1893 com o nome de Bom Jardim.

O café continuou a ser em sua maior parte comercializado no Porto do Rio de Janeiro (SINGER, 1968 :28 e BRASILEIRO, 1979 :19), mesmo após haver conquistado a zona central do interior paulista, até o fim do século XIX quando o porto de Santos começou a se destacar. *"Em 1902-3 Santos já exportava o dobro do volume de café exportado pelo porto do Rio de Janeiro"* (FERNANDES Fº, 1983 :15). São Paulo, em 1873, ainda desempenhava um papel modesto na comercialização do café com apenas 13 casas comissárias enquanto o Rio de Janeiro possuía quase 2.000 (SINGER, 1968 :32 e BRASILEIRO, 1979 :19).

Ao final do século XIX, com a decadência da produção de café na região fluminense e expansão da fronteira cafeeira no estado de São Paulo, o porto do Rio de Janeiro passou a escoar o café produzido nas áreas a ele ligadas por ferrovias (CARDOSO, 1968 e BRASILEIRO, 1979 :16) (Minas Gerais, Sul do Espírito Santo e parte do Vale do Paraíba). Exceto pelo sudoeste de Minas e Médio Paraíba Paulista, a área povoada pela cafeicultura manteve-se na órbita do Rio de Janeiro. A rápida expansão da rede ferroviária, impulsionada pela riqueza agrícola da região, reforçou a função exportadora-importadora do porto do Rio de Janeiro (BERNARDES, 1964 :65) ligado por cabotagem a outros portos do país.

A perda de hegemonia na produção cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo pode ser explicada por um lado pelo fator geográfico: nem a qualidade do solo, nem o relevo mostravam-se favoráveis a um desenvolvimento como o paulista (IDEG, 1975 e BRASILEIRO, 1979 :20). Por outro lado, a importância do rápido crescimento da produção e de seu deslocamento geográfico é explicável pelas mudanças ocorridas nas relações de produção, através da substituição da mão de obra escrava por trabalho assalariado e uma mecanização parcial.

b) novas funções da cidade do Rio de Janeiro

Na passagem do século apesar da decadência da cafeicultura fluminense a cidade do Rio de Janeiro continuou a crescer e ampliar sua área de influência. Não necessitava mais ser propulsionada por um único produto de exportação, possuía funções urbanas variadas capazes de atrair não só grandes contingentes populacionais, como também de impulsionar o crescimento da cidade (BRASILEIRO, 1979 :18). Através de Belo Horizonte, criada na última década do século, sua influência atingiu as mais remotas áreas (BERNARDES, 1964 :65). Pelos ramais da Central do Brasil a Pirapora, Montes Claros e Diamantina, alcançou o norte e nordeste de Minas, o vale médio do São Francisco e sudoeste da Bahia. E, com o prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de

Minas até o Triângulo Mineiro, a cidade do Rio de Janeiro superpôs sua influência à de São Paulo no alto Paranaíba.

Além de contar com a penetração das estradas de ferro que dela se haviam irradiado, o Rio de Janeiro também se fazia presente através da navegação de cabotagem em áreas ligadas por ferrovia a alguns portos dele igualmente dependentes, como Caravelas e Vitória. As zonas de influência da Bahia-Minas e da Vitória a Minas, através destes portos estabeleciam suas ligações com o do Rio de Janeiro (BERNARDES, 1964 :85).

c) decadência das cidades cafeeiras e da agricultura fluminense

Desde meados do século XIX, as cidades cafeeiras da parte sul da zona da mata mineira dependiam do Rio de Janeiro¹. Muitas estagnaram ou decaíram com a decadência do café, todavia as cidades favorecidas por vias de comunicação ou por mudanças econômicas regionais tornaram-se centros de atendimento às necessidades de pequenos núcleos próximos.

Se a articulação da cidade do Rio de Janeiro com áreas dinâmicas do território nacional tornara-o um grande centro intermediador, as cidades, núcleos e vilas surgidos no planalto fluminense não chegaram a acumular vantagens locais nem a se desenvolver autonomamente. Por servir de entrepostos e depósitos da produção destinada ao porto do Rio de Janeiro, estas cidades não contribuíram para a formação de uma rede urbana intradependente no estado e nenhuma galgou a posição de centro regional. *"A metrópole do Rio de Janeiro, via de regra, não cresceu de forma articulada com o Estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo relações de interdependência com cidades e áreas fora das fronteiras fluminenses. Ao contrário de São Paulo, não se desenvolveu no Estado do Rio de Janeiro uma rede urbana equilibrada, composta de número elevado de cidades intermediárias"* (SOARES, 1987 :22; BERNARDES, 1964 :61 e ss. e COELHO, 1987 :44).

As razões da estagnação ou decadência das cidades cafeeiras fluminenses não se reduzem ao esgotamento dos solos da província e abolição da escravidão, entre elas temos três fatores. Primeiro, nenhuma outra atividade produtiva de porte desenvolveu-se nestas localidades, paralelamente ou após a decadência da cafeicultura. Segundo, o excedente econômico do café não foi aplicado nas cidades que originou, mas investido

¹ Pomba, São João Nepomuceno, Conceição do Rio Novo e outras, surgidos como pequenos e ricos aglomerados antes da metade do século, foram reconhecidas como vilas. Ubá, Leopoldina, Cataguases, Além Paraíba, próximas entre si, constituem-se em centros locais. BERNARDES, 1964 :62.

para sustentar a cafeicultura, o fausto dos fazendeiros¹ e as casas comissárias da capital². Somam-se a estes fatores as dificuldades de comunicação e escoamento da produção; muitas cidades serranas conectavam-se ao Rio de Janeiro por íngremes picadas na serra e pequenos portos litorâneos, o que dificultava a possibilidade de diversificarem sua produção para assumir o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro - feito pela zona da Mata Mineira desde o século XVIII através do caminho aberto por Garcia Rodrigues. Isto se mantém até hoje, só que agora boa parte do abastecimento provém de São Paulo.

Apesar da riqueza do café, as cidades permaneciam e permanecem improdutivas, sua carência de serviços urbanos é secular (DUARTE, 1979 :94) e, ainda hoje, muitas são inexpressivas e dependem totalmente de subsídios externos. O município de Santo Antônio de Pádua é um exemplo ilustrativo, onde o esgotamento dos solos e a abolição da escravatura conjugados às crescentes dificuldades de comunicação contribuíram para o declínio de sua economia (CIDE, 1988k :12).

O ciclo do café fluminense contribuiu mais para consolidar a hegemonia e o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro e para fortalecer sua burguesia mercantil e financeira (DUARTE, 1979 :93-94), do que para desenvolver as áreas onde se instalou. O afluxo de mão de obra escrava, a infra-estrutura de transporte, o desenvolvimento do setor financeiro dependeram diretamente da produção e comercialização de café. A abolição do tráfico liberou capitais para serem reinvestidos nos setores secundário e terciário. A partir de meados do século o mercado de capitais desenvolveu-se e os excedentes gerados pelo café foram investidos em ferrovias, iluminação a gás, seguros, transportes urbanos e telégrafos, etc... na cidade do Rio de Janeiro.

No estado do Rio de Janeiro o modelo agro-exportador contribuiu para modelar seu espaço, mormente no século XIX durante a ocupação do Vale do Médio Paraíba e do trecho serrano. O café constituiu-se na atividade agrícola mais relevante no território fluminense, responsável pelo crescimento econômico e multiplicação de cidades e vilas na Província do Rio de Janeiro no século XIX, após seu fim poucos povoados e

¹ Era na cidade do Rio de Janeiro onde os fazendeiros abastados vinham construir suas mansões, muitos para elas se transferindo, tão logo começaram a se manifestar os primeiros sinais de decadência do cultivo do café, ABREU, 1988 e SZMERECZANYI, 1994.

² "Era...ao seu comissário de café que o fazendeiro fazia as encomendas d(o) que precisava para a sua exploração agrícola ou a construção e decoração de sua sede. Era...aos seus cuidados que o fazendeiro abastado, o médico ou o juiz das pequenas cidades cafeeiras, enviavam à corte um de se seus filhos varões, para aqui fazerem seus estudos ou se dedicarem a outra atividade". BERNARDES, 1964 :62.

aglomerações surgiram. Entre eles o único preeminente hoje é Volta Redonda, única cidade fundada exclusivamente por iniciativa estatal no século XX.

Petrópolis e Nova Friburgo, na região serrana, diretamente ligadas ao Rio de Janeiro desde suas origens no século XIX, desenvolveram-se à margem do café como núcleos de veraneio e cura, sede de educandários e pequenas indústrias. Mais tarde Nova Friburgo adquiriu uma preeminência regional (com uma forte ligação com a indústria de vestuário íntimo) e Petrópolis permaneceu em posição satélite (BERNARDES, 1964 :64).

Após a decadência do café e da urbanização o médio Paraíba fluminense tornou-se área de pecuária leiteira com terras subutilizadas, tomadas pelo capim colônio, tal situação se mantém inalterada, apesar de recentes tentativas em contrário em Resende, Itatiaia¹ e Nova Friburgo. *“Na Baixada Fluminense a agricultura foi abandonada, desapareceram a limpeza de rios e canais e reapareceram os brejos e o impaludismo, focos de febre amarela e outras endemias. A Baixada tendo no saneamento um grande desafio, só se recuperou nas primeiras décadas do século XX, com a laranja”* (BERNARDES, 1983 :30).

No norte fluminense, prosseguiu a atividade açucareira, após um breve surto de café em áreas localizadas, como em Macaé, nas freguesias de Neves e Macabu (hoje Conceição de Macabu) (CIDE, 1989d :14). A recuperação relativamente rápida da agroindústria nesta área talvez deva-se a *“uma das particularidades da situação fundiária na planície campista era a existência, ao lado de grandes latifúndios, de um grande número de propriedades menores”* (CIDE, 1990f :12).

O café ainda se manteve em Cantagalo, e expandiu-se após 1910 para o norte do estado, onde, na década de 20, teve um modesto surto. A partir de 1930 entrou em declínio e deixou de ter expressão econômica no estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, a cafeicultura foi praticamente eliminada do Estado pela erradicação de cafezais improdutivos pelo IBC, na década de 70. Recuperando-se recentemente no município de Natividade no Noroeste fluminense.

No século XX o interior do estado do Rio de Janeiro, sem expressão e vida representativa, subordinava-se ao Distrito Federal. A pecuária leiteira semi-extensiva acentuou o despovoamento do meio rural, que por não haver se modernizado diminuiu sua participação financeira no setor primário estadual. Enquanto em São Paulo a agricultura se diversificou mais pela expansão do mercado urbano do que pelas crises

¹ Município recentemente criado a partir de um desmembramento de Resende, e que se desenvolve desde então com vocação turística e leiteira, além de contar com algumas indústrias de grande porte.

do café (CANO, 1975); no estado do Rio de Janeiro a estagnação e decadência das cidades após o fim do ciclo do café, pelas razões apontadas acima não estimularam a diversificação da agricultura (DUARTE, 1979 :95).

4.4 o Estado do Rio de Janeiro no fim do século XIX

Ao fim do século XIX, após haver perdido a hegemonia cafeeira para São Paulo, o território do estado do Rio de Janeiro apresentava as pré-condições que o levariam a perder a hegemonia industrial e econômica, como veremos no próximo capítulo, pois inexistiam uma rede urbana articulada com a capital, um cordão de abastecimento no entorno da metrópole e uma articulação produtiva entre a metrópole e seu hinterland imediato.

Tais carências seriam resultantes de diversas conjunturas e momentos específicos do processo de ocupação e estruturação do território fluminense, conforme foi abordado no decorrer do presente capítulo, sendo que

1. a inexistência de uma rede urbana estaria relacionada ao povoamento do interior haver sido tardio e não extensivo, devido ao status de Cidade Real da cidade do Rio de Janeiro e à interdição de criação de povoados e vilas nos territórios destas cidades reais, que prevaleceu até o fim do século XVII, dado o desinteresse da Coroa Portuguesa em dispêndios na Colônia. Por ocasião da autorização real, no século XVII, São Paulo já possuía maior número de povoações do que o Rio de Janeiro.

Além disso o território fluminense não contava com rios que corressem para o interior como no planalto paulista, que facilitaram a penetração bandeirante e a expansão das fronteiras da colônia, principalmente durante o período em que o Brasil pertenceu a Espanha (SILVA, 1990 :4).

Enquanto São Paulo cresceu de simples vila missionária e ponto de partida de Entradas e Bandeiras destinadas a desbravar e conquistar o território à oeste, dada a necessidade de integração interurbana e inter-regional - facilitadas pelos rios que penetravam no sertão em direção a Oeste; o atual município do Rio de Janeiro e seu estado, ambos integrantes de uma mesma unidade político-administrativa¹, a não ser pela área de Campos e São João da Barra: enquanto município da Corte, até 1833 não careceu do mesmo teor de preocupações.

¹ Até a Constituição promulgada em 1824 o Município da Corte permaneceu compreendido territorialmente na província do mesmo nome. BRASILEIRO, 1979 :11 e 37.

O povoamento do território fluminense só se iniciou efetivamente com a cafeicultura, que apesar de haver sido de curto fôlego, foi a responsável pelo surgimento de inúmeras cidades, vilas e povoados durante o século XIX, dadas as necessidades deste cultivo requerer condições técnicas ligadas às cidades. Até o século XIX a Coroa Portuguesa foi responsável pela fundação em território fluminense de três cidades (Rio de Janeiro, Cabo Frio e Angra dos Reis), de uma vila (Cachoeiras de Macacu) e um aldeamento jesuíta (São Pedro D'Aldeia). A cana-de-açúcar e o ouro, como vimos, não chegaram a se configurar como propulsores da urbanização. Os poucos povoados e vilas surgidos em função destes dois ciclos econômicos não passavam de meros entrepostos de transbordo ou de troca de mulas até o início da cafeicultura. A fundação de diversos municípios no desfecho do século, sem base econômica de sustentação, deveu-se mais ao atendimento de interesses clientelistas dos coronéis do que às possibilidades de um desenvolvimento econômico.

2. a inexistência de um cordão de abastecimento no entorno próximo deve-se à estrutura produtiva da agricultura ter sido direcionada para a exportação e cultivo de subsistência somada à doença dos cafezais no fim do século XIX, à não substituição da cafeicultura por outra atividade expressiva e à resistência em substituir os escravos por assalariados.

A abolição da escravatura descapitalizou a agricultura fluminense. Se a extinção do tráfico propiciou uma maior concentração fundiária e um maior fluxo de crédito para as *plantations*, com as medidas abolicionistas, adotadas paulatinamente, o valor dos escravos caiu, o que obrigou os fazendeiros a substituí-los junto aos bancos pela hipotecas das terras. Ao fim do século XIX boa parte das terras encontravam-se nas mãos dos bancos, em razão do encilhamento, crise das exportações de café e dificuldades dos fazendeiros fluminenses em obter crédito.

Devido à forma com que se processou o povoamento inexistia uma rede de comunicações entre as vilas e povoações do interior, que viabilizasse seu desenvolvimento à margem dos ciclos do açúcar, mineração e café.

3. A inexistência de uma articulação física entre a cidade do Rio de Janeiro e seu hinterland próximo (antigo estado do Rio de Janeiro), à exceção da área da Baixada Fluminense, está relacionada à sua função de sede do poder colonial e do império. Privilegiaram-se, assim, suas interações com o hinterland maior (o território nacional) e intermediário (regional). Em consequência, a implantação das ferrovias em direção a Minas, São Paulo e Espírito Santo atendeu principalmente às necessidades de

abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de escoamento da produção destes estados através de seu Porto, sem chegar a afetar seu hinterland próximo (a Província do Rio de Janeiro).

A riqueza gerada pelo café no interior do estado afluiu para a cidade do Rio de Janeiro e contribuiu para seu crescimento posterior em detrimento do desenvolvimento das cidades fluminenses que floresceram e definharam (DUARTE, 1979 e DAVIDOVICH, 1986) em consonância com a marcha cafeeira (DUARTE, 1979 e DAVIDOVICH, 1986). A disjunção efetiva entre a cidade do Rio de Janeiro e o território do antigo estado do Rio de Janeiro, com a criação do Distrito Federal em 1889, se deu quando este território deixou de se mostrar produtivo.

Até 1835 o território do atual estado e a cidade do Rio de Janeiro integravam o Município da Corte. Em 1835 criaram-se duas áreas administrativas, com interesses distintos, que gradativamente se desarticularam em termos de espaços produtivos e vias de comunicação, com a desativação de ferrovias e decadência de portos no antigo estado do Rio de Janeiro.

A separação criou um forte sentimento de regionalismo entre estas duas unidades e uma idéia, de ambas as partes, da produtividade do território de cada uma delas ser absorvida parasitariamente pela outra, o que contribui até hoje para o desejo de reverter a fusão, porém ambas as partes se esquecem que São Paulo se desenvolveu justamente devido a integração da capital estadual com o interior do próprio estado. Enquanto o Rio de Janeiro nunca dependeu do interior fluminense para o abastecimento de gêneros alimentícios mas sim do abastecimento oriundo de outras partes do território nacional.

Como veremos no próximo capítulo a conjugação destes fatores forneceram simultaneamente as bases para a industrialização da cidade do Rio de Janeiro e para a perda de sua hegemonia industrial e econômica.

5. ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

No atual capítulo prosseguimos com o esforço de situar as recentes transformações no interior do estado do Rio de Janeiro dentro do seu contexto histórico mais amplo. O objetivo é agora tratar da etapa que tem por base a industrialização e urbanização em padrões usualmente caracterizados como tardios.

Vimos no capítulo anterior a ocupação urbana e o povoamento no território fluminense chegar a uma certa consolidação. Esta fase esteve relacionada aos ciclos econômicos e às várias fases do povoamento da região, no litoral, planalto mineiro, e encosta florestal. À exceção de Belo Horizonte, planejada e criada no início do século XX (SANTOS, 1988), poucas cidades novas vieram sobrepor sua influência à de centros preexistentes. A não ser pela criação de Volta Redonda na década de 50 não surgiu nenhuma povoação no estado desde então.

A partir de agora observamos a história sob prisma diferente: dirigimos nossa atenção às transformações econômicas e político-institucionais que imprimem suas características ao território estadual no século XX. O período de 1888 a 1933 marcou o surgimento e consolidação do capital industrial (OLIVEIRA, 1975). Cabia, então, à agricultura um importante papel no setor interno mediante o fornecimento de alimentos a baixos custos para suprir as necessidades de uma força de trabalho de dimensões significativas, e no setor externo ao suprir as necessidades de formação e ampliação do capital constante, e no subsídio a importação de bens de capital e intermediários.

5.1 industrialização e urbanização no início do século XX

Após 1889, ocorreram diversas transformações que alteraram o quadro econômico vigente até então. A constituição do sistema de crédito e a reforma bancária de 1889, com a formação de Bancos e Sociedades Anônimas com a participação de *“fazendeiros, comerciantes, importadores e especuladores em geral”*, para onde se direcionou parte do excedente econômico cafeeiro fluminense, contribuiu para a transição da manufatura para a indústria no Rio de Janeiro (LOBO, 1978 :463 e EGLER, 1979 :102).

5.1.1 primórdios do desenvolvimento industrial

Entre 1889 e 1907, enquanto a frente cafeeira se expandia em São Paulo (EGLER, 1979 :103 e 105), a cidade do Rio de Janeiro registrou um surto industrial com a

ampliação “da capacidade instalada que envolveu as cidades vizinhas de Petrópolis e Nova Friburgo” (SZMRECSANYI, 1994 :210). Entre os fatores que contribuíram para este surto, temos **primeiro**, a ampliação do contingente de força de trabalho livre graças a abolição da escravatura, apesar de muitos ex-escravos haverem permanecido no interior do estado. **Segundo**, a melhoria das condições de circulação e realização das mercadorias devido a transformação dos meios de transporte desde 1870. **Terceiro** a criação de mecanismos de crédito, câmbio e proteção tarifária. A conjugação destes fatores criou em fins do século XIX condições favoráveis à expansão das indústrias de bens de consumo, fiações, tecelagens, fábricas de couro e chapéus (EGLER, 1979 :103-104 e LOBO, 1978), sendo que a maioria das fábricas presentes no censo industrial de 1907 foram fundadas após 1887.

Muitas fábricas operavam com máquinas e equipamentos elétricos importados em moldes similares aos dos países já industrializados, como a fábrica Bangu. Porém, até 1906, ano de fundação da Light, inexistia um fornecimento de energia externo, o que obrigava as fábricas a trabalharem com geradores próprios. E, em 1907 fontes próprias de energia ainda eram responsáveis por 95 % do consumo das fábricas. Apesar da limitação energética a indústria se expandiu em outros setores além do têxtil, com a fundação de alguns moinhos (EGLER, 1979 :106).

Na passagem do século a cidade e o estado do Rio de Janeiro atingiram a fase fabril no setor de bens de consumo (têxtil e alimentar). Em 1907 ambos detinham 38,3% da produção têxtil nacional e 37,6% da produção industrial em geral. O estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal respondiam por 12,0 % da produção têxtil e 21,5 % da produção industrial em geral¹.

Diversos elementos contribuíram para a perda de competitividade do Rio de Janeiro para São Paulo, em plena fase de crescimento industrial e de transição para a divisão do trabalho fabril. Entre eles, conforme Egler temos o direcionamento da maior parte da produção para o consumo local, aliado à falta de condições do Rio de Janeiro garantir um fluxo constante de matérias primas compatível com a expansão industrial. Quase

¹ “Em 1907 a cidade do Rio de Janeiro contava com 22 estabelecimentos têxteis e o antigo estado do Rio de Janeiro 25, concentrando respectivamente 20 e 40,7% do valor da produção”. - dados do CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL - O Brasil e suas Riquezas naturais e suas Indústrias - Vol. III, Rio de Janeiro, Morosco, 1909, apud Egler, 1979 :109.

toda matéria prima e gêneros alimentícios eram importados¹, por inexistir uma agricultura mercantil, um cinturão de abastecimento local, dada a decadência rural. Isto encarecia os preços das matérias primas industriais e dos gêneros de primeira necessidade devido aos custos de transporte, e contribuía respectivamente para elevar os custos da produção industrial e os salários².

Nas primeiras fases do desenvolvimento industrial a indústria dependia do campo para o fornecimento de matérias primas, alimentos e força de trabalho. Mas a expansão cafeeira em direção ao oeste paulista retirou da órbita de influência da cidade do Rio de Janeiro o excedente econômico do café, que propiciou o surgimento e consolidação industrial em São Paulo (CANO, 1977 e SILVA, 1986) - onde as necessidades industriais foram acompanhadas por uma expansão da agricultura.

A participação do Distrito Federal no valor bruto da produção industrial entre 1907 e 1919, conforme os censos industriais, aponta para um direcionamento da indústria carioca para seu próprio mercado urbano. A participação do setor têxtil no valor bruto da produção industrial se manteve inalterado (20,6%), porém diminuiu a participação dos setores de Madeiras, Metalurgia, Cerâmica e Produtos Químicos³ (de 24,5% para 16,3%); enquanto a participação do setor alimentar passou de 26,7% para 37,9%, acompanhada por um aumento no setor de vestuário, couro e peles. Neste mesmo período a indústria têxtil paulista respondia por 45,9% das exportações de São Paulo. A diversificação industrial carioca em 1919, apesar de maior do que em São Paulo (CANO, 1977 :109), concernia à produção em pequena escala de bens suntuários restritos ao consumo das classes abastadas da cidade do Rio de Janeiro (EGLER, 1979 :109-110).

Durante os anos 20 apesar da instalação no Rio de Janeiro da “*Chimica Bayer*” (corantes) e da “*General Eletric*” (lâmpadas) a indústria têxtil entrou em crise. Esta crise atingiu também os setores de vestuário e calçado, em virtude da competição dos similares importados e do alto custo das matérias primas, e foi acirrada pela Depressão

¹ “A dependência da indústria carioca dos fornecedores de matéria-prima e alimentos pode ser observada nitidamente logo após a eclosão da Primeira Guerra, quando o Centro Industrial do Brasil, que representava o interesse da indústria do Rio de Janeiro, principalmente a têxtil solicita linhas especiais de crédito para fazer frente às exigências dos fornecedores de algodão, que passaram a cobrar pagamento à vista antes do embarque do produto. Por outro lado, a indústria paulista apresenta, no período entre 1909 e 1913, forte expansão da capacidade produtiva, e, considerando o crescimento da produção de tecidos de algodão, a indústria paulista cresceu 325% entre 1907 e 1919”. EGLER, 1979.

² “desde o início, a indústria no Rio de Janeiro foi obrigada a pagar salários mais elevados do que o restante do país, isto porque os custos dos gêneros de primeira necessidade sempre foram elevados, em virtude do pequeno desenvolvimento da agricultura mercantil.” EGLER, 1979 :111.

³ diminuíram respectivamente de 6,3%; 6,6%; 2,2% e 9,4% em 1907 para 3,0%; 5,3%; 1,4%; e 6,6% em 1919. Vide LOBO :606-608 apud EGLER, 1979 :114.

de 1929 e perdurou até 1933 quando o parque industrial paulista já havia se expandido (EGLER, 1979 :118).

De certa forma estas considerações vão ao encontro da hipótese de Szmrecsanyi e explicariam o desinteresse do capital em se manter na atividade industrial e manufatureira voltando-se *“para outras provavelmente tanto ou mais lucrativas, mas de alto caráter especulativo e baixo caráter multiplicativo, tais como as transações imobiliárias e a construção urbana, além da intermediação comercial e financeira”* (SZMRECSANYI, 1994 :207).

5.1.2 novo caráter da urbanização

É claro, como mostra também a análise do último capítulo, que a urbanização no Brasil não foi deflagrada com o advento da industrialização, porém contribuiu para redefinir o urbano qualitativamente, conforme propõe Oliveira: *“A urbanização durante o período colonial precedeu a nova urbanização, que se redefine ao se tornar a cidade sede do aparelho produtivo da indústria, pois no Brasil a indústria nasce e tem de ser urbana. Ao urbano sede do aparato estatal e do capital comercial agrega-se um novo aparato produtivo, a indústria”* (OLIVEIRA, 1982).

O setor industrial comandou as modificações na divisão social e territorial do trabalho para adequar o espaço preexistente às suas necessidades, e com isso redefiniu o caráter da urbanização e das relações entre a cidade burocrático-comercial e o campo agro-exportador.

Deve-se ao novo caráter desta urbanização o desenvolvimento econômico nas cidades e a exponenciação do crescimento demográfico, que geraram taxas de urbanização acima do crescimento da força de trabalho empregada em atividades industriais¹; e não apenas aos afluxos migratórios relacionados com a industrialização, com a massa de capital e o processo de acumulação sediado nas cidades, hipótese óbvia, já comprovada a exaustão.

A industrialização brasileira teve de ser urbana porque inexistia aqui uma rede urbana e uma divisão social e territorial do trabalho diversificada pretérita que a ligasse ao campo

¹ Tal situação levou ao surgimento de diversas teorizações sobre o inchaço destas cidades, sobre a terciarização, sobre a marginalidade social enquanto fator social cultural (CEPAL-DESAL), etc... LIMONAD, 1984.

como na Europa do século XVIII e XIX (CLAVAL, 1979; OLIVEIRA, 1982), dado o caráter auto-suficiente da produção agrícola e seu direcionamento para a exportação.

A industrialização inicial, todavia, não encontrou nas cidades brasileiras uma divisão social do trabalho que permitisse unidades de produção de pequeno porte. As primeiras indústrias tiveram de ser autárquicas (LEEDS & LEEDS, 1978) e de garantir as condições de reprodução de uma parcela da força de trabalho, através da construção de vilas operárias, de modo a assegurar uma força de trabalho cativa. O que implicava em uma baixa composição orgânica do capital e um alto nível de investimento. Tal situação era incompatível com as necessidades da acumulação industrial e a partir de 1930¹ a industrialização teve de ser, no caso do Brasil, inteiramente urbana com taxas de urbanização além das necessidades de preenchimento dos postos de trabalho.

A intervenção do Estado foi fundamental na redefinição do padrão de acumulação e industrialização, pela incapacidade da burguesia nacional em dar conta das novas necessidades antepostas a aceleração do processo de acumulação. O poder de coerção extra-econômico do Estado contribuiu para mudar o padrão de acumulação ao transpor os excedentes de uns grupos sociais a outros; ao penalizar a produção agro-exportadora; ao retirar das oligarquias o controle do comércio interno e externo e ao tirar dos estados a autonomia de legislar sobre aspectos econômicos. O aparato estatal foi, assim, direcionado para potenciar a acumulação industrial e afirmar a capacidade da burguesia nacional emergente de ter um mercado nacional unificado para viabilizar a circulação de mercadorias, capital e trabalho e o processo de acumulação.

A regulamentação das relações capital-trabalho pelo Estado propiciou o surgimento de um novo urbano e criou um novo mercado de força de trabalho, antes cativa. O patamar técnico industrial, implantado pós-30, de importação de bens de capital necessários à reprodução ampliada de capital era incompatível com mercados de trabalhos cativos e exigia uma maior mobilidade da força de trabalho em escala ampliada (OLIVEIRA, 1982). O surgimento de novas relações de produção através da articulação do novo processo de acumulação pelo Estado reforçou a interação entre a indústria e o urbano e exponenciou as taxas de urbanização.

¹ A implantação industrial requeria, então, uma complexa divisão social do trabalho e elevados grau de capitalização e para se tornar rentável / viável necessitava de taxas de elevadas de acumulação. Todavia, em contrapartida, a baixa produtividade do trabalho do ponto de vista do conjunto da indústria e a complexa divisão internacional do trabalho tornavam a acumulação lenta. OLIVEIRA, 1982.

5.2 mudança do eixo de acumulação (1920/40)

Desde o início do século XX a atividade fabril processava-se de forma autônoma. Por não se enquadrar ao padrão da economia agrícola dominante, não era alvo de políticas federais, nem municipais. A crise de 29 e a revolução de 30, que conduziram Getúlio Vargas ao poder, contribuíram para transformar o padrão de acumulação vigente e criaram as bases para desenvolver-se uma estrutura produtiva urbano-industrial de substituição das importações e para alterar a postura do poder público em relação à indústria.

5.2.1 a dinâmica da industrialização

Com relação à transferência do Distrito Federal, a Constituição de 1934, gestada após a Revolução de 30 reproduziu a norma anterior¹, nada foi feito, e a própria Constituição praticamente deixou de existir com a implantação do Estado Novo em 1937.

Apesar das alterações na base produtiva e da crise das exportações, em 1930, a cidade do Rio de Janeiro acumulava durante a fase agro-exportadora fatores locais suficientes, derivados de seu caráter político-institucional, para não perder sua hegemonia no espaço fluminense, o que possibilitou o desenvolvimento de economias de aglomeração (SOARES, 1987 :22-23). Até então, as indústrias, à exceção das têxteis, buscavam aproveitar as economias de aglomeração para maximizar os seus lucros, para isso buscavam situar-se em áreas urbanizadas e centrais, onde havia disponibilidade de mão-de-obra barata, transportes e outras facilidades para a comercialização e circulação de seus produtos.

Em virtude da crise de 29 e, mais tarde, da 2ª Guerra Mundial a composição setorial da economia, a localização intraurbana e a relação do setor industrial com o Estado começaram a se alterar. Estes eventos criaram condições para a expansão de setores industriais incipientes ou inexplorados ao obrigarem os países centrais a diminuir a exportação de bens de consumo e de equipamentos (OLIVEIRA, 1975). Em uma economia agro-exportadora como a brasileira até 1930, a crise de 29 repercutiu com intensidade no campo. A maioria dos trabalhadores liberados da produção agrícola

¹ O art. 4. das Disposições Transitórias dispõe que "*Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão, que sob instruções do Governo, procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado*". BRASILEIRO, 1979 :40-41.

rumou para o Distrito Federal e para São Paulo, em busca dos empregos gerados pela indústria, pela expansão do comércio e dos serviços (ABREU, 1988 :96).

Este período, pós-30, marca tanto o início da mudança na feição geral da distribuição da população e nas atividades econômicas preponderantes, quanto no processo social e político. O governo passou a favorecer os interesses fabris, aumentaram os investimentos públicos nas áreas industriais, os subsídios aos serviços públicos e foi criada uma legislação trabalhista para as áreas urbanas (CLT). O estímulo à manufatura, então, contribuiu para a ocupação intensiva dos subúrbios e adjacências da cidade do Rio de Janeiro, dada a inadequação das instalações anteriores (ABREU, 1988 :96). E, concomitantemente, as áreas urbanas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo se densificaram. O crescimento da cidade do Rio de Janeiro, restrito por sua geomorfologia, conjugado à estratificação sócio-espacial e deslocamento das indústrias para os subúrbios teve por consequência direta a expansão da mancha urbana¹ além dos limites do Distrito Federal com o incremento da distância entre local de trabalho e residência, mormente para os trabalhadores e classes de menor poder aquisitivo que buscaram novos lugares para se localizar, principalmente na Baixada Fluminense.

5.2.2 a situação da agricultura

No início do século XX, completou-se a transferência do café para o estado de São Paulo, conforme vimos no capítulo anterior. A inviabilidade da substituição da lavoura de café por outra de igual porte e relevância no quadro exportador, exceto pelo breve ciclo da citricultura na Baixada Fluminense entre 1920 e 1940 conjugada à concentração industrial na cidade do Rio de Janeiro e não modernização da agropecuária fluminense, intensificaram não só as disparidades na rede urbana fluminense, mas entre o setor urbano e rural. E, em consequência, a economia fluminense tendeu a estagnar.

No primeiro quartel do século XX a agricultura fluminense desenvolveu-se de maneira isolada e descontínua. A produção de alimentos para o mercado interno e matérias primas para a indústria de produtos alimentícios e bebidas sustentou a economia das pequenas cidades que definhavam¹. A laranja nas baixadas litorâneas e o café, por um curto período, no Norte Fluminense (Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana) (SOARES, 1987 :22 e DUARTE, 1979 :96). Nas áreas próximas à cidade do Rio de Janeiro a

¹ Por mancha urbana entendemos aqui as áreas contínuas e descontínuas ocupadas para habitação, serviços, indústria etc... que se caracterizam por apresentar funções eminentemente urbanas, desvinculadas do setor primário de produção (agricultura e atividades extrativas).

agricultura estava direcionada para o mercado carioca. Na Baixada Fluminense "os gêneros alimentícios eram cultivados nos trechos pouco explorados anteriormente" (GEIGER e MESQUITA, 1956 :34).

Raras cidades fluminenses, surgidas como intermediárias comerciais, sofreram alterações em sua estrutura sócio-produtiva, caracterizada pela produção de bens de consumo simples por empresas de pequeno porte, de capital e tecnologia reduzida, voltadas para o beneficiamento de produtos agropecuários. Sequer atraíam migrantes, provenientes da desarticulação da produção agrária. Em muitos casos esta tendência se mantém, com um esvaziamento demográfico e econômico destes centros, exacerbado pela falta de condições para escoar a produção, dada a não modernização e renovação das estradas secundárias e vicinais.

De maior peso econômico e com repercussões no crescimento de algumas cidades a fruticultura em geral, e a laranja em particular, prolongaram no território fluminense o modelo primário exportador. O desenvolvimento da cultura da laranja, banana e abacaxi está relacionado ao aumento das exportações após a 1ª Guerra Mundial. Com as restrições às exportações após a crise mundial de 1929 estas culturas logo definharam e quase terminaram com a 2ª Guerra Mundial². Algumas cidades desenvolveram-se como Nova Iguaçu e São Gonçalo. Outras permaneceram estagnadas como Itaboraí ou decadentes como Barra de São João (GEIGER e MESQUITA, 1956 :34). A lavoura canaveira, base da economia norte fluminense, que tinha por meta atender o consumo crescente da cidade do Rio de Janeiro, não participou, então, das exportações (DUARTE, 1979 :96-97).

Apenas a partir de 1925, o entorno próximo da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense, pertencente ao estado do Rio de Janeiro, integrante hoje da região metropolitana do Rio de Janeiro, se urbanizou em função da decadência da fruticultura, do avanço da industrialização e da ocupação dos subúrbios cariocas.

¹ Em 1913, "começa a desenvolver-se a cultura da laranja em Itaboraí, a farinha de mandioca e o milho figuravam entre os principais produtos do município. Em 1925, Cachoeiras de Macacu exportava milho, feijão e farinha". GEIGER e MESQUITA, 1956 :34.

² o governo desferiu "o golpe de misericórdia para os que conseguiram conservar seus laranjais durante a crise" ao proibir, após o fim da guerra, a exportação de laranjas, pois a produção sequer atendia o mercado interno. SOARES, 1962 :214.

5.3 a ocupação da Baixada Fluminense

5.3.1 a ocupação urbana

A citricultura, desde o início do século XX, desenvolvida na Baixada Fluminense em fazendas quase abandonadas de cana e café, preparou o terreno para sua ocupação urbana a partir da década de 30. A existência de um contingente de mão de obra, as condições climáticas e topográficas associadas à demanda do mercado interno e externo¹ propiciaram tornar-se a Baixada Fluminense, entre 1920 e 1940, a área de maior produção cítrica do país; principalmente Nova Iguaçu, município de passagem na ligação terrestre entre o Rio de Janeiro e o território nacional, criado em 1833 a partir do antigo embarcadouro de Estrela, composto até 1940 pelos atuais municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias, S. João de Meriti, Belford Roxo, Queimados e Japeri. O outro município limítrofe ao Rio de Janeiro, Itaguaí, encontrava-se em uma área pouco servida de estradas, até meados da década de 70, época da abertura da estrada Rio-Santos (BR-101) quando veio a se desenvolver.

A produção citrícola entre 1920 e 1940 na Baixada Fluminense contribuiu para:

- o município de Nova Iguaçu tornar-se um dos esteios da economia fluminense²;
- um incremento da população rural que em Nova Iguaçu passou de 33.396 para 105.809 habitantes;
- o retalhamento das fazendas de cana de açúcar em chácaras com laranjais já plantados, financiado pelo capital agro-exportador; e para a instalação de barracões de beneficiamento da produção destinada à exportação (BERNARDES, 1983 :31-32). Em decorrência as propriedades de até 40 ha passaram de 213 para 1.451, enquanto as com mais de 200 ha diminuíram de 38 para 18 (SOARES, 1960 :68 e BERNARDES, 1983 :62);
- obstacularizar até 1940 a ocupação residencial dado o valor da produção.

Mas *"a baixada era preciosa demais para que se lhe confiasse o puro e simples papel de zona rural. A metrópole necessitava dessa área para instalar sua população em rápido crescimento e para localizar as suas indústrias"* (SOARES, 1962 :170).

¹ a demanda do mercado externo, dada a obtenção da isenção recíproca de direitos aduaneiros na exportação de frutas entre Brasil e Argentina, e do mercado interno - dada à proximidade da cidade do Rio de Janeiro e das possibilidades de consumo do refugo. BERNARDES, 1983 :30-32.

² Em 1939, Nova Iguaçu, destacou-se como *"um dos maiores produtores citrícolas do país, responsável pela exportação de 1.320.540 caixas de laranja para a Europa e Rio da Prata"*. SOARES, 1962 :213.

A modernização impulsionada pelo Estado Novo, em resposta às reivindicações sociais e políticas do operariado urbano, contribuiu para melhorar os salários, elevar o patamar de reivindicações, ampliar o mercado consumidor e multiplicar as oportunidades de trabalho. Na década de 30 a cidade do Rio de Janeiro mantinha, como sede do Governo Federal, a característica de centro político e financeiro do país e beneficiava-se da arrecadação de rendas federais pela União e dos tributos de natureza estadual e municipal gerados no território do Distrito Federal. Sua importância como centro de serviços e o dinamismo de seu parque industrial refletiam-se em sua renda per capita, na existência e qualidade dos serviços públicos. O Distrito Federal tornou-se, então, chamariz para migrações rurais e urbanas do interior fluminense e de outras regiões do país, com destaque entre os pontos de origem migratória o Nordeste Brasileiro¹.

Estes fatores contribuíram para a expansão demográfica da cidade do Rio de Janeiro e para a multiplicação dos problemas urbanos, com um aumento significativo da demanda por infra-estrutura, principalmente de saúde, educação e habitação. Ao fim da década de 40 a cidade do Rio de Janeiro contava com 2.300.000 habitantes (CIDE, 1991; BRASILEIRO, 1979 e ABREU, 1988 :96).

Os dados existentes, a despeito de sua imprecisão, indicam haverem sido os subúrbios mais distantes na zona Norte, e os municípios da Baixada Fluminense que receberam a maior parte do fluxo migratório (ABREU, 1988 :107). As favelas, então, não chegaram a alcançar a relevância dos subúrbios, pois apenas 12,3% (PARISSE, 1969 :105) dos migrantes chegados ao Distrito Federal nos anos 40 buscaram-nas para fixar residência.

5.3.2 a substituição dos laranjais pelos loteamentos

Ao fim dos anos 30, em razão da industrialização e de outros fatores os subúrbios cariocas estavam ocupados ou mantidos como reserva de valor. À crescente população de baixo poder aquisitivo, dada a necessidade de trabalhadores para a indústria e serviços (ABREU, 1988 :94), só restava a opção de radicar-se além das fronteiras do Distrito Federal.

¹ Desde a década de 30 o Rio de Janeiro e São Paulo, constituíram-se nos principais destinos migratórios, com um acentuado incremento nos períodos posteriores. O pique da migração pode ser associado ao crescimento do setor industrial e de serviços no eixo RJ/SP e ao incremento das atividades no terciário. A redução do índice de migração na década de 60 não representou, em absoluto, um declínio no volume das migrações. Conforme dados do IBGE in BERNARDES, 1983 :40.

A partir da década de 30 a ocupação urbana da Baixada foi facilitada pela estrutura fundiária dos laranjais com predomínio das pequenas propriedades¹ e pela oferta de terras baratas liberadas da citricultura, devido à doença dos laranjais (mosca do Mediterrâneo), da crise de 1929 e da proibição de exportações por ocasião da 2ª Guerra. Somam-se a estes fatores a ação do Estado (BERNARDES, 1983 :33 e ABREU, 1988 :107-109) através de:

- 1) obras de saneamento realizadas nos anos 30 pelo DNOS através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense, que visava criar um cinturão agrícola no Distrito Federal para tornar seu abastecimento independente de transportes longos e dispendiosos, e evitar os problemas ocorridos durante a Iª Guerra Mundial;
- 2) eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) a partir de 1935;
- 3) instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio (que beneficiou sobretudo os subúrbios afastados e os municípios da Baixada); e
- 4) abertura da Av. Brasil, em 1946.

O primeiro destes fatores viabilizou a ocupação urbana da Baixada e os outros contribuíram para aumentar a acessibilidade de seus municípios e aproximá-los em termos de tempo da cidade do Rio de Janeiro. Sua concatenação resultou na substituição dos laranjais por loteamentos de casas autoconstruídas, carentes de infraestrutura, muitos sem atender os requisitos legais.

Os dados a seguir (Vide Tabela e Gráfico 5.3.2 a), apesar de se referirem apenas aos lotes aprovados pelas prefeituras indicam, parcialmente, o crescimento na ocupação urbana entre 1930 e 1950 nos municípios da Baixada, exceto por Nilópolis, quase todo loteado antes de 1930, quando pertencia a Nova Iguaçu. São João de Meriti, apesar de apresentar um decréscimo na quantidade de lotes aprovados nos anos 30, em relação ao período anterior, passou por novo surto imobiliário nos anos 40, devido ao saneamento de parte do seu território e da eletrificação da EFCB. Duque de Caxias, beneficiado pela abertura da rodovia Rio-Petrópolis em 1928, apresentou um intenso parcelamento do solo nos anos subseqüentes, mormente após se desmembrar de Nova Iguaçu, na década de 40, quando grande parte de sua área foi saneada pelo DNOS (ABREU, 1988 :109-111).

¹ "A área urbana ampliou-se de duas formas: pelo desmembramento progressivo das chácaras que rodeavam o antigo núcleo de laranjais e pelo loteamento de áreas mais amplas vizinhas à cidade". SOARES, 1960 :80.

Tabela 5.3.2a Lotes aprovados por localização e década de aprovação

	até 1929	1930-39	1940-49	1950-59	1960-69	1970-76
Niterói		296	4.419	4995	1.622	3092
S.Gonçalo		922	38.617	82.614	19.510	15724
Duque de Caxias	3.302	9.169	36.959	86.299	44.386	15095
Nova Iguaçu	866	311	25.592	166.816	72.293	45.572
S. João de Meriti	5.356	3169	10.386	19.623	3.479	1.244
Nilópolis	11.000	2.770	88	461		

Fonte: ABREU, 1988 :110 e 121

Gráfico 5.3.2 Lotes Aprovados (1929 -1976)

Na orla oposta da baía da Guanabara, a ocupação foi intensa em São Gonçalo (município vizinho a Niterói, ligado ao Rio de Janeiro através de barcas e por uma estrada no fundo da baía), que apresentou um crescimento industrial acelerado durante e após a 2ª Grande Guerra (GEIGER, 1963 :159).

Após 1945 o processo exacerbou-se, em razão da concentração industrial e do incremento demográfico, aumentou a quantidade de loteamentos nos subúrbios e intensificou-se a ocupação da Baixada Fluminense (SOARES, 1987 :23 e BERNARDES, 1983). A área entre a Central e a Linha Auxiliar foi povoada tão densamente (BERNARDES, 1983 :46), que entre 1940 e 1950 desmembraram-se de Nova Iguaçu: Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, intensamente loteados. A partir da década de 50, ápice da febre loteadora, declinou a intensidade dos loteamentos nestas áreas (vide Tabela 5.3.2a). Este declínio estaria relacionado ao início do esgotamento das áreas disponíveis e não a uma redução no volume migratório, que se manteve ao menos até os anos 70.

O período 1930-50 foi o de maior expansão dos limites físicos da atual metrópole do Rio de Janeiro. No início da década de 50 a ocupação urbana atingira quase os limites atuais. Os anos seguintes caracterizaram-se menos por um avanço espacial no território circundjacentes e mais pelo adensamento da ocupação e proliferação de favelas, que nas décadas seguintes se expandiram, alcançando algumas inclusive a dimensão de pequenas cidades (ABREU, 1988 :107-111; LEEDS & LEEDS, 1978; VALLADARES, 1980; SANTOS, 1981; PERLMAN, 1977 entre outros).

O adensamento populacional dos subúrbios mais distantes, em particular dos situados aquém e além dos limites do Distrito Federal, entre 1930 e 1950, contribuiu para estruturar a região metropolitana e abrigar contingentes expressivos da mão de obra barata atraída pelas oportunidades geradas por esta mesma região metropolitana¹.

Uma das conseqüências do crescimento exponencial da população urbana entre 1940 e 1960 foi a alteração do quadro de distribuição da população (rural-urbana), com uma concentração nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e respectivos entornos (futuras regiões metropolitanas). Nesse período houve uma intensa mobilidade da força de trabalho e o pique máximo dos fluxos migratórios, entre 1950 e 1970 (vide

¹ "Se, até 1946, essa região não fora alcançada pela onda loteadora, a razão disso fora a extraordinária vitalidade da citricultura, apoiada na exportação A crise da laranja iria pôr abaixo essa barreira à urbanização. . . . Pôr em ação os tratores e transformar o campo em cidade foi a solução adotada, uma vez que a metrópole precisava de terra para localizar suas indústrias . . . e para instalar as populações que a ela tinham afluído para trabalhar nessas indústrias." SOARES, 1962 :216-217; BERNARDES, 1983 :33 e 45-46 e ABREU, 1988 :112.

Tabela 5.3.2b), coincidiu com as necessidades da economia brasileira, em fase de expansão (BERNARDES, 1983 :39).

Tabela 5.3.2b Variação do Crescimento Urbano devido à migração (%)			
	1920/40	1940/50	1950/60
Rio de Janeiro	45,52	66,05	53,68
São Paulo	57,42	70,83	63,64

Fonte: BERNARDES, 1983 :29

A ocupação da Baixada Fluminense nos anos 50 deveu-se à absorção de amplos contingentes migratórios; e nos anos 60 dada a intensa remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro, em parte provocada pela valorização do solo urbano equipado em suas áreas privilegiadas, registrando-se ao final dos anos 60 o boom da construção civil, quando estas passaram a ser cobiçadas para as camadas médias e altas da população (BERNARDES, 1983 :47). Uma evidência da acelerada transformação de antigas áreas rurais em urbanas está no aumento da ocupação urbana em Nova Iguaçu (vide Tabela 5.3.2c).

Tabela 5.3.2c Transformação de uso do solo em Nova Iguaçu (1950-70)			
	1950	1960	1970
rural	46,6	28,34	0,39
urbana	53,4	71,66	99,61

Fonte: BERNARDES, 1983 :47

O crescimento industrial da cidade do Rio de Janeiro e a desarticulação do cultivo em seu hinterland, como vimos, constituir-se-iam nos fatores de maior peso para explicar seu incremento demográfico, com a atração de mão-de-obra dos estados próximos e dos estados nordestinos. Este crescimento em razão das migrações contribuiu para o crescimento dos subúrbios e dos municípios da Baixada Fluminense (ABREU, 1988 :96) para compreendermos estes processos e seus desdobramentos, no período subsequente, não podemos deixar de considerar o papel do setor industrial.

5.4 a indústria como setor chave após a 2ª Guerra Mundial

A industrialização baseada na substituição de importações, a partir de 1930, acentuou a concentração de investimentos no Rio de Janeiro e São Paulo. Esta fase foi estudada por diversos autores e dispensa caracterizações. Dois processos, todavia, contribuem para esclarecer os reflexos deste padrão de industrialização na rede urbana do atual estado do Rio de Janeiro. O primeiro, resultante do período primário-exportador, gerou "*economias de aglomeração em um conjunto reduzido e privilegiado de centros urbanos*" (ROFMAN, 1977 :137 e DUARTE, 1979 :98), onde apenas a cidade do Rio de Janeiro se beneficiou, por haver sido a única, dadas suas características político-

econômico-institucionais, a haver acumulado a infraestrutura necessária para o período que se iniciava.

O segundo *"se relaciona com o mecanismo de reacomodação interna e o jogo de alianças entre os grupos sociais recém incorporados, que expressam a crise do sistema oligárquico-exportador em vias de uma modificação significativa"* (ROFMAN, 1977 :137 e DUARTE, 1979 :98). Concernente, no Brasil, às modificações na estrutura de classes e ao populismo. A primeira correspondeu à conformação de um proletariado urbano-industrial (WEFFORT, 1980 e OLIVEIRA, 1975) e a emergência das classes médias; e o *"populismo"* estimulou de modo contraditório as pressões da classe operária-urbana por melhores salários e outras reivindicações sociais nas cidades - os Institutos de Previdência e assistência-médico-escolar e habitacional¹. Em particular no Rio de Janeiro e, modestamente, em Niterói e Volta Redonda.

5.4.1 substituição de importações; bens não duráveis

A industrialização, a partir de 1930, e o surgimento de novas classes sociais² acarretaram modificações na divisão social e espacial do trabalho, estimularam o crescimento de algumas cidades e o quase desaparecimento de outras, e intensificaram as migrações rurais-urbanas, dada a diferença salarial entre o campo e a cidade e a manutenção da estrutura fundiária. Pode-se dizer que a distribuição da população urbana / rural seguiu o padrão dos países que ingressaram tardiamente no capitalismo em um estágio mais avançado, distinto dos países do primeiro mundo.

No território do atual estado do Rio de Janeiro, dada a concentração industrial na cidade do Rio de Janeiro e seu entorno, esse processo gerou desequilíbrios na rede urbana. A maioria das cidades cafeicultoras, por possuírem apenas pequenas indústrias rurais, não se beneficiou, nem recebeu fluxos migratórios, mas alimentaram os fluxos com destino às cidades onde as indústrias se instalaram e o mercado de trabalho era atraente, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro e suas cercanias.

A industrialização no atual estado do Rio de Janeiro, de 1930 a 50, fase final de implantação do setor tradicional, concentrou-se quase exclusivamente no Distrito Federal. Exceto pela implantação, em 1946, da Companhia Siderúrgica Nacional em

¹ Foram criadas várias entidades corporativas de previdência *"como os Institutos dos Marítimos, da Previdência Social e outros, que respaldaram o desenvolvimento de uma significativa classe média urbana."* DAVIDOVICH, 1986 :350.

² constituição de um proletariado urbano e configuração de classes médias, OLIVEIRA, 1975 e WEFFORT, 1980.

Volta Redonda¹ no Vale do Paraíba, no eixo Rio-São Paulo, criada pelo Presidente Getúlio Vargas, para deslanchar a industrialização (SOARES, 1987 :23; BRASILEIRO, 1979 :17 e IANNI, 1977) e iniciar uma incipiente descentralização industrial no estado (SECPLAN, 1975 :31 e DAVIDOVICH, 1986 :347).

Durante esta fase a industrialização caracterizou-se pela baixa concentração do capital nacional, proveniente da acumulação com base na exportação de produtos primários e de atividades urbano-mercantis. Além disto, *"começou-se a produzir internamente em primeiro lugar os bens de consumo não duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares e não o inverso, como comumente se pensa"* (OLIVEIRA, 1975 :22). Neste sentido, as cidades onde já havia alguma atividade artesanal e mão-de-obra qualificada foram beneficiadas.

No território fluminense isto ocorreu sobretudo em Petrópolis e Nova Friburgo com a implantação de indústrias de pequeno porte e baixa tecnologia. Estas cidades já contavam com pequenas indústrias com baixo índice de capitalização e reduzida capacidade de promover um desenvolvimento industrial diferenciado. Em Nova Friburgo às fábricas de rendas e artigos elásticos; instaladas no início do século, juntaram-se outras e a cidade tornou-se um núcleo industrial. Em Petrópolis, onde até 1930 havia apenas 3 estabelecimentos nos ramos tradicionais, implantaram-se 52 estabelecimentos industriais de bens de consumo não duráveis de diversos tamanhos e gêneros (DUARTE, 1979).

5.4.2 substituição de importações; bens duráveis

Após a 2ª Guerra Mundial a indústria tornou-se o setor chave da economia brasileira. A expansão industrial controlada pelo capital estrangeiro, estabeleceu-se nos ramos mais dinâmicos (BERNARDES, 1983 :35), mediante a implantação e diversificação de alguns ramos, e ratificação da estrutura industrial pré-existente com ênfase nos setores de bens intermediários e bens duráveis de consumo. A partir da década de 50, o modelo de desenvolvimento - apoiado na internacionalização da economia e no intervencionismo estatal - conduziu a transformações nas formas de organização espacial e territorial (COELHO, 1987 :41).

A maior parte dos investimentos industriais privados nas décadas de 40 e 50 concentrou-se no estado de São Paulo. A melhoria e expansão das rodovias existentes e a abertura de estradas secundárias e vicinais no interior de São Paulo, propiciaram a

¹ então distrito do município de Barra Mansa, emancipada em 1954, vide Tabela 4.3

invasão de seus produtos industrializados e agrícolas mais baratos em outros estados, inibindo-lhes a economia. Isto ocorreu no Nordeste e no Sudeste, com destaque para o Rio de Janeiro (COELHO, 1987 :41 e OLIVEIRA, 1987), cujo abastecimento de gêneros era feito pela Zona da Mata Mineira.

A partir do "*nacional desenvolvimentismo*" do governo Vargas (1950-1954) e do "*Plano de Metas*" do governo Kubitscheck (1956-1960) intensificou-se a industrialização, principalmente após 1956 com a instalação dos setores de ponta, que repercutiu nas redes urbanas. O Estado passou a apoiar a expansão industrial com incentivos fiscais e a investir maciçamente em infra-estrutura. A implantação e a consolidação da indústria automobilística na região metropolitana de São Paulo, com forte participação do capital multinacional¹, acentuou o desnível com o Rio de Janeiro (SECPLAN, 1975 :33).

O ingresso das multinacionais, nos anos 50, contribuiu para o crescimento dos espaços metropolitanos e para a integração do mercado nacional, em uma antecipação da expansão do mercado doméstico associada a uma urbanização crescente. No âmbito da intervenção estatal o "*Plano de Metas*" contribuiu para consolidar a indústria pesada e para a formação do tripé capital estrangeiro, privado e estatal. O ritmo de introdução do progresso técnico contribuiu para uma relativa autonomia da economia nacional em relação ao mercado mundial (BECKER e EGLER, 1993 e OLIVEIRA, 1977). O investimento direto de capitais estrangeiros não ocorreu apenas no setor industrial, mas nos setores de serviços e financeiro.

Os reflexos dessa fase no espaço fluminense não foram intensos. No pós-guerra a cidade do Rio de Janeiro apresentava vários empecilhos para a implantação industrial: insuficiência de oferta de energia elétrica, custo elevado dos terrenos urbanos, matérias primas e gêneros alimentícios mais caros dada sua secular dependência do abastecimento externo, além da carência de infra-estrutura nos municípios periféricos da Metrópole.

Estes fatores contribuíram para tornar o Rio de Janeiro menos atraente para investimentos industriais frente a São Paulo. Poucas indústrias, entre as consideradas prioritárias no "*Plano de Metas*", estabeleceram-se no antigo estado do Rio de Janeiro. Com raras exceções, a expansão da atividade industrial ficou restrita à cidade do Rio de Janeiro e ao eixo Rio-São Paulo e a maioria dos antigos centros industriais do interior

¹ Tal localização não foi fortuita pois em 1920, já se iniciara a expansão da indústria de bens de capital, em especial a nascente indústria mecânica em São Paulo onde já se encontravam algumas montadoras, como por exemplo a Ford em Osasco (cidade da Região metropolitana de São Paulo) SECPLAN, 1975 :32.

decaíram ou estagnaram (SECPLAN, 1975 :33). Via de regra a industrialização na atual região metropolitana e no restante do estado fez-se através de capital estatal (DUARTE, 1979 :102 e DAVIDOVICH, 1986 :347-352).

As vantagens locacionais do Vale do Paraíba: facilidades de transporte ferroviário e rodoviário, implantadas durante o período primário-exportador, a proximidade dos grandes centros consumidores do Brasil, a disponibilidade de mão-de-obra devido ao êxodo rural e as transformações no eixo de acumulação, atraíram para a área outras indústrias. Após a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda instalaram-se novos estabelecimentos fabris, e iniciou-se uma maior diversificação industrial na região, principalmente após 1960/70 em Barra Mansa (Metalúrgica Barbará, Siderúrgica de Barra Mansa, Michelin, etc.) e mais tarde, no entorno de Resende¹. (White Martins, Du Pont, Xerox)

A ação estatal, entre 1939 e 1959, reforçou poucas áreas do antigo estado do Rio de Janeiro além de Volta Redonda. Na região metropolitana foram implantadas a Fábrica Nacional de Motores (FNM), hoje privatizada, e a Refinaria da Petrobrás (Reduc) no município de Duque de Caxias. Fora da região metropolitana além de Volta Redonda, somente Cabo Frio, foi beneficiada com a implantação da Companhia Nacional de Álcalis. Enquanto o estímulo à construção naval concentrou suas atividades nas baías de Guanabara e da Ilha Grande através da instalação dos estaleiros Verolme em Angra dos Reis e Ishikawajima (atual Ishibrás) no município do Rio de Janeiro (SOARES, 1987 :24; SECPLAN, 1975 :33 e DAVIDOVICH, 1986 :352), ambos de iniciativa privada. Ainda durante os anos 50 o Governo Federal criou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para atender a crescente demanda internacional por minérios; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para viabilizar as condições de investimento do capital privado nacional e a Petrobrás, todas com sede no Distrito Federal e com necessidade de pessoal técnico especializado.

Na década de 50 apenas Campos, graças à agroindústria canavieira, manteve alguma relevância econômica, apesar dos reflexos da crise das exportações, não só sua economia ficou abalada, como recebeu afluxos de migrantes rurais fluminenses, que não foram absorvidos no mercado de trabalho urbano, o que acarretou problemas de abastecimento e deficiências de serviços (DUARTE, 1979 :101).

¹ “a implantação da usina de Volta Redonda, uma das poucas cidades criadas no Estado do Rio após o café, ... teria contado também com a infraestrutura da cidade vizinha de Barra Mansa; a posição de entroncamento ferroviário facultou o surgimento de pequenas oficinas mecânicas a serviço da estrada de ferro, que favoreceram a evolução de algumas pequenas siderúrgicas, a Barbará por exemplo”. SECPLAN, 1975 :33, DUARTE, 1979 :100-101 e DAVIDOVICH, 1986 :347.

O estado do Rio de Janeiro também apresentou um incremento da população economicamente ativa (PEA) industrial, apesar da concentração dos investimentos diretos do capital estrangeiro em São Paulo. Entre 1956/60 o setor têxtil manteve-se como o mais importante quanto ao valor da produção no Distrito Federal.

Entre 1950 e 1980, enquanto a PEA industrial da cidade do Rio de Janeiro mal dobrou, a do antigo estado do Rio de Janeiro sextuplicou e superou a da cidade do Rio de Janeiro já em 1970 (vide Tabelas 5.4.2 a e b e Gráfico 5.4.2 a e b), com um visível aumento de sua participação na PEA industrial do estado. Além disso, a PEA total e industrial do antigo estado do Rio de Janeiro apresentou um padrão de crescimento semelhante ao do estado de São Paulo

Esta tendência já se manifestava antes da transferência do Distrito Federal para Brasília (DAVIDOVICH, 1986 :348) e deve-se, em parte, ao deslocamento da PEA industrial da capital para outros municípios da região metropolitana que acompanhou a instalação de indústrias na Baixada Fluminense, ao longo da via Dutra (BR-116), devido a maior acessibilidade e a valorização dos terrenos na cidade do Rio de Janeiro.

A localização na área metropolitana de muitas empresas, com sede na capital, contribuiu para aumentar o valor da produção industrial concentrado na cidade do Rio de Janeiro. Até a fusão em 1975, isto se refletiu negativamente na periferia metropolitana, que não foi beneficiada pelos impostos arrecadados no núcleo metropolitano, apesar de abrigar o grosso da força de trabalho (DAVIDOVICH, 1986 :349).

O maior incremento da PEA industrial em São Paulo, entre 1970/80, deveu-se entre outros fatores, ao desenvolvimento de seu interior e ao surgimento de novas áreas industrializadas, em razão da tentativa de descentralização industrial, no âmbito do Programa Nacional de Cidades Médias e de criação de pólos industriais. Porém, enquanto no estado de São Paulo a década de 1970/80 pautou-se por uma política estadual, combinada às diretrizes federais, para desenvolver o interior; no estado do Rio de Janeiro, após a fusão o governo estadual não se empenhou em desenvolver uma política estadual para o interior, que foi relegado a um segundo plano em nome da superação do “esvaziamento” e apenas Campos foi objeto do Programa Nacional de Cidades Médias, sem grandes resultados no âmbito da implantação de pólos industriais (MANNARINO, 1983).

Tabela 5.4.2a População Economicamente Ativa Industrial e Total 1940/80

	PEA	1940	1950	1970	1980
Estado do Rio de Janeiro	Total	1.309.804	1.687.012	2.796.393	4.317.373
	Industrial	339.332	534.273	901.181	1.241.157
antigo Estado do Rio de Janeiro	Total	629.300	732.141	1.325.769	2.205.104
	Industrial	119.406	197.392	458.952	702.801
município do Rio de Janeiro	Total	680.504	954.871	1.470.624	2.112.269
	Industrial	219.926	336.881	442.229	538.356
Estado de São Paulo	Total	2.762.305	3.429.573	6.170.180	10.411.726
	Industrial	545.417	998.938	2.267.677	3.880.585

Fonte : IBGE, Censos Demográficos in DAVIDOVICH, 1986 :347

Tabela 5.4.2b Variação Relativa da PEA Industrial e Total 1940-80

		1940-50	1950-70	1970-80
Estado do Rio de Janeiro	PEA	28,80	65,76	54,39
	Total	57,45	68,67	37,73
antigo Estado do Rio de Janeiro	Industrial	16,34	81,08	66,33
	Total	65,31	132,51	53,13
município do Rio de Janeiro	Industrial	40,32	54,01	43,63
	Total	53,18	31,27	21,74
Estado de São Paulo	Industrial	24,16	79,91	68,74
	Total	83,15	127,01	71,13

Gráfico 5.4.2a Variação da PEA TOTAL **Gráfico 5.4.2b Variação da PEA Industrial**

5.4.3 consolidação industrial e perda da hegemonia política

Em 1961, com a concretização da articulação entre os investimentos estatais e as grandes empresas nacionais e internacionais, a industrialização era um fato consumado. A diversificação crescente e aumento da quantidade de indústrias de bens de consumo não duráveis exigiram a criação de indústrias de bens intermediários e de produção que as abastecessem para uma maior integração fabril. Nessa fase da industrialização a participação do estado do Rio de Janeiro não foi significativa. O fornecimento de insumos industriais demandou unidades fabris de grande porte e de tecnologia avançada (SECPLAN, 1975).

Os ramos com maior expressão no valor da produção no município do Rio de Janeiro, na década de 70, eram os de gêneros de bens de consumo (têxtil, couros, peles e materiais plásticos). As grandes empresas industriais (com mais de 250 empregados), representavam 10% dos estabelecimentos e respondiam, em 1973, com 40,9% do valor da produção e por 49% da mão-de-obra ocupada no setor (DUARTE, 1979 :103).

Após 1950 a cidade do Rio de Janeiro não teve mais o mesmo dinamismo industrial e nem atraiu indústrias multinacionais, como S.Paulo. O Rio de Janeiro já não era o centro hegemônico da economia nacional no setor industrial desde 1919, como vimos (DUARTE, 1979 :103). Porém manteve-se como 2º centro industrial do Brasil, enquanto o antigo estado do Rio de Janeiro ocupou o 3º lugar no ranking nacional (CODERJ, 1970 :161), até 1967.

A concentração industrial na cidade Rio de Janeiro pode ser explicada por sua importância como capital federal até 1960, com o acúmulo de funções de gestão empresarial e difusão de informação e serviços conjugada a existência de um mercado consumidor e de um mercado de trabalho urbano, além de algumas dotações energéticas e de transportes com razoável raio de alcance (BERNARDES, 1983 :38), soma-se a estes fatores o fato de sediar inúmeras empresas cujas plantas industriais encontram-se na Baixada Fluminense.

O peso do setor industrial do antigo estado, apesar de sua carência de infra-estrutura que propiciasse uma maior mobilidade do capital e do trabalho, pode ser atribuída em parte ao crescimento econômico nos anos 60 de Volta Redonda e Duque de Caxias, e com menor relevância, Barra Mansa e Angra dos Reis, com seus estaleiros e indústria pesqueira. A capital do antigo estado Niterói, pouco se desenvolveu desde que assumiu

a função administrativa, comparativamente com outras cidades do estado. Digno de nota é o crescimento de São Gonçalo na década de 50 e 60, em função da indústria do pescado em Niterói; e o de Alcântara nos anos 70 e 80, cidades circunvizinhas a Niterói, principalmente após a abertura da ponte Rio Niterói na década de 70.

O setor industrial é extremamente concentrado no espaço estadual. Em 1973 quase 80% do valor da produção do antigo estado do Rio de Janeiro provinha dos municípios de Duque de Caxias, Volta Redonda, Campos, São Gonçalo, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis e Barra Mansa (DUARTE, 1979 :104); quatro dentre eles pertencentes à região metropolitana. Mesmo na fase acelerada do crescimento dependente o crescimento industrial não beneficiou o espaço do atual estado do Rio de Janeiro.

5.4.4 o desenvolvimento do terciário e a transferência da capital

A função de Capital Federal contribuiu para desenvolver o terciário, dada a implantação de inúmeros órgãos públicos, federais e estaduais, encarregados de produzir estudos e metas para a *"política de desenvolvimento"* e ação de planejamento, abrangendo os setores financeiro, de transportes e outros serviços.

A criação, diversificação, expansão e multiplicação de empresas estatais, desde a década de 50, geraram empregos de nível técnico superior com elevados salários não só nessas empresas, mas no setor de serviços governamentais (DUARTE, 1979 :104) e facultou o crescimento de setores de classe média e do terciário especializado, que por gozarem de privilégios beneficiavam-se do crescimento econômico.

A transferência do Distrito Federal para Brasília, em 1960, e sua transformação em estado da Guanabara - compreendendo a área do município do Rio de Janeiro - contribuiu, obviamente, para o não recrudescimento do setor estatal tecnocrático na cidade do Rio de Janeiro, como assinala Davidovich, das 372 estatais existentes no Brasil em 1986, 302 foram criadas após 1960. *"É de se supor que, se a administração federal tivesse permanecido no Rio de Janeiro a maior parte certamente aí estaria localizada"* (DAVIDOVICH, 1986 :353). Além disso a perda da hegemonia política nacional deixou de atrair para o estado da Guanabara diversos tipos de serviços e atividades. *"O número de postos de trabalho perdidos foi estimado em mais de 450 mil, o que trouxe reflexos evidentes no montante da renda que declinou"* (DAVIDOVICH, 1986 :353).

A permanência na cidade do Rio de Janeiro, após a transferência do Distrito Federal para Brasília em 1960, da sede de algumas destas empresas federais lado a lado a

órgãos estaduais estimulou a instalação de serviços especializados, que se ampliaram nos últimos anos, destinados a atender as classes de maior poder aquisitivo. A prestação de serviços tornou-se o setor de maior participação na geração de receita: nos anos 70 representava quase 70% da renda dos dois estados (Rio de Janeiro e Guanabara), enquanto no Brasil perfazia 53,6%. A supremacia do terciário pode ser atribuída, em parte, ao subemprego e desemprego disfarçados, pois em 1973 a renda per capita no território do atual estado do Rio de Janeiro era muito baixa¹. E, em 1991, o terciário aparecia como um dos setores de maior peso na economia fluminense mormente no município do Rio de Janeiro e nas áreas menos desenvolvidas do estado, como o Norte e Noroeste Fluminense.

A ampliação do terciário atendeu às necessidades do sistema capitalista, ao agregar relações capitalistas e não capitalistas de produção², ou como assinala Oliveira *"o crescimento do Terciário, na força em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil"* (OLIVEIRA, 1977 :25 e DUARTE, 1979 :107).

A expansão dos serviços e do comércio varejista frente ao mercado consumidor de grande porte, perceptível na década de 60 (BERNARDES, 1964 :57-58) contribui para explicar o crescimento econômico horizontal na região metropolitana e os contactos da periferia com a faixa rural. Para atender à demanda da crescente população urbanizada gerada, pela própria expansão industrial criou-se uma vasta gama de serviços, como pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e *"ateliês"* de serviços pessoais direcionados para as populações de baixo poder aquisitivo radicadas nos subúrbios e periferias (OLIVEIRA, 1975 :35).

Somam-se a estes serviços a diversificação do comércio atacadista e funções portuárias. O porto voltado basicamente para o comércio externo estendeu sua influência a parte de Minas Gerais; através da exportação de minério de ferro, que divide com o terminal da Mineração Brasileiras Reunidas. Nas importações, além do petróleo e do trigo, destacam-se os insumos para a indústria de transformação (SECPLAN, 1975 :34).

¹ Em 1973: *"na indústria e nos serviços quase a metade dos trabalhadores percebia de 1 a menos de 1 salário mínimo, enquanto na agricultura figuravam mais de 2/3 com salário ainda inferior ao mínimo oficial"*. DAVIDOVICH, 1986 :356-357; BRASILEIRO, 1979 :18 e SECPLAN, 1975 :33.

² *"O tema dos dois circuitos da economia aparece então como um verdadeiro paradigma da geografia urbana e da planificação nos países subdesenvolvidos. A ... cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço.... Ao contrário, no interior do sistema urbano em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos"*. SANTOS, 1979 :30.

Nas últimas décadas desenvolveram-se na cidade do Rio de Janeiro uma gama de serviços de consultoria técnica, publicidade e propaganda, instituições financeiras mais avançadas, surgidas em função do processo de desenvolvimento, que se configura como um importante segmento econômico.

5.4.5 o papel do setor agrícola

O setor primário, entre 1950/75, também, participou do processo de acumulação acelerada, como parte integrante do próprio sistema. O governo manteve este setor ativo no sentido de suprir as necessidades de abastecimento para impedir a elevação do custo da alimentação e das matérias primas, e não obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial (OLIVEIRA, 1977 :15 e DUARTE, 1979 :107). O setor agrícola estimulado e com incentivos governamentais foi direcionado para a exportação.

O papel da agricultura foi dialético, ao lado do excedente dela retirado houve crises nos setores agrícolas não voltados para a exportação, o que agravou a situação de estagnação e decadência de várias cidades com base agrícola no estado do Rio de Janeiro (DUARTE, 1979 :102); onde após a decadência da cafeicultura, no século XIX não se constituíram áreas de expressão agrícola para a exportação e a zona açucareira Norte fluminense não pôde concorrer com a produção paulista e do Nordeste.

Nos últimos anos a agricultura fluminense pautou-se pela provisão de alimentos para as áreas urbanas próximas (DUARTE, 1979 :107-108) e pelo fornecimento de mão-de-obra rural, cujas migrações vieram reforçar tanto o exército industrial de reserva urbano quanto contribuíram para o inchaço do setor informal. Este "*exército de reserva*" talvez esteja mais direcionado para o setor serviços, o que contribui para desvalorizar a mão-de-obra no setor. O decréscimo da população rural em quase todas regiões fluminenses, conforme dados do IBGE, e o crescimento da população urbana na grande maioria de cidades do sistema comprova ao nível empírico estas considerações.

Entre 1920 e 1985, pode-se observar um aumento do número de estabelecimentos, sem que houvesse, a partir de 1940, um aumento significativo das áreas de lavoura e na proporção de terras lavradas. Por outro lado, conforme a Tabela 5.4.5a e o gráfico 5.4.5,

Tabela 5.4.5a - Dados Gerais dos Censos Agropecuários no Estado do Rio de Janeiro (IBGE)

	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Estabelecimentos	25.787	56.383	45.918	57.955	77.428	76.235	77.671	91.280
área total (ha)	3.104.423	3.364.621	3.218.726	3.023.005	3.316.063	4.446.175	3.181.387	3.264.150
lavouras (ha)	290.597	747.997	610.180	621.053	640.464	617.245	601.413	624.699
população rural**	-	1.399.787	1.280.223	1.409.262	1.088.656	-	924.027	-
peçoal ocupado *	361.526	475.107	293.271	264.370	259.841	278.564	301.688	321.924
peçoal ocupado por estabelec.	14,02	8,43	6,39	4,56	3,36	3,65	3,88	3,53
% lavoura / área total dos estab	11,65	22,23	18,96	20,54	19,31	13,88	18,90	19,14

Fonte: IBGE Censos Agropecuários - CIDE, 1990/91

* peçoal ocupado - pessoas com 10 anos ou mais que na data do censo participavam das atividades do estabelecimento

** IBGE - censos demográficos, FAPERJ, 1981

Gráfico 5.4.5 Dados dos Censos Agropecuários

Tabela 5.4.5 b - Pessoal ocupado no setor agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1985-1989)

	1985	1986	1987	1988	1989
Estado	250.421	234.893	263.247	234.006	214.208
empregados	176.451	156.927	174.891	147.833	140.268
empregadores	15.389	10.474	16.931	12.196	16.523
conta própria	42.760	44.227	50.918	51.602	39.406
não remunerados	15.821	23.265	20.507	22.375	18.011
Região Metropolitana	57.848	53.148	67.770	55.567	41.247
empregados	35.052	32.703	33.881	32.929	24.750
empregadores	3.404	682	6.644	2.058	1.374
conta própria	14.307	13.631	21.261	15.778	10.998
não remunerados	5.085	6.132	5.984	4.802	4.125
Interior	192.573	181.745	195.477	178.439	172.961
empregados	141.399	124.224	141.010	114.904	115.518
empregadores	11.985	9.792	10.287	10.138	15.149
conta própria	28.453	30.596	29.657	35.824	28.408
não remunerados	10.736	17.133	14.523	17.573	13.886

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNADs)

o decréscimo da população rural foi mais acentuado do que a redução do pessoal ocupado em atividades primárias e não acompanhou, na mesma proporção, o aumento da quantidade do número de estabelecimentos, com uma redução na quantidade de pessoas ocupadas por estabelecimento.

Os dados das PNADs, por sua vez, apontam para uma diminuição crescente do pessoal ocupado, em particular dos empregados remunerados (vide Tabela 5.4.5b) em atividades agrícolas. Vale destacar a diferença entre o pessoal ocupado nos censos agropecuários e o pessoal ocupado nas PNADs, e a PEA registrada pelo IBGE, em 1980 (195.580 pessoas nas atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca).

Tais fatores conjugados apontam, nas últimas décadas, primeiro, para um aumento da população rural residente em áreas urbanas; segundo, a maioria dos estabelecimentos estaria sendo gerida em moldes familiares; e enfim o aumento da quantidade de estabelecimentos estaria relacionado à sua transformação em sítios de lazer onde residiriam os caseiros e suas famílias.

Neste sentido pode-se dizer, que o setor primário fluminense, ainda assim, permanece inexpressivo e sem condições de abastecer o estado (em 1980 participava com 1,48 % do PIB estadual e em 1990 com 1,42 % - CIDE, 1991); a despeito de um pequeno crescimento na produção e de tentativas de dinamizar este setor, na última década, através da retomada da cafeicultura em moldes intensivos em Rio das Flores (Centro Sul Fluminense) e Natividade (Noroeste Fluminense), e dos incentivos aos hortifrutigranjeiros pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro.

5.4.6 fusão e política rodoviária

Se, entre 1950 e 70, a partir do *“Plano de Metas”*, o teor da dinâmica dos setores econômicos, industrial, agrícola e de serviços, foi manipulada pelo Estado; a partir de 1964 com o golpe militar, inicia-se um período de autoritarismo com o Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (IANNI, 1977 :29). Entre 1964 e 1982 as metas nacionais foram definidas pelo Estado de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos e dos grandes proprietários de terra. Essa fase de autoritarismo permitiu a intervenção direta do poder estatal na rede urbana fluminense com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e com a criação por um Ato Institucional do Governo Militar de áreas de Segurança Nacional, de 1968 até 1983, em Volta Redonda e Angra dos Reis. Este mecanismo estendeu a estas cidades o impedimento de realização de eleições municipais, em vigor nas capitais estaduais. Isto, de certa forma obstaculizou

o desenvolvimento destes municípios, que tiveram melhores condições de deslanchar após a extinção do ato institucional com o fim do Regime Militar na década de 80.

A fusão, todavia não se constituía em uma criação da ditadura militar, estava prevista desde o século XIX (BRASILEIRO, 1979) e *“era defendida desde 1959 pelo Centro Industrial do Rio de Janeiro, que reclamava a instalação de indústrias de alta tecnologia”* (DAVIDOVICH, 1986 :355). Seguramente com a fusão a renda auferida pela cidade do Rio de Janeiro diminuiu. Por outra parte, até as vésperas da fusão, segundo dados da CODERJ¹ o antigo estado do Rio de Janeiro, conforme vimos, ocupava o terceiro lugar no ranking nacional do setor industrial, apesar de abrigar um contingente mais expressivo da PEA industrial do que o estado da Guanabara e de não auferir de muitos dos impostos sobre as rendas geradas em seu território, particularmente na região metropolitana, pelo fato das sedes das empresas estarem situadas no estado da Guanabara.

Para viabilizar a fusão o governo militar preparou a integração dos dois estados através da implantação de eixos rodoviários que articulassem o território dos dois estados. Devido ao papel anterior da cidade do Rio de Janeiro o desenvolvimento viário no território fluminense atendeu a injunções de ordem externa de ampliação da área de influência e consolidação da hegemonia do Distrito Federal sobre o território nacional; e se orientou prioritariamente pela ligação da cidade do Rio de Janeiro às demais capitais nacionais, em detrimento de seu entorno próximo, o antigo estado do Rio de Janeiro. Por este motivo, diversas estradas federais passavam ao largo das sedes municipais no interior, que permaneceram à sombra do desenvolvimento econômico e demográfico da metrópole, até a ela serem conectadas em meados da década de 70, como por exemplo Angra dos Reis, Cabo Frio e Nova Friburgo.

A amplitude da influência da cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, sempre denotou forte ligação com as vias de comunicação existentes e com as alterações realizadas no sistema viário. O advento do automóvel, no início do século XX, não alterou a extensão de sua influência, exceto na direção de Vitória da Conquista, através da rodovia Rio-Bahia (BR-393), construída em 1940 (BERNARDES, 1964 :65-66).

¹ Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro - órgão estadual do antigo Estado do Rio de Janeiro extinto após a fusão.

A implantação e extensão da rede de ferrovias e rodovias, contribuíram para ampliar a influência da cidade do Rio de Janeiro e de seu porto¹ no âmbito interestadual, ao privilegiar suas ligações com centros de Minas Gerais e Bahia em detrimento do hinterland do atual estado do Rio de Janeiro, então parte de outra unidade da Federação; pois as estradas federais, passavam à margem das cidades fluminenses, à exceção de Volta Redonda e da Baixada Fluminense. Esta situação permaneceu até a fusão em 1975, quando enfim foi aberta a ponte Rio Niterói e a BR-101.

No interior do antigo estado do Rio de Janeiro a maioria dos ramais ferroviários secundários foi gradativamente abandonada (CIDE, 1988f), (como as ligações entre Miguel Pereira e Japeri, a Estrada de Ferro de Carangola no atual Noroeste Fluminense, a Estrada de Ferro Cantagalo na atual região Serrana, etc..) por vezes sem serem substituídos por estradas pavimentadas. A desativação destas ferrovias aumentou o isolamento e falta de comunicação dos núcleos urbanos distantes, e dificultou o escoamento de sua produção, o que contribuiu para aumentar seu esvaziamento. Muitos municípios então servidos por estas estradas até hoje reivindicam sua reativação como Cantagalo e Miguel Pereira.

A expansão rodoviária no território do atual estado do Rio de Janeiro foi limitada, durante o século XX, fato perceptível na comparação dos mapas rodoviários (5.4.6a-d). Até a década de 70 os investimentos rodoviários no território do atual estado do Rio de Janeiro *“destinaram-se à melhoria de estradas já existentes, onde a única exceção foi a construção da Rio-Teresópolis”* (LACORTE, 1976 :90). No antigo estado do Rio de Janeiro via de regra os velhos caminhos de tropas e ferrovias foram substituídos por estradas de rodagem, sendo que as de competência estadual (72% da extensão de estradas rodoviárias no antigo estado do Rio de Janeiro) permaneciam em sua maioria (74,2%) não pavimentadas até 1969².

¹ dadas às transformações da navegação decorrentes do aumento do calado e da capacidade dos navios, que exigiam ancoradouros profundos e portos aparelhados. BERNARDES, 1964 :66 . Para uma leitura mais aprofundada sobre o porto do Rio de Janeiro e as transformações por que passou vide CARDOSO, 1987; LAMARÃO, 1984 entre outros.

² conforme dados de 1969 constantes do relatório da CODERJ, 1970 :230.

Mapa 5.4.6 a rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro - 1952

Fonte: Departamento de Estradas de Rodagem
Extraído de LACORTE, 1976

Mapa 5.4.6 b rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro - 1961

Fonte: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Extraído de LACORTE, 1976

Mapa 5.4.6c rede rodoviária do Estado do Rio de Janeiro - 1974

Fonte: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
Extraído de LACORTE, 1976

LEGENDA

CAPITAL

SEDE DO MUNICÍPIO

PORTO

AEROPORTO PAVIMENTADO

AEROPORTO NÃO PAVIMENTADO

LIGAM DE ARTENHO

LIGAM DE BARCAIS

ESTRADA DE FERRO

LIMITE INTERNACIONAL

LIMITE ESTADUAL

RODEIA FEDERAL

PAVIMENTO

NÃO ASFALTADO

PAVIMENTO

RODEIA ESTADUAL

PAVIMENTO

NÃO ASFALTADO

PAVIMENTO

RODEIA MUNICIPAL

PAVIMENTO

NÃO ASFALTADO

A abertura da via Dutra (BR-116) pelo programa nacional de estradas de rodagem, em 1951, melhorou a ligação entre o Rio de Janeiro, São Paulo e o Médio Paraíba. Entre a década de 50 e 60 as obras rodoviárias de maior expressão no território do atual estado foram “a pavimentação das estradas Niterói-Friburgo, Rio-Bahia (até Leopoldina), Niterói-Rio Bonito, contorno da baía e abertura da Rio-Teresópolis, pavimentada”, todas de competência federal à exceção da Niterói-Friburgo.

O Rio de Janeiro, a partir de 1957, começou a perder o comando rodoviário no sistema nacional a partir da expansão e pavimentação da rede rodoviária paulista, com a substituição dos trens por caminhões e automóveis. Conforme Davidovich “a atuação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem foi crucial, neste sentido, contribuindo para a consolidação da região de São Paulo e de sua atividade agrária” (DAVIDOVICH, 1986 :353). A perda da centralidade rodoviária resultou no declínio da influência da metrópole carioca em áreas a ela tradicionalmente subordinadas, que passaram a ser disputadas pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (DAVIDOVICH, 1986 :353).

Na década de 70 a rede rodoviária fluminense apresentava uma baixa conectividade o que resultava em uma integração precária tanto entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior do estado, quanto entre as diversas localidades do interior (LACORTE, 1976 :101); o que acentuava a desarticulação da rede urbana estadual. Foram importantes, assim, a implantação da ponte Rio-Niterói, da BR-101 (Rio-Santos) e o novo traçado da BR-040 (Rio-Juiz de Fora), entre 1975 e 1980, para viabilizar a fusão e a articulação, ainda que incipiente de parte da rede urbana do estado que se formava.

A ponte Rio-Niterói conectou os eixos sul e norte da BR-101 e articulou os dois lados da Baía de Guanabara, o que propiciou o desenvolvimento exacerbado de São Gonçalo, município vizinho a Niterói, ao lado da ponte na década de 80. A abertura destas estradas colocou ao alcance da região metropolitana, ao sudoeste, Angra dos Reis e Parati (em 1976) (IDEG, 1975), antes de difícil acesso; à nordeste, as Baixadas Litorâneas (Maricá, Saquarema, Cabo Frio); e contribuiu para aproximar do núcleo metropolitano o Norte Fluminense e a região serrana de Nova Friburgo. O novo traçado da BR-040 (Rio-Juiz de Fora), ao largo de Petrópolis, concretizou uma ligação mais rápida com o Centro Sul Fluminense, através de Três Rios.

As rodovias abertas na década de 70/80 articularam a região metropolitana ao interior, desencadearam o desenvolvimento de atividades de turismo e veraneio em diversas

áreas do atual estado, e interferiram com os padrões de urbanização-distribuição da população e das atividades produtivas, como veremos no próximo capítulo. Cidades como Nova Friburgo e Petrópolis entre outras, todavia, desenvolveram-se à margem de qualquer iniciativa governamental de cunho estadual ou federal, apesar de haverem se beneficiado com a abertura destas novas estradas. Por outro lado, a ligação das áreas isoladas do interior fluminense aos fluxos da produção e circulação contribuiu para praticamente aniquilar a agricultura de subsistência fluminense dadas as dificuldades de escoamento da produção.

Após a abertura destas estradas a política rodoviária no atual território fluminense tem se pautado pela *“pavimentação e melhoria da rede existente... Os resultados ... se contribuíram para a diminuição dos desníveis entre as áreas que receberam as melhorias, também acentuaram o atraso daquelas áreas situadas à margem dos benefícios”* (LACORTE, 1976 :102-103).

5.5 O Estado do Rio de Janeiro no fim do século XX

A industrialização da capital, após o fim do surto cafeeiro do século XIX, impôs uma nova divisão social e territorial do trabalho no início do século XX e simultaneamente:

- a) estimulou a migração do capital comercial e cafeeiro para empreendimentos imobiliários e suntuários no Distrito Federal;
- b) propiciou a formação e desenvolvimento da região metropolitana desarticulada do interior do antigo estado do Rio de Janeiro, em termos físicos e econômicos;
- c) obstaculizou a formação de uma rede de cidades e mercados que sustentasse a economia depauperada do interior fluminense e lhe desse condições de se desenvolver e recuperar.

O interior do estado nestas condições só voltou a se dinamizar graças à ação do governo federal, a partir de 1940, a despeito da formação de uma rede de transportes polarizada pela cidade do Rio de Janeiro, pois muitas estradas federais passavam ao largo das sedes municipais no interior, por haverem sido abertas com a meta de conectar a capital federal a outras áreas do território nacional e ampliar sua área de influência, sobrepassando o território do antigo estado.

O interior, com exceção do Médio Paraíba, se desenvolveu a revelia da metrópole até 1970, com uma total ausência de políticas governamentais de caráter urbano, a não ser pela elaboração a nível municipal dos planos locais de desenvolvimento integrado

(PLDI) na década de 60 como meio de obter verbas do governo federal, e pelos planos diretores dada a obrigatoriedade da Constituição de 1988. Pouco se fez no âmbito da criação de pólos de desenvolvimento (Perroux) que inspirou a prática de planejamento em várias partes do território nacional, e apenas Campos no território do atual estado foi objeto do Programa de Cidades Médias do Banco Mundial.

Para desenvolver direta ou indiretamente o território do antigo estado foram de fundamental importância as seguintes iniciativas do governo federal:

nos anos 40:

- a implantação da Siderúrgica Barra Mansa e da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, que contribuíram para desenvolver a economia nacional e para industrializar o Médio Paraíba;
- o programa federal de estradas de rodagem, que abriu, entre outras, a Rio-Bahia e a Rio-São Paulo (BR-116 Via Dutra), e ampliou a área de influência da capital.

nos anos 50 e 60:

- a instalação da Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) em Duque de Caxias na região metropolitana.

nos anos 70/80:

- implantação de estradas e ampliação do sistema viário para viabilizar a fusão do antigo estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, a saber a: ponte Rio-Niterói, a BR-101 (Santos-Rio-Campos), e o novo traçado da BR-040 (Rio-Juiz de Fora).

durante a década de 80 e 90.

- implantação da usina nuclear em Mambucaba (Angra dos Reis) através de um convênio entre Furnas, a Nuclen e o governo alemão;
- implantação do terminal portuário da Petrobrás em Jacuecanga (Angra dos Reis);
- a descoberta de Petróleo na Bacia de Campos e a instalação de uma base de operações da Petrobrás em Macaé.

O norte Fluminense foi objeto de vários programas federais desde a década de 60 (IAA, Pró-Alcoól, Prodenor) com o objetivo de desenvolvê-lo, porém tais programas contribuíram, conforme diversos analistas, para modernizar a produção, aumentar a

concentração fundiária e extinguir a pequena produção, expulsando grandes contingentes de trabalhadores rurais para a periferia das cidades médias da região (Campos, Macaé, Itaperuna, Sto Antônio de Pádua) e para a região metropolitana.

A partir dos elementos levantados neste capítulo e no anterior parece-nos que houve sucessivas perdas ou deslocamentos de hegemonias da cidade do Rio de Janeiro, capital do atual estado, ex-estado da Guanabara e ex-Distrito Federal; e não necessariamente um esvaziamento econômico, como vimos no capítulo 2. A cidade do Rio de Janeiro perdeu a hegemonia cafeeira ainda no século XIX com a expansão da fronteira agrícola paulista. No início do século XX perdeu a hegemonia industrial; na década de 50 começou a perder o comando da rede viária e em 1960 perdeu a hegemonia política, ao nível do estado-nação. E paulatinamente, perdeu a hegemonia regional sobre o sul de Minas e Espírito Santo conforme Belo Horizonte se desenvolveu enquanto pólo econômico e industrial.

Torna-se difícil falar em um esvaziamento econômico no interior do atual estado, na medida em que este termo pressupõe um (pre)enchimento prévio, a perda de algo pré-existente. No caso do interior do território do atual estado do Rio de Janeiro o esvaziamento, até certo ponto, pode ser visto nesta perspectiva como uma falsa questão. A não ser pelos espaços ocupados por um breve tempo pelas atividades da cafeicultura durante o século XIX, e pelas áreas do Norte e Noroeste fluminense direcionados mormente para a produção primária. Os espaços onde se implantou alguma atividade industrial concentrada de porte se desenvolveram, como Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Barra do Piraí, no Médio Paraíba; Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis na região Serrana; Três Rios e Valença no Centro Sul Fluminense e Angra dos Reis na Baía da Ilha Grande. Neste sentido, parece-nos mais adequado falar em bolsões de pobreza.

Estes bolsões encontram-se preponderantemente em áreas onde não se desenvolveram ou implantaram novas atividades produtivas, que por cinquenta anos vicejaram devido ao café e com sua evasão se esvaeceram, onde muitas vezes, por clientelismo político, vilas foram elevadas a cidades sem terem condição para tal. As quais até hoje permanecem estagnadas e tendem ao virtual desaparecimento como Sumidouro, São Sebastião do Alto, Rio das Flores, etc...

As atuais desigualdades entre as regiões fluminenses teriam suas raízes na forma com que se processou o povoamento; como e onde se desenvolveram as atividades produtivas e como a metrópole (cidade do Rio de Janeiro) se articulou com seu

hinterland (território do estado-nação) e como ela e o hinterland próximo (território do antigo estado do Rio de Janeiro) não se articularam física e produtivamente.

Relembramos aqui, rapidamente, algumas das causas para tal situação, além dos elementos abordados no capítulo anterior;

1. após a ocupação urbana no século XIX, apenas em 1930, dadas as necessidades da industrialização, iniciou-se a efetiva ocupação urbana da Baixada Fluminense com a substituição dos laranjais por loteamentos. Esta ocupação foi mais uma expansão da malha urbana da capital direcionada para abrigar a força de trabalho do que uma expansão das atividades produtivas no antigo estado do Rio de Janeiro. No século XX a única cidade fundada no planalto fluminense após o ciclo do café foi Volta Redonda, por iniciativa estatal.
2. após a derrocada da agricultura fluminense, como vimos no capítulo anterior, a inviabilidade da substituição da lavoura de café por outra de relevância na pauta de exportações, exceto pelo breve ciclo da citricultura na Baixada Fluminense entre 1920 e 1940 e não modernização da agropecuária fluminense, intensificaram não só as disparidades na rede urbana fluminense, mas entre os setores urbano e rural. Agravadas pelo caráter urbano da implantação industrial concentrada em poucas áreas, em particular na cidade do Rio de Janeiro, em razão da estanquização da divisão territorial do trabalho e da inexistência de uma divisão social do trabalho tal qual nos países centrais.
3. a despeito do surto de desenvolvimento industrial, na passagem do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro perdeu esta hegemonia já em 1920 para São Paulo, em plena fase de crescimento industrial e de transição para a divisão trabalho fabril. Entre os elementos que contribuíram para explicar o desinteresse do capital em se manter na atividade industrial e manufatureira e voltar-se para outras atividades mais lucrativas, especulativas e pouco multiplicativas, como o setor imobiliário público e privado e o setor comercial e financeiro (SZMRECSANYI, 1994 :207), conforme Szmrecsanyi e Egler, temos:
 - a inexistência de uma agricultura mercantil, de um cordão de abastecimento próprio de matérias primas e gêneros alimentícios, dada a decadência rural; que persiste até hoje;
 - boa parte da produção fluminense era de subsistência dirigida principalmente para o consumo local;

- a dependência do Rio de Janeiro da importação de matérias-primas e gêneros alimentícios, elevava seus custos de produção: pela elevação dos salários, custos de transporte e impostos interestaduais;
 - a diversificação industrial carioca em 1919 apesar de maior que em São Paulo (CANO, 1977 :109), concernia à produção em pequena escala de bens de luxo voltada para o consumo das classes abastadas do Distrito Federal;
 - a despeito da fundação da Light em 1906 o território do atual estado enfrentava problemas de abastecimento de energia elétrica.
4. a articulação física da cidade do Rio de Janeiro com seu hinterland próximo (antigo estado do Rio de Janeiro), à exceção da área da baixada fluminense, é recente, sua função de capital implicou em privilegiar ligações com seu hinterland maior em detrimento de seu hinterland menor, como vimos no capítulo anterior. Não se criaram, inclusive, condições para o desenvolvimento da produção agrícola fluminense, dadas as dificuldades para escoar a produção, as quais se mantêm até hoje nas áreas mais afastadas com a desativação de ramais secundários de ferrovias como a E.F. Cantagalo e a E.F. Carangola (CIDE ,1988c :11), não abertura de novas estradas e não pavimentação das estradas estaduais do antigo estado do Rio de Janeiro.

O hinterland da cidade do Rio de Janeiro era em escala territorial o país inteiro, por ser a sede de representação do poder real, imperial e federal do fim do século XVIII até meados do século XX; em escala regional a zona da Mata Mineira, Espírito Santo e sul da Bahia; até Belo Horizonte conseguir se firmar na década de 60 enquanto pólo econômico e industrial; em escala local o território do atual estado até se tornar sede do poder.

A cidade do Rio de Janeiro não contava com hinterland próprio na mesma unidade da federação que a abastecesse, durante o período colonial era abastecida por Minas Gerais. Via de regra isto não consiste em problema nos países avançados como os Estados Unidos, Alemanha, etc. com taxa única, porém no Brasil com a criação da federação e com uma legislação estadual tributária em cada estado isto contribui para o encarecimento dos produtos comercializados entre diferentes unidades administrativas.

As desigualdades na rede urbana fluminense foram moldadas por diferentes processos. Desde a fase mercantilista, até a industrialização substitutiva, a grande beneficiada foi a cidade do Rio de Janeiro com um intenso processo de subordinação das cidades circunvizinhas, surgidas na fase primário-exportadora. Entre 1950 e 80 poucas cidades

na rede urbana fluminense responderam às estratégias governamentais para o desenvolvimento econômico-social, mesmo após a fusão e o estado apresentava duas áreas de maior dinamismo econômico: a região metropolitana, em posição primaz, seguida pela região do Vale Paraíba. Permanecem as desigualdades na estrutura econômica espacial do estado, mas graças às estradas abertas nas décadas de 70/80, as Regiões Baía da Ilha Grande, Serrana e das Baixadas Fluminenses conseguiram se desenvolver. O resto do estado, devido à gama de fatores econômicos, físicos, políticos e outros - sem condições de gerar ou manter atividades de sustentação econômica, pouco se desenvolveu e permaneceu, em parte, à sombra da Metrópole e, em parte, dela isolado (SECPLAN, 1975 :35).

Como veremos no próximo capítulo a ligação das áreas isoladas do interior fluminense aos fluxos da produção e circulação contribuiu para praticamente aniquilar a agricultura de subsistência fluminense devido às dificuldades de escoamento da produção, pois na década de 80 a rede rodoviária não foi ampliada nem objeto de melhorias e de pavimentação.

6. PADRÕES DE URBANIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Durante a ocupação do território até o fim do século XIX não se formou no estado uma rede de cidades e mercados que sustentasse o interior, situação agravada pela quase aniquilação das lavouras fluminenses (vide capítulo 4). No quadro dos padrões de desenvolvimento e industrialização adotados no presente século o interior do estado só veio a se recuperar do fim do surto cafeeiro do século XIX devido à ação do governo federal, a partir de 1940 (vide capítulo 5). Tais padrões associados ao caráter administrativo da cidade do Rio de Janeiro até 1975, por sua vez, contribuíram para a formação da região metropolitana relativamente desarticulada do restante do território do atual estado.

6.1 *tendências empíricas e caminhos analíticos*

É possível, a partir do exposto até aqui, antecipar umas primeiras conclusões que lançam alguma luz sobre os "*problemas*" da convivência entre metrópole e interior que pinçamos no capítulo 1:

- 1) Não se sustenta, a nosso ver, o argumento daqueles que interpretam o não acompanhamento pelo PIB estadual e, mormente, da capital do estado das taxas nacionais de crescimento como "*esvaziamento econômico*" atribuído à fusão (vide capítulo 1). Uma análise mais detalhada aponta possíveis "*razões*" históricas desta diminuição da participação relativa do município e estado do Rio de Janeiro no PIB nacional cujos condicionantes intra-estaduais remontam à forma da ocupação de seu território. Ademais, este decréscimo tem a ver com a incorporação ao processo produtivo de novos espaços, fora do eixo Rio-São Paulo, que expressam uma transformação do padrão espacial de acumulação no Brasil - e afetou São Paulo tanto quanto o Rio de Janeiro.
- 2) Neste sentido, parece difícil caracterizar a fusão como uma simbiose parasitária entre um estado falido (antigo estado do Rio de Janeiro) com um pequeno estado dinâmico (Guanabara); se bem que representou a integração de um espaço carente de infraestrutura e serviços de moradia da PEA com o espaço de produção, (vide capítulo 5). E, após a fusão, o município do Rio de Janeiro continuou a receber em proporção

equivalente ou maior à sua arrecadação, em detrimento do interior do Estado¹, que mesmo assim se desenvolve.

- 3) Ao contrário, os dados mostram que no território do antigo estado, já antes da fusão, a PEA industrial cresceu em moldes semelhantes ao do estado de São Paulo, de 1940 a 1980. O aumento da participação do setor industrial no então estado do Rio de Janeiro foi acompanhada, também, por um significativo crescimento da participação do setor terciário.

Geralmente, essas modificações na distribuição da população e das atividades produtivas podem ser, em boa parte, atribuídas às mudanças no meio técnico-científico e nas relações de produção seja a nível vertical (transformações nas relações de trabalho rurais e urbanas), seja a nível horizontal através de sua ampliação espacial (vide capítulo 3). No caso do interior fluminense, suas respectivas transformações foram propiciadas pela melhoria das condições de mobilidade do capital e do trabalho concretizada nos meios de transportes e comunicações através da articulação física entre a capital e o interior do estado, efetivada de 1974 a 1980, que permitiu uma maior interação entre a capital e o interior do estado e ampliou o espaço de alcance da metrópole a nível estadual; conforme apontamos ao final do capítulo anterior. E, por outra parte pelas ações isoladas e/ou combinadas do Estado, do capital imobiliário e outros capitais que se materializaram em políticas setoriais ou em diferentes tipos de investimento em pontos localizados.

Todavia, para obter respostas mais seguras a respeito destas questões precisamos investigar as transformações recentes e observar, em particular, as mudanças da estruturação espacial no interior da qual a urbanização é um componente importante (vide capítulo 2). Neste sentido, trataremos neste capítulo de expor os padrões de urbanização identificados na base do sistema urbano no interior fluminense entre 1980/91, a partir da análise e sistematização dos dados e informações municipais e distritais das diversas localidades para apontar o seu papel e as tendências que se descortinam. A região metropolitana não será analisada explicitamente porque tal empreendimento teria inviabilizado nosso estudo. Não deixaremos, todavia, de nos referenciar a ela devido ao seu papel na rede urbana estadual.

Devemos ter claro que a distribuição da população e as formas de urbanização não são uniformes e casuais, e que seus ritmos e características são decorrentes, entre vários

¹ “Especialmente, após a fusão do estado, as regiões do interior fluminense, destacando-se as regiões norte e noroeste, passaram a viver maiores dificuldades dada a concentração dos recursos estaduais e

fatores, das formas do povoamento, das mudanças no aproveitamento econômico, da acessibilidade aos centros maiores, dos fluxos e interdependência que caracterizam o sistema urbano da área e, em última análise, o grau de desenvolvimento das áreas em que se inserem as diferentes localidades.

Para não perdermos de vista os processos em curso na base da rede urbana que interagem e se desdobram nas diferentes escalas com distintas repercussões, torna-se necessário, portanto, trabalharmos com três tipos distintos de fontes de dados de forma articulada:

Serviram de base para nosso estudo dados primários, dados estatísticos (secundários) e outras informações (qualitativas) encontradas em documentos.

(i) Os dados primários advêm de várias excursões a campo, com a realização de breves entrevistas informais, levantamento da disponibilidade de transportes, observação do tipo de acessibilidade, existência de indústrias, comércio e atividades de turismo veraneio.

(ii) Os dados secundários são relativos a dados censitários distritais de 1980 e 1991 (IBGE) e outras informações de publicações técnicas de instituições técnicas (IBGE, CIDE e FAPERJ). Adotamos a Sinopse Preliminar do Censo do IBGE de 1980, na medida em que a versão definitiva não apresentava os dados distritais para 1980.

(iii) Além destes dados foram de extrema valia as informações contidas em trabalhos acadêmicos sobre algumas áreas do estado e no relatório *“Urbanização do Interior Fluminense”* (FAPERJ, 1983), que não se deteve em considerações teóricas ou analíticas, mas preocupou-se em caracterizar a dinâmica das localidades com até 30.000 habitantes a partir de um minucioso levantamento de campo.

Para construir *padrões* de urbanização é necessário, primeiro, identificar as *formas* (ou configuração) de urbanização que concretamente encontramos no interior do estado do Rio de Janeiro. Quando falamos de forma pretendemos apenas caracterizar a urbanização no sentido de reunir um conjunto de elementos que dariam conta de suas *especificidades* históricas e territoriais. Já no padrão tentaremos reconhecer certos traços gerais que são comuns (ou onde há semelhanças) entre formas de urbanização.

6.2 características da urbanização

Na perspectiva de procurar indícios relativos à estruturação espacial, a apresentação das características não pode deter-se ao nível *urbano* (ou municipal), conforme argumentamos nos capítulos 2 e 3. Precisa abranger dois outros patamares: o regional (e inter-urbano) e o distrital (o intra-urbano).

Já por causa do volume de informações, das singularidades e desigualdades entre as diferentes áreas do estado e para situar as localidades procedemos a uma regionalização dos dados através das regiões de governo. Como nossa intenção é fornecer um quadro geral das áreas onde as localidades se situam, para trabalhar, em última instância, o padrão de urbanização na escala dos distritos, não nos deteremos em considerações sobre a pertinência de trabalhar com as regiões de governo ou as microrregiões. Optamos pelas regiões de governo (vide Quadro 1.1), por compreenderem de certa forma as microrregiões homogêneas do IBGE, a não ser por algumas discrepâncias que não chegam a comprometer o trabalho na medida em que trabalhamos articuladamente com as escalas municipal e local.

Para efeitos da análise não nos prendemos apenas às taxas de urbanização (relação entre a população urbana e total), mas procuramos considerar, além das migrações (vide capítulo 1) o comportamento demográfico do pessoal ocupado no campo em virtude de mudanças no processo de proletarização, que tende a abandonar o padrão clássico de liberação total da mão de obra rural, como já foi mencionado anteriormente.

Além da importância da escala distrital para detectar a *estrutura fina* da urbanização, era necessário utilizar estes dados porque entre 1980 e 1991 diversos distritos se emanciparam e se alterou a composição de algumas regiões de governo (vide Quadro I.1). O trabalho ao nível dos dados distritais de 1980 e 1991 possibilitou-nos recompô-los para 1991, conforme os distritos que os integram em 1991.

Isto, porém, não foi possível com relação aos dados econômicos devido à sua agregação. Trabalhamos separadamente, os dados distritais de alguns aglomerados urbanos ou rurais (que apesar de definidos enquanto tal pelas estatísticas do IBGE, apresentam uma conformação urbana), e procuramos identificar seu padrão de crescimento demográfico, conjugado a sua localização, a informações de teor sócio-econômico e a informações específicas de cada um. Na medida em que trabalhamos com sedes de municípios, distritos, aglomerações urbanas e rurais, adotamos o termo

genérico de localidades¹; quando nos referirmos ao conjunto, destacaremos conforme o caso a distinção entre sedes, vilas ou aglomerados.

Tabelas e gráficos apresentados para cada região (vide os itens seguintes), reúnem as principais informações quantitativas sobre seus municípios e distritos; em geral não será possível, entretanto, discutir explicitamente cada um dos municípios separadamente. Tentaremos apontar as principais características daqueles que de alguma forma se destacam na região. Da mesma forma, a nível intra- ou infra-municipal (distrital) seria inviável querer contemplar todas as características e transformações. Nossa atenção estará dirigida, desde já, àquelas que se tornarão as mais significantes para os, futuramente construídos, padrões de urbanização.

6.2.1 região Baía da Ilha Grande

Situada no litoral sul do estado, já foi um dos maiores pólos pesqueiros nacionais. A estagnação que se seguiu à decadência da cafeicultura no século XIX só começou a ser superada com o abastecimento de carvão pelo porto de Angra dos Reis para a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) na década de 40.

A abertura da BR-101 e a implantação do estaleiro Verolme em Jacuecanga (distrito de Angra dos Reis) e das usinas nucleares em Itaorna (distrito de Mambucaba em Angra dos Reis), em fins dos anos 70; a que se somou a ampliação do terminal portuário da Petrobrás (TEBIG), em Jacuecanga, em fins dos anos 80; contribuíram para atrair migrantes de várias regiões do estado, entre 1970/80, em particular da região metropolitana, Médio Paraíba e Centro Sul Fluminense. É possível que esta tendência tenha se mantido pois, entre 1980/91, apresentou um crescimento superior ao esperado e acima da média estadual com a ampliação de sua participação na população estadual. (vide Tabelas 6.2.1.2 e 6.2.1.3).

Estes fatores tornaram Angra dos Reis o segundo município de maior crescimento econômico e demográfico² do estado - apesar da crise da indústria naval brasileira, nos anos 80. E interferiram no padrão de urbanização nos aglomerados de pequeno porte de Angra dos Reis, Parati, Rio Claro (Médio Paraíba) e Mangaratiba (região metropolitana).

¹ Pelo Decreto Lei nº 311 de 1938 todas sedes municipais passaram à categoria de cidades, e as sedes de distritos à de vilas. Ambas tiveram, assim, definidos por leis municipais seus perímetros urbanos, e a partir deles passou a ser recenseada a população urbana, respeitadas as alterações fixadas em lei. No Estado do Rio de Janeiro haviam antes deste decreto várias sedes municipais que eram vilas. Rio das Flores é uma delas.

² 3,04 % a.a. acima da média estadual (1,15% a.a) e da Região Metropolitana (1,02% a.a), FIBGE, 1991.

As atividades industriais aliadas às atividades turísticas fazem dos setores secundário e terciário os mais expressivos, o que se reflete na distribuição de sua PEA (vide Tabela 6.2.1.1). No final dos anos 80, quase metade da receita tributária de Angra dos Reis provinha do ISS, e 38% do IPTU e outras receitas (CIDE, 1993b :61). Em 1980, seu PIB representava 1% do PIB estadual e 1,4% do PIB industrial do estado.

Sua localização entre a Serra do Mar e o litoral, e a relativa proximidade à cidade do Rio de Janeiro, propiciou desde a abertura do trecho Rio-Angra da BR-101¹, ao fim da década de 70, a expansão do turismo e o parcelamento para loteamentos de luxo da orla marítima de Angra dos Reis e de distritos de Mangaratiba (Região Metropolitana), cujos lotes são propagandeados como se pertencessem a Angra. Isto não ocorreu em Parati, por sua orla ser constituída de mangues e praias isoladas, à exceção de Parati-Mirim na divisa com São Paulo, a quatro horas de viagem do Rio de Janeiro.

O *boom* de segundas residências de luxo contribuiu para exacerbar a valorização imobiliária, incrementar a construção civil e gerar inúmeros conflitos de terras², devido à apropriação da terra por grupos turísticos e imobiliários que geralmente levam a expulsão de antigos lavradores e pescadores.

A valorização dos terrenos conjugada à distância da sede municipal aos distritos de Mambucaba e Jacuecanga, onde se situam as instalações industriais, fizeram com que a Petrobrás, a Verolme e Furnas, tivessem que implantar e manter alojamentos com infra-estrutura e serviços de ônibus especiais em aglomerados de pequeno porte próximos para seu pessoal técnico (engenheiros, técnicos e operários especializados).

Antigas vilas de pescadores, assim, tornaram-se condomínios fechados - como Jacuecanga e seus aglomerados de Monsuaba, Camorim e Prainha (Angra dos Reis); Praia Brava (aglomerado de Mambucaba - Angra dos Reis) e Mambucaba de Cima (aglomerado de Tarituba - Parati); ou núcleos de pequeno comércio, serviços e locais de residência de trabalhadores destas empresas, de operários da construção civil, caseiros, empregados de condomínios, empregados domésticos, pescadores e biscateiros, caso de Cunhambebe, Jacuecanga, Monsuaba e Mambucaba (Angra dos Reis).

Em fins da década de 70, Lídice (Rio Claro-Médio Paraíba), situado na encosta da Serra do Mar a 20 km de Jacuecanga, através da estrada Angra dos Reis-Barra Mansa -

¹ a estrada foi aberta oficialmente em 1975, porém, a entrada em funcionamento regular do trecho Rio-Angra esteve comprometida devido a seguidos desmoronamentos. Este trecho passou a operar ininterruptamente após 1978, conforme constatamos em freqüentes viagens entre 1975 e 1979.

² Em 1990, foram computadas na região 56 áreas de conflitos, com cerca de 36 mil hectares e 12 mil famílias envolvidas CIDE, 1993b :49. A respeito dos conflitos de terras na área vide GUANZIROLI, 1983.

também se tornou um núcleo dormitório destas empresas. Aí foram construídos alojamentos, com serviços de ônibus especiais além da ocupação de quartos e vagas.

Em decorrência pôde-se observar entre 1980/91:

- a expansão demográfica destes aglomerados;
- a proliferação de favelas e assentamentos irregulares nas áreas urbanas de Angra e ao redor da vila da Verolme em Jacuecanga, o que explica em parte o crescimento da população rural no distrito sede;
- o aumento dos deslocamentos diários de trabalhadores em direção à Praia Brava e Jacuecanga (Angra dos Reis), provenientes de Mambucaba de Cima (Parati), Camorim, Monsuaba e Prainha (Jacuecanga) e de Rio Claro e suas vilas de Lídice e Passa Três;
- a valorização dos terrenos, a proliferação de condomínios e a expansão da construção civil;
- a alteração de uso do solo agrícola para fins turísticos e/ou industriais.

Estes processos conjugados a criação do Parque Nacional da Bocaina, na encosta da Serra do Mar, com a proibição de cultivo acima da cota 200, contribuíram para extinguir as atividades primárias agrícolas (culturas de subsistência e de banana) e artesanais, como a pesca, que está sendo substituída pela pesca em moldes industriais através de projetos pesqueiros em convênio com a JICA (Japanese International Cooperation Agency) (CIDE, 1993b :47), tanto no continente quanto na Ilha Grande.

Em consequência o perfil de distribuição da população rural e urbana, entre 1980/91, se alterou. A taxa de urbanização da região cresceu 70,68%, principalmente, devido ao crescimento demográfico (3,65% a.a) no município de Angra dos Reis (vide Tabela 6.2.1.2), e ao decréscimo de sua população rural, que passou de 28.933 habitantes em 1980 a 7.126 em 1991. Este crescimento não se deu na sede, mas nos distritos de Cunhambebe, Jacuecanga, e Mambucaba (vide Tabela 6.2.1.3) pelas razões apontadas acima. Os dados distritais (vide Tabela 6.2.1.3) indicam que a população total de Cunhambebe e Jacuecanga já ultrapassou a da sede de Parati e se aproximam da dimensão da sede de Angra dos Reis, da qual distam 36,7 e 16 km respectivamente. A acentuada variação da população urbana nestes distritos deve-se, em parte, à mudança de conceituação do IBGE, que os havia considerado aglomerados rurais em 1980, apesar de apresentarem infra-estrutura e contigüidade de ocupação.

Tabela 6.2.1.1 - REGIÃO BAÍA DA ILHA GRANDE - PIB e PEA em 1980

	Participação PIB Estadual	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
		primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região	1,10	2,00	55,5	42,50	16,43	34,50	48,43
Angra dos Reis	1,00	1,00	59,00	40,00	8,53	40,24	50,81
Parati	0,10	8,71	25,60	65,59	39,25	18,56	41,83

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

**Tabela 6.2.1.2 - REGIÃO BAÍA DA ILHA GRANDE
- dados municipais**

		REGIÃO	Angra dos Reis	Parati
população total	91	109.499	85.571	23.928
população urbana	91	89.910	78.445	11.465
população rural	91	19.589	7.126	12.463
% população estadual	91	0,86	0,67	0,19
população total	80	78.280	57.658	20.622
população urbana	80	37.659	28.725	8.934
população rural	80	40.621	28.933	11.688
% população estadual	80	0,69	0,51	0,18
participação estadual		0,17	0,16	0,01
taxa de urbanização	80	48,11	49,82	43,32
taxa de urbanização	91	82,11	91,67	47,91
% taxa de urbanização		70,68	84,01	10,60
absoluta população total		31.219	27.913	3.306
% população total		39,88	48,41	16,03
% população urbana		138,75	173,09	28,33
% população rural		-51,78	-75,37	6,63
crescimento líquido a.a		3,10	3,65	1,36
-- urbano a.a		8,23	9,56	2,29
-- rural a.a		-6,42	-11,96	0,59

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

TABELA 6.2.1.3 - REGIÃO BAÍA DA ILHA GRANDE - localidades ordenadas por crescimento a.a

		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
ANGRA DOS REIS	MAMBUCABA	7.699	6.850	849	3.427	390	3.037	124,66	1.656,41	-72,04	77,59	7,64
ANGRA DOS REIS	CUNHAMBEBE/FRADE	25.519	23.826	1.693	12.219	1.231	10.988	108,85	1.835,50	-84,59	83,29	6,92
ANGRA DOS REIS	JACUECANGA	15.990	15.394	596	9.142	977	8.165	74,91	1.475,64	-92,70	85,59	5,21
PARATI	PARATI	15.831	11.278	4.553	12.960	8.684	4.276	22,15	29,87	6,48	4,23	1,84
ANGRA DOS REIS	ANGRA DOS REIS	31.953	28.574	3.379	26.853	24.894	1.959	18,99	14,78	72,49	-3,28	1,59
PARATI	PARATI MIRIM	3.975	22	3.953	3.437	11	3.426	15,65	100,00	15,38	0,23	1,33
PARATI	TARITUBA	4.122	165	3.957	4.225	239	3.986	-2,44	-30,96	-0,73	-1,65	-0,22
ANGRA DOS REIS	ABRAAO	2.203	1.626	577	2.540	1.090	1.450	-13,27	49,17	-60,21	30,90	-1,29
ANGRA DOS REIS	PRAIA DE ARACATIBA	2.207	2.175	32	3.477	143	3.334	-36,53	1.420,98	-99,04	94,44	-4,05

nomes

em negrito = sedes municipais

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE NOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

A população rural apesar de haver diminuído na região, apresentou um crescimento nas sedes de Angra dos Reis e Parati (vide Tabela 6.2.1.3), correspondente a expansão de favelas na periferia da malha urbana. Já o aumento da população rural em Parati-Mirim está relacionado ao aumento da população voltada para a prestação de serviços aos veranistas do condomínio Laranjeiras, utilizado por paulistas.

Nos distritos da Ilha Grande (Abraão e Praia de Araçatiba - Angra dos Reis) a impossibilidade dos pescadores competirem com a pesca industrial associada à desativação do presídio e a intenção de transformar a ilha em um “resort” de luxo (RANDOLPH e LIMONAD, 1992 e RANDOLPH, 1994) contribuíram para seu decréscimo populacional e para a transformação de muitos moradores em caseiros e prestadores de serviços aos veranistas.

Todas localidades da área dependem de Angra dos Reis para comércio e serviços especializados, à exceção dos trabalhadores residentes no município de Rio Claro, que dirigem-se a Barra Mansa, da qual também é próxima, na Região do Médio Paraíba. Em 1987 a região possuía dois hospitais federais em Praia Brava (Itaorna - Angra dos Reis) e em Mambucaba de Cima (Furnas - Parati), e quatro particulares, um dos quais em Parati, além das unidades para-hospitalares¹. A infra-estrutura de energia foi ampliada, porém não temos dados.

6.2.2 região das Baixadas Litorâneas

A abertura da ponte Rio Niterói e extensão da BR-101, em meados da década de 70, conectada a RJ-106 e RJ-124, articularam esta área a região metropolitana. O que desencadeou o parcelamento da orla para segundas residências e da área interna para sítios de fim de semana, com a extinção das atividades primárias. Aparentemente, seu potencial turístico contribuiu para transformar as áreas costeiras em reserva de valor, mantidas como pastagens não cultivadas (44% das terras em 1985 - CIDE, 1993b :66-70) (COELHO, 1986).

A região apresenta um litoral urbanizado em contraste com um interior (Casimiro de Abreu e Silva Jardim), que não consegue firmar-se como área de produção. Em 1980, participava com 1,34% do PIB estadual, 1/3 proveniente de Cabo Frio (CIDE, 1993b :66) e de Arraial do Cabo, emancipado em 1986, que ficou com a Fábrica Nacional de Álcalis, sua principal indústria, o que deve contribuir para alterar sua participação no PIB industrial. Cabo Frio e Araruama, em 1980, eram os municípios com maior população e

quantidade de estabelecimentos industriais, com destaque para os setores de química, extração mineral e alimentos segundo o valor da produção (CIDE, 1988b e 1989c). Os setores terciário e secundário eram os principais geradores de renda (51% e 33%) (IBGE, 1985 e CIDE, 1993b :66). Do total de receita de seus municípios, em 1991, 14% provinham de receitas tributárias e 76% de transferências (CIDE, 1993b :66); e parte da receita de Cabo Frio e Casimiro de Abreu provinha dos *royalties* do petróleo (CIDE, 1989b :22), que deverão também beneficiar Rio das Ostras (emancipado de Casimiro de Abreu).

Em quase todos os municípios, exceto Silva Jardim, o terciário ocupa a maior parte da PEA, dado o desenvolvimento do turismo-veraneio, em Cabo Frio, S. Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Saquarema, Araruama, Rio das Ostras e Barra de S. João (Casimiro de Abreu). Em Rio Bonito a concentração da PEA no terciário está relacionada a sua função de centro comercial atacadista, com indústria de alimentos, móveis e metalurgia, próximo a Região Metropolitana que presta serviços às pequenas localidades de seu entorno. O terciário é incipiente em Cachoeiras de Macacu, núcleo dormitório e ponto de passagem para Nova Friburgo, à meia hora de viagem e com transporte farto, da qual depende para comércio e serviços especializados, como quase todas cidades da Região Serrana; à exceção de Petrópolis e Teresópolis, próximas ao núcleo metropolitano em outro eixo viário (FAPERJ, 1983 :103 e 106).

A extração de sal, para a Companhia Nacional de Álcalis (Arraial do Cabo) e outras empresas (Companhia Salinas Perynas e Refinaria Nacional - Cabo Frio), concentrada na Lagoa de Araruama e orla marítima fazia do Estado do Rio de Janeiro, até 1980, o 2º produtor nacional de sal. O setor extrativo, todavia, encontra-se desestruturado devido à valorização imobiliária da orla marítima, dos custos de produção e da aquisição de sal nordestino pelas empresas salineiras (CIDE, 1989c :28. e 1988b :33).

O esgotamento na capacidade de absorção da mão-de-obra pelas indústrias e a retração da atividade salineira com a desativação e aterro de pequenas e médias salinas para loteamentos de veraneio (CIDE, 1989c :28); foram contrabalançadas pelo aumento das atividades de construção civil dada a expansão do turismo-veraneio na área litorânea, o que contribuiu para manter a PEA industrial estável.

Em quase todos municípios - exceto Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, cuja produção agrícola é irrisória - a PEA do setor primário é reduzida e está em decréscimo

¹ posto, centro e unidade mista de saúde, clínica, pronto atendimento médico e pronto-socorro.

nas últimas décadas¹, dada a expansão das atividades turísticas. A cultura canavieira quase desapareceu com a desativação da usina de Saquarema na década de 70 e a manutenção das terras como reserva de valor. Sua expansão em algumas áreas, nos últimos anos, não contribuiu para fixar os trabalhadores nas áreas produtoras, em parte, dado seu caráter sazonal, que absorve trabalhadores temporários residentes em áreas urbanas, muitos dos quais oriundos do Norte Fluminense². A maioria dos conflitos de terra registrados (44), em 1990, eram em Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim (CIDE, 1993b :68).

Esta região registrou as maiores taxas de crescimento demográfico entre 1970/80 no estado, com o gradual desaparecimento da população rural, já inexistente em Arraial do Cabo (IBGE, 1991). A taxa de urbanização dos municípios costeiros ultrapassou os 70%, entre 1980/91, dada sua transformação em área de turismo e segundas residências para a população metropolitana, graças à melhoria da acessibilidade à região metropolitana. Em decorrência expandiram-se as atividades terciárias, que dão suporte a tal demanda; desencadeou-se um intenso parcelamento do solo, com a desativação e aterro das salinas (em Cabo Frio e Araruama); diminuiu a pesca marítima, (com maior expressão em Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios); e a população rural, pesqueira e salineira evadiu-se para outras áreas e ocupações (CIDE, 1988b :24). A partir dessa redistribuição da população local pode-se observar, entre 1980/91:

- o adensamento das áreas urbanas, onde a ocupação é mais concentrada, com a transformação de pequenos aglomerados próximos em dormitórios. Como é o caso de Manguinhos em relação a Búzios; Jardim Esperança (aglomerado de Cabo Frio) e da sede de São Pedro d'Aldeia em relação a Cabo Frio (vide Tabela 6.2.2.3).
- a ampliação da população rural entre diversos focos de trabalho em áreas litorâneas onde os loteamentos encontram-se relativamente dispersos. Como é o caso de Tamoios (distrito de Cabo Frio), reserva ambiental, na orla marítima entre Armação dos Búzios (Cabo Frio) e Barra de São João, em razão da transformação de Armação dos Búzios e áreas próximas (Rasa e Manguinhos, aglomerados urbanos de Armação dos Búzios) em pólo turístico com loteamentos de luxos; e de Barra de São João (Casimiro de Abreu) em área de segunda residência, com a expulsão de parte da população original para Tamoios, para a área rural próxima a Manguinhos e para a sede de S. Pedro d'Aldeia (FAPERJ, 1983 :102-103 - vide Tabela 6.2.2.3).

¹ conforme dados do censo de mão de obra de 1980 do Estado do Rio de Janeiro e dados do pessoal ocupado no setor primário desde 1940, constantes em diversos anuários estatísticos do CIDE.

² CIDE série perfis municipais, vários volumes e FAPERJ, 1983.

Parte da população concentrada nas áreas urbanas é absorvida no comércio e prestação de serviços em geral, além da construção civil, todas de caráter sazonal, ligadas à dinâmica das atividades turísticas e de veraneio nas localidades turísticas próximas (Cabo Frio, Búzios, Manguinhos e Iguaba Grande). Bem como a população dispersa (rural) residente entre os aglomerados de Tamoios (Santo Antônio e Unamar), que além destas ocupações tem a alternativa de trabalhar no estaleiro de reparos da Petrobrás em Barra de São João, dada sua proximidade, com a tendência de Santo Antônio se transformar em prolongamento da área urbana de Barra de São João.

Os municípios de Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu e Casimiro de Abreu (com sedes interiorizadas) apresentaram a maior variação na taxa de urbanização entre 1980/91 (vide Tabela 6.2.2.2). Em Silva Jardim, a redução da população rural e o aumento de sua população urbana, não foram acompanhados pelo aumento da população total, ou seja parte da população rural deslocou-se para sua área urbana ou outras localidades (vide Tabelas 6.2.2.2 e 6.2.2.3). E, entre 1980/91, verificou-se o deslocamento diário de parte dos moradores de seus distritos para trabalhar nas lavouras em Rio Bonito (FAPERJ, 1983 :109). Aldeia Velha (Silva Jardim), situado na encosta da Serra do Mar, apresentou uma taxa de crescimento superior ao da sede (vide Tabela 6.2.2.3), principalmente da população rural, devido à expansão dos sítios de fim de semana e do turismo veraneio e não ao incremento das atividades agrícolas. Um indicador neste sentido é a diminuição do pessoal ocupado no setor agrícola desde 1970 (CIDE, 1981, 1988 e 1991).

Em Cachoeiras de Macacu o aumento da taxa de urbanização deve-se ao aumento da quantidade de sítios de fim-de-semana, bem como à sua função de dormitório tanto de trabalhadores urbanos, que residem na sede e trabalham em Nova Friburgo (Região Serrana); quanto de trabalhadores rurais, residentes nas áreas urbanas de Japuíba e Papucaia (ambos no distrito de Japuíba, próximo a Itaboraí) que se deslocam diariamente para as lavouras em Venda das Pedras (Itaboraí-Região Metropolitana) e para ocupações urbanas em Itaboraí.

O crescimento demográfico no distrito sede de Casimiro de Abreu (2,57% a.a), com a formação de favelas e o aumento de sua taxa de urbanização estão relacionados não

Tabela 6.2.2.1 - REGIÃO BAIXADAS LITORÂNEAS - PIB e PEA em 1980

	Participação	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
	PIB Estadual ¹	primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região	1,34	32,70	9,00	58,30	22,52	28,45	49,04
Araruama	0,21	8,80	34,19	57,01	26,55	29,39	44,06
Cabo Frio ¹	0,42	53,63	3,45	53,63	6,53	34,04	59,43
Cachoeira de Macacu	0,12	18,19	21,35	60,46	40,16	17,66	42,18
Casimiro de Abreu ²	0,10	11,33	35,25	53,42	24,26	31,39	44,35
Rio Bonito	0,15	8,82	24,11	67,07	28,36	23,67	47,97
S. Pedro d'Aldeia	0,18	2,80	23,28	73,92	11,10	33,46	55,44
Saquarema	0,11	7,93	39,65	52,42	18,27	32,38	49,36
Silva Jardim	0,05	48,41	14,56	37,03	59,79	14,20	26,00

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

Mapa 6.2 REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

¹ dados de Cabo Frio incluem Arraial do Cabo, emancipado em 1986

² dados de Casimiro de Abreu incluem Rio das Ostras, emancipado em 1991

Tabela 6.2.2.2 - REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS - dados municipais

		Região	Araruama	Arraial do Cabo ¹	Cabo Frio ²	Cachoeiras de Macacu	Casimiro de Abreu ³	Rio Bonito	Rio das Ostras ⁴	S. Pedro D'Aldeia ⁵	Saquarema	Silva Jardim
população total	91	389.522	59.024	19.866	84.915	40.208	15.650	45.161	18.195	50.474	37.888	18.141
população urbana	91	319.243	43.373	19.866	79.217	32.036	13.372	27.165	17.014	42.144	35.263	9.793
população rural	91	70.279	15.651	0	5.698	8.172	2.278	17.996	1.181	8.330	2.625	8.348
% população estadual	91	3,04	0,46	0,16	0,66	0,31	0,12	0,35	0,14	0,39	0,30	0,14
população total	80	301.298	49.807	15.408	55.601	35.523	11.927	40.067	10.274	37.702	28.152	16.837
população urbana	80	197.391	29.222	14.378	44.048	18.741	7.450	22.150	6.254	29.210	21.058	4.880
população rural	80	103.907	20.585	1.030	11.553	16.782	4.477	17.917	4.020	8.492	7.094	11.957
% população estadual	80	2,67	0,44	0,14	0,49	0,31	0,11	0,35	0,09	0,33	0,25	0,15
participação estadual		0,37	0,02	0,02	0,17	0,00	0,02	0,00	0,05	0,06	0,05	-0,01
taxa de urbanização	80	65,51	58,67	93,32	79,22	52,76	62,46	55,28	60,87	77,48	74,80	28,98
taxa de urbanização	91	81,96	73,48	100,00	93,29	79,68	85,44	60,15	93,51	83,50	93,07	53,98
% taxa de urbanização		25,11	25,24	7,16	17,76	51,02	36,79	8,81	53,62	7,77	24,43	86,27
absoluta população total		88.224	9.217	4.458	29.314	4.685	3.723	5.094	7.921	12.772	9.736	1.304
% população total		29,28	18,51	28,93	52,72	13,19	31,21	12,71	77,10	33,88	34,58	7,74
. % população urbana		61,73	48,43	38,17	79,84	70,94	79,49	22,64	172,05	44,28	67,46	100,68
% população rural		-32,36	-23,97	-100,00	-50,68	-51,30	-49,12	0,44	-70,62	-1,91	-63,00	-30,18
crescimento líquido a.a		2,36	1,56	2,34	3,92	1,13	2,50	1,09	5,33	2,69	2,74	0,68
-- urbano a.a		4,47	3,66	2,98	5,48	4,99	5,46	1,87	9,53	3,39	4,80	6,54
-- rural a.a		-3,49	-2,46	-100,00	-6,22	-6,33	-5,96	0,04	-10,54	-0,17	-8,64	-3,21

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

¹ emancipado de Cabo Frio, dados de 1980 correspondem a seus dados distritais

² foram subtraídos de seus dados de 1980 e 1991 os dados de Arraial do Cabo

³ foram subtraídos de seus dados de 1980 e 1991 os dados de Rio das Ostras

⁴ emancipado de Casimiro de Abreu

⁵ inclui os dados de Iguaíba Grande, recém-emancipado, ainda não instalado

TABELA 6.2.2.3 - REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS - localidades ordenadas por crescimento a.a

		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
S PEDRO DA ALDEIA	IGUABA GRANDE	7.246	7.246	0	3.696	3.696	0	96,05	96,05		0,00	6,31
CASIMIRO DE ABREU	RIO DAS OSTRAS	18.195	17.014	1.181	10.274	6.254	4.020	77,10	172,05	-70,62	32,64	5,33
CABO FRIO	ARMACAO DOS BUZIOS	8.604	8.604	0	5.336	3.129	2.207	61,24	174,98	-100,00	41,36	4,44
CABO FRIO	CABO FRIO	70.476	70.476	0	45.683	40.668	5.015	54,27	73,30	-100,00	10,98	4,02
SAQUAREMA	SAQUAREMA	14.111	14.111	0	9.535	9.535	0	47,99	47,99		0,00	3,63
ARARUAMA	ARARUAMA	41.457	40.039	1.418	29.843	27.199	2.644	38,92	47,21	-46,37	5,44	3,03
CASIMIRO DE ABREU	CASIMIRO DE ABREU	10.429	8.927	1.502	7.885	4.600	3.285	32,26	94,07	-54,28	27,26	2,57
SAQUAREMA	BACAXA	17.448	15.551	1.897	13.231	9.475	3.756	31,87	64,13	-49,49	17,52	2,55
CASIMIRO DE ABREU	BARRA DE SAO JOAO	5.221	4.445	776	4.042	2.850	1.192	29,17	55,96	-34,90	14,63	2,35
ARRAIAL DO CABO	ARRAIAL DO CABO	19.866	19.866	0	15.408	14.378	1.030	28,93	38,17	-100,00	6,68	2,34
CABO FRIO	TAMOIOS	5.835	137	5.698	4.582	251	4.331	27,35	-45,42	31,56	-3,13	2,22
S PEDRO DA ALDEIA	S PEDRO DA ALDEIA	43.228	34.898	8.330	34.006	25.514	8.492	27,12	36,78	-1,91	5,70	2,21
SILVA JARDIM	ALDEIA VELHA/QUARTÉIS	1.340	247	1.093	1.077	178	899	24,42	38,76	21,58	1,91	2,01
CACH DE MACACU	CACHOEIRAS DE MACACU	15.902	14.485	1.417	13.115	10.983	2.132	21,25	31,89	-33,54	7,35	1,77
SAQUAREMA	SAMPAIO CORREIA	6.329	5.601	728	5.386	2.048	3.338	17,51	173,49	-78,19	50,47	1,48
RIO BONITO	RIO BONITO	36.171	24.845	11.326	31.165	20.561	10.604	16,06	20,84	6,81	2,71	1,36
SILVA JARDIM	SILVA JARDIM	14.739	9.301	5.438	12.819	4.459	8.360	14,98	108,59	-34,95	28,32	1,28
CACH DE MACACU	JAPUIBA	17.776	15.147	2.629	15.487	6.964	8.523	14,78	117,50	-69,15	40,24	1,26
RIO BONITO	BOA ESPERANCA	8.990	2.320	6.670	8.902	1.589	7.313	0,99	46,00	-8,79	7,96	0,09
ARARUAMA	S VICENTE DE PAULA	10.391	2.722	7.669	10.970	1.524	9.446	-5,28	78,61	-18,81	12,30	-0,49
CACH DE MACACU	SUBAIO	6.530	2.404	4.126	6.921	794	6.127	-5,65	202,77	-32,66	25,34	-0,53
SILVA JARDIM	GAVIOES	879	60	819	993	40	953	-11,48	50,00	-14,06	2,80	-1,10
ARARUAMA	MORRO GRANDE	7.176	612	6.564	8.994	499	8.495	-20,21	22,65	-22,73	2,98	-2,03
SILVA JARDIM	CORRENTEZAS	1.183	185	998	1.948	203	1.745	-39,27	-8,87	-42,81	5,22	-4,43

nomes

em negrito = sedes municipais

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE NOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

só a absorção de parte da população rural voltada para ocupações de caráter urbano nas localidades turísticas próximas (Barra de São João e Rio das Ostras), mas à sua transformação, bem como destas localidades, em dormitório de trabalhadores da Petrobrás e das empresas que prestam serviços a ela; em virtude da especulação imobiliária e elevação dos aluguéis em Macaé (Norte Fluminense) decorrentes da implantação da base de operações da Petrobrás, em 1978. (RAMIRES, 1991 :141).

Em Rio Bonito, vizinho a Itaboraí (Região Metropolitana) com economia diversificada, o aumento da população rural deve-se ao desenvolvimento de atividades primárias ligadas a indústria alimentícia e à expansão esgarçada de sua malha urbana, com periferias pobres (Boqueirão, Cruzeiro e Sambé) (FAPERJ, 1983 :107).

As localidades mais afastadas, com acesso precário, mal servidas de transporte coletivo e sem expressão econômica apresentaram um decréscimo populacional (vide Tabela 6.2.2.3), com a migração de parte de sua população para as sedes ou distritos mais dinâmicos da área.

Em quase todos os municípios inexistia rede de esgotos, principalmente em São Pedro d'Aldeia, rodeado por rios e valões infectos. Em 1980, apenas Casimiro de Abreu e Rio Bonito dispunham de uma rede de coleta insuficiente. Apesar de constar abastecimento de água para partes de alguns municípios a falta é crônica. A situação se agrava no verão e feriados. É comum o uso de cisternas, carros-pipa e poços artesianos de água salobra, mesmo assim, as obras da adutora de Juturnaíba (Casimiro de Abreu) destinadas a ampliar o fornecimento de água para a área encontram-se abandonadas. Cabo Frio, apesar de contar com a mais extensa rede abastecimento de água e de energia da região, padecia dos mesmos problemas, segundo tabulações especiais do IBGE do censo de 1991.

Devido aos processos assinalados o maior incremento demográfico relativo na região, acima da média estadual (1,57% a.a) deu-se em Iguaba Grande (emancipado de São Pedro d'Aldeia em 1995), Rio das Ostras (emancipado de Casimiro de Abreu) e Armação dos Búzios (Cabo Frio), que cresceram mais do que as respectivas sedes, com o aumento da população urbana e quase desaparecimento da população rural. Seguidos pela sedes de Cabo Frio, Saquarema e Araruama, além de Casimiro de Abreu (interiorizada, porém direcionada a prestação de serviços a Rio das Ostras e Macaé) (vide Tabela 6.2.2.3). Vale assinalar que Iguaba Grande, Rio das Ostras, Saquarema e Araruama são áreas de veraneio de classe média com lotes a preços mais acessíveis, onde a ocupação é intensa; enquanto Armação dos Búzios e Arraial do Cabo são áreas

mais valorizadas voltadas para classes de maior poder aquisitivo o que gera uma ocupação dispersa.

Em S. Pedro d'Aldeia, na lagoa de Araruama, o aumento demográfico deve-se à sua transformação em dormitório e a sua proximidade de Cabo Frio, com o qual está quase conurbado (CIDE, 1988b :27 e FAPERJ, 1983 :107). Fato semelhante ocorre com Bacaxá (Saquarema), à margem da estrada que liga os municípios costeiros, que se tornou dormitório de trabalhadores da construção civil e de prestadores de serviço nas sedes de Araruama e Saquarema (litorâneas), além de contar com diversas lojas de materiais de construção.

O parcelamento do solo e transformação do uso rural para atividades de veraneio litorâneo e de sítios de fim de semana devido à melhoria da acessibilidade, verifica-se com a mesma intensidade entre Saquarema e a região metropolitana nos distritos litorâneos de Inoã e Itaipu-açu e Maricá (Maricá-região metropolitana), área que poderia ser caracterizada como entorno do núcleo metropolitano. Já no distrito vizinho de Itaipu (Niterói-região metropolitana), com a abertura da ponte multiplicaram-se as segundas residências e condomínios que tendem a se tornar as primeiras da população de classe média que trabalha em Niterói ou no Rio de Janeiro.

6.2.3 região Centro Sul Fluminense

É a região mais central do estado, junto com a região metropolitana, da qual se encontra a um tempo médio de uma hora e meia de viagem. Compreende dois blocos distintos, por ser cortada por três grandes eixos viários: a BR-040 (Rio-Juiz de Fora) e a BR-116 (Rio-São Paulo) que convergem para a região metropolitana e se conectam através da BR-393 no trecho Barra Mansa-Três Rios. O bloco correspondente à microrregião de Três Rios é servido pela BR-040 (Rio-Juiz de Fora) e BR-393, que liga Três Rios a Barra Mansa. O outro bloco corresponde à parte da microrregião de Vassouras e Piraí e é acessado através da BR-116 e estradas secundárias, sua comunicação com a BR-393 se dá através de estradas vicinais de terra.

Metade de seu PIB, em 1980, concentrava-se no terciário (vide Tabela 6.2.3.3) e 4% da receita de seus municípios, em 1988, provinha de tributos e cerca de 84% de transferências; regra comum a quase todos seus municípios. Em 1985, sua principal atividade geradora de renda era a industrial (60% da renda gerada), seguida da comercial (28%) (IBGE, 1985), dado o peso de Três Rios (vide Tabela 6.2.3.1).

Três Rios¹, município mais industrializado da área, era responsável por metade do PIB da região, e um dos dezesseis municípios com maior participação no VTI e PIB industrial em 1980 (vide Tabela 6.2.3.1). Seu setor industrial era responsável por 77% de sua renda em 1985 (IBGE, 1985), com destaque para os setores têxtil, metalúrgico, alimentício e a extração mineral. Seu desenvolvimento, em parte deve-se a sua localização no entroncamento da BR-040 e BR-393, entre Petrópolis e Juiz de Fora pelos quais tende a ser polarizado. Sua participação no PIB, todavia, deve-se alterar pela emancipação dos distritos de Areal e Comendador Levy Gasparian, bem como pela crise que atingiu a metalúrgica Santa Matilde.

Dentre os municípios com uma parcela significativa da PEA no secundário (vide Tabela 6.2.3.1) temos no eixo Rio-Juiz de Fora (BR-040): Três Rios e Paraíba do Sul, devido à concentração industrial na primeira. E no eixo Rio-São Paulo: Paulo de Frontin e Mendes, onde dada à proximidade da área metropolitana foram implantadas algumas indústrias. Um caso particular é Engº Morsing (aglomerado de Mendes), núcleo dormitório dos operários da Companhia Industrial de Papel Piraí em Santanésia (Piraí-Médio Paraíba), impossibilitados de lá residirem por ser a vila de propriedade da fábrica (FAPERJ, 1983 :85).

Em 1980, os municípios apresentavam uma parcela expressiva da PEA no terciário (vide Tabela 6.2.3.1), principalmente na prestação de serviços e comércio de mercadorias. Alguns por haverem se tornado áreas de segunda residência ou veraneio (Engº Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira e em menor escala Vassouras). Outros por haverem se tornado núcleos-dormitório de Três Rios (Areal, Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul) ou da Região Metropolitana (Engº Paulo de Frontin). Em Sapucaia a PEA do terciário tem peso similar ao do setor primário. Isto deve-se à Jamapará que apresentou, entre 1980/91, uma taxa de crescimento superior a de sua sede (vide Tabela 6.2.3.3); dado o seu desenvolvimento enquanto centro especializado de comércio e serviços automotivos e subúrbio residencial e área de lazer da cidade defronte de Além Paraíba (MG) (FAPERJ, 1983 :90), onde há uma usina elétrica.

Apenas Sapucaia e Vassouras, onde a principal atividade econômica é a pecuária leiteira, apresentaram uma parcela significativa da PEA e do PIB no setor primário em relação à região, apesar da inexpressividade de sua produção.

¹ Os dados econômicos para Três Rios incluem os de Areal e Comendador Levy Gasparian, emancipados no início dos anos 90.

Tabela 6.2.3.1 - REGIÃO CENTRO SUL - PIB e PEA em 1980

	Participação	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
	PIB Estadual	primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região	0,90	10,70	38,60	50,70	15,18	30,76	54,07
Engº Paulo de Frontin	0,05	8,95	30,92	60,13	6,63	35,58	57,79
Mendes	0,05	2,67	35,99	61,34	2,22	44,69	53,09
Miguel Pereira	0,06	5,34	25,32	69,34	10,27	21,15	68,58
Paraíba do Sul	0,10	16,76	26,99	56,25	17,77	32,71	49,52
Sapucaia	0,06	26,38	22,72	50,90	38,42	22,33	39,24
Três Rios ¹	0,43	3,54	52,70	43,89	6,58	38,78	54,64
Vassouras ²	0,15	25,97	21,09	52,49	28,30	17,09	54,61

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

Mapa 6.3
REGIÃO CENTRO-SUL FLUMINENSE
ATIVIDADES ECONÔMICAS

¹ dados de Três Rios incluem Areal e Levy Gasparian, emancipados em 1991

² dados de Vassouras incluem Paty do Alferes emancipado em 1987 e Conrado incorporado à Miguel Pereira

Tabela 6.2.3.2 - REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE - dados municipais

		REGIÃO	Areal ¹	Cdor Levy Gasparian ²	Engº Paulo de Frontin	Mendes	Miguel Pereira ³	Paraíba do Sul	Paty do Alferes ⁴	Sapucaia	Três Rios ⁵	Vassouras ⁶
população total	91	228.448	8.228	7.059	12.061	16.598	19.446	33.922	21.095	15.429	65.961	28.649
população urbana	91	181.165	6.536	5.605	7.269	16.486	15.942	27.766	12.967	9.980	61.150	17.464
população rural	91	47.283	1.692	1.454	4.792	112	3.504	6.156	8.128	5.449	4.811	11.185
% população estadual	91	1,78	0,06	0,06	0,09	0,13	0,15	0,26	0,16	0,12	0,52	0,22
população total	80	203.004	7.167	6.377	12.917	15.544	16.646	29.227	16.283	14.944	57.684	26.215
população urbana	80	135.567	4.905	4.703	6.385	10.358	12.481	22.288	3.519	7.930	48.347	14.651
população rural	80	67.437	2.262	1.674	6.532	5.186	4.165	6.939	12.764	7.014	9.337	11.564
% população estadual	80	1,80	0,06	0,06	0,11	0,14	0,15	0,26	0,14	0,13	0,51	0,23
participação estadual		-0,01	0,00	0,00	-0,02	-0,01	0,00	0,01	0,02	-0,01	0,00	-0,01
taxa de urbanização	80	66,78	68,44	73,75	49,43	66,64	74,98	76,26	21,61	53,06	83,81	55,89
taxa de urbanização	91	79,30	79,44	79,40	60,27	99,33	81,98	81,85	61,47	64,68	92,71	60,96
% taxa de urbanização		18,75	16,07	7,66	21,92	49,05	9,34	7,34	184,43	21,90	10,61	9,07
absoluta população total		25.444	1.061	682	-856	1.054	2.800	4.695	4.812	485	8.277	2.434
% população total		12,53	14,80	10,69	-6,63	6,78	16,82	16,06	29,55	3,25	14,35	9,28
% população urbana		33,64	33,25	19,18	13,84	59,16	27,73	24,58	268,49	25,85	26,48	19,20
% população rural		-29,89	-25,20	-13,14	-26,64	-97,84	-15,87	-11,28	-36,32	-22,31	-48,47	-3,28
crescimento líquido a.a		1,08	1,26	0,93	-0,62	0,60	1,42	1,36	2,38	0,29	1,23	0,81
-- urbano a.a		2,67	2,64	1,61	1,19	4,32	2,25	2,02	12,59	2,11	2,16	1,61
-- rural a.a		-3,18	-2,60	-1,27	-2,78	-29,44	-1,56	-1,08	-4,02	-2,27	-5,85	-0,30

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

¹ recém-emancipado de Três Rios

² dados de 80 calculados a partir dos distritos de Afonso Arinos e Cdor Levy Gasparian

³ durante a década de 80 o distrito de Conrado, pertencente a Vassouras foi incorporado a Miguel Pereira, neste sentido diminuimos da população de 80 e 91 de Vassouras a população de Conrado e a acrescentamos a Miguel Pereira.

⁴ ao se emancipar de Vassouras levou consigo o distrito de Avelar também pertencente a Vassouras

⁵ os dados demográficos de 80 e 91 de Três Rios foram diminuídos da população de seus antigos distritos de Afonso Arinos, Cdor Levy Gasparian e Areal

⁶ os dados demográficos de 80 e 91 de Vassouras foram diminuídos da população de seus antigos distritos de Paty do Alferes, Avelar e Conrado

TABELA 6.2.3.3 - REGIÃO CENTRO SUL FLUMINENSE - localidades ordenadas por crescimento a.a

		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
PATY DO ALFERES	PATY DO ALFERES	14.366	10.253	4.113	10.753	2.769	7.984	33,60	270,28	-48,48	45,62	2,67
PARAIBA DO SUL	SALUTARIS	11.182	9.300	1.882	8.528	6.745	1.783	31,12	37,88	5,55	4,08	2,49
PATY DO ALFERES	AVELAR	6.729	2.714	4.015	5.530	750	4.780	21,68	261,87	-16,00	26,77	1,80
MIGUEL PEREIRA	MIGUEL PEREIRA	10.862	9.379	1.483	8.932	7.087	1.845	21,61	32,34	-19,62	7,00	1,79
VASSOURAS	VASSOURAS	22.632	16.162	6.470	19.231	13.319	5.912	17,68	21,35	9,44	2,15	1,49
TRES RIOS	TRES RIOS	62.508	60.253	2.255	53.675	47.497	6.178	16,46	26,86	-63,50	7,90	1,39
TRES RIOS	CDOR LEVY GASPARIAN	5.756	5.133	623	4.950	3.784	1.166	16,28	35,65	-46,57	12,73	1,38
MIGUEL PEREIRA	GOV PORTELA	6.720	5.209	1.511	5.814	4.435	1.379	15,58	17,45	9,57	1,23	1,33
PARAIBA DO SUL	PARAIBA DO SUL	17.513	15.762	1.751	15.216	13.510	1.706	15,10	16,67	2,64	1,21	1,29
TRES RIOS	AREAL	8.228	6.536	1.692	7.167	4.905	2.262	14,80	33,25	-25,20	11,00	1,26
SAPUCAIA	JAMAPARA	3.670	2.524	1.146	3.278	1.725	1.553	11,96	46,32	-26,21	16,15	1,03
PARAIBA DO SUL	WERNECK	3.416	2.327	1.089	3.084	1.743	1.341	10,77	33,51	-18,79	11,60	0,93
SAPUCAIA	SAPUCAIA	5.451	4.064	1.387	4.984	3.116	1.868	9,37	30,42	-25,75	12,04	0,82
MENDES	MENDES	16.598	16.486	112	15.544	10.358	5.186	6,78	59,16	-97,84	32,69	0,60
SAPUCAIA	ANTA	3.189	2.725	464	3.046	2.541	505	4,69	7,24	-8,12	2,03	0,42
VASSOURAS	SEBASTIAO DE LACERDA	1.639	74	1.565	1.643	123	1.520	-0,24	-39,84	2,96	-2,97	-0,02
MIGUEL PEREIRA	CONRADO	1.864	1.354	510	1.900	959	941	-1,89	41,19	-45,80	22,17	-0,17
ENGº PAULO DE FRONTIN	ENGº PAULO DE FRONTIN	9.217	5.916	3.301	9.601	5.975	3.626	-4,00	-0,99	-8,96	1,95	-0,37
SAPUCAIA	N SRA DA APARECIDA	1.551	667	884	1.642	548	1.094	-5,54	21,72	-19,20	9,63	-0,52
TRES RIOS	AFONSO ARINOS	1.303	472	831	1.427	919	508	-8,69	-48,64	63,58	-28,18	-0,82
VASSOURAS	S SEB DOS FERREIROS	1.830	248	1.582	2.061	207	1.854	-11,21	19,81	-14,67	3,51	-1,07
TRES RIOS	BEMPOSTA	3.453	897	2.556	4.009	850	3.159	-13,87	5,53	-19,09	4,78	-1,35
ENGº PAULO DE FRONTIN	SACRA FAMILIA	2.844	1.353	1.491	3.316	410	2.906	-14,23	230,00	-48,69	35,21	-1,39
SAPUCAIA	PIAO	1.568	0	1.568	1.994	0	1.994	-21,36	0,00	-21,36	0,00	-2,16
VASSOURAS	ANDRADE PINTO	2.548	980	1.568	3.280	1.002	2.278	-22,32	-2,20	-31,17	7,91	-2,27
PARAIBA DO SUL	INCONFIDENCIA	1.811	377	1.434	2.399	290	2.109	-24,51	30,00	-32,01	8,73	-2,52

nomes

em negrito = sedes municipais

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE NOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

No município de Vassouras, só a sede apresentou um incremento na população urbana e total, dado o isolamento de seus distritos. Pode-se observar em ambas uma ampliação da população de trabalhadores rurais residente em suas sedes desde 1970, em virtude da precariedade das estradas vicinais, que dificulta o escoamento da produção; do mau aproveitamento das linhas férreas e da ausência de eletrificação rural em algumas áreas, que contribuía para elevar os custos de produção dada a utilização de geradores a diesel. Em 1985, a maior parte do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários era de familiares dos proprietários, que constituíam a maior parcela de produtores (IBGE, 1985). 64% das terras eram pastagens naturais¹, com três áreas de conflitos rurais (CIDE, 1993b :112 e 114) em 1990.

No eixo da BR-116, em Eng.º Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira e Paty do Alferes, o clima ameno, a proximidade e acesso fácil à metrópole favoreceram a multiplicação de sítios de fim de semana; a expansão de atividades ligadas ao turismo, veraneio e lazer, com o quase desaparecimento da população rural que se transfere para áreas urbanas com um gradual declínio da produção rural.

Em Miguel Pereira, conurbado com Paty do Alferes, e em menor escala em Mendes, o crescimento da população total (vide Tabelas 6.2.3.2 e 6.2.3.3) deve-se ao fato de disporem de uma estrutura hoteleira e turística voltada para o veraneio com uma crescente absorção de trabalhadores para a prestação de serviços, alojamento e construção civil. Enquanto em Engº Paulo de Frontin a ausência de infra-estrutura turística tem contribuído, desde 1970, para a emigração de sua população para outras localidades da região e do Médio Paraíba (CIDE, 1989a) (vide Tabela 6.2.3.3).

Em Paty do Alferes e seu distrito de Avelar (emancipado de Vassouras a ela não conectado), que apresentaram as mais altas taxas de crescimento ao ano na área (2,67% e 1,80% a.a), a horticultura perde terreno para a expansão de sítios de fim-de-semana, com a tendência de suas áreas urbanas se tornarem local de residência de trabalhadores voltados para a prestação de serviços em Miguel Pereira e Governador Portela, bem como de trabalhadores rurais (vide Tabela 6.2.3.3).

A ligação entre Miguel Pereira e Paty do Alferes com Japeri (emancipado de Nova Iguaçu-região metropolitana), por ônibus comuns de meia em meia hora com uma hora de viagem, propicia que Japeri sirva de núcleo dormitório de parte dos trabalhadores rurais em Paty do Alferes e Avelar, e de prestadores de serviços ocasionais e da

¹ Em 1990, a região possuía 27% do rebanho de coelhos do estado, 24% do rebanho de asininos, cerca de 10% das vacas ordenhadas, 9% das aves e dos eqüinos, 8% dos suínos e 7% de bovinos e caprinos.

construção civil em Paty do Alferes, Miguel Pereira e Governador Portela (Miguel Pereira). Esta ligação contribui, também, para o decréscimo populacional de Conrado (Miguel Pereira) situado neste trajeto.

Areal, Comendador Levy Gasparian, situados na antiga estrada *União e Indústria*, não foram beneficiados, pelo novo traçado e ampliação da BR-040, no final da década de 70, como o foi Três Rios, da qual dependem e são dormitórios. Razão pela qual quase não cresceram, entre 1980/91, (vide Tabelas 6.2.3.2 e 6.2.3.3), apesar de contarem com algumas fábricas e infra-estrutura.

Em Paraíba do Sul e seu distrito de Salutaris (2,49% a.a) o crescimento da população total foi acompanhado pela ampliação da população rural, na sua maior parte constituída de trabalhadores urbanos, em direção a Três Rios, da qual dependem e são dormitórios. O mesmo ocorreu em Afonso Arinos (Comendador Levy Gasparian), acessado por estrada de terra, onde a população rural aumentou em direção a Três Rios (vide Tabela 6.2.3.3).

A região apresentou uma das mais baixas taxas de crescimento ao ano (1,08% a.a) do Estado, entre 1980/91, com a tendência da população se deslocar para as áreas urbanas das sedes e vilas o que fez sua taxa de urbanização (vide dados na Tabela 6.2.3.2) passar de 66,78% em 80 para 79,32% em 91. Mendes, Três Rios, Paraíba do Sul e Miguel Pereira apresentaram as maiores taxas de urbanização em 1991, próximas a 100% (vide Tabela 6.2.3.2); com o maior decréscimo da população rural em Mendes (vide Tabelas 6.2.3.2 e 6.2.3.3). Entre 1980/91 pode-se observar uma evasão da população em direção as regiões metropolitana, Médio Paraíba e Região Serrana, apesar do saldo migratório negativo haver sido baixo (4.015 pessoas).

A população urbana era razoavelmente servida por serviços públicos, a exceção da precária rede de esgotos, o que prejudicou a situação ambiental dos rios da região. O quadro, é menos confortável para a população rural, e Engº Paulo de Frontin, em 1980, sequer dispunha de rede d'água e esgoto.

6.2.4 região do Médio Paraíba

Esta é a região mais industrializada do interior fluminense, com intensa mobilidade dos trabalhadores entre as várias localidades do Vale do Paraíba, principalmente para os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, seus principais pólos industriais. Constitui-se em uma área de atração demográfica devido à industrialização (Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Itatiaia, Barra do Piraí e Valença), comércio e

prestação de serviços (em todos municípios exceto Rio das Flores, Rio Claro e Quatis) e desenvolvimento de atividades de turismo (Resende e Itatiaia). Destaca-se o município de Rio das Flores com uma das mais baixas participações no PIB estadual, (0,02% em 1980) junto com os municípios de Duas Barras (Serrana) e Laje do Muriaé (Noroeste Fluminense).

Em 1980 (IBGE, 1980) seu PIB concentrava-se no setor secundário e terciário (vide Tabela 6.2.4.1), com 2% no setor primário; que era correspondente a 6,63% do PIB estadual. Esta distribuição refletia-se na composição da PEA (vide Tabela 6.2.4.1). A atividade industrial era responsável por 83% da renda gerada na região (IBGE, 1985), seguida da comercial e dos serviços (15%). O município de Volta Redonda ocupava o 2º lugar no valor da transformação industrial do estado e era responsável pela metade do PIB da região, 5º PIB do estado, superada apenas pelos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Niterói, todos na região metropolitana (IBGE, 1984).

A reduzida parcela da PEA no setor primário (7%) e o fato da maior parte da área ser ocupada por estabelecimentos acima de 100 hectares¹ e contar com o 2º maior rebanho leiteiro do estado tendem a indicar uma produção em moldes intensivos. A maior parte dos conflitos rurais, em 1990, se verificou em Rio Claro, e atingia aproximadamente 270 famílias e 30.000 ha (CIDE, 1993b :158).

Após a decadência cafeeira desenvolveram-se aí indústrias de produtos alimentares, notadamente laticínios, sem maior expressão até a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no distrito de Volta Redonda, em Barra Mansa na década de 40, emancipada em 1954. Esta tentativa do governo federal de descentralizar a concentração industrial na cidade do Rio de Janeiro atendeu aos preceitos da localização industrial neoclássica. Por ser Volta Redonda um entroncamento rodoferroviário, que facilitava o abastecimento de matéria prima de Minas Gerais e o escoamento da produção para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de contar com abastecimento de energia e recursos hídricos (PIQUET, 1989).

Volta Redonda desenvolveu-se ao lado da CSN, principal responsável pelo volume da produção industrial local e pela industrialização da região. Em torno da CSN, articulam-se indústrias siderúrgicas e metalúrgicas, como a Metalúrgica Barbará e a Siderúrgica Barra Mansa (em Barra Mansa), além de outras indústrias de porte nos setores de

¹ Entre os principais produtos agrícolas, em 1990, sobressaíam a banana, a mandioca e o tomate. Entre os rebanhos predominavam o de bovinos (246 mil cabeças) e o de suínos (42 mil cabeças), além do plantel de aves (17% do total do estado). A região ainda se destacava por possuir quase 16% das vacas ordenhadas no estado, em 1990.

minerais não-metálicos. Na década de 80 a CSN atravessou uma crise que afetou a vida da cidade. Após sua privatização na década de 90, começa a dar sinais de recuperação.

Os dois grandes eixos viários na região são a BR-116 (rodovia presidente Dutra), e a BR-393, que liga a BR-116 à BR-040, a Minas Gerais e ao Nordeste, e evita que o tráfego pesado proveniente do Sul com destino ao Nordeste atravesse a região metropolitana do Rio de Janeiro. Pela RJ-155, através de Rio Claro chega-se a Angra dos Reis (Baía da Ilha Grande). A região conta, ainda, com transporte ferroviário que facilita o escoamento da produção local, especialmente a industrial. As sedes municipais e vilas distantes desses eixos apresentam estrutura viária deficiente, inclusive quanto às estradas vicinais. Boa parte da atividade comercial e industrial no Médio Paraíba está articulada à dinâmica da CSN. A localização de Volta Redonda, afastada da BR-116, contribuiu para Barra Mansa e Barra do Piraí, às margens desta rodovia, tornarem-se os principais centros de comércio e serviços especializados da região, seguidos por Volta Redonda, Resende e Valença.

A região apresenta uma estrutura industrial diversificada com fábricas de grande porte. Destacam-se no setor químico-farmacêutico-veterinário a Du Pont (Barra Mansa); a Cyanamid, IQR e Sandoz (Resende); no setor alimentício a Nestlé (Barra Mansa) e a Cremogema (Itatiaia). Em Itatiaia ficam as fábricas da Xerox (mecânica), Michelin (transportes) e uma fábrica de elementos combustíveis da Nuclebrás. Em Barra do Piraí destacam-se as indústrias extrativa de argila, caulim e bauxita, além da metalúrgica, integrada às siderúrgicas de Barra Mansa e Volta Redonda, e alimentícia, com beneficiamento da produção agropecuária dos municípios vizinhos. Em Valença destaca-se o setor de vestuário, de calçados e artefatos de tecidos. Em quase todos os municípios à exceção de Rio Claro, Rio das Flores e Volta Redonda há beneficiamento de leite e produção de laticínios.

As atividades turísticas encontram-se em expansão, notadamente em distritos de Resende e Itatiaia com rotas através do Parque Nacional do Itatiaia na Serra da Mantiqueira, com a ocupação da área rural por sítios de veraneio entre Penedo (Itatiaia) e Visconde de Mauá (Resende), além de alguns pequenos núcleos urbanos na região montanhosa de Agulhas Negras, onde se desenvolve a truticultura e a fabricação de mel e doces caseiros. O desenvolvimento destas atividades propiciou a multiplicação da quantidade de hotéis fazenda e de residências de famílias de classe média nas áreas rurais entre Penedo, Itatiaia, Agulhas Negras e Resende, na medida em que são menos valorizadas do que as áreas urbanas, o que explica em parte o aumento de sua popula-

Tabela 6.2.4.1 - REGIÃO do MÉDIO PARAÍBA - PIB e PEA em 1980

	Participação	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
	PIB Estadual	primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região	6,63	2,00	55,00	43,00	7,24	43,90	48,86
Barra do Pirai	0,39	3,18	46,41	50,41	6,92	37,98	55,10
Barra Mansa ¹	1,04	2,45	56,61	40,94	3,74	45,71	50,55
Pirai	0,23	4,48	67,13	28,39	13,69	39,94	46,36
Resende ²	1,00	4,03	59,42	36,55	8,59	38,91	52,50
Rio Claro	0,04	31,60	23,33	45,07	35,59	35,82	28,59
Rio da Flores	0,02	46,09	11,64	42,27	49,07	13,68	37,25
Valença	0,40	8,49	50,27	41,24	20,21	32,89	46,90
Volta Redonda	3,51	0,09	54,28	46,53	0,59	53,07	46,34

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

Mapa 6.4

**REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA
ATIVIDADES ECONÔMICAS**

Fonte: mapa rodoviário do DER/RJ, 1989
extraído do Guia Sócio-Econômico dos Municípios

¹ os dados de Barra Mansa incluem Quatis, emancipada em 1990

² Os dados econômicos agregados incluem Itatiaia, emancipada em 1990

Tabela 6.2.4.2 - REGIÃO do MÉDIO PARAÍBA - dados municipais

		REGIÃO	Barra do Piraí	Barra Mansa ¹	Itatiaia ²	Piraí	Quatis ³	Resende ⁴	Rio Claro	Rio das Flores	Valença	Volta Redonda
população total	91	694.253	79.199	163.418	16.073	33.782	8.798	91.757	13.665	6.451	60.805	220.305
população urbana	91	635.508	74.118	159.021	9.831	26.290	7.652	75.704	8.644	3.866	50.285	220.097
população rural	91	58.745	5.081	4.397	6.242	7.492	1.146	16.053	5.021	2.585	10.520	208
% população estadual	91	5,42	0,62	1,28	0,13	0,26	0,07	0,72	0,11	0,05	0,47	1,72
população total	80	600.341	71.947	146.855	12.293	28.815	7.998	75.079	12.937	6.867	53.633	183.917
população urbana	80	511.055	55.824	130.518	8.628	21.804	5.528	59.444	6.459	2.622	39.826	180.402
população rural	80	89.286	16.123	16.337	3.665	7.011	2.470	15.635	6.478	4.245	13.807	3.515
% população estadual	80	5,31	0,64	1,30	0,11	0,26	0,07	0,66	0,11	0,06	0,47	1,63
participação estadual		0,11	-0,02	-0,02	0,02	0,01	0,00	0,05	-0,01	-0,01	0,00	0,09
taxa de urbanização	80	85,13	77,59	88,88	70,19	75,67	69,12	79,18	49,93	38,18	74,26	98,09
taxa de urbanização	91	91,54	93,58	97,31	61,16	77,82	86,97	82,50	63,26	59,93	82,70	99,91
% taxa de urbanização		7,53	20,61	9,49	-12,85	2,85	25,84	4,21	26,70	56,95	11,37	1,85
absoluta população total		93.912	7.252	16.563	3.780	4.967	800	16.678	728	-416	7.172	36.388
% população total		15,64	10,08	11,28	30,75	17,24	10,00	22,21	5,63	-6,06	13,37	19,79
% população urbana		24,35	32,77	21,84	13,94	20,57	38,42	27,35	33,83	47,44	26,26	22,00
% população rural		-34,21	-68,49	-73,09	70,31	6,86	-53,60	2,67	-22,49	-39,10	-23,81	-94,08
crescimento líquido a.a		1,33	0,88	0,98	2,47	1,46	0,87	1,84	0,50	-0,57	1,15	1,65
-- urbano a.a		2,00	2,61	1,81	1,19	1,72	3,00	2,22	2,68	3,59	2,14	1,82
-- rural a.a		-3,73	-9,97	-11,25	4,96	0,61	-6,74	0,24	-2,29	-4,41	-2,44	-22,66

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

¹ foram subtraídos dos dados demográficos de 1980 a população dos distritos de Quatis, Falcão e Ribeirão de S. Joaquim

² emancipada de Resende em 1988, os dados demográficos de 1980 foram calculados a partir dos dados distritais de Itatiaia e Penedo

³ emancipado de Barra Mansa em 1990, os dados demográficos de 1980 foram calculados a partir dos dados distritais de Quatis, Falcão e Ribeirão de S. Joaquim

⁴ foram subtraídos os dados de Itatiaia e Penedo

TABELA 6.2.4.3 - REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA - localidades ordenadas por crescimento a.a

		POPULAÇÃO						VARIACÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
BARRA DO PIRAI	IPIABAS	1.982	1.543	439	1.142	760	382	73,56	103,03	14,92	11,30	5,14
BARRA MANSA	RIALTO	4.501	3.734	767	2.869	535	2.334	56,88	597,94	-67,14	64,31	4,18
PIRAI	ARROZAL	6.596	5.017	1.579	4.334	3.131	1.203	52,19	60,24	31,26	3,82	3,89
RESENDE	RESENDE	54.339	52.370	1.969	38.157	36.633	1.524	42,41	42,96	29,20	0,37	3,27
PIRAI	PINHEIRAL	12.375	11.020	1.355	8.777	8.253	524	40,99	33,53	158,59	-4,98	3,17
RESENDE	PORTO REAL	8.328	2.947	5.381	6.169	1.732	4.437	35,00	70,15	21,28	7,31	2,77
BARRA DO PIRAI	S JOSE DO TURVO	9.744	8.915	829	7.250	237	7.013	34,40	3.661,60	-88,18	88,22	2,72
RESENDE	ITATIAIA	16.073	9.831	6.242	12.293	8.628	3.665	30,75	13,94	70,31	-9,02	2,47
RIO CLARO	GETULANDIA	1.072	585	487	846	268	578	26,71	118,28	-15,74	22,89	2,18
BARRA MANSA	FLORIANO	10.172	8.958	1.214	8.125	5.886	2.239	25,19	52,19	-45,78	15,62	2,06
VALENCA	VALENCA	47.245	44.878	2.367	39.150	34.231	4.919	20,68	31,10	-51,88	7,55	1,72
VOLTA REDONDA	VOLTA REDONDA	220.305	220.097	208	183.917	180.402	3.515	19,79	22,00	-94,08	1,82	1,65
BARRA MANSA	QUATIS	8.006	7.160	846	6.762	4.958	1.804	18,40	44,41	-53,10	16,11	1,55
RIO DAS FLORES	TABOAS	1.457	1.128	329	1.315	611	704	10,80	84,62	-53,27	30,96	0,94
BARRA DO PIRAI	DORANDIA	2.070	1.399	671	1.872	1.108	764	10,58	26,26	-12,17	8,40	0,92
VALENCA	PENTAGNA	2.232	312	1.920	2.032	212	1.820	9,84	47,17	5,49	3,55	0,86
RIO CLARO	LIDICE	4.109	3.238	871	3.749	2.671	1.078	9,60	21,23	-19,20	7,56	0,84
BARRA MANSA	BARRA MANSA	147.575	145.590	1.985	134.784	123.421	11.363	9,49	17,96	-82,53	7,09	0,83
RESENDE	PEDRA SELADA	4.667	311	4.356	4.293	257	4.036	8,71	21,01	7,93	0,68	0,76
BARRA MANSA	N SRA DO AMPARO	1.170	739	431	1.077	676	401	8,64	9,32	7,48	0,40	0,76
BARRA DO PIRAI	BARRA DO PIRAI	61.418	59.901	1.517	57.043	51.214	5.829	7,67	16,96	-73,97	7,75	0,67
RIO CLARO	RIO CLARO	5.082	3.323	1.759	4.895	2.745	2.150	3,82	21,06	-18,19	9,31	0,34
VALENCA	BARAO DE JUPARANA	3.576	1.990	1.586	3.483	2.200	1.283	2,67	-9,55	23,62	-7,52	0,24
RIO DAS FLORES	RIO DAS FLORES	3.247	2.474	773	3.199	1.788	1.411	1,50	38,37	-45,22	20,30	0,14
RIO CLARO	PASSA TRES	2.442	1.453	989	2.407	756	1.651	1,45	92,20	-40,10	28,09	0,13
PIRAI	PIRAI	12.797	9.061	3.736	13.304	9.085	4.219	-3,81	-0,26	-11,45	2,52	-0,35
RESENDE	ENGENHEIRO PASSOS (1)	3.388	2.699	689	3.573	1.279	2.294	-5,18	111,02	-69,97	43,87	-0,48
RESENDE	AGULHAS NEGRAS	20.546	17.226	3.320	21.980	19.351	2.629	-6,52	-10,98	26,28	-4,20	-0,61

nomes

em negrito = sedes municipais

continua

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE NOS DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

TABELA 6.2.4.3 - REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA - localidades ordenadas por crescimento a.a

continuação		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
RIO CLARO	S JOAO MARCOS	960	45	915	1.040	19	1.021	-7,69	136,84	-10,38	2,86	-0,73
VALENCA	CONSERVATORIA	3.640	1.413	2.227	3.977	1.422	2.555	-8,47	-0,63	-12,84	3,06	-0,80
VALENCA	STA ISABEL DO R. PRETO	2.597	1.117	1.480	2.945	1.163	1.782	-11,82	-3,96	-16,95	3,52	-1,14
BARRA DO PIRAI	VARGEM ALEGRE	3.985	2.360	1.625	4.640	2.505	2.135	-14,12	-5,79	-23,89	5,24	-1,37
PIRAI	MONUMENTO	908	186	722	1.077	133	944	-15,69	39,85	-23,52	8,14	-1,54
PIRAI	SANTANESIA	1.106	1.006	100	1.323	1.202	121	-16,40	-16,31	-17,36	0,10	-1,62
BARRA MANSA	FALCAO	513	313	200	632	338	294	-18,83	-7,40	-31,97	7,53	-1,88
RIO DAS FLORES	MANUEL DUARTE	1.093	256	837	1.387	218	1.169	-21,20	17,43	-28,40	7,70	-2,14
VALENCA	PARAPEUNA	1.515	575	940	2.046	598	1.448	-25,95	-3,85	-35,08	8,73	-2,69
RIO DAS FLORES	ABARRACAMENTO	654	8	646	966	5	961	-32,30	60,00	-32,78	0,71	-3,48
RESENDE	FUMACA	489	151	338	907	192	715	-46,09	-21,35	-52,73	9,71	-5,46
BARRA MANSA	RIBEIRAO DE S JOAQUIM	279	179	100	604	232	372	-53,81	-22,84	-73,12	25,75	-6,78

nomes

em negrito = sedes municipais

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE NOS DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

ção rural. Muitos dos residentes nestas áreas trabalham em Resende e Itatiaia (vide Tabela 6.2.4.3). Vale destacar que a renda média dos chefes de família rurais desta área é superior à média estadual.

Em várias localidades, com o crescimento das atividades industriais e desenvolvimento do turismo entre 1970/91, desenvolveu-se a construção civil que com o comércio e serviços são os grandes empregadores da mão-de-obra, depois da atividade industrial. O desenvolvimento de setor de comércio e serviços está vinculado não só a expansão industrial e às atividades de lazer e turismo, em Resende e Itatiaia, mas também ao atendimento dos trabalhadores residentes em núcleos dormitórios que multiplicaram-se nas duas últimas décadas. A maioria destes dormitórios surgiu em função da valorização das áreas urbanas e próximas as sedes dos principais municípios da região em virtude do seu uso potencial para atividades comerciais, de serviços, industriais e para residências. Várias destas localidades apresentaram taxas de crescimento superiores às de suas sedes municipais (vide Tabela 6.2.4.3), inclusive com crescimento da população rural voltada para atividades urbanas. Muitas sequer contam com acesso pavimentado, distam em média de 20 a 40 km de suas sedes, são carentes de infra-estrutura, comércio e serviços especializados, porém situam-se próximas aos principais eixos viários, estrategicamente, entre diversos focos de emprego. Destacam-se entre outras Ipiabas (5,14% a.a) e São José do Turvo (2,72 % a.a) (Barra do Piraí); Rialto (4,18% a.a) e Floriano (2,06% a.a) (Barra Mansa); Arrozal (3,89% a.a) e Pinheiral (3,17% a.a) (Piraí) e Porto Real (3,17% a.a) (Resende) (vide Tabela 6.2.4.3).

São José do Turvo é um caso particular, seu crescimento demográfico não se deu na sede do distrito, que é isolada, com acesso não pavimentado, a 36 km da sede municipal, que contava com 237 habitantes urbanos em 1980; e sim em Parque Califórnia, aglomerado considerado rural pelo IBGE até 1980, distante da vila de S. José do Turvo, porém com acesso pela BR-393 e vizinho à Volta Redonda, a quem reivindica ser anexado. A variação de sua população urbana está relacionada, portanto, à mudança de conceituação do IBGE.

Além das vilas assinaladas, Dorândia (Barra do Piraí); Getulândia e Lídice (Rio Claro) e Táboas (Rio das Flores), núcleos dormitórios das indústrias de diversos municípios da região, também, apresentaram um incremento demográfico relativo superior ao de suas sedes municipais (vide Tabela 6.2.4.3).

Apenas as sedes de Resende e Itatiaia registraram um crescimento superior ao de seus distritos. À exceção dos distritos mais isolados, o crescimento demográfico da maioria

das localidades foi acompanhado por um aumento da população rural em direção ao asfalto. Já localidades isoladas, mas com vocação turística como Pedra Selada (Resende) e Passa Três (Rio Claro), mantiveram sua população estável.

Algumas sedes municipais apresentaram decréscimo populacional, entre 1980/91, como Piraí e Rio das Flores, em contraposição ao crescimento de seus distritos, ou cresceram menos do que estes. O desenvolvimento da sede municipal de Piraí (-0,35% a.a) é comprometido pela barragem da Light que a circunda; entretanto, seus distritos distantes de Arrozal (3,89% a.a) e Pinheiral (3,17% a.a), que tende a ultrapassar sua população (vide Tabela 6.2.4.3), desenvolveram-se como núcleos dormitórios de Barra Mansa, Porto Real (distrito industrial de Resende) e Barra do Piraí. Em Rio das Flores, município mais isolado da região, apenas o distrito de Táboas, próximo a Valença tem se desenvolvido como núcleo dormitório desta, assim como as vilas de Barão de Vassouras (Vassouras) e de Barão de Juparanã (Valença), próximas uma da outra e com acesso pavimentado em parte para Barra do Piraí.

A sede de Rio Claro e seu distrito de Passa Três são local de residência de famílias de pessoal técnico de nível médio de Volta Redonda e Barra Mansa que retornam nos fins de semanas, e apresentam uma expansão dos sítios de fim de semana de moradores de Barra Mansa e Barra do Piraí. Já os distritos de Lídice e Getulândia, servem de dormitório para trabalhadores urbanos dos distritos de Jacuecanga e de Mambucaba (Angra dos Reis - Baía da Ilha Grande), que contam com transporte próprio das empresas, devido à elevada valorização do solo na orla da Baía da Ilha Grande.

As localidades mais isoladas sem expressão econômica e com duas a três viagens de ônibus às sedes apresentaram decréscimo populacional (vide Tabela 6.2.4.3), em virtude do deslocamento de sua população para outras localidades da região. Santanésia (Piraí) e Vargem Alegre (Barra do Piraí) constituem um caso particular, apesar de não serem isoladas e contarem com atividades produtivas apresentam decréscimo populacional desde 1970. Na primeira a Cia. Industrial de Papel de Piraí é proprietária de todos os terrenos da vila, o que faz com que muitos trabalhadores residam em Engenheiro Morsing e Santana da Barra (Mendes), a 15 minutos de bicicleta. Já em Vargem Alegre somente há um hospital psiquiátrico federal e um centro de inseminação artificial, sem a criação de empregos adicionais.

À exceção de Itatiaia, Quatis, Rio Claro, Rio das Flores e Piraí os outros municípios da região contam com instituições de ensino de 3º grau, em um total de quatorze, cinco em Valença. O que representa a maior concentração de estabelecimentos deste tipo depois

da Região Metropolitana. Em Resende funciona desde 1944, a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), centro de formação militar, que pouco contribuiu para o crescimento da cidade. Todos contavam com postos de saúde e hospitais particulares e apenas Barra do Piraí, Resende e Volta Redonda possuíam hospital público em 1991 (CIDE, 1992).

6.2.5 região Norte Fluminense

Nesta região a cafeicultura teve um breve surto durante o século XIX, porém logo foram retomadas as culturas de cana (vide capítulo 4). Além de Campos, Macaé e São João da Barra, muitas de suas localidades surgiram ao redor de fazendas e engenhos de cana-de-açúcar como *company towns*, com os serviços básicos fornecidos pelo estabelecimento, muitas vezes proprietário das terras no entorno (FAPERJ, 1983). Tais como Barcelos (Macaé); Morangaba, Sto Amaro de Campos (Campos) e muitas outras; com destaque para Conceição de Macabu e Quissamã, emancipadas de Campos e Macaé. À exceção destes dois, os demais municípios são inexpressivos econômica e demograficamente e tendem ao esvaziamento.

Campos foi uma das mais dinâmicas cidades do estado até a década de 60¹ (vide capítulo 4 e 5). A agroindústria açucareira e o fato de haver sido durante um breve período um entroncamento ferroviário contribuíram para torná-lo o centro de maior expressão econômica e demográfica do norte do Estado. Polariza os municípios de sua região e do Noroeste Fluminense, enquanto centro comercial, cultural e médico-hospitalar (CIDE, 1988f), além de concentrar os serviços de apoio técnico-institucional ligados à agroindústria do açúcar. Sua decadência nos últimos 30 anos deve-se em parte a medidas governamentais tanto de caráter geral (nacional) quanto de alcance local nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense, que até 1980, integravam a região Norte Fluminense.

Entre os fatores gerais temos o desdobramento do modelo econômico com a modernização e racionalização dos setores produtivos que favoreceu a concentração do poder econômico e a derrocada das pequenas e médias empresas; a orientação dos investimentos para setores mais rentáveis na metrópole (setor imobiliário); a reformulação do Código Tributário Nacional que contribuiu para empobrecer mais os municípios não dinâmicos economicamente. E, principalmente no caso dessa região, a

¹ “A cidade de Campos... que nos anos 50 ocupava a 4ª colocação em dimensão populacional, como centro de serviços para o Norte Fluminense..., em 1970 posicionou-se num 8º lugar, caracterizando-se por fracos incrementos demográficos”, DAVIDOVICH, 1986 :348 e 349.

orientação dos projetos federais para obras de vulto e a extensão da legislação trabalhista ao campo.

Entre as medidas de caráter local temos nos anos 60 a desativação dos ramais ferroviários existentes; a erradicação de cafezais antieconômicos promovida pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café) e a política de quotas do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool); e nos anos 70, o Pró-Alcool e o Programa Federal de Desenvolvimento do Norte Fluminense. Estes programas contribuíram para a modernização da indústria açucareira e dos canaviais, com liberação de mão de obra e concentração da produção em poucas usinas, sem que houvesse uma elevação do rendimento agrícola e da renda regional, que contribuiu para reduzir as lavouras de subsistência e abandono de áreas de cultivo (MENDONÇA, 1986 :121)¹.

No entender de diversos analistas (BERNARDES, 1987 e MENDONÇA, 1986, RANDOLPH, 1986 in PIQUET, 1986) o Programa Norte-Fluminense (que abrangeu o atual Noroeste fluminense) favoreceu a associação dos grandes proprietários com o governo federal, em moldes clientelistas similares ao que ocorreu no Nordeste brasileiro (BERNARDES, 1987 :65) com a desestruturação das pequenas propriedades (BENETTI, 1985), que sem chances de competir foram vendidas aos grandes produtores. Em decorrência da expansão canavieira, também, agravou-se a situação das comunidades de pescadores da região devido à poluição pelo vinhoto despejado na rede fluvial local matando os peixes. Atualmente, apesar da ação governamental, esta região e o noroeste fluminense, este em situação pior e pelos mesmos motivos, contam com uma lavoura açucareira em crise, por apresentar índices de produtividade inferiores aos do Estado de São Paulo.

A estes fatores somam-se os problemas de abastecimento de energia e telefonia e principalmente de acessibilidade. As principais rodovias são a BR-101 que conecta Campos a cidade do Rio de Janeiro e a BR-356 que conecta Campos a Itaperuna e a Muriaé (MG). A abertura da BR-101 nos anos 70, em condições precárias de tráfego (BERNARDES, 1987 :65), propiciou a saída de migrantes, sem facilitar o crescimento da região. E à exceção das sedes municipais servidas por estradas secundárias pavimentadas, a maioria das localidades restante desta região e da Noroeste fluminense é servidas apenas por precárias estradas de terra, intransitáveis em períodos de chuva.

¹ outros analistas chegaram a outras conclusões em relação às consequências dos citados programas governamentais; vide outras contribuições em PIQUET 1986.

Em 1980, o terciário respondia por 57% do PIB da região (vide Tabela 6.2.5.1), 2/3 dos quais eram provenientes de Campos, que participava com 2,4% no PIB estadual, e com 24% do PIB agrícola do estado (vide Tabela 6.2.5.1). A receita dos municípios é extremamente dependente de transferências correntes. A participação de Macaé no PIB estadual deve diminuir em virtude da emancipação de Quissamã, que também passou a receber os royalties do petróleo. A PEA também apresentava uma maior concentração no setor terciário (IBGE, 1983), em parte, devido ao fato de parcelas da população de renda mais baixa, com emprego temporário no corte da cana-de-açúcar, assumir ocupações informais durante o resto do ano. A ampliação da PEA no secundário entre 1970 e 80, acentuou-se durante os anos 80, em razão da rápida urbanização e do desenvolvimento das atividades da Petrobrás e da construção civil na Bacia de Campos, notadamente em Macaé e Barra de Macaé (vide Tabela 6.2.5.3).

O setor secundário é pouco expressivo, apesar da indústria do açúcar e do álcool absorver grande parte do pessoal ocupado e ser responsável pela maior parte da renda gerada na região. A presença da Petrobrás não contribui muito, pois o petróleo não é processado na região. Destacam-se, ainda em Campos: o processamento de produtos alimentares e a química associados à produção de açúcar e álcool, a produção de cerâmicas e telhas em pequenas olarias, e a mecânica (CIDE, 1993b :248); em São João da Barra: o beneficiamento de areias monazíticas e a Fábrica de Conhaque de Alcatrão.

A descoberta de petróleo, nos anos 70, na bacia de Campos (responsável por mais de 60% da produção nacional de petróleo e gás natural) e a implantação da base de operações da Petrobrás em Imbetiba (Macaé) em 1978 tiveram um forte impacto sobre a área com reflexos em municípios próximos pertencentes às Baixadas Litorâneas (Casimiro de Abreu e Rio das Ostras).

Com a Petrobrás vieram 126 empresas, de pequeno e médio porte que já possuíam experiência de trabalho com a Petrobrás, e foram criados 5.000 empregos. A maior parte da mão de obra empregada por estas empresas e pela Petrobrás, todavia, é proveniente da Região Metropolitana onde permanecem suas famílias (RAMIRES, 1991 :115-151). E, conforme depoimentos de engenheiros da Petrobrás, parte da mão de obra especializada era levada diretamente da cidade do Rio de Janeiro para permanecerem nas plataformas, distantes do continente, em turnos de três meses, sendo o petróleo cru extraído repassado da plataformas para os navios petroleiros.

Tabela 6.2.5.1 - REGIÃO NORTE FLUMINENSE - PIB e PEA em 1980

	Participação	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
	PIB Estadual	primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região¹	2,40	14,00	29,00	57,00	27,30	24,27	48,44
Campos²	1,60	11,88	28,79	59,33	22,39	24,68	52,93
Conceição de Macabu	0,06	13,61	46,83	39,56	32,88	28,05	39,07
Macaé ³	0,42	11,00	25,00	0,40	21,77	27,39	50,85
São Fidélis	0,12	27,82	24,87	47,31	42,74	17,61	39,65
São João da Barra	0,20	30,48	32,68	36,84	56,38	20,40	23,22

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

Tabela 6.2.5.2 - REGIÃO NORTE FLUMINENSE - dados municipais

		REGIÃO	Campos	Cardoso Moreira	Conceição de Macabu	Macaé	Quis- samã ⁴	São Fidélis	S. João da Barra
população total	91	611.576	376.290	12.819	16.963	100.895	10.467	34.581	59.561
população urbana	91	484.346	317.981	6.686	13.982	89.336	4.410	22.160	29.791
população rural	91	127.230	58.309	6.133	2.981	11.559	6.057	12.421	29.770
% população estadual	91	4,78	2,94	0,10	0,13	0,79	0,08	0,27	0,47
população total	80	515.274	321.393	14.755	13.631	66.278	9.633	34.928	54.656
população urbana	80	300.999	195.779	4.100	9.678	51.940	3.249	15.222	21.031
população rural	80	214.275	125.614	10.655	3.953	14.338	6.384	19.706	33.625
% população estadual	80	4,56	2,84	0,13	0,12	0,59	0,09	0,31	0,48
participação estadual		0,22	0,09	-0,03	0,01	0,20	0,00	-0,04	-0,02
taxa de urbanização	80	58,42	60,92	27,79	70,99	78,37	33,73	43,58	38,48
taxa de urbanização	91	79,20	84,50	52,16	82,42	88,54	42,13	64,08	50,02
% taxa de urbanização		35,57	38,71	87,70	16,10	12,99	24,92	47,04	29,99
absoluta população total		96.302	54.897	-1.936	3.332	34.617	834	-347	4.905
% população total		18,69	17,08	-13,12	24,44	52,23	8,66	-0,99	8,97
% população urbana		60,91	62,42	63,07	44,47	72,00	35,73	45,58	41,65
% população rural		-40,62	-53,58	-42,44	-24,59	-19,38	-5,12	-36,97	-11,46
crescimento líquido a.a		1,57	1,44	-1,27	2,01	3,89	0,76	-0,09	0,78
-- urbano a.a		4,42	4,51	4,55	3,40	5,05	2,82	3,47	3,22
-- rural a.a		-4,63	-6,74	-4,90	-2,53	-1,94	-0,48	-4,11	-1,10

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

¹ Itaúva está incluída em Campos, porém pertence à Região Noroeste Fluminense² os dados de Campos incluem Itaúva e Cardoso Moreira, emancipados na década de 80³ os dados de Macaé incluem Quissamã, emancipado em 1989⁴ emancipado de Macaé

Mapa 6.5
REGIÃO NORTE FLUMINENSE
ATIVIDADES ECONÔMICAS

TABELA 6.2.5.3 - REGIÃO NORTE FLUMINENSE - localidades ordenadas por crescimento a.a

		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
MACAE	BARRA DE MACAE	26.616	25.303	1.313	8.819	6.933	1.886	201,80	264,96	-30,38	16,45	10,56
MACAE	MACAE	58.664	57.658	1.006	41.091	39.664	1.427	42,77	45,37	-29,50	1,76	3,29
S JOAO DA BARRA	SAO JOAO DA BARRA	12.500	11.707	793	9.722	8.813	909	28,57	32,84	-12,76	3,01	2,31
CONCEICAO DE MACABU	CONCEICAO DE MACABU	16.093	13.785	2.308	12.634	9.464	3.170	27,38	45,66	-27,19	10,75	2,22
S JOAO DA BARRA	BARRA SECA	16.166	6.564	9.602	12.869	4.270	8.599	25,62	53,72	11,66	7,42	2,10
CAMPOS	IBITIOCA	2.824	801	2.023	2.302	74	2.228	22,68	982,43	-9,20	25,15	1,88
CAMPOS	CAMPOS	288.454	277.705	10.749	236.024	178.821	57.203	22,21	55,30	-81,21	20,51	1,84
S FIDELIS	SAO FIDELIS	18.841	15.925	2.916	16.221	11.713	4.508	16,15	35,96	-35,31	12,31	1,37
CAMPOS	SERRINHA	1.407	429	978	1.236	120	1.116	13,83	257,50	-12,37	20,78	1,18
S FIDELIS	IPUCA	5.517	3.187	2.330	4.897	1.586	3.311	12,66	100,95	-29,63	25,38	1,09
CAMPOS	S SEBASTIAO DE CAMPOS	12.908	5.060	7.848	11.483	830	10.653	12,41	509,64	-26,33	31,97	1,07
CAMPOS	MORRO DO COCO	4.316	1.783	2.533	3.903	1.408	2.495	10,58	26,63	1,52	5,24	0,92
QUISSAMA	QUISSAMA	10.467	4.410	6.057	9.633	3.249	6.384	8,66	35,73	-5,12	8,40	0,76
CAMPOS	TOCOS	8.915	5.254	3.661	8.221	2.707	5.514	8,44	94,09	-33,61	26,01	0,74
S JOAO DA BARRA	BARCELOS	4.286	2.205	2.081	3.956	2.060	1.896	8,34	7,04	9,76	-0,63	0,73
MACAE	CARAPEBUS	7.238	3.416	3.822	6.841	2.968	3.873	5,80	15,09	-1,32	3,81	0,51
CAMPOS	MUSSUREPE	8.570	3.504	5.066	8.116	462	7.654	5,59	658,44	-33,81	35,19	0,50
CAMPOS	TRAVESSAO	16.217	8.768	7.449	15.360	4.466	10.894	5,58	96,33	-31,62	24,99	0,49
MACAE	SANA	1.524	225	1.299	1.460	170	1.290	4,38	32,35	0,70	3,12	0,39
S JOAO DA BARRA	ITABAPOANA	12.696	6.511	6.185	12.447	3.822	8.625	2,00	70,36	-28,29	20,58	0,18
CAMPOS	DORES DE MACABU	6.085	2.274	3.811	6.083	1.469	4.614	0,03	54,80	-17,40	13,22	0,00
CAMPOS	STO AMARO DE CAMPOS	7.543	3.402	4.141	7.814	472	7.342	-3,47	620,76	-43,60	39,06	-0,32
CAMPOS	MORANGABA	4.047	1.332	2.715	4.285	689	3.596	-5,55	93,32	-24,50	16,83	-0,52
CAMPOS	VILA NOVA DE CAMPOS	5.251	3.077	2.174	5.578	738	4.840	-5,86	316,94	-55,08	45,37	-0,55
MACAE	GLICERIO	3.197	1.369	1.828	3.431	984	2.447	-6,82	39,13	-25,30	14,14	-0,64
CAMPOS	CARDOSO MOREIRA	7.993	5.957	2.036	8.625	3.685	4.940	-7,33	61,66	-58,79	31,80	-0,69
S JOAO DA BARRA	MANIVA	9.852	2.081	7.771	10.651	1.357	9.294	-7,50	53,35	-16,39	8,38	-0,71
CAMPOS	STA MARIA	5.007	2.404	2.603	5.542	1.866	3.676	-9,65	28,83	-29,19	14,34	-0,92
nomes	em negrito = sedes municipais											continua
	em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana											
	sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano											

* população total

ELABORADA COM BASE EM DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

TABELA 6.2.5.3 - REGIÃO NORTE FLUMINENSE - localidades ordenadas por crescimento a.a

continuação

continuação		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
S FIDELIS	PUREZA	4.162	1.796	2.366	4.751	1.543	3.208	-12,40	16,40	-26,25	10,67	-1,20
CONCEICAO DE MACABU	MACABUZINHO	870	197	673	997	214	783	-12,74	-7,94	-14,05	1,18	-1,23
CAMPOS	SAO JOAQUIM	4.826	729	4.097	6.130	415	5.715	-21,27	75,66	-28,31	8,34	-2,15
MACAE	CACHOEIROS	1.058	137	921	1.526	283	1.243	-30,67	-51,59	-25,91	-5,60	-3,27
S FIDELIS	CAMBIASCA	2.474	413	2.061	3.695	178	3.517	-33,04	132,02	-41,40	11,88	-3,58
S FIDELIS	COLONIA	3.587	839	2.748	5.364	202	5.162	-33,13	315,35	-46,76	19,62	-3,59

nomes **em negrito = sedes municipais**

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE EM DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

Mesmo sem gerar empregos diretos na área a implantação do elo de ligação da Petrobrás com as plataformas em Macaé contribuiu para: gerar empregos indiretos (prestação de serviços), atrair contingentes de trabalhadores, na perspectiva de conseguir emprego; aumentar a favelização em torno de Macaé e Barra de Macaé (distrito vizinho) durante os anos 80, estimular o comércio, os serviços e a construção civil. Em consequência do crescimento demográfico adensaram-se e expandiram-se as áreas urbanas de Macaé (3,29% a.a) e Barra de Macaé (10,56% a.a e maior taxa de crescimento do estado) (vide Tabela 6.2.5.3).

Este afluxo de trabalhadores sobre Macaé aumentou a demanda por imóveis, para habitação e desenvolvimento das atividades produtivas, e gerou uma especulação imobiliária sem precedentes. A elevação dos preços dos imóveis e dos aluguéis (RAMIRES, 1991 :120) e a destinação de áreas com amenidades para parcelas de população com maior poder aquisitivo, no distrito sede, contribuíram para Barra de Macaé, distrito vizinho, ser intensamente ocupado por loteamentos, conjuntos habitacionais (CEHAB) e favelas.

Em consequência localidades próximas, com aluguéis mais baratos, tornaram-se dormitórios dos trabalhadores da estatal e das firmas prestadoras de serviços e apresentaram, entre 1980/91, um crescimento demográfico acima da média do interior (1,57% a.a), notadamente em Conceição de Macabu (2,22% a.a), dada sua proximidade de Macaé, seguida da sede de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Barra de São João (Casimiro de Abreu) (vide Tabelas 6.2.3 e 6.2.5.3).

A exploração de petróleo contribuiu para elevar a receita de Campos, Macaé e Quissamã¹, a partir de meados da década de 80 quando começaram a receber os royalties do petróleo, que se tornaram uma de suas principais fontes de recursos, além do açúcar e ISS (Impostos Sobre Serviços). Até a emancipação de Quissamã (1989), a principal fonte de receita de Macaé era a Companhia Engenho Central de Quissamã (CIDE, 1993b :265), produtora de açúcar e álcool hidratado carburado, responsável por parcela do ICM superior à da Petrobrás (CIDE, 1993b :270). Neste sentido, a agricultura mantém-se, ainda, como a atividade de maior relevância econômica da região. Campos, Macaé, São João da Barra e Quissamã constituem a principal área canavieira do Estado, tanto em área quanto em valor da produção. Em 1990, havia 20 áreas rurais de conflitos de terra, abrangendo perto de 20 mil hectares e atingindo cerca de 1.700 famílias, a maior parte em Macaé (CIDE, 1993b :250).

A modernização da lavoura canavieira e a extensão da legislação trabalhista ao campo engendraram uma maior mobilidade do trabalho, com a formação de contingentes de bóias-frias transformados em força de trabalho sazonal urbana-rural, que se deslocaram para as áreas urbanas de diversas localidades da região. Isto contribuiu para tornar a maioria das vilas e aglomerados em entroncamentos viários ou paradas de ônibus em dormitório de trabalhadores rurais e parada intermediária de migrantes com destino a Campos, às Baixadas Litorâneas e à Região Metropolitana (CIDE, 1989a), o que levou ao esvaziamento demográfico destas localidades (vide Tabela 6.2.5.3). Enquadram-se, também, nesta situação Cardoso Moreira (emancipado de Campos) e São Fidélis e seus distritos.

A mobilidade diária do trabalho é intensa na região. A estrutura fundiária concentrada e a dependência de muitas vilas das usinas, fazem com que a população rural migre para a periferia da sede de Campos. Isto se verifica desde a década de 70 e tem contribuído para o crescimento demográfico e transformação da sede de Campos em um grande dormitório para trabalhadores rurais (bóias-frias), arrebanhados quotidianamente por caminhões ou ônibus das usinas localizadas, em distritos isolados do Norte fluminense, como Morangaba (Campos).

Entre as localidades que apresentaram crescimento acima de 2,0% a.a temos São João da Barra e seu distrito de Barra Seca, que constituem um caso a parte. O município é dividido pelo rio Paraíba do Sul. A parte norte, conhecida como “*sertão*” de São João da Barra, engloba as localidades de Barra Seca, Barra do Itabapoana e Maniva que pretendem unir-se e formar o Município de São Francisco de Itabapoana, e seu único acesso é através de Campos. Tanto a parte norte quanto sul apresentaram um desenvolvimento de atividades de veraneio nas localidades de Gargaú (Barra Seca) e Atafona (São João da Barra) que contribuiu para o crescimento demográfico de Barra Seca e São João da Barra. Dada a distância de Barra Seca a Gargaú, verifica-se o crescimento da população rural entre as duas localidades (vide Tabela 6.2.5.3).

À exceção de Barra de Macaé e Barra Seca, o crescimento demográfico relativo na região, entre 1980/91, foi mais expressivo nas sedes municipais de Macaé, Conceição de Macabu e São João da Barra acompanhado pelo esvaziamento demográfico dos respectivos distritos. As sedes dos outros municípios e seus distritos apresentaram um crescimento demográfico inferior a 2,0% a.a, inclusive Campos (vide Tabela 6.2.5.3).

¹ Royalties em Campos e Macaé representam respectivamente 20% e 40% das receitas municipais, CIDE, 1993b.

À exceção de Campos, destino dos migrantes da região, a maior parte das localidades apresentava disponibilidade de água e esgoto (IBGE, 1991) (vide mapas ao fim), que associada a sua fragilidade econômica denota o seu esvaziamento demográfico.

6.2.6 região Noroeste Fluminense

Até meados dos anos 80 esta região integrava o Norte Fluminense e foi objeto das mesmas práticas governamentais. Todos seus municípios originaram-se com o surto cafeeiro do século XIX, muitos fundados mais pelos interesses coronelistas, do que por um destaque econômico (vide capítulo 4).

É a região mais pobre do estado. Em 1980 sua participação no PIB estadual era a menor do Estado (0,81% do PIB estadual - vide Tabela 6.2.6.1), com o mais baixo PIB per capita em relação ao PIB per capita estadual (CIDE, 1993b). A principal atividade geradora de renda era a comercial (43,2%), seguida da industrial (31,4%), da agrícola (25,4%) e dos serviços (3%) (IBGE, 1985 e CIDE, 1993b).

O setor econômico mais expressivo é o terciário, com destaque para o comércio de produtos agropecuários e prestação de serviços que se reflete na concentração de sua PEA no terciário, dada à ampliação da população de trabalhadores rurais residente em áreas urbanas que se dedica sazonalmente a atividades rurais, enquanto bóias-frias, ou urbanas enquanto prestadores de serviços e biscates (vide Tabela 6.2.6.1).

Cambuci, Laje do Muriaé, Natividade e Porciúncula apresentavam, em 1980, cerca de 60% da PEA no primário (vide Tabela 6.2.6.1), com uma predominância deste setor sobre a produção do setor secundário. Tal concentração confrontada com a produção do setor e sua participação no PIB estadual expressa sua pobreza. Em 1988, mais de 90% da receita dos municípios da região provinha de transferências, 99% em Cambuci, Laje do Muriaé e Porciúncula.

Contribui para sua fragilidade econômica o seu isolamento e não articulação a rede viária estadual, cujos principais eixos BR-101 e BR-116, não a atravessam. Conta apenas com a BR-356, que liga Itaperuna a São João da Barra e Campos e a Muriaé (MG). As demais estradas apresentam problemas de pavimentação e quase todas as vilas (sedes de distritos) são acessadas por precárias estradas de terra. Em 1990 foram registradas três áreas rurais de conflitos de terra, não há informação sobre a dimensão da área e o número de famílias atingidas. Sabe-se, porém, que em Itaocara, estão envolvidas 175 famílias, numa área de 3 mil hectares (CIDE, 1993b :201).

Itaperuna, atua como centro comercial da região, com comércio diversificado e uma rede de hospitais particulares, que atende a demanda por serviços de saúde dos municípios próximos da Região Norte Fluminense e de Minas Gerais¹. Concentra 28,56% da população da região (vide Tabela 6.2.6.3) e possui o único estabelecimento de ensino superior da região. Apesar de ser um dos municípios de maior relevância na região, junto com Santo Antônio de Pádua, ambos são polarizados por Campos para comércio e serviços especializados, assim como a maior parte das outras localidades da área. Santo Antônio de Pádua, por sua vez conta com algumas indústrias e comércio, e polariza, em menor grau algumas localidades da área devido a sua transformação em área de lazer com a implantação de um Parque de Águas (FAPERJ, 1983).

A atividade industrial predominante é o beneficiamento de cana-de-açúcar, arroz e leite, além de alguns pequenos estabelecimentos de produtos alimentares e bebidas, exceto em Itaperuna onde há algumas pequenas metalúrgicas e em Italva (emancipada de Campos) e Aperibé (emancipado de Campos), onde há extração de cimento e mármore. Dada a similaridade de atividade econômica, trabalhadores de Italva tendem a deslocar-se semanalmente para trabalhar em Aperibé ou nas indústrias cimenteiras de Cantagalo (Serrana) (FAPERJ, 1983 e IBGE, 1980), ou ainda a migrar para Cordeiro (dormitório de Cantagalo - Serrana). Isto também ocorre em Marangatu (Sto Antônio de Pádua), S. João do Paraíso (Cambuci) e Jaguarembé (Itaocara) onde permanecem as famílias de trabalhadores que deslocam-se para trabalhar nas lavouras em Itaboraí (Metropolitana), Rio Bonito (Baixadas Litorâneas), bem como em outras atividades nas regiões Serrana e metropolitana, e retornam nos fins de semana.

A mobilidade diária do trabalho das áreas urbanas em direção às áreas rurais e entre municípios e distritos é intensa. O baixo dinamismo da agricultura, praticada em moldes extensivos, com baixa produtividade; a expansão da pecuária leiteira² e a sazonalidade do cultivo da cana não contribuem para fixar a população rural.

A retomada da cafeicultura, desde a década de 70, em moldes avançados, sob orientação do IBC, em Natividade, Porciúncula e Varre-Sai, e o desenvolvimento da rizicultura por serem altamente poupadoras de mão de obra e a valorização das terras dado o seu potencial para o cultivo têm contribuído para a migração da população rural para algumas sedes municipais e distritos mais expressivos dentro da inexpressividade

¹ Contava, em 1987, com seis hospitais particulares e 15 unidades parahospitais, das quais oito municipais, três estaduais e duas federais, CIDE, 1993b.

² Em 1990 mais de 70% de suas terras eram pastagens, com 20% do rebanho bovino estadual CIDE, 1993b.

Tabela 6.2.6.1 - REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE - PIB e PEA em 1980

	Participação	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
	PIB Estadual	primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região¹	0,81	25,00	20,00	55,00	37,77	16,90	45,33
Bom Js do Itabapoana	0,10	19,85	19,32	60,83	31,95	16,10	51,95
Cambuci	0,06	47,51	8,23	44,26	61,20	7,45	31,35
Itaocara	0,07	28,32	23,36	48,32	42,21	17,51	40,28
Itaperuna	0,26	18,23	23,38	58,23	25,46	20,95	53,59
Laje do Muriaé	0,02	47,71	13,68	38,61	62,61	10,97	26,42
Miracema	0,07	17,69	24,77	57,54	29,33	19,67	51,00
Natividade ²	0,07	33,23	13,22	53,55	52,56	10,38	37,06
Porciúncula	0,03	30,61	13,30	56,02	51,73	12,12	36,16
Sto Antônio de Pádua ³	0,13	21,94	20,83	57,23	35,74	20,32	43,94

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

Mapa 6.6

REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE
ATIVIDADES ECONÔMICAS

Fonte: mapa rodoviário do DER/RJ, 1989
extraído do Guia Sócio-Econômico dos Municípios

¹ Itaúva também faz parte desta região, havendo-se emancipado de Campos em 1986, seus dados, portanto estão agregados aos de Campos

² os dados de Natividade incluem Varre-Saí, emancipado em 1990

³ os dados de Sto Antônio de Pádua incluem Aperibé, emancipada em 1992

Tabela 6.2.6.2 - REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE - dados municipais

		REGIÃO	Aperibé ¹	Bom J. do Itabapoana	Cambuci	Italva ²	Itaocara	Itaperuna	Laje do Muriaé	Miracema	Nativi- dade	Porciún- cula	Sto Ant. de Pádua	Varre-Sai ³
população total	91	273.062	6.309	29.873	21.011	12.764	22.933	78.000	7.464	25.091	14.642	14.561	33.291	7.123
população urbana	91	186.584	4.372	21.180	9.362	6.352	13.494	61.742	3.804	20.954	9.821	9.535	23.653	2.315
população rural	91	86.478	1.937	8.693	11.649	6.412	9.439	16.258	3.660	4.137	4.821	5.026	9.638	4.808
% população estadual	91	2,13	0,05	0,23	0,16	0,10	0,18	0,61	0,06	0,20	0,11	0,11	0,26	0,06
população total	80	242.882	4.950	27.940	21.052	12.888	21.326	63.168	7.544	22.036	13.838	13.467	28.598	6.075
população urbana	80	131.005	2.640	16.738	7.451	3.915	9.264	38.957	2.817	16.652	6.782	7.340	16.695	1.754
população rural	80	111.877	2.310	11.202	13.601	8.973	12.062	24.211	4.727	5.384	7.056	6.127	11.903	4.321
% população estadual	80	2,15	0,04	0,25	0,19	0,11	0,19	0,56	0,07	0,20	0,12	0,12	0,25	0,05
participação estadual		-0,02	0,01	-0,01	-0,02	-0,01	-0,01	0,05	-0,01	0,00	-0,01	-0,01	0,01	0,00
taxa de urbanização	80	53,94	53,33	59,91	35,39	30,38	43,44	61,67	37,34	75,57	49,01	54,50	58,38	28,87
taxa de urbanização	91	68,33	69,30	70,90	44,56	49,76	58,84	79,16	50,96	83,51	67,07	65,48	71,05	32,50
% taxa de urbanização		26,68	29,93	18,35	25,89	63,82	35,45	28,35	36,48	10,51	36,86	20,14	21,71	12,57
absoluta população total		30.180	1.359	1.933	-41	-124	1.607	14.832	-80	3.055	804	1.094	4.693	1.048
% população total		12,43	27,45	6,92	-0,19	-0,96	7,54	23,48	-1,06	13,86	5,81	8,12	16,41	17,25
. % população urbana		42,43	65,61	26,54	25,65	62,25	45,66	58,49	35,04	25,83	44,81	29,90	41,68	31,98
% população rural		-22,70	-16,15	-22,40	-14,35	-28,54	-21,75	-32,85	-22,57	-23,16	-31,68	-17,97	-19,03	11,27
crescimento líquido a.a		1,07	2,23	0,61	-0,02	-0,09	0,66	1,94	-0,10	1,19	0,51	0,71	1,39	1,46
-- urbano a.a		3,27	4,69	2,16	2,10	4,50	3,48	4,28	2,77	2,11	3,42	2,41	3,22	2,55
-- rural a.a		-2,31	-1,59	-2,28	-1,40	-3,01	-2,20	-3,56	-2,30	-2,37	-3,40	-1,78	-1,90	0,98

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

¹ emancipado de Sto Antônio de Pádua

² emancipado de Campos

³ emancipado de Natividade

Advertência Inicial: os dados do distrito de Ourânia, criados entre 1980/91 foram aglomerados aos de seu distrito de origem, Bom Jesus do Querendo, e encontram-se desaglomerados ao fim da tabela

TABELA 6.2.6.3 - REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE - localidades ordenadas por crescimento a.a

		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
		1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de	cresc
Município	Distrito	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	urbaniz	liq.a.a*
ITAPERUNA	ITAPERUNA	60.621	55.476	5.145	44.498	34.644	9.854	36,23	60,13	-47,79	13,66	2,85
STO ANT. DE PADUA	APERIBE	6.309	4.372	1.937	4.950	2.640	2.310	27,45	65,61	-16,15	15,96	2,23
STO ANT. DE PADUA	STO ANTONIO DE PADUA	20.491	18.407	2.084	16.111	13.397	2.714	27,19	37,40	-23,21	6,68	2,21
ITAOCARA	ITAOCARA	12.281	10.085	2.196	9.995	6.551	3.444	22,87	53,95	-36,24	16,58	1,89
B JS DO ITABAPOANA	CALHEIROS	1.879	363	1.516	1.572	240	1.332	19,53	51,25	13,81	4,05	1,63
B JS DO ITABAPOANA	B JS DO ITABAPOANA	21.872	18.908	2.964	18.426	14.759	3.667	18,70	28,11	-19,17	6,35	1,57
MIRACEMA	MIRACEMA	22.050	19.395	2.655	18.758	15.545	3.213	17,55	24,77	-17,37	5,09	1,48
NATIVIDADE	VARRE-SAI	7.123	2.315	4.808	6.075	1.754	4.321	17,25	31,98	11,27	3,63	1,46
PORCIUNCULA	PORCIUNCULA	10.281	8.493	1.788	8.817	6.382	2.435	16,60	33,08	-26,57	10,23	1,41
CAMBUCI	CAMBUCI	5.476	3.573	1.903	4.728	2.693	2.035	15,82	32,68	-6,49	8,29	1,34
ITAPERUNA	CDOR VENANCIO	6.299	2.033	4.266	5.454	1.386	4.068	15,49	46,68	4,87	6,86	1,32
STO ANTONIO DE PADUA	SANTA CRUZ	4.747	2.394	2.353	4.156	855	3.301	14,22	180,00	-28,72	29,86	1,22
NATIVIDADE	NATIVIDADE	11.773	8.618	3.155	10.587	6.153	4.434	11,20	40,06	-28,85	15,08	0,97
STO ANTONIO DE PADUA	MONTE ALEGRE	2.224	982	1.242	2.130	778	1.352	4,41	26,22	-8,14	7,63	0,39
PORCIUNCULA	SANTA CLARA	2.780	585	2.195	2.682	469	2.213	3,65	24,73	-0,81	3,56	0,33
ITAOCARA	PORTELA	2.862	1.157	1.705	2.783	1.119	1.664	2,84	3,40	2,46	0,22	0,25
STO ANTONIO DE PADUA	PARAOQUENA	1.859	783	1.076	1.851	682	1.169	0,43	14,81	-7,96	5,27	0,04
ITALVA	ITALVA	12.764	6.352	6.412	12.888	3.915	8.973	-0,96	62,25	-28,54	19,39	-0,09
LAJE DO MURIAE	LAJE DO MURIAE	7.464	3.804	3.660	7.544	2.817	4.727	-1,06	35,04	-22,57	13,62	-0,10
CAMBUCI	SAO JOAO DO PARAISO	4.270	2.346	1.924	4.320	2.022	2.298	-1,16	16,02	-16,28	8,14	-0,11
CAMBUCI	SAO JOSE DE UBA	6.057	1.781	4.276	6.144	1.392	4.752	-1,42	27,95	-10,02	6,75	-0,13
ITAOCARA	JAGUAREMBE	3.009	811	2.198	3.064	474	2.590	-1,80	71,10	-15,14	11,48	-0,16
STO ANTONIO DE PADUA	BALTAZAR	1.155	185	970	1.184	146	1.038	-2,45	26,71	-6,55	3,69	-0,23
MIRACEMA	VENDA DAS FLORES	1.076	496	580	1.121	336	785	-4,01	47,62	-26,11	16,12	-0,37
STO ANTONIO DE PADUA	IBITIGUACU	1.009	251	758	1.052	170	882	-4,09	47,65	-14,06	8,72	-0,38
CAMBUCI	TRES IRMAOS	1.661	578	1.083	1.734	506	1.228	-4,21	14,23	-11,81	5,62	-0,39

nomes

em negrito = sedes municipais

continua

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE EM DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

Advertência Inicial: os dados do distrito de Ourânia, criados entre 1980/91 foram aglomerados aos de seu distrito de origem, Bom Jesus do Querendo, e encontram-se desaglomerados ao fim da tabela

TABELA 6.2.6.3 - REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE - localidades ordenadas por crescimento a.a

POPULAÇÃO												taxa cresc liq.a.a*
Município	Distrito	1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de urbaniz	
		total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural		
ITAPERUNA	RETIRO DO MURIAE	3.592	2.094	1.498	3.762	1.206	2.556	-4,52	73,63	-41,39	26,24	-0,42
ITAPERUNA	BOAVENTURA	2.565	1.125	1.440	2.709	908	1.801	-5,32	23,90	-20,04	10,34	-0,50
MIRACEMA	PARAISO DO TOBIAS	1.965	1.063	902	2.157	771	1.386	-8,90	37,87	-34,92	18,35	-0,84
CAMBUCI	FUNIL	1.723	771	952	1.927	629	1.298	-10,59	22,58	-26,66	12,11	-1,01
ITAOCARA	LARANJAIS	3.330	1.303	2.027	3.729	990	2.739	-10,70	31,62	-25,99	12,58	-1,02
NATIVIDADE	OURANIA +BJS QUERENDO	2.869	1.203	1.666	3.251	629	2.622	-11,75	91,26	-36,46	22,58	-1,13
STO ANTONIO DE PADUA	MARANGATU	1.806	651	1.155	2.114	667	1.447	-14,57	-2,40	-20,18	4,49	-1,42
CAMBUCI	MONTE VERDE	1.824	313	1.511	2.199	209	1.990	-17,05	49,76	-24,07	7,66	-1,69
ITAOCARA	ESTRADA NOVA	1.451	138	1.313	1.755	130	1.625	-17,32	6,15	-19,20	2,10	-1,71
B JS DO ITABAPOANA	ROSAL	1.461	624	837	1.815	545	1.270	-19,50	14,50	-34,09	12,68	-1,95
B JS DO ITABAPOANA	PIRAPETINGA DE B JESUS	913	208	705	1.186	200	986	-23,02	4,00	-28,50	5,92	-2,35
ITAPERUNA	ITAJARA	1.908	361	1.547	2.487	309	2.178	-23,28	16,83	-28,97	6,50	-2,38
PORCIUNCULA	PURILANDIA	1.500	457	1.043	1.968	489	1.479	-23,78	-6,54	-29,48	5,62	-2,44
B JS DO ITABAPOANA	CARABUCU	3.748	1.077	2.671	4.941	994	3.947	-24,14	8,35	-32,33	8,62	-2,48
ITAPERUNA	N SRA DA PENHA	3.015	653	2.362	4.258	504	3.754	-29,19	29,56	-37,08	9,82	-3,09
NATIVIDADE	OURANIA	1.630	752	878	3.251	629	2.622	-49,86	19,55	-66,51	26,79	-6,08
NATIVIDADE	B JS DO QUERENDO	1.239	451	788								

nomes **em negrito = sedes municipais**

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE EM DADOS DO CENSO DO IBGE DE 1980 E 1991

geral da área. Esta valorização simultaneamente tem restringido a expansão urbana em várias localidades, o que provoca a concentração da população ao redor das principais sedes municipais.

Pode-se observar (vide Tabela 6.2.6.3), em decorrência, a elevação da taxa de urbanização acompanhada pelo decréscimo da população total na maioria das localidades. A maioria das sedes apresentou crescimento superior ao de seus distritos, entre 1980/91 (vide Tabela 6.2.6.3), todavia, quase todos municípios apresentaram uma taxa de crescimento inferior a 1,5% a.a; alguns inclusive com decréscimo populacional, como é o caso Cambuci (-0,02% a.a), Italva (-0,09% a.a) e Laje do Muriaé (-0,10% a.a) (vide Tabela 6.2.6.3). Este crescimento das sedes, não acompanhado pelo crescimento da população municipal indica que houve um afluxo em direção a elas, que se constituiriam na primeira etapa para a migração para outras áreas, como as Baixadas Litorâneas, região Serrana e metropolitana. Apesar do maior volume de migrantes haver permanecido no interior da própria região, esta apresentou um saldo migratório negativo, entre 1970/80, e o menor incremento demográfico do estado (1,07% a.a), entre 1980/91. Aperibé foi o único município com taxa de crescimento superior a 2% a.a (vide Tabela 6.2.6.2), devido ao êxodo rural e a sua posição intermediária entre Sto Antônio de Pádua e Itaocara.

O incremento demográfico nos distritos (vide Tabela 6.2.6.3) de Calheiros (Bom Jesus do Itabapoana), Comendador Venâncio (Itaperuna), Sta Clara (Porciúncula), Marangatu e Sta Cruz (Sto Antônio de Pádua), todos dormitórios de trabalhadores rurais, pode ser creditado em parte à sua localização em entroncamentos viários, ou ao desenvolvimento de atividades agrícolas no entorno.

6.2.7 região Serrana

É uma área de economia diversificada e considerada uma das mais promissoras do estado, dada sua localização e nível de renda. As atividades industriais, de turismo, comércio e prestação de serviços predominam. No setor industrial sobressaem-se os setores têxtil e alimentar, pelo valor da produção e pela quantidade de estabelecimentos e pessoal ocupado, principalmente em Petrópolis e Nova Friburgo (capital da lingerie), que contam com as fábricas de Tecidos Dona Isabel e Werner (Petrópolis); Ypú, Triumph (antiga Filó) e rendas ARP (Nova Friburgo). Os quais entre 1980 e 1989 faziam parte dos dez municípios mais dinâmicos do estado, em termos de crescimento real

bruto (CIDE, 1989b). Destacam-se, ainda, em Cantagalo as fábricas de cimento Votorantim e Mauá.

Participava com 3,62% no PIB estadual em 1980, a segunda maior participação do interior do Estado. A principal atividade geradora de renda, em 1985, era a industrial (51% da renda gerada), seguida da comercial e de serviços (39%) (IBGE, 1991). A concentração de seu PIB nos setores de comércio, serviços e indústria (46% e 44%) (vide Tabela 6.2.7.1) é um reflexo do peso de Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis e Cantagalo, onde prevalece o setor industrial (3,28% do PIB estadual e 90,6% do PIB da região). Nestes municípios cerca de 90% da renda gerada provinha dos setores secundário e terciário, e o peso do setor serviços expressa o peso do turismo nos três primeiros (IBGE, 1991).

Tal situação contrasta com a de Duas Barras, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto (emancipado de Petrópolis), São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes, que totalizavam, em 1980, 0,16% do PIB estadual (4,4% do PIB da região), onde predominava as atividades agrícolas e pecuárias, notadamente a pecuária leiteira. Esta composição se refletia na distribuição da PEA da região em 1980 (vide Tabela 6.2.7.1) se considerarmos que mais de 80% da PEA encontrava-se concentrada em Teresópolis Nova Friburgo e Petrópolis, este com mais de 40% do total.

À exceção de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, os demais municípios surgiram durante o surto cafeeiro do século XIX, sem que outra atividade de porte viesse a substituí-lo, exceto em Cantagalo com a exploração de minerais-não metálicos. Estas três cidades também surgiram no século XIX, as duas primeiras como estâncias de veraneio e cura com educandários e pequenas tecelagens; a terceira enquanto foco de colonização suíço-alemã, como vimos no capítulo 3, e se desenvolveram à margem de programas e planos governamentais.

Além de serem os municípios mais industrializados e de maior porte demográfico da região, Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, concentram a melhor estrutura hoteleira do estado após a região metropolitana. Contam com uma infra-estrutura especializada no âmbito de saúde e ensino, com hospitais públicos e instituições de ensino superior. Seus recursos ambientais, o clima e o setor gastronômico garantem um fluxo contínuo de turistas. Este aspecto é significativo no que concerne ao desemprego, maior fora do período de veraneio. No âmbito gastronômico desenvolve-se o cultivo de ervas e temperos em Petrópolis, uma produção especializada de queijos, em Nova Friburgo e criações de trutas, carpas e *escargots* nos três municípios.

Em 1985, mais da metade das terras era de pastagens naturais e 20% lavouras, a maioria temporárias, correspondentes a 50% das terras cultivadas do estado. Em 1990 registraram-se 13 áreas de conflitos rurais de terras (CIDE, 1993b :285), a maioria em Trajano de Moraes. Apesar de em menor número, os estabelecimentos entre 100 e 1000 ha (8% do total), ocupavam mais da metade da área. Em 1990, o tomate era um dos principais produtos agrícolas e a região era responsável por mais da metade da cunicultura do estado, sendo Teresópolis responsável por quase 30% do total estadual.

Petrópolis¹, Teresópolis² e Nova Friburgo³, possuem ligações viárias próprias com a região metropolitana. O demais municípios são servidos por vias secundárias, que partem de Nova Friburgo. A proximidade entre os dois primeiros e a região metropolitana torna-os quase uma área à parte. Há uma certa interação econômica entre Petrópolis e Teresópolis, bem como entre Teresópolis e Nova Friburgo. As estradas no interior da região, entretanto, não se encontram em boas condições de manutenção. No passado, a região contou com uma estrutura de transporte ferroviário, desativada na primeira metade do século XX (capítulo 5), o que obstaculiza o escoamento de parte de sua produção, como o calcário e o cimento de Cantagalo e a produção olerícola de quase todos os municípios (CIDE, 1993b :284).

A expansão das segundas residências e do turismo de fim-de-semana tem contribuído, em parte, para o crescimento demográfico em diversas localidades e assume feições diferenciadas nas áreas de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

Até meados da década de 80 Petrópolis fazia parte da região metropolitana. O município conta com uma infra-estrutura razoável; serviços e comércio especializados; escolas tradicionais e fácil ligação com a região metropolitana, a 45 minutos de viagem, através da BR-040. Após a implantação do novo traçado da BR-040, houve uma intensa ocupação dos vales e morros, nos distritos de Cascatinha, Itaipava e Pedro do Rio, por loteamentos e condomínios fechados destinados ao lazer de fim-de-semana e à residência de setores de classe média e alta, que trabalham no Rio de Janeiro. Em

¹ A principal via é a BR-040, que o conecta à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Conta, ainda, com o entroncamento da BR-393, em Três Rios, que lhe dá acesso a São Paulo, por Barra Mansa, e ao Nordeste do país. A ligação de Petrópolis com Teresópolis é feita pela BR-495.

² Teresópolis é cortado pela BR-116 (Rio-Bahia), ligando-se também a Nova Friburgo (RJ-130), a Petrópolis e à BR-040 (Rio Juiz de Fora).

³ Nova Friburgo liga-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro através da RJ-116, por Cachoeiras de Macacu e Itaboraí ou, ainda, a Magé (RJ-122). Tem acesso a Teresópolis através da serra (RJ-130), zona de produção olerícola. Pela RJ-148, a partir de Nova Friburgo, pode-se atingir Sumidouro e Carmo e, daí, a rodovia BR-393, até Barra Mansa em direção à Dutra (BR-116). Existem, ainda pequenas estradas que partem de Nova Friburgo em direção a Cordeiro, e daí ao norte e noroeste do estado

menos de uma década Itaipava de simples bairro tornou-se centro de comércio e serviços para o entorno próximo.

Observa-se atualmente um intenso movimento diário de pessoas que residem no município e trabalham na região metropolitana, que tende a crescer. A valorização das áreas rurais de Petrópolis, dado seu potencial para condomínios e segundas residências, contribuiu para o deslocamento da população de trabalhadores rurais para as áreas urbanas, que se adensaram - notadamente para a vila de Pedro do Rio, mais distante da sede. A título de ilustração pode-se dizer que este processo é similar ao que ocorreu na rodovia Raposo Tavares, entre São Paulo e Cotia¹.

Em Teresópolis ocorre processo semelhante, em menor escala. A especulação imobiliária voltada para o turismo e veraneio tem impulsionado o deslocamento dos trabalhadores rurais para as áreas urbanas e concomitante transformação de pequenos aglomerados em núcleos dormitório, como em Cruzeiro, Bonsucesso e Nhuguaçu, bem como a ampliação de favelas e assentamentos irregulares no entorno da malha urbana que abrigam trabalhadores urbanos, rurais, biscateiros e prestadores de serviço. O aumento acentuado da população urbana em Paqueta (vide Tabela 6.2.7.3) está relacionado à mudança de conceituação do IBGE.

Em Nova Friburgo, o turismo também se encontra em expansão. Suas atividades econômicas e a posição de entroncamento de ligação com outros municípios da região lhe dão condições de polarizá-los enquanto núcleos dormitório de suas indústrias e de prestação de serviços aos veranistas e moradores da área, que dela dependem para comércio e serviços especializados, como é o caso de Duas Barras, Sumidouro, Cordeiro, Bom Jardim na Região Serrana e Cachoeiras de Macacu nas Baixadas Litorâneas.

Entre 1980/91, Nova Friburgo foi o município da região com maior crescimento absoluto da população total, com um aumento real de 43.574 habitantes, seguida de Petrópolis e Teresópolis (vide Tabela 6.2.7.2). As áreas que servem de dormitório a Nova Friburgo apresentaram entre 1980/91 um crescimento demográfico relacionado em parte ao desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo e à segunda residência que ao valorizar o solo em Nova Friburgo obstaculiza aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo se radicar em Nova Friburgo.

¹ Não se tratam de empreendimentos do tipo de Alphaville (Itapevi-São Paulo), imenso loteamento com escola, serviços e comércio especializado, mas de loteamentos do tipo de Granja Vianna, sendo que no caso dos loteamentos de Petrópolis, é relativamente recente a tendência de loteamentos com infraestrutura de água e luz.

Tabela 6.2.7.1 - REGIÃO SERRANA - PIB e PEA em 1980

	Participação	PIB em 80 ¹			PEA em 80 ²		
	PIB Estadual	primário	secundário	terciário	primário	secundário	terciário
Região	3,62	10,00	44,00	46,00	14,92	32,63	52,45
Bom Jardim	0,07	30,48	20,43	49,09	52,01	15,87	32,13
Cantagalo	0,18	12,41	59,26	28,33	35,33	26,81	37,85
Carmo	0,05	21,82	36,96	41,22	32,21	27,28	40,51
Cordeiro	0,06	8,85	29,67	61,48	15,73	35,39	48,88
Duas Barras	0,02	49,29	13,55	37,16	59,94	13,34	26,72
Nova Friburgo	0,90	3,22	51,04	45,74	10,20	38,56	51,23
Petrópolis ^{1*}	1,70	2,72	44,44	52,84	4,97	37,27	57,76
Sta M ^a Madalena	0,04	48,83	9,34	41,83	61,95	8,93	29,12
S. Sebastião do Alto	0,03	55,04	5,84	39,12	66,36	5,74	27,90
Sumidouro	0,04	60,65	4,97	34,38	79,20	3,58	17,21
Teresópolis	0,50	4,89	42,21	52,90	10,14	29,34	60,52
Trajano de Moraes	0,03	40,09	12,57	47,34	63,50	6,74	29,75

1 CIDE, 1993b

2 IBGE, 1983

Mapa 6.7
REGIÃO SERRANA
ATIVIDADES ECONÔMICAS

¹ os dados de Petrópolis incluem S.José do Vale do Rio Preto, emancipado em 1987

Tabela 6.2.7.2 - REGIÃO SERRANA - dados gerais

		REGIÃO	Bom Jardim	Canta-galo	Carmo	Cordeiro	Duas Barras	Nova Friburgo	Petrópolis	Sta Mª Madalena	S. José VR Preto ¹	S. Seb. do Alto	Sumidouro	Teresópolis	Trajano de Moraes
população total	91	686.772	20.630	19.672	14.509	20.781	9.875	167.081	255.468	10.850	15.472	8.108	12.977	120.709	10.640
população urbana	91	568.560	9.485	11.890	9.439	18.491	4.438	144.354	249.080	4.627	7.192	2.945	2.011	101.219	3.389
população rural	91	118.212	11.145	7.782	5.070	2.290	5.437	22.727	6.388	6.223	8.280	5.163	10.966	19.490	7.251
% população estadual	91	5,36	0,16	0,15	0,11	0,16	0,08	1,30	1,99	0,08	0,12	0,06	0,10	0,94	0,08
população total	80	579.495	18.589	19.202	12.298	15.384	7.994	123.507	222.243	11.080	19.641	8.953	11.398	98.747	10.459
população urbana	80	435.586	6.852	9.281	5.827	13.234	2.762	107.228	196.956	3.564	5.190	1.587	1.410	79.048	2.647
população rural	80	143.909	11.737	9.921	6.471	2.150	5.232	16.279	25.287	7.516	14.451	7.366	9.988	19.699	7.812
% população estadual	80	5,13	0,16	0,17	0,11	0,14	0,07	1,09	1,97	0,10	0,17	0,08	0,10	0,87	0,09
☛ participação estadual		0,23	0,00	-0,02	0,00	0,03	0,01	0,21	0,03	-0,01	-0,05	-0,02	0,00	0,07	-0,01
taxa de urbanização	80	75,17	36,86	48,33	47,38	86,02	34,55	86,82	88,62	32,17	26,42	17,73	12,37	80,05	25,31
taxa de urbanização	91	82,79	45,98	60,44	65,06	88,98	44,94	86,40	97,50	42,65	46,48	36,32	15,50	83,85	31,85
☛ % taxa de urbanização		10,14	24,73	25,05	37,30	3,44	30,07	-0,49	10,02	32,58	75,91	104,91	25,27	4,75	25,85
☛ absoluta população total		107.277	2.041	470	2.211	5.397	1.881	43.574	33.225	-230	-4.169	-845	1.579	21.962	181
☛ % população total		18,51	10,98	2,45	17,98	35,08	23,53	35,28	14,95	-2,08	-21,23	-9,44	13,85	22,24	1,73
☛ . % população urbana		30,53	38,43	28,11	61,99	39,72	60,68	34,62	26,46	29,83	38,57	85,57	42,62	28,05	28,03
☛ % população rural		-17,86	-5,04	-21,56	-21,65	6,51	3,92	39,61	-74,74	-17,20	-42,70	-29,91	9,79	-1,06	-7,18
crescimento líquido a.a		1,56	0,95	0,22	1,51	2,77	1,94	2,79	1,27	-0,19	-2,15	-0,90	1,19	1,84	0,16
-- urbano a.a		2,45	3,00	2,28	4,48	3,09	4,41	2,74	2,16	2,40	3,01	5,78	3,28	2,27	2,27
-- rural a.a		-1,77	-0,47	-2,18	-2,19	0,58	0,35	3,08	-11,76	-1,70	-4,94	-3,18	0,85	-0,10	-0,68

Fonte: FAPERJ, 1981 e IBGE, 1991

¹ emancipado de Petrópolis

Advertência Inicial: os dados dos distritos de Posse, S. Pedro da Serra e Ipituna, criados entre 1980/91 foram aglomerados aos de seus distritos de origem, Pedro do Rio, Lumiar e Valão do Barro, e encontram-se desaglomerados ao fim da tabela

TABELA 6.2.7.3 - REGIÃO SERRANA - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91)

localidades ordenadas por crescimento a.a		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
Município	Distrito	1.991			1.980			POPULAÇÃO			taxa de urbaniz	cresc liq.a.a*
		total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural		
PETROPOLIS	PEDRO DO RIO+POSSE	20.627	14.434	6.193	10.601	4.561	6.040	94,58	216,47	2,53	26,95	6,24
NOVA FRIBURGO	RIOGRANDINA	7.379	2.151	5.228	4.068	1.133	2.935	81,39	89,85	78,13	1,30	5,56
NOVA FRIBURGO	CONSº PAULINO	25.877	25.877	0	15.299	15.299	0	69,14	69,14		0,00	4,89
NOVA FRIBURGO	AMPARO	5.903	2.905	2.998	3.732	960	2.772	58,17	202,60	8,15	23,49	4,26
NOVA FRIBURGO	CAMPO DO COELHO	9.206	1.000	8.206	5.937	374	5.563	55,06	167,38	47,51	4,56	4,07
CORDEIRO	CORDEIRO	16.321	15.140	1.181	11.219	10.100	1.119	45,48	49,90	5,54	2,74	3,47
NOVA FRIBURGO	LUMIAR +S PEDRO DA SERRA	7.661	1.366	6.295	5.528	519	5.009	38,59	163,20	25,67	8,44	3,01
DUAS BARRAS	MONERA	4.371	1.925	2.446	3.307	1.375	1.932	32,17	40,00	26,60	2,46	2,57
TERESOPOLIS	VALE BONSUCESSO	11.497	3.303	8.194	8.821	257	8.564	30,34	1.185,21	-4,32	25,82	2,44
CARMO	CARMO	12.097	8.500	3.597	9.409	5.106	4.303	28,57	66,47	-16,41	16,00	2,31
TRAJANO DE MORAIS	TRAJANO DE MORAIS	3.058	1.580	1.478	2.434	1.385	1.049	25,64	14,08	40,90	-5,23	2,10
NOVA FRIBURGO	NOVA FRIBURGO	111.055	111.055	0	88.943	88.943	0	24,86	24,86		0,00	2,04
PETROPOLIS	ITAIPAVA	13.088	12.893	195	10.610	2.955	7.655	23,36	336,31	-97,45	70,66	1,93
TERESOPOLIS	TERESOPOLIS	100.235	96.512	3.723	81.868	78.782	3.086	22,43	22,51	20,64	0,06	1,86
BOM JARDIM	BOM JARDIM	10.548	7.850	2.698	8.628	5.603	3.025	22,25	40,10	-10,81	9,48	1,84
PETROPOLIS	CASCATINHA	56.937	56.937	0	48.131	39.271	8.860	18,30	44,98	-100,00	18,41	1,54
DUAS BARRAS	DUAS BARRAS	5.504	2.513	2.991	4.687	1.387	3.300	17,43	81,18	-9,36	16,07	1,47
CANTAGALO	CANTAGALO	10.986	9.143	1.843	9.459	7.103	2.356	16,14	28,72	-21,77	8,13	1,37
SUMIDOURO	SUMIDOURO	12.977	2.011	10.966	11.398	1.410	9.988	13,85	42,62	9,79	3,13	1,19
STA Mª MADALENA	STA MARIA MADALENA	5.384	3.649	1.735	4.814	2.656	2.158	11,84	37,39	-19,60	12,60	1,02
TERESOPOLIS	PAQUEQUER	8.977	1.404	7.573	8.058	9	8.049	11,40	15.500,00	-5,91	15,53	0,99
STA Mª MADALENA	TRIUNFO	1.199	701	498	1.094	553	541	9,60	26,76	-7,95	7,92	0,84
PETROPOLIS	PETROPOLIS	164.816	164.816	0	152.901	150.169	2.732	7,79	9,75	-100,00	1,79	0,68
BOM JARDIM	BANQUETE	2.796	1.064	1.732	2.606	688	1.918	7,29	54,65	-9,70	11,65	0,64
CORDEIRO	MACUCO	4.460	3.351	1.109	4.165	3.134	1.031	7,08	6,92	7,57	-0,11	0,62
BOM JARDIM	BARRA ALEGRE	2.945	161	2.784	2.765	108	2.657	6,51	49,07	4,78	1,56	0,57
nomes	em negrito = sedes municipais											continua
	em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana											
	sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano											
* população total	ELABORADA COM BASE EM DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 3 1991											

Advertência Inicial: os dados dos distritos de Posse, S. Pedro da Serra e Ipituna, criados entre 1980/91 foram aglomerados aos de seus distritos de origem, Pedro do Rio, Lumiar e Valão do Barro, e encontram-se desaglomerados ao fim da tabela

TABELA 6.2.7.3 - REGIÃO SERRANA - população total, urbana e rural, variação no período e taxa de crescimento líquido a.a por distrito (1980/91)

localidades ordenadas por crescimento a.a		POPULAÇÃO						VARIAÇÃO				taxa
Município	Distrito	total	1.991		1.980		POPULAÇÃO			taxa de urbaniz	cresc liq.a.a*	
			urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana			rural
CANTAGALO	EUCLIDELANDIA	3.230	1.350	1.880	3.158	1.005	2.153	2,28	34,33	-12,68	9,97	0,21
TRAJANO DE MORAIS	VILA DA GRAMA	2.640	606	2.034	2.639	405	2.234	0,04	49,63	-8,95	7,61	0,00
TRAJANO DE MORAIS	VISCONDE DE IMBE	2.466	756	1.710	2.472	466	2.006	-0,24	62,23	-14,76	11,81	-0,02
STA Mª MADALENA	DOUTOR LORETI	1.410	33	1.377	1.464	27	1.437	-3,69	22,22	-4,18	0,50	-0,34
CANTAGALO	STA RITA DA FLORESTA	1.166	385	781	1.217	396	821	-4,19	-2,78	-4,87	0,48	-0,39
BOM JARDIM	SAO JOSE DO RIBEIRAO	4.341	410	3.931	4.590	453	4.137	-5,42	-9,49	-4,98	-0,42	-0,51
S SEBASTIAO DO ALTO	VALAO do BARRO + IPITUNA	4.695	1.597	3.098	5.020	619	4.764	-6,47	158,00	-34,97	21,68	-0,61
TRAJANO DE MORAIS	SODRELANDIA	724	355	369	820	314	506	-11,71	13,06	-27,08	10,74	-1,13
CARMO	CORREGO DA PRATA	847	386	461	967	336	631	-12,41	14,88	-26,94	10,83	-1,20
S SEBASTIAO DO ALTO	S SEBASTIAO DO ALTO	3.413	1.348	2.065	3.933	968	2.965	-13,22	39,26	-30,35	14,88	-1,28
TRAJANO DE MORAIS	DOUTOR ELIAS	1.752	92	1.660	2.094	77	2.017	-16,33	19,48	-17,70	1,57	-1,61
STA Mª MADALENA	STO ANTONIO DO IMBE	2.019	137	1.882	2.477	159	2.318	-18,49	-13,84	-18,81	0,37	-1,84
CARMO	PTO VELHO DO CUNHA	1.565	553	1.012	1.922	385	1.537	-18,57	43,64	-34,16	15,30	-1,85
CANTAGALO	BOA SORTE	2.399	804	1.595	2.993	559	2.434	-19,85	43,83	-34,47	14,84	-1,99
CANTAGALO	S SEBASTIAO DO PARAIBA	1.891	208	1.683	2.375	218	2.157	-20,38	-4,59	-21,97	1,82	-2,05
S JOSE V R PRETO	S JOSE DO V R PRETO	15.472	7.192	8.280	19.641	5.190	14.451	-21,23	38,57	-42,70	20,06	-2,15
STA Mª MADALENA	SOSSEGO	419	102	317	585	137	448	-28,38	-25,55	-29,24	0,92	-2,99
STA Mª MADALENA	RENASCENCA	419	5	414	646	32	614	-35,14	-84,38	-32,57	-3,76	-3,86
PETROPOLIS	PEDRO DO RIO	12.572	8.063	4.509	10.601	4.561	6.040	18,59	76,78	-25,35	21,11	1,56
NOVA FRIBURGO	LUMIAR	5.140	749	4.391	5.528	519	5.009	-7,02	44,32	-12,34	5,18	-0,66
S SEBASTIAO DO ALTO	VALAO DO BARRO	2.430	1.040	1.390	5.020	619	4.401	-51,59	68,01	-68,42	30,47	-6,38
NOVA FRIBURGO	S PEDRO DA SERRA	2.521	617	1.904								
PETROPOLIS	POSSE	8.055	6.371	1.684								
S SEBASTIAO DO ALTO	IPITUNA	2.265	557	1.708								

nomes **em negrito = sedes municipais**

em itálico = localidades que cresceram acima da média do interior, estadual e metropolitana

sublinhados = distritos cuja vila não se constituía em aglomerado urbano

* população total

ELABORADA COM BASE EM DADOS DOS CENSOS DO IBGE DE 1980 E 1991

Neste sentido trabalhadores urbanos das indústrias e do comércio de Nova Friburgo e de seu distrito de Conselheiro Paulino (já conurbados) tendem a se radicar nos distritos de Campo do Coelho e Rio Grandina (Nova Friburgo) e em suas áreas rurais próximas, bem como em Sumidouro, Monerá (Duas Barras), Banquete (Bom Jardim) e Cachoeiras de Macacu (Baixadas Litorâneas) (vide Tabela 6.2.7.3).

Em Lumiar, Amparo e Campo do Coelho (Nova Friburgo) expandiram-se os loteamentos de segunda residência e sítios, onde residem inclusive pequenos empresários de Nova Friburgo, dada a proximidade da sede. E que já invadem a área rural nas direções de Teresópolis, de Lumiar e São Pedro da Serra (distrito criado a partir de Lumiar). Tal ocupação da zona rural explica, em parte o crescimento da população rural nestes distritos de Nova Friburgo (vide Tabela 6.2.7.3). No caso de Lumiar, nos vales de Rio Bonito e Macaé de Cima, principal área agrícola de Nova Friburgo, a expansão dos sítios de fim-de-semana, a ação do IBAMA, e a dificuldade de escoar a produção, tem contribuído para expulsar os trabalhadores rurais para o distrito operário de Rio Grandina (Nova Friburgo), onde se formam algumas favelas, com a permanência de alguns enquanto caseiros (RANDOLPH e LIMONAD, 1992). O que fez com que o distrito-sede apresentasse um crescimento relativo inferior ao de seus distritos.

Cantagalo, apesar de não haver apresentado um crescimento demográfico significativo, entre 1980/91 (vide Tabelas 6.2.7.2 e 6.2.7.3), e de depender de Nova Friburgo para comércio e serviços especializados, apresentou um dos melhores PIB per capita em relação à média estadual em 1980. Conta com jazidas de calcário e indústrias cimenteiras de grande porte (Mauá e Votorantim), localizadas em sua sede e em Euclidelândia, que constituem sua principal fonte de renda (83% da renda gerada em 1985) (IBGE, 1985). A falta de um ramal ferroviário constitui-se em um obstáculo para aumentar a produção e impede a ampliação da absorção de mão-de-obra.

A poluição das indústrias cimenteiras associada à falta de infra-estrutura de água e energia em Cantagalo provoca a expulsão de sua população para a sede vizinha de Cordeiro e para a vila de Monerá (Duas Barras) a meio caminho de Nova Friburgo. Em decorrência a malha urbana de Cordeiro cresce na direção de Cantagalo, com tendência a conurbarem-se; enquanto em Monerá aumentam as residências ao longo da rodovia na direção de Cordeiro e de Nova Friburgo. Cordeiro e Monerá, assim, apesar de inexpressivos economicamente, apresentaram uma taxa de crescimento superior à de Cantagalo e seus distritos, entre 1980/91, acompanhada por um crescimento da população rural voltada para atividades urbanas, que se radica em áreas próximas à

rodovia (vide Tabela 6.2.7.3). Vale ressaltar que devido à sua função de dormitório Monerá apresentou um crescimento superior ao de sua sede municipal (vide Tabela 6.2.7.3). O mesmo acontece, em menor escala com Sumidouro em relação à Nova Friburgo.

A taxa de urbanização dos municípios era diversificada. As médias da região são elevadas devido a Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, cujas taxas de urbanização eram superiores a 80%, com um ligeiro decréscimo em Nova Friburgo entre 1980/91 (vide Tabela 6.2.7.2), devido ao aumento dos trabalhadores urbanos e pequenos empresários com residência em áreas rurais, respectivamente em Rio Grandina e Muri (Lumiar). A taxa de urbanização superior a 80% em Cordeiro está relacionada à sua função de dormitório de Cantagalo. Nos demais municípios a taxa de urbanização é inferior a 45%. No caso de Sumidouro, Duas Barras e Bom Jardim isto está relacionado à ampliação da quantidade de trabalhadores urbanos que residem ao longo das rodovias.

Os municípios e distritos de Santa. Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes e a sede municipal de Duas Barras constituem um bolsão relativamente isolado dos fluxos produtivos da região, que depende de Nova Friburgo para comércio e serviços especializados. Acessados apenas por eixos secundários pavimentados sua única atividade econômica expressiva é a pecuária leiteira. Quase todos encontram-se estagnados ou com decréscimo populacional desde 1970, com baixas taxas de urbanização. Nestes municípios, à exceção de Duas Barras e Sumidouro, há uma evasão da população dos distritos para as sedes municipais e daí para localidades mais dinâmicas, neles permanecem apenas os proprietários rurais, suas famílias e alguns empregados.

Destacam-se S. Sebastião do Alto e Duas Barras, o primeiro por possuir a menor população urbana na sede, e o segundo por ter uma das mais baixas participações no PIB estadual, junto com Rio das Flores (Médio Paraíba) e Laje do Muriaé (Noroeste Fluminense) (vide Tabela 6.2.7.1). Além destes temos S. José do Vale do Rio Preto, cuja principal atividade é agrícola, que tende a tornar-se outro bolsão de pobreza no eixo de Petrópolis, de quem se emancipou em 1989 com a perspectiva de ter uma das maiores arrecadações de ICMS do Estado. Com a alteração da legislação tributária apresentou um forte decréscimo populacional entre 1980/91.

Carmo, por sua vez, depende também da cidade de Além Paraíba em Minas Gerais, a 30 minutos de viagem, da qual é mais próximo do que de Sumidouro e Nova Friburgo, a

implantação de indústrias de pequeno porte em sua sede contribuiu para aumentar sua população urbana, sendo os seus distritos extremamente isolados.

6.3 padrões da urbanização

A detalhada caracterização das regiões, municípios e distritos, realizada no item anterior, mostra uma grande heterogeneidade em relação à situação de cada uma das localidades, suas dinâmicas e transformações próprias, suas mútuas dependências e sua inserção em diferentes contextos locais, regionais, nacionais e até internacionais (presença de grandes empresas estrangeiras). Já foram apontados, durante a exposição, determinados elementos a partir dos quais se pode, apesar de todas as particularidades de cada caso, construir uma sistematização com base nas regiões, municípios e distritos no sentido de destacar alguns possíveis padrões de urbanização no interior do estado do Rio de Janeiro referentes ao período mais recente de 1980 até 1991.

Iremos agora, portanto, apresentar um esquema sistematizado das principais informações contidas nas Tabelas que acompanharam a descrição de cada região. Pretendemos, com isso, apontar com maior nitidez os principais traços dos processos de urbanização no interior para delinear certos padrões. Nesta garimpagem das comunalidades e diferenciações mais genéricas aproveitamos a distinção analítica entre os três diferentes níveis complementares, em consonância com o procedimento anterior. Trabalharemos, portanto, com:

- (i) padrões reconhecíveis a nível regional (concernentes às regiões de governo), mas que o transcendem. Trata-se, aqui de identificar certas semelhanças entre as regiões;
- (ii) padrões da situação e mudança encontrados em municípios pertencentes a uma mesma região ou a diferentes regiões; que se caracterizam pela articulação de um grupo de critérios relacionados à urbanização (ou estruturação do território); e
- (iii) padrões de comportamento da população ao nível dos distritos onde observamos, basicamente, as movimentações a curto prazo (diárias ou semanais) dos *trabalhadores* entre seu lugar de moradia e lugar de trabalho. Teria havido a possibilidade de apresentar, também, uma sistematização a respeito do movimento pendular dos *consumidores* entre diferentes distritos, municípios e, às vezes, até regiões; mas, na medida em que este quadro repete, com maior complexidade, basicamente o anterior, abrimos mão de sua explicitação.

Para cada seção deste item preparamos uma matriz para os diferentes padrões, onde apresentamos os principais critérios que fundamentam esta padronização, subdivididos

segundo classes de valores . Os quais serão explicados rapidamente em cada caso, uma vez que já foram apresentados em parte na descrição das características da urbanização. Finalmente, a partir da interpretação destas matrizes, tecemos algumas hipóteses sobre possíveis padrões de urbanização no interior do estado do Rio de Janeiro.

6.3.1 padrões de urbanização a nível regional

Para identificar os padrões de urbanização em escala regional investigamos os seguintes critérios:

- a. "*vigor*" (ou fragilidade) econômico de uma região, no contexto estadual, medido através da comparação entre a participação do PIB da região e a participação da população regional no PIB e na população estadual. Consideramos uma região "*vigorosa*" quando a participação do PIB é superior à da população;
- b. crescimento da população total (pop.tot.) regional, considera-se aqui tanto a população urbana como a população rural. Este critério fornecerá uma idéia a respeito do dinamismo populacional de cada região; e será complementado pelo
- c. crescimento da população urbana (pop.urb.). O comportamento diferencial entre taxas de crescimento da população total e taxas da população urbana nos permitirá tirar conclusões sobre o deslocamento da população do campo para a cidade, por exemplo;
- d. situação (em 1991) de concentração ou dispersão da população urbana (pop.urb.) entre os municípios presentes na região; medida através da participação do total da população urbana dos três maiores municípios¹ de cada região em relação à população urbana da região;
- e. dinâmica da concentração / dispersão entre 1980 a 1991 (Censos Demográficos); avaliada a partir da variação da taxa de concentração (vide d.) neste período.

Aplicamos estes critérios na Matriz 6.3.1 e criamos para alguns certas faixas de classificação (por exemplo, no caso do crescimento da população total por região, adotamos três classes de variação de população: a primeira até 12%; outra de 15 a 20%; e a última de 30 a 40%).

¹ há aqui um problema com a região Baía da Ilha Grande que está formada por apenas dois municípios; neste caso consideramos o município maior (Angra dos Reis) como referência;

MATRIZ 6.3.1 - CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO A NÍVEL REGIONAL

<i>Crêterios</i>	Baía da Ilha Grande	Baixadas Litorâneas	Centro Sul Fluminense	Mêdio Paraíba	Norte Fluminense	Noroeste Fluminense	Serrana
1. vigor econômico da região: partic. do PIB > partic. da pop.tot							
fragilidade econômica: particip. PIB < partic. da pop.tot							
2.crescimento da pop.tot.* (80-91): a. baixo - 12,5%							
b. médio entre 15 e 20%							
c. alto 30 a 40%							
3. crescimento da pop.urb.** (80-91): a. baixo (25 a 35%)							
b. médio (45%)							
c. alto e extrem alto (cerca 60% e 140%)	140%						
4. concentração regional da pop.urb. (em91): a. alta: 90% da região	Angra 87%				Campos 65 %		Petrópolis 44 %
b. considerável: 73 %							
concentração em torno de 50%							
5. tendência da concentração (80-91): a.aumento							
b. dispersão da pop. urbana entre municípios da região			Maior taxa de dispersão				

* pop.tot.: população total

** pop.urb.: população urbana

Enquanto resultado da representação contida nesta matriz, temos:

- a. as regiões da Baía da Ilha Grande e Baixadas Litorâneas apresentaram o maior dinamismo populacional (tanto da população total como também da urbana); nos outros critérios nota-se divergências;
- b. as duas regiões com maior vigor econômico (Médio Paraíba e Serrana) apresentaram um padrão de crescimento populacional médio (pop.tot.) e baixo (pop.urb.) que indica um grau já mais avançado de urbanização; apesar de diferentes graus de concentração urbana, os dois apresentam tendências para a dispersão urbana;
- c. um terceiro grupo é constituído pelas regiões Centro Sul, Norte e Noroeste Fluminense, todos tidas como economicamente frágeis. A elevada taxa de concentração do Norte Fluminense deve-se à presença de Campos, enquanto as outras duas regiões apresentam baixo grau; devido à proximidade de áreas dinâmicas. O Centro Sul apresenta a maior taxa de dispersão entre 80 e 91, em parte devido à falta de articulação entre os dois blocos que o compõem e em parte devido à proximidade destes blocos, cada um *per se*, das regiões do Médio Paraíba e Serrana. Nas outras duas regiões verifica-se uma tendência à concentração da população urbana nos maiores centros urbanos que se expressa, de outra maneira, também na discrepância entre o crescimento da população total e da população urbana.

Em síntese, nesta escala da análise poderíamos identificar três padrões de urbanização com suas homogeneidades e heterogeneidades, todavia esta escala não nos permite visualizar claramente estas tendências à concentração e dispersão da população em vários ou poucos lugares.

6.3.2 padrões de urbanização a nível municipal

A Matriz 6.3.2 apresenta uma série de municípios que apresentam certas características que julgamos constituintes para certos padrões de urbanização. Trabalhamos com cinco diferentes critérios para tentar construí-los:

- a. Acreditamos ser útil, notar primeiro a "*força*" econômica dos municípios; como medida usamos sua participação no PIB estadual;
- b. novamente dirigimos nossa atenção para a concentração da população urbana; mas desta vez observamos a participação da população urbana localizada na sede do município em relação à população urbana do município. Calculamos, ainda, a relação

MATRIZ 6.3.2 - CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO A NÍVEL MUNICIPAL

<i>Crêterios</i>	Baía da Ilha Grande	Baixadas Litorâneas	Centro Sul Fluminense	Mêdio Paraíba	Norte Fluminense	Noroeste Fluminense	Serrana
1. participação do PIB daqueles municípios no PIB estadual > 0,5**	Angra dos Reis (1,0)	taxa max.: Cabo Frio (0,42)	taxa max: Três Rios (0,43)	Resende (1,0) Barra Mansa (1,04) Volta Redonda (3,51)	Campos (1,6) ainda: Macaé (0,42)	taxa max: Itaperuna (0,26)	Teresópolis (0,5) Nova Friburgo (0,9) Petrópolis (1,7)
2. padrões de concentração / dispersão da pop.urb. (91)* a. dispersão: < 50% na sede municipal	Angra dos Reis (36,4%)	Cachoeiras de Macacu (45,2%)	Sapucaia (40,7%)	Pirai (34,5%) Rio Claro (38,4)	São João da Barra (39,3%)	Cambuci (38,2%)	S. Sebastião do Alto (45,8%) Trajano de Moraes (46,6%)
b. tendência à concentração: entre 50 e 75% na sede municipal	---	Casimiro de Abreu (66,8%)	Paraíba do Sul (56,8%) Miguel Pereira (58,8%)	Rio das Flores (64%) Resende (69,2%)	Macaé (64,5%) São Fidelis (71,9%)	Itaocara (74,7%)	Duas Barras (56,6%) Petrópolis (66,2%)
c. pop.urb. concentrada: entre 75 e 85% na sede municipal	---	São Pedro d'Aldeia (62,8%)	Paty do Alferes (79,1%) Eng. Paulo de Frontin (81,4%)	Barra do Pirai (80,8%)	---	Santo Antônio de Pádua (77,8%)	Cantagalo (76,9%) N. Friburgo (76,9%) Sta. M. Madalena (78,9%) Cordeiro (81,9%) Bom Jardim (82,8%)
d. percentagem do total do número de municípios com concentração > 85%	50 %	60% (2 x 100%)	50% (2 x 100%)	50% (2 x 100%)	57,4% (1 x 100%)	75% (4 x 100%)	30,8% (2 x 100%)
3. padrões de transformação urbana (pop. urb.): distribuição entre sede e distritos (80-91) a. crescimento	crescimento destacado de três distritos de Angra dos Reis	crescimento maior concentrado nas sedes	tendencialmente, as sedes crescem mais	dois distritos de Pirai; dois distritos de Barra de Pirai	em geral crescem as sedes; exceção o distrito Barra de Macaé (Macaé) com a maior taxa	apenas sedes apresentam crescimento moderado	primordialmente distritos de Petrópolis e , especialmente, Nova Friburgo
b. decréscimo ou estagnação das sedes	---	---	Eng. Paulo de Frontin	Pirai	Cardoso Moreira	Italva Laje de Muriaé	S. Sebastião do Alto S. J. do V. d Rio Preto

continua

<i>Crêterios</i>	Ba�ia da Ilha Grande	Baixadas Litorâneas	Centro Sul Fluminense	Médio Paraíba	Norte Fluminense	Noroeste Fluminense	Serrana
***faixa de participação	aprox. 40%	> 40%	> 28%	> 35%	> 45%	> 50%	>50%
4. especialização setorial do município; medida pela PEA setorial a. setor primário	Parati	Cachoeiras de Macacu Silva Jardim	Vassouras Sapucaia	Rio Claro Rio das Flores	São Fidel�s S. J. da Barra	Porciúncula Natividade Cambuci (61,2%) Laje d. Muriaé (62,6%)	Sta. M. Madalena Trajano de Moraes S. Sebast��o do Alto Sumidouro (79,2%)
faixa de participação b. setor secundário	> 40%	> 32%	> 39%	> 38%	> 27%	aprox. 20%	> 35%
	Angra dos Reis	Saquarema S. Pedro d'Aldeia Cabo Frio	Três Rios Mendes	Barra do Pir�i Resende Pir�i Barra Mansa Volta Redonda (53%)	Macaé Conceição de Macabu	Sto. Antônio de Pádua Itaperuna	Cordeiro Petrópolis Nova Friburgo
faixa de participação c. setor terciário	aprox. 50 %	> 55%	> 58%	aprox. 55%	aprox. 53%	aprox. 54%	> 57%
	Angra dos Reis	S. Pedro d'Aldeia Cabo Frio	Eng. Paulo de Frontin Miguel Pereira	Barra do Pir�i	Campos	Itaperuna	Petrópolis Teresópolis (60,5%)
5. taxa da urbanização em 1991	Parati	---	---	---	Quissamã	Varre-Sai (32,5%) Cambuci Italva	Sumidouro (15,5%) Traj.de Moraes S. Sebast. d. Alto Sta. M. Madalena Duas Barras Bom Jardim S. J. d. Vale do Rio Preto
a. taxa menor que 50% (município ainda pouco urbanizado)							
b. taxa entre 50 e 70%	---	Silva Jardim Rio Bonito	Eng. Paulo de Frontin Vassouras Paty de Alferes Sapucaia	Rio das Flores Itatiaia Rio Claro	S. J. da Barra Cardoso Moreira São Fidel�s	Laje do Muriaé Itaocara Porciúncula Natividade Aperibé	Cantagalo Carmo

Todos os ndices foram calculados na base dos dados das Tabelas 6.2.x.y. (tem 6.2)

* pop.urb. = populao urbana; ano de referncia 1991

** dados de 1980

*** participao da PEA setorial na PEA total em 1980

entre o número de municípios com concentração superior a 85% em relação ao número total dos municípios da região;

- c. analisamos, a seguir, as características do crescimento da população urbana entre 1980 e 1991 em relação à sua distribuição entre sede (cidade) e distritos (vilas); há que se considerar que uma parte do aumento da população urbana nas diferentes localidades pode estar relacionada à redefinição de critérios do IBGE com relação a aglomerados considerados rurais no censo de 1980 que passaram a ser considerados urbanos no censo de 1991, bem como a modificações no perímetro urbano legal, o qual define a área onde é recenseada a população urbana;
- d. enfim, utilizamos o índice mais corriqueiro - a taxa da urbanização, relação entre a população urbana de cada município; e relacionado a ele consideramos
- e. a distribuição da população economicamente ativa entre os três setores econômicos (primário, secundário e terciário), tomada enquanto um elemento para caracterizar a economia urbana: tendencialmente espera-se que com o avanço da urbanização - a população torne-se "*urbana*" - através do deslocamento da população de atividades primárias para secundárias e terciárias; esta é uma questão complexa, considerada, em parte na caracterização da urbanização.

Como na matriz anterior, definimos determinadas classes para estes critérios e nelas procuramos enquadrar os municípios. A partir daí identificamos as seguintes tendências:

- a. municípios com um padrão disperso da localização da população urbana têm tendencialmente um alto percentual da PEA no setor primário e uma taxa de urbanização em 1991 ainda relativamente baixa; existe uma grande exceção: o município de Angra dos Reis;
- b. em uma boa parte dos municípios maiores em áreas dinâmicas ou em torno destes municípios o crescimento urbano foi mais intenso nos distritos do que na sede municipal; tendencialmente são municípios mais "*industriais*" - maior parcela de PEA industrial - com taxas de urbanização intermediárias (ca. 50 a 75% em 1991);
- c. o contrário também é verdadeiro: onde as sedes crescem mais (porém moderadamente, em muitos casos) temos um grupo relativamente grande de municípios com altas taxas de concentração da população (efeito da concentração do crescimento) nas sedes e, apenas à primeira vista surpreendente, significativa presença do setor primário.

Em síntese, obviamente, o quadro dos padrões de urbanização complica-se bastante a nível municipal por causa de uma série de particularidades que foram objeto de discussão anterior. Mesmo assim, pode-se identificar algumas tendências com um mínimo grau de semelhanças.

6.3.3 padrões de urbanização a nível distrital

Já mencionamos antes, que optamos, neste nível, para uma análise dos movimentos diários da população entre seu lugar de moradia (distritos e sedes dos municípios) e seu lugar de trabalho. Pode-se qualificar melhor assim tendências identificadas em outras escalas como aquela do maior crescimento urbano em vilas e pequenos aglomerados.

Na Matriz 6.3.3 estão confrontados os lugares de origem (moradia) e os lugares de destino (trabalho) ao nível de distritos e sedes dos municípios. A marcação de um campo relacionando um lugar de um lado com um de outro significa a presença deste movimento neste caminho. Esta representação permite identificar deslocamentos diários (ou semanais) no interior dos municípios; ou mesmo entre distritos e sedes que pertencem a diferentes municípios e até regiões. Pode-se observar que há menos lugares de destino do que de origem!

O fato das maiores taxas de crescimento terem sido registradas em uma parte das vilas (sedes de distritos) aponta para a cristalização da tendência assinalada entre 1970/80 da revitalização de núcleos dormitório e das vilas onde se desenvolvem atividades industriais. Como mostra a presente matriz quando indica os caminhos percorridos pelos trabalhadores, estes núcleos não são apenas vilas situadas nas áreas próximas da mancha metropolitana e de focos de expansão de emprego. Mas também em vilas localizadas em entroncamentos, em pontos nodais de acessibilidade a focos de emprego, algumas com acesso não pavimentado na totalidade ou em parte (no máximo a 15 km dos principais eixos rodoviários), mas contando com uma infra-estrutura mínima e com transportes coletivos.

Nestas vilas, como já mencionamos, o crescimento da população urbana foi em parte acompanhado pelo incremento da população rural nas áreas entre a sede da vila e as vias pavimentadas.

Temos, conforme a matriz, um determinado número de vilas (distritos) de pequenos municípios que se apresentam como núcleos dormitórios para os municípios vizinhos como, por exemplo, Angra dos Reis; Barra Mansa e Volta Redonda; Valença; Três Rios; Nova Friburgo e Cantagalo; Campos e Macaé. Os padrões de crescimento das

aglomerações urbanas poderiam, à luz destas informações, ser retomados e esclarecidos. Estes deslocamentos da força de trabalho apontam para um padrão de urbanização diferente daquele que se geralmente identifica como "*periferização*" em contextos metropolitanos.

7. OS LUGARES DA URBANIZAÇÃO

Enfim, a título de conclusão retomaremos de forma sintética algumas questões levantadas nos capítulos iniciais com relação às características e aos padrões esboçados no capítulo anterior. Faremos, assim, algumas observações, com a clareza de que tais ponderações estão de certa forma limitadas a nosso objeto de estudo e à forma com que conduzimos o trabalho.

Entre os padrões assinalados no capítulo anterior os que se apresentaram com maior intensidade, a nível distrital, foram dois movimentos de redistribuição da população relativos:

1. à multiplicação de núcleos dormitório, com um intenso crescimento da população superior ao das sedes municipais nas vilas, sedes de distritos, em pontos nodais nas áreas com intensa atividade econômica distribuída em múltiplos lugares (Baía da Ilha Grande, Médio Paraíba, Serrana e Baixadas Litorâneas e com menor intensidade no Centro Sul fluminense);
2. ao esvaziamento demográfico dos distritos, com o deslocamento da população urbana e rural para as sedes municipais enquanto um patamar migratório, com uma ampliação da população residente em áreas urbanas voltada para atividades rurais e com movimentos pendulares semanais dos chefes de família (Norte e Noroeste fluminenses)

Além destes, e com menor expressão, chamou nossa atenção o crescimento da população residente em áreas rurais voltada para atividades urbanas em áreas intersticiais próximas a áreas com intensa atividade econômica distribuída em múltiplos lugares; que se apresentou de duas formas:

3. com a ocupação mais ou menos contínua de áreas próximas às vias de tráfego principais e secundárias servidas de transporte coletivo e energia elétrica entre as vilas e sedes municipais, sem contigüidade física com estas, por residências de trabalhadores urbanos que apresentam um rendimento médio superior ao rendimento médio rural (Pinheiral e Arrozal em Piraí; Riograndina em Nova Friburgo; Afonso Arinos em Comendador Levy Gasparian, Tamoios em Cabo Frio; Monerá em Duas Barras; Barão de Juparaná em Valença)

4. com a ocupação ao longo de vias secundárias pavimentadas por condomínios rurais de classe média e sítios de lazer transformados em primeira residência em áreas com amenidades e energia elétrica; sem necessariamente uma continuidade e contigüidade com as sedes municipais (Pedro do Rio, Petrópolis, Campo do Coelho, Amparo e Lumiar em Nova Friburgo, Agulhas Negras e a sede municipal de Resende; e Itatiaia)

O primeiro caso se dá, grosso modo, em decorrência seja da valorização das áreas urbanas por sua potencial utilização para atividades produtivas, comerciais ou residenciais dado o dinamismo econômico das regiões em que se verificam; seja da valorização de áreas urbanas e rurais em virtude de seu potencial turístico e da especulação imobiliária. Neste âmbito interferem combinadamente as lógicas de diferentes capitais industriais, comerciais e de serviços conjugadas à lógica do capital imobiliário. Neste caso também se insere Cantagalo, no entanto, em razão da poluição ambiental das fábricas de cimento, que propiciou o crescimento demográfico de localidades mais ou menos próximas (vide matriz 6.3.3) .

O segundo, se verifica principalmente no Norte e Noroeste fluminense onde predomina o setor primário, cujos municípios - à exceção de Campos e Macaé, municípios de maior expressão econômica e demográfica no Norte fluminense, e Itaperuna no Noroeste - são completamente inexpressivos em termos econômicos. Na última década a maioria se colocou entre as mais baixas taxas de crescimento do estado com tendência ao esvaziamento demográfico (vide sexto capítulo). Este esvaziamento decorre, em parte, seja da estrutura fundiária concentrada em grandes propriedades, que tendem a ser seletivamente privilegiadas por políticas fundiárias e creditícias governamentais, e da capitalização das práticas agrícolas; quanto da baixa diversidade ou ausência de atividades econômicas, em virtude da predominância do setor agrícola e de práticas intensivas poupadoras de mão de obra. Entre outros fatores que, também, contribuem para a expulsão da população rural para as áreas urbanas das sedes municipais das cidades médias destas regiões, com a extinção das pequenas propriedades, temos a valorização das terras agrícolas em razão da retomada da cafeicultura e rizicultura em moldes intensivos; bem como a poluição ambiental dos rios destas regiões devido ao vinhoto.

O terceiro pode ser interpretado como uma estratégia de sobrevivência de uma força de trabalho que tende a se ocupar sazonalmente de atividades urbanas e rurais. Sua localização em áreas rurais intersticiais permite-lhes a manutenção de pequenas hortas

de subsistência e a criação de pequenos animais e verifica-se preponderantemente em áreas dinâmicas, onde predominam as atividades industriais e de turismo veraneio, onde as atividades primárias estão sendo extintas ou desenvolvidas em bases industriais.

O quarto caso coloca-se como uma *suburbanização* de setores de classe média constituídos de profissionais liberais, pequenos e médios empresários (Serrana e Médio Paraíba) e executivos de empresas multinacionais (Médio Paraíba).

Os três primeiros, por razões distintas, têm por base processos de exclusão espacial e social. Na medida em que, de certa forma, são resultantes do entrelaçamento espacial das lógicas do capital imobiliário, agrícola e do Estado; bem como dos processos gerais relativos à esfera de reprodução dos diferentes capitais (vide terceiro capítulo) cuja disputa por localizações privilegiadas gera desigualdades e descompassos no território e configuram diferentes subespaços.

7.1 interpretação dos movimentos de redistribuição

A convergência de diferentes interesses de distintos capitais (empresas), do Estado (instituições) e classes sociais (pessoas) por determinadas localizações diferenciais nutre a especulação imobiliária e contribui para a valorização fundiária. Tal disputa pela ocupação do espaço conjugada à ação diferenciada do Estado, em termos de investimentos de infra-estrutura (comunicações, transportes, serviços e abastecimento) e de programas ou planos de desenvolvimento, tende a gerar sítios (localizações) sociais e econômicas. Resulta daí, uma diferenciação do espaço e disparidades regionais moldadas pela organização e distribuição das atividades produtivas e da população no território no decorrer do processo histórico.

Tal ocupação e organização são em parte determinadas pelo desenvolvimento do meio técnico científico e pelas relações sociais de produção; conforme vimos no segundo e terceiro capítulos. As práticas dos diversos agentes sociais, econômicos e políticos ao procurarem adequar estas localizações às necessidades históricas das relações sociais de produção em escala ampliada, contribuem para a acumulação e concentração de condições gerais. Tais sítios, ao propiciarem o encontro de diferentes lógicas, tornam-se pontos de interação e simultaneidade, contextos de co-presença nas áreas mais dinâmicas. A intensidade e qualidade das interações entre os diferentes atores irão possibilitar que estes pontos possam, ou não, converter-se em lugares privilegiados da urbanização. Neste contexto as áreas urbanas e seu entorno tendem a se tornar reserva

de valor, dada sua potencial utilização e pelo valor nelas gerado através da implantação de infra-estruturas.

São gerados, assim, diferenciais no espaço a partir da concentração de atividades e da implantação e disponibilidade de infra-estruturas e suportes técnicos, quando não pelo Estado, as próprias empresas procuram resolver seus problemas. Neste sentido basta lembrar da implantação pela Petrobrás de uma adutora de água própria em Macaé (Norte Fluminense) e dos condomínios e facilidades implantadas para técnicos e engenheiros em várias localidades da Baía da Ilha Grande.

Há uma tendência das atividades mais dinâmicas se instalarem nestas áreas de convergência, a menos que entrem em conflito com outras atividades de igual porte e de maior potencial lucrativo, como grandes empreendimentos turísticos. O mesmo se verifica em relação às atividades residenciais das parcelas de população com maior poder aquisitivo (SANTOS, 1993 :96). Resta às parcelas de população com menor poder aquisitivo a busca por localizações mais acessíveis, que simultaneamente maximizem sua mobilidade espacial. Configura-se, assim, uma exclusão espacial destas parcelas de população. Processo sobejamente conhecido nas áreas metropolitanas que leva à formação de periferias.

Na escala regional, no entanto, tal processo ganha outra configuração e qualidade, na medida em que, nas áreas dinâmicas, os lugares da urbanização tendem a estender-se além das fronteiras físicas da aglomeração propriamente dita, de forma distinta da escala das grandes cidades. Como podemos observar nas áreas mais dinâmicas do interior fluminense, não se tratam, propriamente, de processos de periferização, em termos de formação de periferias de periferias ao redor de um núcleo central metropolitano, mas de uma (sub)urbanização dispersa em vários núcleos dormitórios entre vários focos de oferta de emprego e trabalho em escala regional.

Esta (sub) urbanização nas áreas mais dinâmicas não se verifica, no caso do interior fluminense como nas metrópoles e grandes cidades, ao redor e no entorno das sedes municipais. Mas em localidades distantes entre si e das respectivas sedes (como por exemplo entre outras Mambucaba e Cunhambebe a 55,3 e 36,7 km de Angra dos Reis; Barra de São João a 38,2 km de Casimiro de Abreu; Lumiar e São Pedro da Serra a 31,8 km de Nova Friburgo; Monerá a 22,2 km de Duas Barras, etc...), articuladas aos eixos viários por estradas secundárias por vezes sem pavimentação, sem continuidade geográfica. Quando não há pavimentação entre as sedes e estas localidades tende a ocorrer a ocupação das áreas rurais próximas às rodovias (FAPERJ, 1983).

O termo (sub) urbanização inclusive parece-nos mais adequado para retratar este processo de dispersão em escala regional por duas razões. Primeiro, por denotar algo que ocorre além da malha urbana propriamente dita, já que não há necessariamente uma contigüidade física, as distâncias são maiores, muitas vezes superiores a 30 km; e em muitos casos sequer há uma tendência à conurbação. Segundo, pelas próprias características dos lugares onde ocorre, muitas vezes com infra-estrutura insuficiente sobrecarregada pelo crescimento demográfico (caso de Jacuecanga e Mangaratiba em relação à Angra; Lumiar em relação à Nova Friburgo; Japeri em relação a Miguel Pereira; Arrozal e Pinheiral em relação a Porto Real e Barra Mansa; entre outros).

Fora da metrópole, nas áreas mais dinâmicas, a tendência à homogeneização dos espaços pelo capital contribui para que a concentração de empresas e atividades econômicas se dê de forma dispersa em múltiplos pontos. Esta dispersão é, por assim dizer, acompanhada por uma (sub) urbanização dos trabalhadores em escala regional, que se processa de forma dispersa em pontos nodais estratégicos.

No caso do interior fluminense, conforme apontamos no sexto capítulo, verifica-se a ocupação de localidades seja com a formação de núcleos dormitório com taxas de crescimento superiores às das respectivas sedes municipais; seja de forma difusa em áreas descontínuas, através da ocupação de áreas rurais por trabalhadores urbanos e até mesmo por executivos de classe média; neste último caso com a criação de condomínios residenciais em áreas rurais (Resende, Nova Friburgo e Petrópolis).

Um indicador neste sentido é o crescimento da população rural, nos distritos ou nas sedes, associado ao rendimento médio dos chefes de família. Em algumas localidades, situadas em áreas com vocação industrial e/ou turística, - onde a pequena produção tende a desaparecer e dar lugar a segundas residências e a práticas agrícolas intensivas -, a população rural apresentou taxas de crescimento entre 2,0 e 9% a.a, entre 1980/91, enquanto o rendimento médio dos chefes de família rurais nestas localidades situou-se na faixa entre três e seis salários mínimos (IBGE, 1991); como são os casos de Resende, Itatiaia, Tamoios (Cabo Frio), vários distritos de Nova Friburgo, Arrozal e Pinheiral (Barra do Pirai), entre outros. Já em áreas com evasão populacional, o rendimento médio dos chefes de família rurais tende a ser mais elevado do que a mediana estadual (1,00 salário mínimo), porém inferior a dois salários mínimos, na medida em que somente permanecem nestas áreas os proprietários dos estabelecimentos agrícolas, como são os casos de Mendes, Santa Maria Madalena, etc.

7.2 hierarquia urbana x multipolaridade de lugares

De uma maneira genérica a fragmentação / dispersão espacial da produção em diversos pontos, lugares tem, hoje, por base a reestruturação dos processos econômicos e as transformações gerais no meio técnico científico no âmbito informacional, biotecnológico e energético (CASTELLS & HALL, 1994 :3). A emergência de novas formas de produção e gerenciamento, com a constituição de redes de interações que vão do local ao global contribuíram para alterar substancialmente as relações sociais de produção e a vida dos habitantes das cidades. Tais transformações não ocorrem ao mesmo tempo em todos os lugares, e seu impacto atinge diferenciadamente as diversas regiões.

Tal fragmentação não necessariamente representa uma ruptura no processo de produção; entretanto, faz com que deixe de haver, necessariamente, uma coincidência entre a concentração de riqueza e a concentração espacial, nas dimensões que conhecemos nas áreas metropolitanas. Porém a cidade e o território não são frutos apenas da tecnologia e da divisão social e territorial do trabalho, enquanto objetos mas em termos de qualidade enquanto processos e fluxos que neles se desenrolam.

As novas condições de produção aumentam a fluidez dos fluxos espaciais e setoriais do trabalho e das mercadorias e informações no território e a concentração da riqueza não se dá necessariamente em contigüidades e continuidades espaciais mas temporais

“A ação espacial das corporações não necessita de continuidade espacial (isto é de recorte propriamente geográfico), mas da continuidade temporal” (SANTOS, 1993 :115)

Frente às ações dos diferentes capitais, do setor imobiliário e do capital agrícola, conjugadas a ação do Estado, emergem as práticas das diferentes classes sociais em disputa permanente pelo espaço, que neste embate tendem no atual momento a transformar a face do território e produzir uma especialização de lugares.

Ao movimento de diferentes capitais na criação de subespaços regionais especializados, através da concentração dispersa da produção em vários lugares, temos em uma relação de oposição e complementaridade a (sub) urbanização dos trabalhadores em múltiplos núcleos dormitório.

Pode-se dizer, portanto, que há uma tendência crescente à diferenciação e complexificação do sistema urbano, com a especialização dos lugares. Os esquemas de classificação de redes urbanas com diversas categorias de cidades hierarquizadas deixam de ser suficientes para interpretar as transformações em curso (SANTOS, 1993 :124), conforme diferentes lugares, com distintas especializações, portes diferenciados

e pertencentes a municípios diversos passam a interagir entre si e com a região em que se inserem.

“Há diferenciação porque as demandas e as respostas divergem segundo os lugares, os produtos, os níveis de técnica e capitalização” (SANTOS, 1993 :124)

Há complexificação conforme a capitalização da agricultura, reestruturação da produção e redistribuição da população engendram um descolamento entre os lugares de viver e de trabalhar e deixa de haver necessariamente uma coincidência entre o local de moradia da população e sua inserção no processo produtivo. As interações entre o campo e a cidade intensificam-se e a velha dicotomia rural-urbano tende a se tornar obsoleta.

Há especialização na medida em que os lugares deixam de necessariamente concentrar todos os tipos de atividades, enquanto unidades interdependentes e tornam-se conforme o caso em lugares de produção, consumo e/ou moradia, sem que haja obrigatoriamente uma concomitância espacial e sem que deixem de haver articulações em diferentes níveis e escalas. Neste sentido concordamos com Santos quando coloca que:

“Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos”. (SANTOS, 1993:125)

A urbanização se difunde, assim, no território em múltiplos lugares e localidades, não só enquanto processo espacial, social e econômico mas também como difusão de um modo de vida urbano, determinado pelo quadro de vida e pela inserção dos trabalhadores no processo produtivo (LIMONAD, 1991). Neste sentido pode-se dizer que há uma tendência à permanência dos pequenos aglomerados em interação com os lugares de produção e consumo nas áreas economicamente dinâmicas, que no caso do interior fluminense se corporificam nas pequenas e médias cidades; em uma relação de complementaridade com os processos de involução metropolitana (vide SANTOS, 1990 e 1993).

A urbanização antes se verificava em espaços delimitados, concentrados e tinha por corolário a crescente aglomeração de atividades e pessoas conformando uma hierarquia de categorias de cidades em redes tentaculares polarizadas por uma grande cidade ou

metrópole. O próprio termo cidade remete-nos a uma idéia de aglomeração mais ou menos contínua, porém como trabalhamos com dados municipais e muitos municípios são compostos por diversos distritos, que via de regra possuem uma vila não necessariamente contígua à sede municipal, torna-se difícil pensar apenas na escala das cidades (municípios).

Tais processos vêm confirmar, ainda que parcialmente em virtude da desatualização dos dados econômicos a proposição de que a urbanização poderia ser entendida, hoje, como a concatenação e concretização espacial destes movimentos, de reprodução e distribuição das atividades produtivas e da população, em disputa pelo espaço, que sob o capitalismo traduzem-se nas estratégias do capital e do trabalho. E a disseminação no território de relações espaciais e sociais de produção de caráter urbano tende a conferir ao urbano uma amplitude territorial, que transcende aquilo que percebemos como "*perímetro urbano*". O urbano poderia, assim, ser considerado não-simultaneamente tanto o lugar da reprodução das relações de produção, referentes aos bens e meios de produção, quanto o lugar da reprodução da força de trabalho.

Hoje, presenciamos a multiplicação de pontos nodais especializados com diferentes funções que interagem entre si em diferentes planos e níveis sem que necessariamente haja uma independência entre eles, mas uma interdependência que configura uma estrutura de interações reticulada multidimensional onde as interações se processam independentemente das dimensões e importância econômica de cada ponto e sua localização. Nas áreas mais dinâmicas a hierarquização urbana é substituída por uma cooperação entre lugares urbanos, com distintas funções, de diferentes níveis e patamares. Assim, vilas de distritos de um município servem de dormitório a trabalhadores de empresas localizadas em seu próprio município ou em outros; que se abastecem e consomem serviços especializados na sede de um terceiro município.

A constituição destes pontos (lugares), suas interações ou não-interações e seus desenvolvimentos variáveis, configura uma rede espacial de pontos especializados hierárquicos e multiestratificados - que contribui para novas formas de regionalização do território e da sociedade, como vimos no terceiro capítulo.

Rompe-se, assim, a hierarquia urbana pretérita em *uma multipolaridade de lugares* de produção e consumo e de nodalidades e segmentos dispersos no território com distintas especializações, conforme emergem diversos pólos especializados setorialmente e lugares de produção consumo e/ou residência. Especializações em termos de dominância de uma função sobre outras o que significa que não deixam de haver as

superposições, porém estas não seriam suficientes para dar conta da demanda que se coloca.

7.3 troca de lugares

Estes processos não se verificam no território *“in totum”*; o seu impacto é diferenciado sobre as diferentes regiões e condicionado pelas estruturas pretéritas. Se há uma tendência a dispersão e à homogeneização descontínua de áreas dinâmicas; nos bolsões de pobreza acirram-se as desigualdades com a crescente concentração de atividades econômicas e de população nas sedes municipais em contraposição ao esvaziamento dos distritos. Nas áreas com menor dinamismo econômico, ou onde impera o setor primário (Norte e Noroeste fluminenses), o padrão hierarquizado não só permanece como tendem a aumentar os desníveis entre as diversas localidades, com um crescente acúmulo de funções nas sedes municipais das cidades médias e o esvaziamento demográfico das pequenas cidades e vilas, onde o setor terciário inchado mascara o desemprego e a ausência de diversificação econômica (notadamente nos municípios de Campos, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, entre outros menos expressivos).

Os atuais padrões de urbanização, no entanto, apontam para uma crescente interação entre o urbano e o não-urbano, para uma dissolução da velha dicotomia rural-urbano; na medida em que se verifica uma *“troca de lugares”*. De certa forma tais processos geram uma dissociação entre *“lugares”* de vida e de trabalho, em várias áreas do interior, e toma corpo um descolamento dos lugares de residência com o tipo de atividade produtiva desenvolvida pela população; na medida em que se amplia a população voltada para atividades rurais residente em áreas urbanas e emerge, com menor intensidade nas áreas dinâmicas, uma população residente em áreas rurais voltadas para atividades urbanas.

Estes movimentos de redistribuição da população a nível infra, intra e intermunicipal, como assinalamos ao início, não são aleatórios, nem se devem a uma *“vontade natural”* da população de se radicar em determinadas localizações; mas estão relacionados às estratégias de sobrevivência da força de trabalho e à constituição de uma nova mobilidade estratégica do trabalho frente ao capital.

Nas áreas mais dinâmicas a modernização das empresas requer uma mobilidade espacial e setorial do trabalho, que é acirrada pelos processos de valorização imobiliária que expulsam os trabalhadores das áreas urbanas das sedes municipais, e que vão se

radicar em localidades próximas aos diversos pontos de emprego, porém não tão valorizadas o que propicia o crescimento demográfico das vilas (sedes de distritos), cuja infra-estrutura deficiente é sobrecarregada. Na escala municipal isto pode ser observado no interior fluminense como um crescimento das cidades pequenas e médias, porém, como vimos no capítulo anterior, nas áreas mais dinâmicas este crescimento não se deu nas sedes, mas em distritos sem contigüidade física com as respectivas sedes, que conforme o seu crescimento tendem a reivindicar a emancipação - que resulta na multiplicação de pequenas cidades e localidades com mais de 10.000 habitantes.

Nas áreas menos dinâmicas a capitalização da agricultura, com a concentração da propriedade da terra decorrente de sua valorização e do acesso diferenciado ao crédito têm levado à extinção da pequena produção, processo estudado por diversos autores (BERNARDES, 1987; BECKER, 1988; SORJ, 1988; etc.). Além disso, a retomada de determinadas culturas em moldes intensivos tem contribuído para valorizar o solo agrícola e desagregar os pequenos estabelecimentos com um deslocamento da população dos distritos para as principais sedes municipais e a intensificação das desigualdades

Numa relação de oposição e complementaridade temos simultaneamente dois vetores de atração e exclusão que geram este crescimento demográfico disperso em múltiplos lugares nas áreas mais dinâmicas e um crescimento demográfico concentrado em poucos lugares, via de regra nas sedes municipais situadas nos assim chamados bolsões de pobreza.

No primeiro, por um lado temos a atração migratória exercida pelos pólos com oportunidades de emprego, que contribui para um afluxo de trabalhadores para estas áreas e uma sobrecarga sobre as infra-estruturas existentes (IBGE, 1991); por outro lado temos a valorização imobiliária das áreas urbanas, por sua infra-estrutura instalada e sua potencial utilização para diferentes usos e atividades, que expulsa as parcelas de população de menor poder aquisitivo para outras áreas.

No segundo, a reduzida diversificação econômica conjugada a problemas de acessibilidade, a predominância do setor primário, a concentração fundiária e as políticas seletivas de crédito agrícola, entre outros fatores, contribuem para acirrar a evasão rural em direção às sedes das cidades de porte médio, seja enquanto moradia de trabalhadores rurais ou patamar migratório o que gera uma disponibilidade de infra-estrutura em vários distritos e sobrecarrega as sedes (IBGE, 1991). Neste caso a disponibilidade de infra-estrutura de abastecimento (energia, água e esgoto) denota

claramente uma evasão populacional, uma vez que se a habilidade do capital e da força de trabalho em se moverem rapidamente e a baixo custo reside na criação e existência de infra-estruturas sociais fixas e estáveis, estas tendem a perder o sentido se não estiverem comprometidas com o desenvolvimento de atividades produtivas e com a reprodução da força de trabalho.

Estes movimentos, nas áreas mais dinâmicas, vão ao encontro da necessidade das empresas de uma força de trabalho polivalente com mobilidade setorial e espacial, a qual torna-se condição necessária para a organização de um mercado de trabalho regional. Uma vez que as inovações no processo produtivo contribuem de forma incessante e crescente para intensificar a rotatividade do trabalho. Em decorrência do descolamento dos lugares de viver e trabalhar, em escala regional, e da intensificação da mobilidade setorial e espacial do trabalho, altera-se a distribuição espacial da população e surge uma mobilidade rural-urbana e urbana-rural.

A partir do que expusemos até aqui coloca-se uma questão que de certa forma encontrava-se subjacente a este estudo desde o início; seriam estes processos um desdobramento da involução metropolitana assinalada por Santos? Ou conforme outros autores mais um sinal da desconcentração metropolitana ?

7.4 involução metropolitana e “evolução” do interior ?

A tendência à desconcentração, ou involução metropolitana deve ser relativizada. Primeiro, perguntamo-nos, até que ponto a metrópole mantém sua influência no crescimento de cidades de porte médio em expansão. Uma vez que, conforme observamos, muitas estão localizadas fora das áreas metropolitanas e de seus eixos de expansão.

Segundo, as alterações nas tendências de crescimento e concentração da população tendem a coincidir com mudanças de hegemonia econômica, conforme assinala PANIZZI (1990 :50), ou seja supremacia econômica e demográfica tendem a coincidir espacialmente. Porém, apesar da região metropolitana, manter a característica da concentração massiva de população e atividades econômicas de ponta, e permanecer, enquanto espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico e científico e das instâncias de decisão política; temos enquanto contraponto um avanço de certas áreas do interior. Avanço este, que não passa necessariamente pela metrópole, e se contrapõe à visão de uma metrópole hegemônica e onipresente, a controlar e comandar

tudo o que ocorre. Tal visão tende até certo ponto a fetichizar a metrópole e quase torná-la um sujeito.

Se a metrópole chega a todas as partes, isto não se dá, necessariamente, ao mesmo tempo, com o mesmo impacto, significado e extensão. Se as grandes metrópoles são por excelência o lugar das relações econômicas e sociais e constituem o contraponto à formação de outros pólos urbanos importantes, o que confirma sua presença e requalifica seu papel no contexto regional; isso deve ser considerado e relativizado. Uma vez que os dados, não só demográficos-quantitativos, apontam para uma tendência de crescimento maior da região em detrimento da metrópole.

As relações no sistema urbano não são evidentes, nem simples. Na medida em que caem por terra as velhas hierarquias funcionais urbanas e que os espaços de interação entre diferentes lugares tendem a se confundir e sobrepor; emerge a questão: qual metrópole ? São Paulo ? Rio de Janeiro ? Ou as metrópoles sedes das multinacionais que tem aqui seus escritórios e plantas industriais ?

A precariedade de dados e informações e, principalmente de estudos, não permitem ainda uma compreensão aprofundada do alcance das atuais transformações. É perceptível, todavia, uma modificação no perfil da urbanização brasileira, fato já assinalado por diversos autores (GONÇALVES, 1994; SOUZA, 1993 SANTOS, 1993; TASCHNER, 1992 entre outros). Segundo PANIZZI (1990)

“A rede urbana adquire novos contornos marcados pelas diferenças inter-regionais; as cidades de Porte Médio tem o seu espaço redefinido pelo crescimento populacional e pela modificação dos processos sócio econômicos; e as metrópoles vêem o seu papel e suas funções transformadas tanto ao nível da definição do sistema de cidades quanto ao nível da sua estrutura interna mantendo, porém, o seu papel de liderança”. (PANIZZI, 1990:51)

Do ponto de vista intra-urbano são marcantes na paisagem do interior fluminense as distâncias entre as localidades de um mesmo município, cujas especializações apontam para uma segregação sócio-espacial em escala regional, com a (sub)urbanização da população em moradias irregulares e a desigualdade na distribuição geográfica dos serviços entre outros atributos. Tais características apresentam uma relação imediata com a ação do Estado, a valorização do solo, a capitalização da agricultura e o desenvolvimento de diferentes atividades produtivas, que em escala regional constituiriam os agentes direcionadores da urbanização.

O que se verifica hoje, em escala regional, de maneiras diversas, é a ampliação espacial de processos de exclusão social e econômica. A dispersão multipolarizada da produção e o empobrecimento de crescentes parcelas da população têm propiciado a emergência de novas modalidades de distribuição da população.

Não nos parece, assim, que esteja em curso uma metropolização do interior. Parece-nos sim, que em virtude da dinâmica das lógicas apontadas tratam-se mais de dois grandes padrões, com diferenciações internas, conforme já expusemos. Um primeiro, difuso, nas áreas mais dinâmicas, que se caracteriza pela ocupação intersticial do espaço relacionado a uma multipolaridade, com a formação de nodalidades dispostas estrategicamente entre diversos pólos com diferentes especializações, na medida em que deixa de haver uma contigüidade ou concentração espacial de lugares de trabalho, consumo e moradia. E um segundo, concentrado, nas áreas com atividades econômicas pouco diversificadas e com baixo dinamismo, que se caracteriza pelo acúmulo e concentração crescente de atividades e população em uma reduzida quantidade de sedes municipais.

São pertinentes, assim, as considerações de Harvey (1985) relativas à mobilidade espacial e setorial da força de trabalho, concernentes a evasão de trabalhadores para outras áreas e atividades quando as condições impostas pelo capital não os satisfazem, seja em termos de salários diretos, indiretos, etc... aliadas à impossibilidade e/ou inexistência de movimentos reivindicativos. Pode-se dizer que nestas situações o trabalho procura se antepor ao capital através das chamadas estratégias de sobrevivência, ao buscar situar-se estrategicamente frente aos focos de trabalho, as quais ganham uma configuração distinta a nível regional. Enquanto nas grandes e médias cidades os trabalhadores dirigem-se para as favelas, periferias e loteamentos clandestinos por não lhes restar outra opção; em escala regional, em áreas onde as atividades produtivas encontram-se dispersas em vários focos, os trabalhadores procuram localizar seu espaço de vida em posição estratégica frente aos focos de emprego, o que lhes possibilita aumentar sua mobilidade ocupacional, recorrer a diversas opções e transitar entre diferentes setores de atividade.

A adaptação às novas condições, todavia faz-se de forma desigual e heterogênea em diferentes lugares e tempos - e gera disparidades e descompassos territoriais e regionais. As diferentes áreas contíguas ou não, a nível territorial (de Estados-nação), a nível regional ou sub-regional desenvolvem-se desigual e combinadamente. Tais disparidades e descompasso já foram objeto de vários estudos da economia e

geografia regional. Porém, tal heterogeneidade de espaços e níveis de desenvolvimento faz parte da essência da acumulação capitalista em escala ampliada¹.

Enfim, pode-se dizer no caso do interior fluminense, que há uma tendência do urbano transcender as fronteiras físicas da aglomeração nas áreas mais dinâmicas, através da multiplicação e especialização de lugares da urbanização. Enquanto se mantém nas áreas menos dinâmicas o velho padrão concentrador; a localização da população rural em áreas urbanas nas sedes municipais tende a romper, em parte, com a dicotomia rural-urbano.

7.5 perspectivas de estudo

Como salientamos ao início nossas conclusões são limitadas ao nosso objeto e ao recorte analítico que procedemos. O avanço desta reflexão sobre as transformações na urbanização do interior fluminense aponta para:

- I. a necessidade de estudar a atual localização espacial das empresas no interior fluminense e as redes de interações e fluxos que se formam; no sentido de avaliar o seu impacto nas diferentes regiões fluminenses e em sua urbanização.
- II. a importância de se pesquisar a mobilidade espacial do trabalho para aprofundar o quadro de referência regional e situar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores (sub)urbanizados frente às transformações que se impõem concernentes à organização espacial da produção e às transformações no meio técnico científico.
- III. apesar de haveremos mantido a região metropolitana do Rio de Janeiro como uma caixa preta, na medida em que há diversos estudos em curso com as mais diversas abordagens (RIBEIRO, 1994; RIBEIRO & LAGO, 1994; etc.); nosso estudo em uma perspectiva invertida aponta para a necessidade de se repensar e redefinir esta região metropolitana em termos das interações que se processam entre alguns municípios da franja metropolitana e o interior fluminense, onde estes municípios aparentemente estão mais ligados ao interior do que ao núcleo metropolitano (como são os casos de Mangaratiba, que é praticamente uma extensão de Angra dos Reis; Maricá, que está integrada aos outros municípios litorâneos das Baixadas Litorâneas, ambas voltadas para

¹ Como já discutiram LUXEMBURGO, 1972, ao apontar para a constante necessidade do capitalismo de terceiros mercados (áreas fornecedoras de matérias primas e consumidoras de produtos manufaturados e industrializados) e MANDEL ao assinalar que a homogeneização dos espaços de produção a um mesmo nível de desenvolvimento resultaria no fim da própria acumulação em escala ampliada.

atividades de turismo veraneio desenvolvidas nestas regiões; e Japeri, com uma ligação mais precária com o núcleo metropolitano do que com Miguel Pereira e Paty do Alferes)

IV. torna-se necessário, também, repensar a presente divisão estadual em regiões de governo, na medida em que:

- i. o bloco da região Centro Sul Fluminense (Três Rios, Paraíba do Sul, Areal e Citor Levy Gasparian) no eixo da BR-040 está mais ligado a Petrópolis e Juiz de Fora (Minas Gerais); enquanto o bloco no eixo da BR-116 (Dutra) estaria mais isolado com algumas interações com a região metropolitana e com o Médio Paraíba. Uma forma de melhor articular esta região de governo seria pavimentar a ligação existente entre Paty do Alferes e a BR-393, na medida em que os dois blocos se articulam através da região metropolitana;
- ii. nas Baixadas Litorâneas Cachoeiras de Macacu estaria mais integrada à região Serrana; enquanto os municípios de Maricá (região metropolitana) e Macaé (região Norte-Fluminense) estão mais integrados a essa região;
- iii. a subdivisão do antigo Norte Fluminense em regiões Norte e Noroeste Fluminense parece-nos questionável, dada a falta de vitalidade econômica da segunda completamente polarizada por Campos (Norte Fluminense), à exceção de Itaocara, polarizada pela região Serrana, a qual pertenceria segundo as microrregiões homogêneas do IBGE (vide Quadro 1.1). Tal subdivisão aparentemente atendeu a injunções de ordem política no sentido de reforçar a área mais próxima a Campos. Tal hipótese ganha um certo reforço na medida em que Macaé, um dos municípios mais dinâmicos do estado, conforme vimos, foi desanexado das Baixadas Litorâneas para a região Norte Fluminense criada em 1984.

V. enfim, as tendências de crescimento de diversas localidades e a atual política de distribuição de recursos municipais apontam para uma febre de emancipações, uma vez que via de regra as sedes municipais são beneficiadas pela dotação de recursos em detrimento de seus respectivos distritos. Há inclusive uma previsão de criação no estado de mais municípios, fazendo o total chegar a 110. Tais desmembramentos, em parte, contribuem para reforçar a hegemonia metropolitana e minar a dinâmica municipal, principalmente quando os novos municípios carregam consigo indústrias e empresas, o que acarreta uma redução e fracionamento das receitas municipais. Estas localidades, após sua

emancipação, tendem muitas vezes a apresentar um decréscimo populacional e uma queda na arrecadação (como são os casos de Italva, Cardoso Moreira e São José do Vale do Rio Preto); ou permanecem na dependência de suas antigas sedes (como Areal e Comendador Levy Gasparian em relação a Três Rios e Rio das Ostras em relação a Casimiro de Abreu). Apesar de em alguns casos, como Paty do Alferes conurbado com Miguel Pereira, se justificar a emancipação na medida em que sequer dispunha de acesso pavimentado a sua antiga sede (Vassouras). Caberia, portanto, uma investigação mais acurada sobre as causas de tais emancipações e a busca de soluções alternativas;

Uma vez concluído este trabalho fica claro que ainda há muito a ser feito. Outrossim, parece-nos que em certa medida este trabalho contribui para fornecer uma visão complementar à realidade estadual e aponta para uma retomada do crescimento de algumas áreas do interior e, em certa medida, para a superação da desarticulação entre o interior e a região metropolitana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e publicações científicas

- ABREU, M.A. (1987) "A Cidade do Rio de Janeiro: evolução urbana, contradições do espaço e estratificação social" (1-14) in BERNARDES, J.A. (org.), *Rio de Janeiro - painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro - IGEO/UFRJ.
- ____ (1988) *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar / IPLANRIO, 2ª ed.
- AZEVEDO, A. (1957) *Vilas e Cidades do Brasil Colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva*. São Paulo, USP.
- BACHELARD, G. (1988) *A Dialética da Duração*. São Paulo, Ática.
- ____ (1993) *A Poética do Espaço*. São Paulo, Martins Fontes.
- BARÃO DO RIO BRANCO (s/data) *História do Brasil*. São Paulo, Cadinho.
- BARLETT, P.F. (1991) "Agricultura Industrial" in PLATTNER, S. (ed.), *Antropología Económica*. México, Alianza.
- BARROS, G.L. (1967) *A Cidade e o Planalto*. São Paulo, Martins, 2 tomos.
- BAUMFELD, C.M. (1984) "Mobilidade da população e formação do trabalho no Brasil", *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. São Paulo, AGB.
- BECKER, B.K. e EGLER, C.G. (1993) *Brasil: uma nova potência na Economia Mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand.
- BECKER, B.K. (1982) "The State and the Land Question on the Frontier" in *Contribution to the Latin American Regional Conference*. Rio de Janeiro, IGU - IBGE.
- ____ (1988) "Significância Contemporânea da Fronteira: Uma Interpretação Geopolítica a Partir da Amazônia Brasileira" in AUBERTIN, C. (org.), *Fronteiras*. Brasília, UNB, Orstom.
- BENKO, G. (1993) "Os novos espaços industriais: a lógica locacional". Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, IPPUR/UFRJ, vol. VIII, nº1, abril.
- BENETTI, P.B. (1985) Da migração a mobilidade da força de trabalho: o trabalho clandestino - estudo de caso - Campos / RJ. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ.
- BERMAN, M. (1986) *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, [trad. Carlos Felipe Moisés e Ana M. Ioriatti]. São Paulo, Companhia das Letras.
- BERNARDES, J.A. (1983) *Espaço e Movimentos Reivindicatórios*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IGEO/UFRJ.
- ____ (org.) (1987) *Rio de Janeiro - painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ
- BERNARDES, L.M.C. et alii. (1964) *O Rio de Janeiro e sua Região*. Rio de Janeiro, IBGE - Conselho Nacional de Geografia.
- BERNARDES, L.M.C. (1957) "Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro", *XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE.
- ____ (1987) "A Cidade de Campos e o Norte Fluminense" in BERNARDES, J.A. (org.) *Rio de Janeiro - painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ.
- BERNARDES, N. e AZIZ N.A. (1958) "Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo", *XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE.
- BERTONCELLO, R.V. (1992) *Processo de Modernização e Espaço Local: o caso do município de Angra dos Reis (RJ)*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IGEO/UFRJ.

- BRASILEIRO, A.M. (1979) *A Fusão: análise de uma política pública*. Brasília, IPEA/IPLANRIO.
- CAMPOS Fº, C.M. (1989) *Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo, Nobel.
- CAMPOS, P.A. (1989a) "A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento da espacialidade urbana" in *Cadernos IPPUR*, Dezembro, Ano III, nº Especial. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- CANO, W. (1977) *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- CARDOSO, E.D. et alii (1987) *História dos Bairros - Zona Portuária*. Rio de Janeiro, João Fortes/INDEX.
- CARDOSO, Mª.F.T.C. (1968) "O Crescimento do Aglomerado" in BRASIL - *Curso de Geografia*.
- CASTELLS, M. (1972) *La Cuestión Urbana*. México, Siglo Veintiuno, 1978.
- ____ (1983) *The City and the Grass Roots*. Los Angeles, University of California.
- CASTELLS, M. & HALL, P. (1994) *Technopoles of the World*. London, Routledge.
- CINTRA, A.O. e HADDAD, P.R. (1978) *Dilemas de Planejamento Urbano e Regional no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CLAVAL, P. (1979) *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- COELHO, F.D. (1990) "A dinâmica migratória e padrões e urbanização no estado do Rio de Janeiro", in *Revista de Economia Fluminense*. Niterói, Departamento de Economia - UFF, vol. 2, nº 7, set.
- COELHO, Mª.C.N. (1987) "Notas introdutórias à discussão das relações cidade/campo no Estado do Rio de Janeiro" (39-57) in BERNARDES, J.A. (org.), *Rio de Janeiro - painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro - IGEO/UFRJ.
- COELHO, Mª.S. (1986) *A Segunda Habitação: Reflexões sobre a expansão da Metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ.
- DAVIDOVICH, F.R. (1986) "Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro" in *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro 48 (3) :333-371, jul./set.
- DEUTSCHER, I. (1957) *Ironias da História. Ensaio sobre o Comunismo Contemporâneo*, Editora Civilização Brasileira S.A.. Rio de Janeiro, 1968.
- DUARTE, H.S.B. (1979) *Estrutura Urbana do Estado do Rio de Janeiro - Uma Análise no Tempo*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, COPPE/UFRJ.
- DURKHEIM, E. (1990) *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Nacional.
- Economia Fluminense (1990) "Conjuntura e Análise". Niterói, UFF - Revista Departamento de Economia, vol. 2, nº 7.
- EGLER, C.A.G. (1979) *Reflexões sobre Espaço e Periodização: origens da Indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, COPPE/UFRJ.
- EGLER, T.T.C. (1982) "O uso capitalista do solo urbano e a luta pela terra". Nova Friburgo / RJ, VI ANPOCS.
- ____ (1983) "A legislação do uso do solo urbano: Estado, capital imobiliário e cidadãos". Águas de São Pedro, VII ANPOCS.
- ____ (1989) "A Cidade do Capital Financeiro". Rio de Janeiro, *Cadernos IPPUR*, IPPUR/UFRJ, ano III nº especial dez. (119-134).
- ENGELS, F. (1892) *The Condition of the Working Class in England*. Great Britain, Panther.
- EVERS, T. (1979) *El Estado en la periferia capitalista*. México, Siglo XXI.
- FERNANDES Fº, D.S. (1983) "Evolução Econômica do Rio de Janeiro" in *Projeto Pro-Rio: Problemas e Potencialidades do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relatório Geral, 7º vol. - Sec. VI, caps. 1, 2 e 3, Instituto de Estudos Políticos e Sociais.

- FERNANDES, A. (1988) "A modernização do campo nos cerrados baianos". São Paulo, *Espaço & Debates* - ano VIII nº 25 (63-76).
- FORTE, J.M. (1941) *O Município de Niterói (Corografia, História e Estatística)*. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio.
- FURTADO, C. (1964) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GAUDEMAR, J. (1976) *Movilidad del Trabajo y acumulacion de capital*. México, Era, 1979.
- GEIGER, P.P. e MESQUITA, M. (1956) *Estudos Rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, IBGE.
- GEIGER, P.P. (1963) *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro, MEC.
- GIDDENS, A. (1985) "Time, Space and Regionalisation" in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, Mac Millan, Cambridge.
- ____ (1989) *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GONÇALVES, C.W.P. (1982) "A Geografia está em crise, viva a Geografia" in MOREIRA, R. (org.), *Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis, Vozes.
- GONÇALVES, M^a F. (1994) "Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista" São Paulo, *Espaço & Debates* - ano XIV nº 38 (39-53).
- GOTTDIENER, M. (1993) *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo, EDUSP.
- GRAMSCI, A. (1976) *Maquiável, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ____ (1978) *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GUANZIROLI, C. (1983) "*Contribuição à reflexão do processo de produção de um espaço regional. O caso de Angra dos Reis*". Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, PUR/COPPE/UFRJ.
- HARVEY, D. (1973) *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- ____ (1978) "La Geografia de la acumulacion capitalista: una reconstrucción de la teoria marxista" in GARCIA, M.D. (ed.) *La Geografía Regional Anglosajona*. Bellaterra: Universidad Antonina de Barcelona.
- ____ (1982) "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas" in *Revista Espaço & Debates*. São Paulo, Cortez, ano II, nº 6, jun-set (6-35).
- ____ (1985) "The Geopolitics of Capitalism" in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, Mac Millan, Cambridge.
- IANNI, O. (1977) *Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2^o ed.
- KLEIMAN, M. (1985) *Os pequenos produtores imobiliários e as transformações do espaço construído*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ.
- LACORTE, M^a.H. (1976) *Estrutura da Rede Rodoviária do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IGEO/UFRJ.
- LAMARÃO, S. (1994) *Dos Trapiches ao Porto: uma contribuição ao estudo da produção da área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ.
- LAMARCHE, F. (1977) "Property development and the economic foundations of the urban question" in PICKVANCE, C.G. (ed.), *Urban Sociology: critical essays*. London, Tavistock Publications.
- LAMEGO, A.R. (1963) *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia.

- LAMPARELLI, C.M. (1978) "Metodologia do Planejamento Urbano" in TOLEDO, A.H.P e CAVALCANTI, M. (org.), *Planejamento Urbano em Debate*. São Paulo, Cortez e Moraes.
- ____ (1982) "Tres decadas de alguna planeacion en Brasil (1950/1980)" in *Revista Interamericana de Planificación*. México, SIAP, vol. XVI, n. 63-64 - septiembre - diciembre.
- ____ (1990) "A metropolização como uma das formas de urbanização" in RIBEIRO, A.C.T. e MACHADO, D. (org.), *Metropolização e Rede Urbana*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- LEEDS, A. & LEEDS, E. (1978) *Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LEFÈBVRE, H. (1968) *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid, Alianza, 1984.
- ____ (1968a) *O Direito a Cidade*. São Paulo, Documentos, 1969.
- ____ (1970) *La Revolución Urbana*. Madrid, Alianza, 1972.
- ____ (1970b) *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona, Ediciones Península, 1973.
- ____ (1972) *Espacio y Política*. Barcelona, Península, 1976.
- ____ (1973) *A Re-Produção das Relações de Produção* Porto, Escorpião, (1ª parte de *La Survie du Capitalisme*. Paris, Anthropos, 1973).
- ____ (1974) *The Production of Space*. Oxford UK & Cambridge USA, Blackwell, 1991.
- ____ (1979) *Lógica Formal, Lógica Dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª ed.
- LENIN, I. (1976) *El imperialismo fase superior del Capitalismo* in LENIN, I., Obras escogidas en doce Tomos (Tomo V) 1913-1916, Editorial Progreso, Moscú.
- LIMONAD, E. (1984) *A Trajetória da Participação Social*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, PUR/COPPE/UFRJ.
- ____ (1991) "Asi Camina lo Urbano: El Derrotero" *Revista Interamericana de Planificación*, vol. XXIV, nº 95, jul-sep. Guatemala, SIAP.
- LINHARES, Mª.Y. (org.) (1990) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus.
- LIPIETZ, A. (1977) *O Capital e seu Espaço*. São Paulo, Nobel, 1988.
- LOBO, M.E.L. (1978) *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 2v.
- LOJIKINE, J. (1977) *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- LÖWY, M. (1985) *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo, Cortez.
- LUXEMBURGO, R. (1972) *A Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LYOTARD, J.F. (1986) *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª ed.
- MACHADO, L.O. (1982) "Urbanization and Migration in Legal Amazonia" in *Contribution to the Latin American Regional Conference*. Rio de Janeiro, IGU - IBGE.
- MANNARINO, R. (1983) *Distritos Industriais: Entre o Mito e a Realidade (o caso do Estado do Rio de Janeiro)*, dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ.
- MANZAGOL, C. (1985) *A Lógica do Espaço Industrial*. São Paulo, Difel.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1976) *The German Ideology*. Moscow. Progress.
- MARX, K. (1857) *Introducción General a la Crítica de la Economía Política*. México. Siglo XXI, 1977.
- ____ (1975) *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro 1, vol. 2.
- MASSEY, D. (1985) "New Directions in Space" in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, MacMillan, Cambridge.
- MELLO, J.M.C. (1975) *O Capitalismo Tardio*. Unicamp.

- MENDONÇA, C.E.R. (1986) "Emprego Urbano e Agricultura na Região de Campos" in PIQUET et alii (org.), *Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/UFRJ.
- MESSENTIER, L. (1993) "Esvaziamento econômico do Rio de Janeiro" *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VII, nº 2, set. (35-50).
- MESQUITA, Z. (1988) "Os 'espaços' do espaço brasileiro em fins do século XX" *Revista Terra Livre* nº 4. São Paulo, AGB, Marco Zero.
- ____ (1992) *Antenas, Redes e Raízes da Territorialidade*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- MORAES, A.C.R. (1993) *Geografia, pequena história crítica*. São Paulo, Hucitec, 12ª ed.
- MOREIRA, R. (org.) (1982) *Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis, Vozes.
- MORIN, E. (1977) *O Método*. Portugal, Europa-América.
- MÜLLER, G. (1982) "Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil". São Paulo, *Cadernos PUC*, nº 12, Cortez, março.
- OFFE, C. (1984) *Disorganized Capitalism*. Massachusetts, MIT Press, (cap. 7).
- OLIVEIRA, F. (1975) *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. São Paulo, Estudos CEBRAP 1 - Brasiliense.
- ____ (1977) *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal.
- ____ (1981) *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ____ (1982) "O Estado e o Urbano" in *Revista Espaço & Debates*. São Paulo, Cortez, ano II, nº 6, jun-set (36-54).
- ____ (1987) *O Elo Perdido*. São Paulo, Brasiliense.
- PANIZZI, W. (1990) "Na Urbanização Brasileira, ainda o predomínio da metrópole" in RIBEIRO, A.C.T. e MACHADO, D.E. (org.), *Metropolização e Rede Urbana*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- PARISSE, L. (1969) "Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e Sentido". Rio de Janeiro, *Cadernos do CENPHA*.
- PARK, R.E. (1916) "A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" in VELHO, O.G., *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- PERLMAN, J. (1977) *O Mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PIQUET, R. (org.) (1986) *Acumulação e Pobreza em Campos: uma região em debate*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/UFRJ.
- ____ (1986a) "Os Marcos da Intervenção do Estado no Urbano" in *O Desenvolvimento Urbano em Questão*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/PUR/UFRJ.
- POULANTZAS, N. (1976) "El Estado capitalista: una replica a Miliband y Laclau" in *New Left Review*, 1995.
- ____ (1978) *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- PRADO Jr., C. (1956) *História Econômica do Brasil*. São Paulo Brasiliense.
- PRED, A. (1985) "The Social Becomes Spatial, The Spatial Becomes the Social: Enclosures, Social Change and the Becoming of Places in Skane" in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, Mac Millan, Cambridge.
- QUAINI, M. (1979) *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RAMIRES, J.C.L. (1991) "As Grandes Corporações e a Dinâmica Socioespacial: a ação da Petrobrás em Macaé" in *Revista Brasileira de Geografia*, 53 (4): 115-151, out/dez.

- RANDOLPH, R. (1986) "Estrutura e Dinâmica do emprego em Campos" in PIQUET, R. (org.), *Acumulação e Pobreza em Campos; uma região em debate*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR/UFRJ - série monográfica nº 3, (1-28).
- ____ (1990) "Modernização e Rede Urbana" in RIBEIRO, A.C.T. e MACHADO, D.E. (org.), *Metropolização e Rede Urbana*. Rio de Janeiro. UFRJ/IPPUR.
- ____ (1991) *Grande capital e transparência local: Advento da era da ignorância?*, em prelo.
- ____ (1994) *As Potencialidades do Turismo na Ilha Grande*. Rio de Janeiro, Relatório Técnico, IPPUR- UFRJ e Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.
- ____ (1994) "Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais" in *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, ano VIII, nº 1, abr.
- RANDOLPH, R. & LIMONAD, E. (1992) "Sustentabilidade dos pequenos produtores em Área de Tombamento (Mata Atlântica - RJ)". Rio de Janeiro, Ação Rural da Paróquia de S. Sebastião de Lumiar. Fórum Global - Rio 92.
- REIS Fº, N.G. (1968) *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo, EDUSP/Pioneira.
- REX (1968) *Problemas fundmentles de la teoria sociologica*. Buenos Aires, Amorrortu.
- RIBEIRO, A. C. Torres (1995) *Metrópoles Brasileiras: Limites à Integração Social no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Rio de Janeiro, relatório de pesquisa, Convênio IPPUR - UNV- UNRISD
- RIBEIRO, A.C.T. e MACHADO, D.P. (org.) (1990) *Metropolização e Rede Urbana*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- RIBEIRO, L.C.Q. e LAGO, L.C. (1995) "Dinâmica Metropolitana e os Novos Padrões de Desigualdade Social" in *São Paulo em Perspectiva*, SEADE, volume 9, nº 2, abr-jun.
- ROFMAN, A.B. (1977) *Dependência, estructura de Poder y Formacion Regional en América Latina*. Siglo XXI.
- SANTOS, A.M.P. (1992) "Limites e Possibilidades do Planejamento Estadual, Reflexões a partir da Experiência da Guanabara" in *Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. São Paulo, v. 1, nº 2, dez.
- SANTOS, C.N.F.(1981) *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ____ (1988) *A Cidade como um Jogo de Cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo, Projeto.
- SANTOS, M. (1984) "Apresentação" in *Revista Espaço e Debates*. São Paulo. NERU, ano IV, nº 13.
- ____ (1985) *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel.
- ____ (1987) "Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil" in *Cadernos do IPPUR - UFRJ*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, ano I, nº 1 (9-22).
- ____ (1990) "Involução Metropolitana e Economia Segmentada" in RIBEIRO, A.C.T. e MACHADO, D.E. (org.), *Metropolização e Rede Urbana*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- ____ (1991) *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, Hucitec, 2ª ed.
- ____ (1993) *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- ____ (1994) *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo, Hucitec.
- SAUNDERS, P. (1985) "Space, the City and Urban Sociology" in GREGORY, D. & URRY J.(ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, Mac Millan.
- SAUVY, A. (1979) *Elementos de Demografia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SCHMIDT, B. e FARRET, R. (1986) *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- SILVA, A.C. (1978) *O Espaço Fora do Lugar*. São Paulo, Hucitec.
- SILVA, F.C.T. (1990) "Conquista e Colonização da América Portuguesa" in LINHARES, M.Y.L. (org.), *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus.
- SILVA, S. (1976) *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa Omega.
- SINGER, P. (1968) *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Nacional / EDUSP.
- ____ (1978) *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 5ª ed.
- SMOLKA, M.O. (1987) "O capital incorporador em seus momentos de valorização" in *Cadernos PUR*. Jan/Abril: Ano II, nº 1. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.
- ____ (1989) "O nexo urbano-imobiliário e a política habitacional: Repensando as alternativas" in *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, ano III nº especial dez (119-134).
- ____ (1992) "Revisitando as relações entre a política habitacional (SFH) e o mercado imobiliário". São Paulo, *Espaço & Debates*, ano XII, nº 36 (69-76).
- SOARES, M.T.S. (1960) *Nova Iguaçu, Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tese de Livre-Docência, Faculdade de Filosofia, Universidade do Brasil.
- ____ (1962) "Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio de Janeiro" in *Revista Brasileira de Geografia*, 24(2).
- ____ (1965) "Fisionomia e Estrutura do Rio de Janeiro" in *Revista Brasileira de Geografia*. 27(3).
- SOARES, W. (1987) "Urbanização do Estado do Rio de Janeiro: análise dos aglomerados de pequeno porte" in BERNARDES, J.A. (org.), *Rio de Janeiro: painel de um espaço em crise*. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia UFRJ, (15-38).
- SOJA, E. (1983) "Uma interpretação materialista da espacialidade" in BECKER, B.; COSTA, R.H. e SILVEIRA, C.B. (org.), *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro, Departamento de Pós-Graduação Geografia, UFRJ.
- ____ (1985) "The Spaciality of Social Life: Towards a Transformative Rethorisation" in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, Mac Millan, Cambridge.
- ____ (1993) *Geografias Pós-Modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SORJ, B. (1988) "A Agricultura Brasileira: processos econômicos e políticos" (83-100) in BRANDÃO, Mª.A. (org.), *América Latina: identidade e transformação*. Salvador, OEA/UFBA, Ianamá.
- SOUZA, M.A.A. (1993) "O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação?" in GONÇALVES, M.F. (org.), *O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas*, ANPUR, 35ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Recife, jul, Mercado Aberto.
- STEIN, S. (1990) *Vassouras 1850-1900: Um município brasileiro do café*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- SZMRECSANYI, Mª.I. (1994) "Rio de Janeiro". São Paulo, *Revista do Instituto de Estudos Avançados - USP*.
- TASCHNER, S.P. (1992) "Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90" in *Revista Espaço & Debates*. São Paulo, Neru/FAPESP, ano XII, nº 36 (77-90).
- TAVARES, H.M. (1993) "Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço". Rio de Janeiro, *Cadernos IPPUR*, IPPUR/UFRJ, vol. VIII, nº1, (39-52).
- TAVARES, Mª.C. (1973) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

- TOPALOV, C. (1980) *La Urbanización Capitalista*. México, Península.
- TOURAINE, A. (1980) *O pós-Socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1988 (Trad. *L'Après Socialisme*. France, Grasset & Fasquelle).
- TROTSKI, L. (1978) *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. 1.
- URRY, J. (1985) "Social Relations, Space and Time" in GREGORY, D. & URRY, J. (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*. London, Mac Millan, Cambridge.
- VALLADARES, L.P. (1980) *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WEFFORT, F. (1980) *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.
- WHATELY, M^a.C. (1987) *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- WIRTH, L. (1938) "O Urbanismo como modo de vida" in VELHO, O.G., *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

Publicações Técnicas

- CIDE (1987) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- ____ (1988) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- ____ (1988a) *Bom Jesus do Itabapoana*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988b) *Cabo Frio*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988c) *Cachoeiras de Macacu*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988d) *Cambuci*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988e) *Itaocara*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988f) *Itaperuna*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988g) *Laje do Muriaé*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988h) *Miracema*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988i) *Natividade*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988j) *Porciúncula*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988k) *Santo Antônio de Pádua*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1988l) *São Fidélis*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1989) "Formação e Evolução da Malha Municipal do Estado do Rio de Janeiro" *Boletim Técnico*, nº 8, jul. Rio de Janeiro.
- ____ (1989a) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- ____ (1989b) "Principais Aspectos Estruturais da Indústria Fluminense" *Boletim Técnico* nº 3. Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- ____ (1989c) *Araruama*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1989d) *Macaé*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1989e) *São João da Barra*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1990/91) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- ____ (1990f) *Campos de Goytacazes*. Rio de Janeiro, Perfis Municipais.
- ____ (1992) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- ____ (1993a) *Guia Sócio Econômico dos Municípios*. Rio de Janeiro, CIDE/BANERJ/JB, vol. 1.
- ____ (1993b) *Guia Sócio Econômico dos Municípios*. Rio de Janeiro, CIDE/BANERJ/JB, vol. 2.

- CODERJ (1970) *Diagnóstico do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.
- FAPERJ (1981) *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- ____ (1983) *Urbanização do Interior Fluminense - Análise dos Aglomerados de Pequeno Porte*. Rio de Janeiro.
- IBGE (1972) *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- ____ (1980) *Sinopse Preliminar do Censo IBGE para o Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1981.
- ____ (1980a) *Anuário Estatístico do IBGE*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- ____ (1983) *Censo Demográfico: mão-de-obra*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- ____ (1984) *Censo Industrial: Dados Gerais 1980 - Brasil*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- ____ (1985) *Censo Econômico de 1985: indústria, comércio e serviços (Região Sudeste)*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- ____ (1991) *Censo Tabulações Especiais por Distrito para o Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FIBGE.
- IDEG (1975) *O Novo Estado do Rio de Janeiro, Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro.
- IPLANRIO (1986) *Revista Metrôpole*. Rio de Janeiro, ano I, nº 1.
- SECPLAN (1975) *I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

Jornais

- FOLHA DE SÃO PAULO (1995) *"Rio reage e empata com Minas no PIB"* (Istavan Kasgnar). São Paulo, 18/02/95.
- ____ (1996) *"Dimensões da Crise Econômica"* (Paul Singer). São Paulo, 02/06/96.
- JORNAL DO BRASIL (1994) *"Cidade Apunhalada,"* Editorial. Rio de Janeiro, 13/11/94.
- ____ (1995) *"Migrante viaja de graça do sonho à decepção"*. Rio de Janeiro, 12/02/95.

GLOSSÁRIO

AD-Rio	Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro
AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
AMAN	Academia Militar de Agulhas Negras
ANPOCS	Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEHAB	Companhia Estadual de Habitação
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CODERJ	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EFCB	Estradas de Ferro Central do Brasil
FAPERJ	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IDEG	Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara
IEA	Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
IGEO	Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômico e Social
IPLANRIO	Instituto de Planejamento Municipal do Município do Rio de Janeiro
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
IQR	Indústria Química Resende
ISS	Imposto Sobre Serviços
JB	Jornal do Brasil
JICA	Japanese International Cooperation Agency
LAGET	Laboratório de Gestão do Território do IGEO - UFRJ
ORSTOM	Instituto Francês de Pesquisa Científica e Cooperação
PEA	População Economicamente Ativa

PIB	Produto Interno Bruto
PLDI	Planos Locais de Desenvolvimento Integrados
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PO	Pessoal Ocupado
PRODENOR	Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense
PUR	Programa Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo
SECPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Rio de Janeiro.
TEBIG	Terminal da Baía da Ilha Grande (Petrobrás)
UFBa	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
VTI	Valor de Transformação Industrial